

A REPÚBLICA SITIADA

MILITARES E
BOLSONARISMO
NO BRASIL

Org.

Francisco Carlos Teixeira da Silva
Karl Schurster

Org.

Francisco Carlos Teixeira da Silva

Karl Schurster

A REPÚBLICA SITIADA

MILITARES E
BOLSONARISMO
NO BRASIL



Recife, 2022

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
(EDOC BRASIL, BELO HORIZONTE/MG)

R426 A República sitiada [livro eletrônico] : militares e bolsonarismo no Brasil / Organizadores Francisco Carlos Teixeira da Silva, Karl Schurster. – Recife, PE: Edupe, 2022.

Formato: ePUB

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-518-4943-9

1. Brasil – Política e governo. 2. Brasil – História. 3. Ciência política. I. Silva, Francisco Carlos Teixeira da. II. Schurster, Karl.

CDD 320.981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO – UPE

Reitora: Profa. Dra. Maria do Socorro de Mendonça Cavalcanti

Vice-reitora: Profa. Dra. Vera Rejane do Nascimento Gregório

CONSELHO EDITORIAL DA EDITORA UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO – EDUPE

Membros Internos:

Prof. Dr. Ademir Macedo do Nascimento	Profa. Dra. Maria Luciana de Almeida
Prof. Dr. André Luis da Mota Vilela	Prof. Dr. Mário Ribeiro dos Santos
Prof. Dr. Belmiro Cavalcanti do Egito Vasconcelos	Prof. Dr. Rodrigo Cappato de Araújo
Prof. Dr. Carlos André Silva de Moura	Profa. Dra. Rosangela Estevão Alves Falcão
Profa. Dra. Danielle Christine Moura dos Santos	Profa. Dra. Sandra Simone Moraes de Araújo
Profa. Dra. Emilia Rahنمای Kohlman Rabbani	Profa. Dra. Silvânia Núbia Chagas
Prof. Dr. José Jacinto dos Santos Filho	Profa. Dra. Sinara Mônica Vitalino de Almeida
Profa. Dra. Márcia Rejane Oliveira Barros	Profa. Dra. Virgínia Pereira da Silva de Ávila
Carvalho Macedo	Prof. Dr. Waldemar Brandão Neto

Membros Externos:

Profa. Dra. Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do Nascimento - Universidade Tiradentes (Brasil)
Profa. Dra. Gabriela Alejandra Vasquez Leyton - Universidad Andres Bello (Chile)
Prof. Dr. Geovanni Gomes Cabral - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Brasil)
Profa. Dr. Gustavo Cunha de Araújo - Universidade Federal do Norte do Tocantins (Brasil)
Prof. Dr. José Zanca - Investigaciones Socio Históricas Regionales (Argentina)
Profa. Dra. Letícia Virginia Leidens - Universidade Federal Fluminense (Brasil)
Prof. Dr. Luciano Carlos Mendes de Freitas Filho - Instituto Federal da Bahia (Brasil)
Prof. Dr. Pedro Gil Frade Morouço - Instituto Politécnico de Leiria (Portugal)
Prof. Dr. Rosuel Lima-Pereira - Universidade da Guiana - França Ultramarina (Guiana Francesa)
Profa. Dra. Verónica Emilia Roldán - Università Niccolò Cusano (Itália)
Prof. Dr. Sérgio Filipe Ribeiro Pinto - Universidade Católica Portuguesa (Portugal)

Diretor Científico e Coordenador: Prof. Dr. Carlos André Silva de Moura

Secretário Executivo: Felipe Ramos da Paixão Pereira Rocha

Assistente Administrativo: Renan Cortez da Costa

Este livro foi submetido à avaliação do Conselho Editorial da Universidade de Pernambuco.

Todos os direitos reservados.

É proibida a reprodução deste livro com fins comerciais sem prévia autorização do autor e da Edupe.

SUMÁRIO

OS AUTORES	7
APRESENTAÇÃO	11
COMO SE FAZ UM BOLSONARISTA?	17
<i>Karl Schurster</i>	
<i>Francisco Carlos Teixeira Da Silva</i>	
A NOVILÍNGUA AUTORITÁRIA E O PAPEL DOS MILITARES NA NOVA REPÚBLICA. O CASO DO “PROJETO DE NAÇÃO”	73
<i>Francisco Carlos Teixeira da Silva</i>	
MILITARES E O PENSAMENTO DE EXTREMA DIREITA	93
<i>Eduardo Heleno de J. Santos,</i>	
A EXTREMA-DIREITA PEGA EM ARMAS: O PUTSCH DE 1938 E OS MILITARES	113
<i>Vinícius Ramos</i>	
A FRENTE ORIENTAL E O ESTADO NOVO NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL	145
<i>João Claudio Platenik Pitillo</i>	
RAYMUNDO PADILHA: UM “ESPIÃO NAZISTA” NA DITADURA MILITAR	171
<i>Diego Ramos</i>	
FORÇAS ARMADAS E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA ENTRE A REDEMOCRATIZAÇÃO E O FENÔMENO DO BOLSONARISMO (1985-2021)	221
<i>Jean Rodrigues Sales</i>	
<i>Rafael Araujo</i>	

MILITARES E BOLSONARISMO: UM CASO DA TRANSIÇÃO FALHADA E DEMOCRACIA INACABADA	267
<i>Francisco Carlos Teixeira Da Silva</i>	
<i>Karl Schurster</i>	
JUSTIÇA MILITAR E GARANTIA DA LEI DA ORDEM (GLO): EMPREGO CONTRA CIVIS	303
<i>Jorge Rubem Folena de Oliveira</i>	
PAZUELLO NÃO PODE SER UM NOVO USTRA: QUEM O COLOCOU NO MINISTÉRIO TEM QUE SER LEVADO À CPI DA COVID	329
<i>Rafael Moro Martins</i>	
<i>Leandro Demori</i>	
EPÍLOGO – UMA EXPECTATIVA CAMUFLADA: OS MILITARES	339
<i>Lincoln Penna</i>	

OS AUTORES

Diego Ramos

Doutor em História Social (Território, Relações de Poder e Movimentos Sociais) pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ/FFP), contemplado com bolsa de auxílio à pesquisa FAPERJ. Membro dos grupos de pesquisas “TEMPO - Território, Movimentos Sociais e Relações de Poder - UERJ/FFP” (CNPQ) e “Direitas, História e Memória” (CNPQ). Professor de História na Educação Básica da rede pública municipal de Petrópolis e estadual do Rio de Janeiro.

Eduardo Heleno de J. Santos

Doutor em Ciência Política UFF, professor do Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense.

Francisco Carlos Teixeira Da Silva

Professor Titular de História Moderna e Contemporânea da Universidade Federal do Rio de Janeiro de da Universidade Federal de Juiz de Fora. Pós Doutor em História pela Universidade Livre de Berlim e pela Universidade Técnica de Berlim. Bolsista de produtividade Cnpq.

Jean Rodrigues Sales

É professor Associado da UFRRJ, campus de Nova Iguaçu, e membro do corpo permanente do Programa de Pós-graduação em História na

mesma instituição. Doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas. É coordenador do Centro de Documentação e Imagem (CEDIM-UFRRJ) (2013 a 2016). Atualmente é Coordenador do CEDIM (desde 2019). Entre 2011 e 2018 foi Coordenador do PIBID e entre 2018 e 2020 da Residência Pedagógica do curso de história da UFRRJ. Atualmente desenvolve o projeto Digitization of the Diocesan Curia of Nova Iguaçu Archive, aprovado no Edital Modern Endangered Archives Program (MEAP) - Guidelines Septembre 2019 - UCLA Library (EUA).

João Claudio Platenik Pitillo

Professor de História licenciado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) 2012. Mestre em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) 2016. Doutor em História Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) 2021. Professor de História dos seguimentos Fundamental e Médio da rede privada. É pesquisador do NUCLEAS (Núcleo de Estudos das Américas da UERJ), onde trabalha com os processos revolucionários da América Latina no século XX, tendo o conceito de Nacionalismo Revolucionário como tema.

Jorge Rubem Folena de Oliveira

Doutor em ciência política (IUPERJ), com pós-doutorado (CPDA/UFRRJ). Mestre em Direito (UFRJ). Graduado em Direito (UFRJ). Diretor e membro do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB).

Karl Schurster

Pós Doutor em História pela Universidade Livre de Berlim e pela Universidade do Porto. Professor da Universidade de Vigo e pesquisador do TI4 *Tradução & Paratradução (T&P)* da mesma Universidade ao

abrigó do contrato Maria Zambrano de Talento Internacional 2021. Livre-Docente em História pela Universidade de Pernambuco. Vencedor do Prêmio Jabuti 2014 e autor de diversos livros e artigos especializados nos estudos sobre os fascismos e o Holocausto. Produtividade em Pesquisa CNPq.

Leandro Demori

Jornalista e escritor brasileiro especializado em jornalismo investigativo com ênfase em sistemas mafiosos. Foi editor-executivo do site The Intercept Brasil, de 2017 a 2022. Em junho de 2019, liderou a cobertura do caso que ficou conhecido como Vaza Jato, vazamento de conversas travadas no aplicativo Telegram entre o ex-juiz Sérgio Moro e o promotor Deltan Dallagnol, além de outros integrantes da força-tarefa da Operação Lava Jato.

Lincoln Penna

É professor aposentado da UFRJ. Possui graduação em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1968), mestrado em Maîtrise Histoire - UNIVERSITÉ DE TOULOUSE LE MIRAIL (1970) e doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (1994). Ocupa-se de consultoria política e estudos estratégicos para instituições.

Rafael Araujo

Professor Adjunto de História da América da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em História Comparada (PPGHC) da UFRJ. Membro do Grupo de Trabalho (GT) de Ensino de História e Fontes da Associação Nacional de Pesquisadores e Professores de História das Américas (ANPHLAC). Pesquisador associado ao Laboratório de Estudos da Imigração (LABIMI)/UERJ e ao Grupo de Estudos do Tempo Presente (GET) da UFS.

Rafael Moro Martins

É Editor Contribuinte Sênior do Intercept Brasil em Brasília. Antes, foi colaborador de veículos como revista piauí, Valor Econômico, UOL, Agência Pública e Folha de S. Paulo. É integrante da Agência Livre.jor, que produz jornalismo independente a partir da Lei de Acesso à Informação.

Vinícius Ramos

Doutor em História pela UERJ e professor do ensino básico das redes estadual do Rio de Janeiro e municipal de Magé. Área de interesse e pesquisa em Brasil República (1930-1964), privilegiando os seguintes temas: História política, econômica e cultural. Membro do grupo de pesquisa (CNPQ) “Direitas, História e Memória”

APRESENTAÇÃO

“O grande erro foi torturar e não matar”.
Jair Messias Bolsonaro, agosto 2008.

*“I think our country sinks beneath the yoke; It weeps, it bleeds;
and each new day a gash Is added to her wounds”.*
MacDuff¹. Macbeth, Ato IV, Cena III.

Não faz muito tempo, o bolsonarismo entrou no vocabulário político brasileiro e se espalhou mundo afora. Apesar das comparações ao integralismo histórico (1932-1938), com os fascismos e com o também recente trumpismo, estamos diante de um fenômeno que, se por um lado, se instalou em nosso cotidiano, em nossas instituições e não parece disposto a sair de cena facilmente, por outro, necessita de reflexões que considerem as suas especificidades. Uma delas, talvez uma das mais marcantes, é a relação intrínseca, quase simbiótica, existente entre o bolsonarismo e os militares brasileiros. É impraticável falar de um sem fazer referência ao outro.

A obra *A República sitiada: militares e bolsonarismo no Brasil*, dos professores Francisco Carlos Teixeira da Silva e Karl Schurster, propõe

1. SHAKESPEARE, William. Macbeth. In: **The Complete Works of William Shakespeare**. New York: Barnes & Nobles, 1994. p.877. Tradução: “Penso que nosso país afunda sob o jugo; chora, sangra e a cada dia nele se acrescenta novas ferida às já abertas”. Cf. SHAKESPEARE, William. A tragédia de Macbeth. São Paulo: Martin Claret, 2018.p.93.

uma atualização do debate sobre a presença dos militares na política, desvenda algo da política dos militares, colocando sob a lupa as consequências das relações entre as forças armadas e o bolsonarismo. De saída, precisamos lembrar que a relação entre os militares e as transformações políticas brasileiras não são inauguradas pelo bolsonarismo. Na verdade, não há como analisar momentos como a Proclamação da República (1889), o Estado Novo (1937-1945) ou a Ditadura Civil-Militar (1964-1985) sem que as forças armadas sejam levadas em conta. A obra em tela vai além disso e olha para esse forte relacionamento nos Brasil do Século XXI.

O Brasil pós-2016, a partir do caminho aberto pelo impeachment da presidente Dilma Rousseff, experimentou um progressivo crescimento da presença dos militares na vida pública. De uma posição aparentemente discreta em anos anteriores, algo que nem de longe deve ser confundido com falta de prestígio ou influência na arena política e nos processos decisórios, os militares migraram para os holofotes, ocupando postos no Governo Temer, assinando manifestos, cantando em festas com celebridades, deixando de lado o receio de serem envolvidos em processos delicados e importantes, como julgamentos e eleições.

O uso do *Twitter* pelo General Eduardo Villas Bôas², então Chefe das Forças Armadas, para intimidar a suprema corte na análise do *Habeas Corpus* do ex-presidente Lula da Silva, em 03 de abril de 2018, explicitou o tamanho do prestígio e do peso político que os militares dispunham no Brasil daqueles dias, um país alquebrado pelo quadro de recessão, crise na credibilidade política e autoestima perdida. O recado ao Supremo Tribunal Federal sugeria o que devia ser feito a fim de evitar “rupturas” e “tensões”. Após o macro ataque no *microblog*,

2. link: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,em-livro-villas-boas-diz-que-tuite-na-vespera-de-julgamento-de-lula-foi-planejado-com-alto-comando,70003613912> Acesso em 27 out.2022.

as coisas se deram rapidamente: Habeas Corpus providencialmente negado, Lula preso em Curitiba, Jair Bolsonaro eleito presidente meses depois. O autor do *twitter* foi nomeado assessor especial da Presidência, enquanto o juiz Sérgio Moro, que ordenou a prisão, tornou-se Ministro da Justiça e da Segurança Pública.

Por seu turno, desde que chegou ao poder, em 2019, o bolsonarismo tem realizado um contínuo ataque interno à democracia, curiosamente utilizando os próprios dispositivos democráticos para isso. São parlamentares eleitos repudiando a democracia que os elegeu, criticando os direitos humanos, os direitos trabalhistas, atacando os órgãos de controle e o Supremo Tribunal Federal. São movimentos de apoio ao bolsonarismo, sobretudo as classes médias urbanas que, defendendo as *fake news* como legítimos suportes de informação, tomam ruas e praças a pedir a instauração de Estado de Sítio, a prisão de ministros do Supremo, a suspensão de direitos e aplaudem torturadores, numa aterradora demonstração de agir político cuja bússola é o extremismo.

Dos tempos em que as bases institucionais alicerçadas entre os anos de 1985, quando se encerrou formalmente o período ditatorial de duas décadas, a 1988, quando a chamada Constituição Cidadã foi promulgada, chegamos aos dias das manifestações com cartazes preenchidos por dísticos traduzidos do fascismo alemão, do “Brasil acima de tudo”, de manifestantes vestidos de super-heróis, de cavaleiros medievais, fantasiados de policiais, de veteranos de guerra, numa constrangedora festa que, apesar do teor um tanto infantilizado, carnavalesco, finda “apavorante, como as cambalhotas dos filhotes de tigre que não tardarão a crescer e tornar-se devoradores de homens”, tal qual lembrou George Orwell³.

A transformação também ocorre com a mudança no cenário e a ocupação do espaço estatal pelos militares, que ganharam um

3. ORWELL, George. 1984. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.p.34

protagonismo poucas vezes visto no Brasil contemporâneo. Os quadros da caserna passaram a exercer diversas funções, muitas delas tipicamente atribuídas a civis. Isso levou à dispersão dos militares em cargos públicos de confiança, fora da caserna, ocupando postos estratégicos e, em muitos casos, sem a qualificação esperada. Durante o pior momento da pandemia, o general Eduardo Pazuello surgia como militar-ministro e demonstrava preocupante dificuldade em geografia e biologia, desconhecimento sobre o Sistema Único de Saúde (SUS), sistema esse que ele deveria gerenciar, sobre o tipo de infecção que o seu Ministério deveria combater e nenhuma empatia com o elevado número de óbitos que, já naquela época, chegava aos milhares.

A obra organizada por Silva e Schurster reúne análises de diferentes matizes, mas todas voltadas para o urgente debate, debate sobre o tempo presente, sobre o nosso presente. As fortes conexões entre o bolsonarismo e outros movimentos semelhantes no século XXI, mas também em momentos anteriores, se mostram fundamentais para evitar categorizações apressadas que costumeiramente derrapam em simplificações como “populismo” ou “fascismo tropical”. Sem estudos como os propostos nessa obra, entender o processo de sedução que levou tanta gente a abraçar o radicalismo e o discurso belicista, temperado com um forte apelo religioso, moralista e privatista, torna-se uma tarefa mais árdua.

O livro atualiza a discussão sobre o papel dos militares na política nacional. E vem a público em momento crítico da vida democrática brasileira, momento em que o país enfrenta uma encruzilhada. Como numa tragédia shakespeariana, a vida brasileira, assolada pelos ataques do bolsonarismo no tempo presente, precisará de análises como as que Silva e Schurster reúnem, para que se possa refletir sobre os caminhos que tomamos, para que possamos entender como tudo isso foi possível. O bolsonarismo não é um chavão, o bolsonarismo não é uma senha, tampouco é um

partido. Bolsonarismo, hoje, é prática política. Para enfrentá-lo, a coletânea *A República sitiada: militares e bolsonarismo no Brasil* é ferramenta proveitosa.

Brasil, 29/10/2022. Véspera do segundo turno da eleição presidencial.

Dilton Cândido Santos Maynard

Professor do Departamento de História e do Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Federal de Sergipe e Professor do Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Bolsista Produtividade CNPq.

COMO SE FAZ UM BOLSONARISTA?

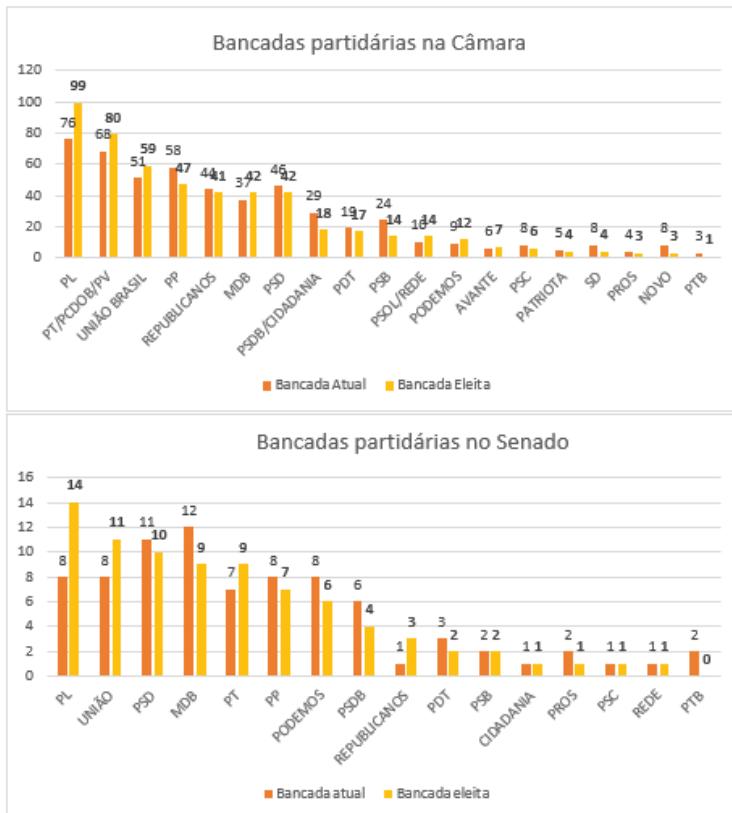
Karl Schurster

Francisco Carlos Teixeira Da Silva

*Ontem um menino
Que brincava me falou
Hoje é a semente do amanhã
Para não ter medo
Que este tempo vai passar
Não se desespere, nem pare de sonhar
Nunca se entregue
Nasça sempre com as manhãs
Deixe a luz do sol brilhar no céu do seu olhar
Fé na vida, fé no homem, fé no que virá
Nós podemos tudo, nós podemos mais
Vamos lá fazer o que será!*
(“Nunca pare de Sonhar”, Gonzaguinha, 1984).

Por que escrever e organizar um livro, mais um, sobre Militares e a Política no Brasil? Na verdade, o que buscamos é atualizar o debate, já muito rico, a partir das novas condições que atingiram o Brasil depois de 2016: o Golpe “parlamentar” e o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, o caráter regressivo e preparatório do Governo Temer (2016-2019) para a ascensão das novas “Nova Direita”, o reconhecimento das condições nas quais se deram as eleições de 2018, em especial o uso massivo das redes sociais, e própria natureza, do governo Bolsonaro e do bolsonarismo. Nossa primeira hipótese de trabalho, a

ser testada neste livro, é sobre um rompimento radical do “arco constitucional” que fundou a Nova República, entre 1985 e 1988, com a emergência de novas forças políticas que implodem um dos pilares de sustentação do “arco das alianças”, em especial o papel central do PSDB e do (P)MDB na sustentação das instituições; o empoderamento do PT, com uma larga “federação” de pequenos e médios partidos do “campo das Esquerdas” – PSB, PDT, PCdoB, Psol, Rede, “Solidariedade”, PV e, eventualmente o “Cidadania”, entre outros -, ao lado de um conjunto de partidos ditos do “Centrão” que se radicalizam no “campo das Direitas” - como no caso do PTB, o PP/Partido Progressista; ou perdem força frente ao fenômeno de “concentração” à Direita, como “Podemos”, Partido Novo, União Brasil e, por algum tempo, o PSL – que reúne-se ao “Democratas” para formar o “União Brasil”, base de apoio para o bolsonarismo, ao lado do PL, PP e “Republicanos” no Congresso Nacional. Por fim, partidos como o PL/Partido Liberal que atinge uma votação imensa exclusivamente ao papel do Presidente da República utilizar o partido como base eleitoral. Tudo isso, perda do “Centro Democrático”, empoderamento das Direitas, emergência de partidos sem ideologia ou compromissos programáticos, e contudo, com milhões de votos, aponta para a crise profunda das bases institucionais criadas entre 1985 e 1988 no Brasil. Ao lado disso, o próprio Presidente da República, e seus novos aliados eleitos, ameaçam constantemente as instituições republicanas, em especial o STF, o STE, a divisão das funções e prerrogativas dos Três Poderes e as regras e a liturgia da própria Presidência da República.



Fonte: <https://www.diap.org.br/index.php/noticias/agencia-diap/91184-base-de-apoio-do-governo-no-congresso-eleito-em-2022>.

Os dois quadros acima demonstram uma importante guinada à Direita do eleitorado brasileiro, com o crescimento de partidos de pouco conteúdo ideológico e institucional – PL, União Brasil – em função da própria campanha presidencial e, simultaneamente, o fortalecimento do “polo à Esquerda”, resultando na erosão, talvez mesmo um “desabamento”, do “centro democrático” e institucional do cenário político nacional¹.

1. Penna, Lincoln. “Anatomia do bolsonarismo”. In: <https://pt-br.facebook.com/lincolndeabreu.penna/>, postado em 14/10/2022, consultado em 15/10/2022.

Neste sentido, as eleições presidenciais de 2022 constituíram-se em fenômeno excepcional, um divisor de águas, na História republicana. Depois da instauração da *Nova República*, em 1985, e sua institucionalização com a Constituição de 1988, tinha-se a percepção de que a Democracia, na sua forma liberal-representativa, era irreversível e a experiência recente com a Ditadura Civil-Militar, entre 1964 e 1985, e sua memória viva constituir-se-iam numa vacina, ou antídoto, suficiente contra aventuras características do passado brasileiro. No entanto, a constante crítica às instituições democráticas e a mitificação/reinvenção do passado – em especial o mito da “Ditabrand” quando haveria crescimento econômico e segurança pública -, ao lado da caracterização da Nova República como o que podemos chamar de “Democracia de baixa intensidade”, a manutenção e aprofundamento das desigualdades sociais, incluindo o retorno da fome ao país e uma brutal violência quotidiana, permitiram, ou mesmo incentivaram, o experimento de novas formas autoritárias de agir político defendidas pelas Direitas. E aqui adiantamos nossa segunda hipótese de trabalho: o “experimento bolsonarista” não é uma volta ao passado, a imitação do Golpe de 1964, embora emule inúmeros elementos componentes desse passado, trata-se de um fenômeno social e político novo, baseado em ampla massa popular, e embora ameace constantemente com o rompimento constitucional, aproveita-se dos próprios elementos da constitutivos da democracia liberal representativa – eleições, partidos, financiamento público das eleições, horários gratuitos nas mídias, manipulação orçamentaria, etc... – Para destruir a democracia por dentro, sem os custos de golpe militar típico dos anos de 1960/1970 na América do Sul.

O bolsonarismo é uma ideologia?

A discussão clássica da Historiografia alemão acerca da “ideologia nacional-socialista”, como colocada por Eberhard Jäckel, deveria ser “visitada” pelos estudiosos brasileiros dedicados ao tema, talvez

funcionando como um “mapa de trabalho”, o que nos pouparia de inúmeros equívocos e repetições. Jäckel (1929-2017), professor e pesquisador especializado em fascismo/nazismo da Universidade de Stuttgart, publicou em 1969, a obra “*Hitlers Weltanschauung*”, traduzido para o francês e inglês, como “Hitler idéologue”². Desde o título da obra Jäckel assumia uma posição crítica àqueles que consideravam o Nacional-socialismo um “patchwork”, uma bricolagem de ideias confusas e contraditórios, incapaz de compor uma “doutrina”. Uma importante advertência inicial, tanto sobre o conceito alemão, cara ao historicismo, de *Weltanschauung* – e ao erro, transformado em vício, da Historiografia liberal, e de boa parte dos pesquisadores marxistas sobre o tema, em trabalhar a chave comparativista – nazismo/fascismo/liberalismo/marxismo através de um mecanismo reducionista, onde apenas o Liberalismo, ou os “Socialismos”, teriam coerência e organicidade para se denominar de “visão de mundo”. Ao se declarar, desde logo, os diversos fascismos como irracionais, ou mesmo quando se chega ao ponto de torná-los uma “doença passageira da sociedade liberal” (ou uma “doença final”, conforme alguns pensadores da III Internacional), perdemos não só a capacidade de entendimento e análise dos irracionais³. Cabe a percepção dos extremismos, em especial para sua compreensão enquanto fenômeno de massas, como movimentos politicamente ativos e sedutores, portadores de uma visão de mundo e de um agir político, que pode encontrar forte recepção em largas camadas sociais no mundo moderno⁴.

2. Jäckel, Eberhard. *Hitlers Weltanschauung. Entwurf einer Herrschaft*. Wunderlich, Tübingen 1969.

3. Ver para o debate sobre ideologia e fascismo: Teixeira Da Silva, Francisco C. O Concerto das Nações. Conservadores, Reacionários e Fascistas. Recife/Rio de Janeiro, Edupe, 2020, p. 51 e ss.

4. Ver Teixeira Da Silva, Francisco C. e Schurster, Karl. Passageiros da Tempestade. Fascistas e Negacionista no Tempo Presente. Recife/Rio de Janeiro, CEPE, 2022.

Neste sentido, Robert Gellately – especialista em estudos do Holocausto nascido em 1943 no Canadá e professor da Florida State University – ao estudar a natureza dos votos no NSDAP/ *Nationalsozialistische Deutschen Arbeiterpartei*/ Partido Nacional-socialista dos Trabalhadores Alemães, destaca o papel da ideologia, ou o combate pela “cultura ariana” desempenhou um papel central nas decisivas eleições nos últimos momentos da República de Weimar, em especial as eleições de 1932 e as eleições de março e novembro de 1933. No entanto, Gellately adverte que a “...ideologia se torna relevante somente quando sua pregação coincide com os interesses locais [específicos]”⁵. Assim, os fatores pré-existentes, em especial o papel da religião, a dedicação às noções de disciplina e hierarquia, o culto da meritocracia em face da ação social do Estado e, claro, a conjuntura econômica e as respostas propostas para os diversos grupos e classes sociais são fundamentais para o “experimento bolsonarista”. O Nacional-socialismo fez um imenso esforço, entre 1928 e 1933 para ganhar e manter a simpatia, e o empenho ‘fanático’ no dizer de Hitler, das chamadas “classes médias”, desde pequenos proprietários rentistas urbanos, lojistas, pequenos produtores e artesãos até o campesinato parcelar, apavorado com as notícias vindas da coletivização das terras na União Soviética. Tratava-se de uma “amarga e violenta” luta entre visões de mundo e projetos de bem-estar, em especial na denúncia do “bolchevismo cultural” – a versão original do “marxismo cultural” dos nossos dias -, de caráter judaico, estranho estrangeiro à *Volksgemeinschaft* ariana⁶.

O expressivo subtítulo da obra de Robert Gellately – “How ordinary people became nazis” – nos aponta para a terceira hipótese a ser aqui desenvolvida: como se constituiu a ideologia “nazi” e como operou a sedução (o chamado *Schöneschein*” ou “*seduzione*”) das massas

5. Gellately, Robert. *Hitler's True Believers*. Oxford, University Press, 2020, p. 136.

6. Idem, Op. Cit. p. 131.

na Alemanha, ou antes na Itália, nestes anos decisivos de 1930-1933. Uma parte das respostas propostas para o fascismo / nazismo histórico foi estudado numa obra anterior, onde buscamos, em fontes da época, expor o “intencionalismo” de Hitler e seus principais quadros, em confundir, juntar e fundir elementos do socialismo, inclusive do socialismo marxista, enquanto “truques” nas relações com a classe trabalhadora urbana⁷. Em suma, a ideologia “nazi”, conforme a Historiografia “Intencionalista”, age sobre um território mental e cultural pré-existente e apropria-se, ressignificando, elementos vitais dos adversários – tais como a cor vermelha, as marchas de rua, os símbolos do trabalho, a organização da juventude e, a grande mistificação, a própria denominação de “socialistas”, embora adjetivado como “nacional”. Tal processo é “intencional”, organizado através dos meios de comunicação, nos grandes comícios, dirigido por líderes do partido, como o próprio Hitler e Julius Streicher, o verdadeiro criador da “Gestalt” nazista⁸.

O Integralismo como fonte das novas Direitas:

No Brasil, o fundo histórico de Extrema direita foi representado pelo Integralismo e sua organização formal, a AIB/Ação Integralista Brasileira. Na verdade, o Integralismo histórico não só se apresentava como uma ideologia – no dizer da época, “um pensamento” – como ainda arvorava para si o título de “único” pensamento político realmente “brasileiro”, como na obra de textos e proclamas reunidos por Gumercindo Rocha Dorea (1924-2021)⁹. Por outro lado, as pesquisas

7. Ver especialmente o capítulo “Fascismo e massas populares” In: Teixeira Da Silva, Francisco C. e Schurster, Karl. Passageiros da Tempestade. Negacionistas e fascistas no Tempo Presente. Recife, Cepe, 2022, p. 48 e ss.

8. Em uma obra pouco conhecida o próprio „Führer“ detalha a construção da novilíngua nazista. Ver: Hitler, Adolf. Hitler’s Tischgespräche. Org. de Hillgruber, Andreas. Munique, DTV, 1968.

9. Dorea, Gumercindo Rocha. Existe um Pensamento Político brasileiro? Rio de Janeiro, Ática, s/d.

de Marcia Carneiro, da UFF, nos revelam um “Neointegralismo” que emerge de duas frentes: a Casa Plínio Salgado, em São Paulo, e o Centro Cultural Plínio Salgado, em São Gonçalo/Rio de Janeiro, com sua confluência atual na FIB/Federação Integralista Brasileira, reunindo “...muitos jovens de todo o Brasil que construíram a versão [atual] do movimento. O Neointegralismo se constituiu como tal a partir do uso da Internet. A princípio jovens usavam a Internet dos escritórios em que trabalhavam. Eram jovens escriturários, na maioria, de baixa renda. Eles se autodenominavam “ciber-integralistas”¹⁰. Coube a esse “neointegralismo cyber” buscar nos textos históricos da própria fundação do movimento, nos anos de 1930, a proposta de reforma autoritária e conservadora do país, mas buscaram, aí, a comprovação do caráter multiétnico do povo brasileiro e a recusa ao racismo. Esse caráter jovem, pobre, de classes médias à beira da proletarização, florescendo entre grupos de empregados “White collar”, se dá uma valorização da diversidade étnica, posto que seus próprios seguidores são, em sua maioria, mestiços. Assim, na página “Integralismo.org.br”, seus militantes, ao tratar a questão do racismo, insistem na citação de Plínio Salgado: “Somos contrários a todas as doutrinas que pretendem criar privilégios de raças”. Ou ainda: “Nós, graças a Deus, não temos preconceitos de raça. À luz da comunhão cristã, não distinguimos pigmentos nem caracteres cranianos. [...] Por tudo isto, e principalmente pelo ideal cristão que nos anima, jamais fizemos campanha racista¹¹”. Claro que tais afirmações, uma postura original em face dos fascismos europeus, poderiam ser retóricas ou, mesmo fraudulentas. No entanto, o exame detalhado das fotografias das

10. Carneiro, Márcia Regina Ramos. Conversa com o autor e debate sobre pesquisa de Campo. 19/09/2022.

11. Ver: Plínio Salgado, *Pontos preliminares*, sessão de abertura da Sociedade de Estudos Políticos, 24 de fevereiro de 1932 e Arthur Machado Paupério e José Rocha Moreira, *Introdução ao Integralismo*, 1936. In: <https://integralismo.org.br/citacoes/racismo/>. Consultado em 10/10/2022.

manifestações públicas e reuniões da AIB mostram, muitos negros e negras, pardos e pardas vestindo a camisa verde com o sigma nos anos de 1932-1938. Também devemos sublinhar a afirmação de “não termos preconceito de raça” no interior do próprio movimento e, por outro lado, o silêncio em relação ao antisemitismo pregado por quadros importantes do partido e com perfeita afinidade com seus congêneres europeus da época.

Militantes integralistas



Fonte: Arquivo Público Histórico de Rio Claro – Fundo Plínio Salgado.

Na foto acima podemos distinguir, conforme as teses Integralistas, as variadas etnias e cor na composição de um grupo local da AIB.

Neste sentido, ao contrário de desdenhar o bolsonarismo enquanto uma corrente política a ser levada à sério – mesmo que com bases doutrinárias anteriores ao próprio epígonos que nomeia o fenômeno e malgrado seus aspectos contraditórios e mesmo abstrusos -, devemos utilizar o caráter de bricolagem do fenômeno como mais um marcadão comum que situa o movimento do sigma, os fascismos históricos europeus e o bolsonarismo, exatamente, no âmbito da “galáxia dos fascismos”.

A “bricolagem ideológica dos fascismos”, e, então, aceitando o bolsonarismo como uma variante nos nossos dias dos diversos fascismos, devemos entender a “intencionalidade” – conceito emprestado da Historiografia alemã sobre o nacional-socialismo enquanto projeto de um grupo político – dos seus agentes, visando com tal processo, erguer uma pauta em que os mais diversos setores da sociedade pudessesem se reconhecer. Ao contrário de se estabelecer como um partido de “grupo” ou “classes” - como o Partido dos Trabalhadores, mesmo sendo este, em verdade, uma confederação muito ampla de “visões de mundo” -, os fascismos, históricos e contemporâneos, voltam-se para as “massas”, abocanhando com seus “truques” e o uso dos meios de comunicação ultramodernos - do rádio e o cinema nos anos de 1930 até as linguagens digitais de hoje -, amplos setores transversais da sociedade¹². A “flexibilidade”, ou contorcionismo, ideológico dos fascismos decorre do seu interesse em constituir junto das classes médias o seu “centro de gravidade”, o núcleo vivo do próprio fascismo, ao qual juntar-se-iam os demais setores sociais fragmentados em sua representação.

Muitos estudiosos, e boa parte da população brasileira, se pergunta como o Brasil, um país dotado de uma mística de acolhimento longamente caracterizado por uma “Ideologia da Ternura” nas relações sociais e interpessoais, chegou ao ponto de “polarização” e de enfrentamentos, inclusive violentos e letais, do presente. Tarefa árdua e que a História, como a Ciência Política e as demais Ciências Sociais, a Psicologia de Massas e a Psicanálise, ao lado da Economia, debruçaram-se de forma intensa desde os primeiros momentos do bolsonarismo no Poder. Em especial uma revisão do papel dos militares na política brasileira, como veremos ao longo do livro, que abarca as

12. Sobre a questão dos “truques” de Hitler para transformar o NSDAP em um partido de massas, incluindo a apropriação/ressignificação dos símbolos dos socialistas, ver: Teixeira Da Silva, Francisco C. e Schurster, Karl. Passageiros da Tempestade. Recife, CEPE, 2022, p. 48 e ss.

contribuições desde Virgílio Santa Rosa até Carlos Fico, passando por João Roberto Martins Filho, Manuel Domingos, Lincoln Perna, Paulo Ribeiro da Cunha, Natália Vianna, Celso Castro, Samantha Viz Quadrat e Renato Lessa. A atuação deste segmento, os militares, hoje – como diria o poeta – é marcada por “nada ser como antes”. Não há a repetição de 1964, embora haja uma saturação de militares no poder e uma aliança em derrapagem à Direita, que beba do passado e, no entanto, busca uma via diferente, de extrema violência verbal, subversão da ordem constitucional, ameaças e o uso do Poder Público para subverter a própria República.

O papel dos militares no impeachment de um governo constitucional, a constituição de um “diretório” de viabilização do Governo Temer – escorado no papel fundamental do Ministro-Chefe Sérgio Echtgoy e a plethora de militares no Governo Bolsonaro – cerca de 6.175¹³ - nos obriga a ampla revisão da “*habituation*” das Forças Armadas com a nova democracia e o nítido desprezo pela política formal¹⁴. Ao contrário das múltiplas intervenções políticas dos militares na vida republicana desde 1889 e em consonância com os objetivos do Golpe de 1964, a “excessiva militarização do serviço público civil”, no dizer do Relatório do TCU, de 10/06/2022, característica do Governo Bolsonaro explicita um projeto de transformação, ou mesmo de supressão, da Nova República nos moldes em que foi criada pela Constituição de 1988. O projeto imposto em 1964, a *manu militari*, estaria

13. Jota.Info. “Mais militares assumiram cargos no Executivo no governo Bolsonaro”: de acordo com o levantamento realizado pelos técnicos do TCU, no último ano do governo do ex-presidente Michel Temer, 2.765 militares ocupavam cargos do governo federal. No último levantamento do órgão, em 2021, 6.175 membros das forças armadas estavam nos postos em 2020. Em 2019, no primeiro ano do governo Bolsonaro, o número estava em 3,5 mil. In: <https://www.jota.info/jotinhas/mais-militares-assumiram-cargos-no-executivo-no-governo-bolsonaro-10062022>, consultado em 10/10/2022.

14. Para a discussão das teorias da transição e a caracterização da transição brasileira, de 1977/ 1988, como uma transição “fanhada” ver: Schurster, Karl. y Teixeira Da Silva, Francisco C. (2021). Militares e bolsonarismo: um caso da transição fanhada e democracia inacabada. *Relaciones Internacionales*, 30(60), 130. <https://doi.org/10.24215/23142766e130>.

agora em curso via uma ampla coligação de Direitas, que se fundem e organizam em torno da sua facção mais radicalmente extremista, visando a conquista do poder por via eleitoral. Liberais clássicos, conservadores e reacionários aproveitando-se do medo, do ressentimento e da sensação, real ou imaginária, das classes médias, solapa decisivamente o “arco constitucional” da República.

Neste caso, o Brasil não seria uma exceção. Os casos recentes de formação de Governo na Suécia, onde o partido “Democratas Suecos”, de longa relação com grupos neonazis, racistas e supremacistas brancos assume o poder através de uma coligação, o “Bloco de Direitas”, em setembro de 2022, com uma política de “colonização” do Estado por seus quadros mais radicais¹⁵; ou a Itália, onde os “Fratelli d’Itália” formam um governo de coligação com personagens derivados do MSI/Movimento Social Italiano, partido herdeiro do legado de Mussolini no país. A agenda anti-imigração, racista com as populações de cor do Norte da África, defensora de uma forma heteronormativa de família e ufanista de um caráter nacional, antiglobalização e anti-europeísta, são as marcas principais dessa “maré” crescente da Extrema-Direita na Europa¹⁶. Acreditamos, assim, que nas atuais condições, embora guardando semelhanças inegáveis com a tradição de intervenção militar na vida pública desde 1889, em especial com o regime civil-militar de 1964, o papel dos militares na vida brasileira atual apresenta-se de forma original e em inúmeras camadas de possíveis entendimentos¹⁷. A familiaridade, no âmbito da “nova galáxia das

15. Frankfurter Allgemeine. Erfolg der Rechtspopulisten: Schwedische Sorgen, 12/09/2022. In: <https://www.faz.net/aktuell/politik/ausland/erfolg-der-schwendemokraten-schweidische-sorgen-18311252.html>, consultado em 14/09/2022.

16. Ver El País. La ultraderecha sueca huele al poder. In: <https://elpais.com/internacional/2022-09-13/la-ultraderecha-sueca-huele-el-poder.html> e VEJA: “Fá de Mussolini é eleito presidente do Senado na Itália”. In: <https://veja.abril.com.br/mundo/fa-de-mussolini-e-eleito-lider-do-senado-na-italia/>, consultados em 13/10/2022.

17. Ver Penna, Lincoln. Floriano. A encarnação da República. Rio de Janeiro, Autografia, 2017.

Direitas”, explicitado entre os velhos fascismos históricos (aí incluído o Integralismo), a Ressurgência Fascista nos nossos dias e a ascensão da Direita Extremista/fascista – na Suécia, na Itália, na Grécia ou na Espanha e da corrente radical “trompista” – se expressa nas próprias palavras de sua liderança brasileira. Em 26/09/2022, ante os resultados das eleições italianas, com a vitória de Giorgia Melloni, do “Fratelli d’Itália, o deputado Eduardo Bolsonaro, em fala no Congresso Nacional, comemorou a formação do governo italiano afirmando: “...a nova Primeira-ministra da Itália é Deus, Pátria e Família”, colocando-se, assim, ao lado de Viktor Orban, da Hungria, do ultradireitista partido “Fidesz”, da liderança do partido extremista alemão “Alternativ für Deutschland”, que parabenizou efusivamente a nova dirigente italiana, do “premier” homofóbico e anti-imigração da Polônia, Mateusz Morawieck e da líder francesa Marine Le Pen, líder da extremista do “Reagrupamento Nacional”, além do notório Santiago Abascal, do Partido Vox, uma expressão do “tardofranquismo” espanhol. Enquanto isso as lideranças democráticas e europeístas advertiam a Itália, como já fizeram no caso da Hungria e da Polônia, aparentemente sem sucesso, sobre a intocabilidade dos Direitos Humanos, incluindo outras formas de matrimônio e o direito ao aborto seguro¹⁸.

A Permanência e Ressignificações: Militares e Bolsonarismo.

Do positivismo inicial das academias e escolas militares no Brasil chegamos, desde 1945, ao enquistamento de um núcleo reacionário no seio das forças armadas, que une diversas tradições da vida política e intelectual brasileira até chegarmos a uma confluência, verdadeira fusão no bolsonarismo. Este movimento, desapercebido e marginal nos seus primeiros passos, embora presente no Congresso Nacional, exibido nos

18. VEJA. “Eduardo Bolsonaro faz coro a comemorações da Direita por vitória na Itália”. In: <https://veja.abril.com.br/mundo/eduardo-bolsonaro-faz-coro-a-comemoracoes-da-direita-por-vitoria-na-italia/>, consultado em 12/10/2022.

horários nobres da televisão aberta enquanto atrativo de bizarices e de excentricidades, ao lado de uma permanente “revisão” e “negacionismo” do passado brasileiro no interior de O.M./Organizações militares, ergueu-se, na contramão de outros experiências nacionais, como a única força capaz de unificar as Direitas no Brasil e operar uma corte transversal, em diagonal, de adesões na sociedade¹⁹. Desta feita, as distinções entre “Ditadura” (e “Ditadura Militar”) e “Fascismo”, como proposto incialmente por Nicos Poulantzas volta a ter sentido²⁰.

Malgrado, seu apelo mediático, o bolsonarismo produz, também, forte rejeição, como pudemos verificar durante as eleições de 2022. Os institutos especializados em pesquisa de opinião – novo alvo do bolsonarismo-, registram, entre mulheres, negros e pardos, em larga fração de jovens, e entre os que ganham de 1-2 salários-mínimos, uma média de rejeição a Bolsonaro da ordem de 51% de todo o eleitorado (em setembro / outubro de 2022). E só aí temos um imenso Brasil²¹. No entanto, quase “outro Brasil”, mas silencioso do que esperavam os analistas, uma larga franja do eleitorado, formado por uma maioria branca, de homens, entre jovens e maduros, das classes médias elegeram o “capitão” como o “mito” que pode levar o país a realização de sua utopia eugenista, autoritária e racista com a sustentação do papel masculino à cabeça de um modelo único de família heteronormativa. Tal “programa” não se inventa em 2018 e nem com Bolsonaro, faz parte de dois grandes movimentos confluentes: de um lado,

19. Nos referimos aqui na sistemática tolerância, ou cegueira, da República perante os diversos atos das polícias militares e das Forças Armadas em “comemorar” o Golpe de 1964, sem nenhuma medida eficaz contra o “apagamento” da memória do tempo presente. Ver PONTE.Org. Brasão da PM paulista celebra golpe de 1964 e repressão a movimentos sociais até hoje, 31/03/2021. In: <https://ponte.org/brasao-da-pm-paulista-celebra-golpe-de-1964-e-repressao-a-movimentos-sociais-ate-hoje/>, consultado em 12/10/2022.

20. Poulantzas, Nicos. *Fascisme et Dictature*. Paris, Maspero, 1970, p. 98 e ss.

21. Datafolha. <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/pesquisa-eleitoral/noticia/2022/10/07/datafolha-51percent-dizem-nao-votar-em-bolsonaro-de-jeito-nenhum-lula-e-rejeitado-por-46percent.ghhtml>, consultado em 09/10/2022.

por baixo da sociedade, um conservadorismo social intenso, contrário a quaisquer forma de diferenciação de gênero, etnia ou classes, reafirmando a “solidariedade” natural – a “ternura” – da sociedade brasileira; de outro lado, a recepção da teologia católica, abraçada de imediato pelas demais igrejas cristãos, da condenação de uma preten-sa “ideologia de gênero”, que seria a responsável pela licenciosidade do mundo atual e a destruição da família²².

Ainda mais grave, para a identidade nacional, o “corte” de polaridades atingiu o país de forma regional: o Sul/Centro-Oeste alinhou-se ao bolsonarismo em sua maioria dando ao capitão uma vantagem eleitoral significativa, enquanto o Nordeste – redenominado de forma altamente significativa pelo bolsonarismo de “Nova Cuba do Sul” – alinhava-se decididamente ao anti-bolsonarismo representado pelo candidato do Partido dos Trabalhadores/PT, onde obtém uma diferença de 20% sobre o presidente em final de mandado²³. No Centro-Oeste e parcelas da Amazônia, voltados para o agronegócio e o mercado externo, tomou-se de exaltação do “capitão”, e o bolsonarismo se impõe com força. Jair Bolsonaro (PL) venceu em três regiões do país no primeiro turno da disputa à Presidência da República em 2022. Já Lula (PT) ganhou nas outras duas. Os demais candidatos não venceram em nenhuma região. Bolsonaro teve mais votos no Sudeste (23.470.529), no Sul (9.568.041) e no Centro-Oeste (4.727.672), que, juntos, somaram 37,7 milhões de votos, enquanto Lula ganhou no Nordeste (21.753.139) e no Norte (4.554.630), que somaram 26,3 milhões. Lula, entretanto, terminou em primeiro lugar, com 57.259.504 votos no saldo por regiões e Bolsonaro, em segundo, com 51.072.345

22. Junqueira, Rogério Diniz. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. In: Revista de Psicologia Política. Rev. psicol. polít. vol.18 no.43 São Paulo set./dez. 2018, consultado em 12/10/2022.

23. Exame. <https://exame.com/eleicoes/apuracao/presidente/regiao/>, consultado em 09/10/2022.

votos, em virtude da soma total dos votos em todas as regiões do país – obrigando assim a um processo de concentração de votos num segundo turno²⁴. No caso, se fosse o sistema eleitoral norte-americano Bolsonaro, mesmo com menos votos, teria ganho as eleições, evidenciando, comparativamente a disfuncionalidade do sistema eleitoral norte-americano baseado no Colégio Eleitoral composto por vencedores/delegados em cada Estado.

Os cortes preferenciais multiplicaram-se também de forma “intraregional”, com grandes centros urbanos, como Belém, dando a vitória ao PT, enquanto novas e ricas áreas de gado, mineração e de grãos, com sérios conflitos de terra e aguda questão ambiental, votavam maciçamente no, então, candidato do PL.

Desta forma, a vitória de Jair Bolsonaro em 2018, a massiva votação da Extrema Direita em 2022, com a consequente “concentração” do leque do “campo das Direitas” no país em torno das posições mais extremistas, evidenciando o caráter do bolsonarismo, nos obriga, hoje, a uma séria rediscussão do papel dos Militares na Política nacional e das origens – e aqui acentuamos o plural – doutrinárias do bolsonarismo.

Buscando respostas no baú do passado: Integralismo e Neointegralismo.

Desde logo, no campo da História e de um jornalismo político mais refinado, a natureza do bolsonarismo tem sido comparada, e de forma significativa, com o Integralismo histórico dos anos de 1932 e 1938, o curto período de legalidade da Ação Integralista Brasileira / AIB²⁵. De certa forma, o bolsonarismo é identificado, enquanto uma

24. O GLOBO Eleições. <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/eleicao-em-numeros/noticia/2022/10/06/como-foi-a-votacao-dos-presidenciais-no-1o-turno-em-cada-regiao-do-pais.ghtml>, consultado em 10/10/2022.

25. Trindade, Hélgio. Integralismo. In: <http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/ver-bete-tematico/integralismo>, consultado em 09/10/2022.

das correntes do “fascismo eterno”, para citar uma expressão de Umberto Eco²⁶ – autor, no entanto, estranho ao debate brasileiro sobre o Integralismo -, por vezes sob a forma de “Neointegralismo”. Tal questão, o valor heurístico atual do conceito “Neointegralismo” coloca uma série de questões em debate: o Projeto de Nação de Plínio Salgado, Gustavo Barroso, Miguel Reale é de fato capaz de uma ressignificação nos nossos dias? Sem dúvida alguma, as palavras de ordem do Integralismo – tal qual “Deus, Pátria e Família” – remetem ao Integralismo histórico e suas organizações sucessoras, como “Tradição, Família e Propriedade’/TFP, seu apego à tradição e o combate a Maçonaria e aos diversos socialismo, ditos “marxismo”. No entanto, há fortes pontos de divergência em relação com a própria maçonaria, muito popular nos meios militares, e a questão da “mestiçagem” da população brasileira, muito mais racialmente excludente no bolsonarismo, tanto em relação ao hibridismo “mulato” quanto a romantização do índio na construção da Nação brasileira que são estranhos ao (Neo)Integralismo. O racismo torna-se no bolsonarismo fortemente “negacionista” em face a uma História repleta de marcadores impossíveis de apagar – desde os “Pelourinhos” das dezenas de cidades coloniais brasileiras até a repressão das religiões afro-brasileiras passando pelos incontáveis crimes, de injúria ao assassinato, contra negros e pardos no Brasil. A nova versão racista da História do Brasil, exercício pleno do negacionismo, pretende a atribuição aos próprios africanos das origens da escravidão e do tráfico negreiro, além de negar sua relevância histórica na construção da ordem social e seu papel nas desigualdades sociais hoje existente²⁷. Nega-se dados concretos como o índice de 77% de todas as vítimas de morte violenta/homicídios

26. Eco, Umberto. *O fascismo eterno*. Rio de Janeiro, Record, 2020.

27. Folha de São Paulo. Portugueses nem pisaram na África, diz Bolsonaro sobre escravidão, 31/07/2018. In:<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/07/portugueses-nem-pisaram-na-africa-diz-bolsonaro.shtml>, consultado em 12/10/2022.

serem negros ou pardos em ²⁸. Enquanto isso, em 2019, as mulheres negras representaram 66% do total de mulheres mortas no país, com uma taxa de mortalidade por 100 mil habitantes de 4,1, enquanto a taxa entre mulheres não negras foi de 2,5, conforme pesquisa do “Atlas da Violência, Brasil 2019”.

Na verdade, em diversos momentos em que o bolsonarismo e, mesmo, membros do Governo Bolsonaro, aproximam-se do fascismo o fazem diretamente em mitemismo com o fascismo italiano e o nazismo alemão, sem uma necessária “mediação” histórica com o Integralismo. Essa é, por exemplo, a posição da cientista política Adriana Reis: “A construção do partido nazista foi uma construção voltada para a ideia anticorrupção de Estado, muito militarista, fundamentalmente pautada na ideia de que havia uma Alemanha que estava acabando economicamente”, o que se repetiria na agenda do bolsonarismo, apontando para a “desgraça” dos países dirigidos pela Esquerda, como a Argentina, Chile e Venezuela²⁹.

Ao mesmo tempo, o bolsonarismo recusa da igualdade de gênero, etnia e condição social atingindo seu ápice numa total recusa aos preceitos básicos dos Direitos Humanos – com a propaganda de armas, da violência e o empoderamento das policiais – além, das constantes tentativas de restrição dos Direitos Civis – sempre através das ameaças de “extirpar” as oposições ou manda-la para a “Ponta da Praia”, cemitério clandestino do tempo do Regime de 1964, ou, ainda, na limitação das regras estabelecidas na Constituição de 1988 e seu choque com o Supremo Tribunal Federal. No imediato pós-eleições de

28. O GLOBO. A chance de uma pessoa negra ser assassinada no Brasil é 2,6 vezes superior àquela de uma pessoa não negra. A taxa de homicídios por 100 mil habitantes negros no Brasil em 2019 foi de 29,2, enquanto a da soma dos amarelos, brancos e indígenas foi de 11,2. In: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/08/31/negros-tem-mais-do-que-o-dobro-de-chance-de-serem-assassinados-no-brasil-diz-atlas-grupo-representa-77percent-das-vitimas-de-homicidio.ghtml>, consultado em 10/10/2022.

29. Brasil de Fato: <https://www.brasildedefato.com.br/2018/10/17/bolsonaro-e-fascista-listamos-13-frases-do-candidato-para-reflexao>, consultado em 09/10/2022.

2022 importantes figuras do bolsonarismo começaram uma campanha para “reformar” o Supremo Tribunal Federal/STF, emulando as práticas da Extrema-Direita na Polônia e na Hungria³⁰.

Numa perfeita síntese da ojeriza às normas do Direito o presidente declara: “A violência só cresce no Brasil porque há uma política equivocada de direitos humanos”³¹. Ao mesmo tempo, funcionários e bolsonaristas, em cargos importantes do governo, foram pegos várias vezes, citando líderes nazistas e, mesmo, a defesa de ideais e programas nazistas³².

Tal situação nos obriga, no campo da História, a uma “revisão” das teses tradicionais sobre as relações “(Neo)Integralismo” +bolsonarismo, e explicitar a diversidade doutrinária original apresentada pela Extrema Direita hoje no Brasil e, mesmo, do chamado Neointegralismo. Se, é de fato seguro afirmar um largo parentesco entre Integralismo e bolsonarismo, recepcionado pelo conservadorismo tradicional em instituições como as forças armadas, as Igrejas ou a magistratura, devemos, no entanto, destacar caráter diverso e múltiplo de suas fontes doutrinárias e de suas próprias expressões originais no Brasil³³.

O bolsonarismo fez os brasileiros refletirem sobre seu próprio conservadorismo enquanto uma antiga tradição mental e cultural mantida em perfeita relação com a paisagem social existente.

30. Ver Portal G1: <https://g1.globo.com/politica/blog/andreia-sadi/post/2022/10/10/ministros-do-stf-veem-cartilha-autoritaria-em-defesa-de-reforma-da-corte-por-bolsonaro-chavez-fez-na-venezuela.ghml>, consultado em 10/10/2022.

31. Brasil de Fato. Idem.

32. Congresso em Foco. <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/onze-vezes-em-que-o-bolsonarismo-flertou-com-o-nazismo/> consultas do em 09/10/2022.

33. Ver Carneiro, Marcia Regina Ramos. Do Sigma ao Sigma - entre a anta, a águia, o leão e o galo - a construção de memórias integralistas. Niterói, Tese de Doutoramento, 2007.

A sombra do nazismo:

Ao lado do Integralismo/Neointegralismo, um outro movimento político, nos anos de 1930, teve forte impacto, e largas com sequencias, sobre a sociedade brasileira: a criação do Partido Nazista do Brasil, entre 1928 e 1938. A “Seção brasileira” do *NSDAP/ Aussenorganisation* – ou seja, o chamado “partido nazista” no Brasil era um braço do partido-mãe sediado na Alemanha, sustentados pela organização partidária “*Aussenorganizatikonen*”/Organizações Externas do Nacional-socialismo. A entidade política chegou a contar com 2.822 membros ativos em seus quadros – a segunda maior organização nazista fora do Terceiro Reich, superada apenas pelo “*Bund of american-german*” dos Estados Unidos³⁴. A “organização” foi criada em Timbó, Santa Catarina, 1928, reunindo principalmente descendentes de alemães emigrados para o Brasil. No entanto, após a vitoriosa conquista do poder por Adolf Hitler, surgem outras organizações nazistas no país, além de um vasto auditório disponível para a pregação racista e antissemítica. Esse foi o caso da “Legião de Outubro” ou “Legião Liberal Mineira”, criada por Francisco Campos e Gustavo Capanema, em 1931. Muitos simpatizantes fizeram ‘entrismo’ em partidos “normais”, assumindo uma militância dita “liberal” ou “republicana” enquanto, na realidade, mantinham uma postura, e um programa “oculto”, centrada em ideias oriundos do fascismo italiano ou nacional-socialismo alemão.

Foi o Partido Social Nacionalista, criado a partir de uma confluência de ideias e programas “modernizantes” do país, com a adesão de vários elementos vindos do movimento “Tenentismo”, desempenhou relevante papel ao apoiar a Revolução de 1930 no papel de um “exército civil”³⁵. Entre as figuras que militaram no âmbito do “socialismo

34. Elis, Mark. Americans for Hitler. The Bund (2007). In: <http://www.americainwwii.com/articles/americans-for-hitler/>, consultado em 10/10/2022.

35. FGV/CEPDOC. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/legiao-de-outubro>, consultado em 10/10/2022.

nacional” mineiro passaram Joaquim Murtinho, reformador econômico, Francisco Campos, o “autor” da Constituição autoritária de 1937 (a chamada “a polaca”) e Café Filho, que desempenhará um papel central nas crises da IV República (1945-1964). A Historiografia clássica, de viés tradicionalista, classifica o Partido Social Nacionalista, entre 1930 e 1932, como uma agremiação de “vida efêmera” e de conteúdo “populista nacionalista”, na mesma chave em que a mídia hoje evita o termo “fascista” para nomear os movimentos de Ressurgência dos Fascismos. Assim, a emergência do Partido Social Nacionalista enquanto um ensaio de agremiação fascista, inclusive tendo Plínio Salgado entre seus fundadores, é quase imperceptível para a Historiografia, perdendo-se o clima mental da época, naqueles tumultuosos anos do começo da década de 1930. Numa típica operação de criar enlaces, da História do Tempo Presente, a conexão entre o reacionarismo autoritário e modernizante brasileiro, o Integralismo e os fascismos históricos iluminam, hoje, a relevância de um auditório pronto para as ideias extremistas de Direita que anunciam a própria criação da AIB e seus congêneres atuais. É notável que obras relevantes de História Contemporânea vejam na agremiação um modelo *ab ovo* do “populismo” – conceito hoje seriamente questionado – e não consigam fazer a conexão com os fascismos já no poder na Europa. É assim, pelas linhas de historiadores desavisados, que o PSN é apresentado como o “partido sem nome” em função de sua “inexpressividade” política. No entanto, a experiência de *nacionalização* de uma ideologia importada, da dimensão do fascismo, é fundamental, que se explicita pela expressividade, ao contrário do que se queria, dos nomes que estarão nos seus quadros. Desde intelectuais e políticos que marcarão a emergência do Estado Novo, do primeiro varguismo, ao longo da IV República até o Golpe civil-militar de 1964.

Para manter o paralelismo da expressão que identifica no Golpe de 1964 “...o Estado Novo da UDN”, teríamos, hoje, no bolsonarismo,

“o Golpe de 1964 do neointegralismo” – o que importaria numa rigorosa análise comparada de ambos os fenômenos.

Nesta direção os trabalhos de Rene Gertz, Marlene de Fávere e de Loiva Otero Félix são fundamentais para uma avaliação da recepção do nazismo, a variante alemã dos fascismos, pela sociedade brasileira, inclusive fora dos núcleos coloniais alemães. Particularmente Gertz, um especialista, adverte para a adesão ao nazismo de elementos muito além da comunidade teuto-brasileira, porém não muito além de uma minoria bastante ativa. Havia, ainda, conforme Gertz, um certo oportunismo na adesão ao nazismo: “... entre os que ingressaram no partido provavelmente se encontrava um número significativo que estava numa dependência econômica direta em relação a empresas alemães (da Alemanha) em atividade no Brasil, para os quais a adesão ao partido era quase uma obrigatoriedade”³⁶. Calcula-se que apenas cerca de 5% dos alemães no Brasil aderiram formalmente ao nazismo – a grande maioria em São Paulo -, o que nos coloca alguns problemas já anunciados: a simpatia pelo nazismo não pode ser aferida através do número de “afiliados”, sendo que a simpatia e emulação do nacional-socialismo abarcava um número muito maior e não cabível nestes marcadores, seja de etnia, seja de afiliação a um partido. E, de outro lado, não conseguimos avaliar a “nacionalização” do nazismo, sua “deglutição” em direção à paisagem social e política nacional, sem um maior número de pesquisas locais e mesmo de trajetórias pessoais. Um dado importante, levantado por Gertz, nos mostra que havia no Brasil, em 1933, 1.260 escolas “alemães” com mais de 50 mil alunos matriculados. Dada a incipiente do sistema escolar brasileiro e vastidão da escolaridade incompleta da maioria da população, e o analfabetismo, o “sistema educacional” alemão no país era, de fato, capaz de causar um forte impacto na formação intelectual de suas elites.

36. O trabalho fundamental continua sendo: Gertz, René Ernaini. O fascismo no sul do Brasil. [S.l.]: Mercado Aberto, 1987, p. 88 e ss.

Para estes nazistas brasileiros, numa derivação lógica, o principal alvo de desprezo e bode expiatório do atraso do Brasil se devia ao excessivo número de negros e mestiços, que substituíam, no contexto clássico fascista de exclusão, o papel desempenhado no imaginário do “eterno judeu”. Na sua busca de uma identificação no diferente de um “outro conveniente” votado ao ódio, os nazistas apontam para o caráter “preguiçoso” e “lascivo” do povo brasileiro, em grande parte derivado de suas origens africanas e indígenas³⁷. Vários funcionários do Governo Bolsonaro, inclusive em cargos junto a Presidência da República, já foram flagrados com falas e gestos de identificação com o supremacismo branco norte-americano, de cunho francamente neonazista. Assim, gestos de identificação com o “White Collor” - o “p” e o “w” feitos com os dedos da mão direita – ou a semiologia do copo de leite bebido pelo presidente em suas “lives” semanais, apontam para esse “aggiornamento” das ideias nazistas no Brasil via a recuperação do passado e sua identificação com elementos importados dos movimentos nazistas mundiais³⁸.

Cada fascismo escolhe o seu “judeu” como alvo do ódio aglutinador e identitário.

A novidade importada: o trumpismo do Bolsonarismo.

Assim, ao lado do Integralismo / (Neo)Integralismo histórico brasileiro³⁹ – sempre presente em setores relevantes das Igrejas, da Magistratura e dos Militares – devemos juntar, para a compreensão da “fala”

37. Ver Dietrich, Maria. Caça às suásticas: o Partido Nazista em São Paulo sob a mira da polícia política. Editora FAPESP, IMESP, HUMANITAS, 2007; Seyferth, Giralda. IDENTIDADE ÉTNICA, ASSIMILAÇÃO E CIDADANIA A imigração alemã e o Estado brasileiro. In: <http://web.archive.org/web/20160828182904/http://www.igtf.rs.gov.br/wp-content/uploads/2012/10/IDENTIDADE-%C3%89TNICA.pdf>, consultado em 10/10/2022.

38. Acosta Rico, Fabián. *El pensamiento político de José Vasconcelos*. México: Secretaria de Cultura del Gobierno del Estado de Jalisco, 2004.

39. Doria, Pedro. O fascismo à brasileira. Rio, Editora Planeta, 2020 e Gonçalves, Leandro e Caldeira, Odilon. O fascismo em camisas verdes. Do Integralismo ao Neointegralismo. Rio de Janeiro, FGV, 2020.

bolsonarista outro elemento central: o seu “componente” internacional no seu tempo histórico. Nos anos de 1930 a circularidade de ideias apontava para a importação, apropriação e ressignificação de elementos do Integralismo português, do fascismo italiano e do Nacional-Socialismo alemão, do futuro Terceiro Reich, na constituição do Integralismo brasileiro, incluindo aí o racismo antisemita, e o elogio da emergência de uma “raça nova”, de homens fortes, de caráter “cósmico” – para retomar uma expressão do intelectual fascista mexicano José Vasconcellos (1882-1959). Hoje, esse processo apropria-se da experiência política do “trumpismo”, ele mesmo altamente devedor do supremacismo branco norte-americano de raízes neonazista e, ainda, revanchista em relação a Guerra Civil, constituindo-se em uma das formas políticas possíveis do fascismo contemporâneo nos Estados Unidos.

Com a importação imitativa do “trumpismo” o bolsonarismo agrupa no seu doutrinário uma série de lugares comuns, preconceitos e valores do velho reacionarismo brasileiro, em especial na negação/revisão da História do Brasil, atualizados pela crítica do “politicamente correto” e do “marxismo cultural” como floresce nos Estados Unidos. Para o bolsonarismo há uma história “oculta”, a única verdadeira, manietada pela cultura elitista vigente no Brasil divorciadas do povo e de suas expressões culturais.

Todo esse arsenal foi “atualizado”, e mesmo vivificados, pela relação direta do bolsonarismo com a América de Donald Trump e sua ideia de fazer uma política de restauração e acumulação de poder – “*Make America Great Again!*”. Como na América, a vitória eleitoral é somente uma tática e na sua busca todos os meios são razoáveis. O bolsonarismo, voluntariamente, atrelou-se, numa aposta que arrasta junto ao País, ao destino do trumpismo e suas táticas. Assim, o desasco com a pobreza e a indigência no Brasil - hoje 21 milhões de pessoas se encontram na faixa mais pobres da sociedade, 12 milhões de jovens estão no grupo “nem-nem”, nem estudam e nem trabalham e 31

milhões atingidos pela fome – assumiu, no bolsonarismo, um agressivo, e desbocado, caráter de negacionismo. O empreendedorismo, a redução do Estado, o fim das ações afirmativas e seus sistemas de cotas sociais e raciais seriam, neste sentido, um incentivo ao desenvolvimento econômico e o fim das desigualdades sociais. Não existiria nenhuma herança histórica a ser restaurada, uma construção das elites intelectuais para se imporem ao povo. Esse receituário acaba por seduzir um imenso grupo de empresários, sempre voltados contra o chamado “Custo Brasil” – embora o trabalhador alemão ou japonês seja muito mais protegido socialmente que o seu equivalente brasileiro. Na visão “desenvolvimentista” do bolsonarismo não há qualquer espaço para a promoção trabalho e a proteção da economia nacional – uma disfuncionalidade marcante com a conversão protecionista do Partido Republicano com Donald Trump. Sem um programa de Educação, geral ou técnica, a produtividade do trabalho se mantém como um mistério para o bolsonarismo, emanando muito mais do “Estado Grande” do que do desastre educacional brasileiro. Assim, a redução do Estado, a transferência do custo da superação da pobreza transferido para os próprios trabalhadores, o bolsonarismo é um imã para o empresariado liberal/ultraliberal sempre pronto para escapar da legislação trabalhista e fiscal.

Há entre o trumpismo e o bolsonarismo um recíproco reconhecimento, confirmado por declaração do próprio mandatário norte-americano: “O ex-presidente dos Estados Unidos Donald Trump declarou nesta 5^a feira (8.set.2022) seu apoio ao Presidente da República e candidato à reeleição, Jair Bolsonaro (PL). “- Ele é um homem maravilhoso, e tem meu Endosso Completo e Total!!!“⁴⁰. As trocas ideológicas entre os dois líderes vão além do cortejo ao evangelismo e a supremacia branca, da misoginia e do racismo, tendo pontos comuns

40. Poder 360. <https://www.poder360.com.br/brasil/tem-meu-endosso-completo-e-total-diz-trump-sobre-bolsonaro/>, consultado em 10/10/2022.

também no uso das redes digitais e na forma abrupta, agressiva, de travar a luta política. Ambos desafiaram os sistemas eleitorais, e os tribunais correlatos, em falas seguidas de múltiplas e constantes denúncias de fraude eleitoral e de resistência aos resultados das urnas. Com Trump deu-se uma ampla campanha contra o voto pelo correio e a invenção de denúncias de ocultamento de votos pelas mesas apuradoras do voto escrito em papel, e com Bolsonaro a criação de uma ampla rede de fake news sobre a ausência de confiabilidade nas urnas eletrônicas e na formação do computo final de votos, exigindo o retorno do voto em papel. Embora com sinais trocados, ambos os fenômenos – trumpismo e bolsonarismo – caminham na direção de demolir, por dentro, a democracia.

Trump incentivou a invasão do Capitólio, em 6/01/2021, tentando impedir a diplomação do vencedor, o adversário do Partido Democrático, enquanto Bolsonaro, ao lado do Ministro da Defesa, do vice-presidente e do Ministro-chefe do GSI, todos generais, ameaçou todo o tempo não reconhecer os resultados eleitorais caso as urnas eletrônicas não fossem auditadas “pelos militares”, em nítida usurpação das funções do STE.

O fundo conservador tradicional: a “ternura” que mata!

A ideia de “ternura” da sociedade brasileira é uma constante da História do Brasil e, mesmo, da autoidentificação do povo brasileiro. Trata-se de ver com uma imensa dose de benevolência a realidade brasileira, ocultando a violência e a opressão, em especial a Escravidão, ao longo da formação da Nação. O termo “ternura brasileira” origina-se de um curto poema de Domingos Caldas Barbosa (1740-1800), quando descreve o “paraíso” que seria o Brasil e a sua gente:

“Não posso negar, não posso,
Não posso por mais que queira,
Que o meu coração se abrasa

Da ternura Brasileira.
 Uma alma singela, e rude
 Sempre foi mais verdadeira,
 A minha por isso é própria
 Da ternura Brasileira.
 Lembra na última idade
 A paixão lá da primeira,
 Tenho nos últimos dias
 A ternura Brasileira.
 Vejo a carranca morte
 Ameigar sua viseira,
 Por ver que ao matar-me estraga
 A ternura Brasileira.
 Caronte que chega à barca,
 E que me chama à carreira,
 Vê que o batel vai curvando
 Co'a ternura Brasileira.
 Mal piso sobre os Elísios,
 Outra sombra companheira
 Chega, pasma, e não conhece
 A ternura Brasileira.
 Eu vejo a infeliz Rainha
 Que morre em ampla fogueira,
 Por não achar em Enéias
 A ternura Brasileira.
 Do mundo a última parte
 Não tem frase lisonjeira,
 As três que a têm não conhecem
 A ternura Brasileira.
 Do mundo a última parte
 Foi sempre em amar primeira,
 Pode às três servir de exemplo
 A ternura Brasileira”.

A partir destes versos criou-se uma visão paradisíaca – os velhos motivos edênicos da História do Brasil já assinalados por Sérgio

Buarque de Holanda⁴¹ - do povo e da terra brasileira, desde seu imediato sucesso quando da publicação em 1826. Mesmo sendo um estudioso pioneiro de tradições africanas como os lundus, Caldas Barbosa, constrói, em plena vigência do escravismo, um mundo eternamente feliz e respeitoso, embora não se negue a usar expressões desqualificadoras sobre a própria África e as metáforas da eterna “mãe preta”. Grande parte da historiografia do século XIX, tendo seu ápice em João Francisco Varnhagen, e do século XX, com seu divulgador oriundo do Integralismo, Hélio Vianna – o “catedrático” de História do Brasil da antiga FnFi, da Universidade do Brasil no Rio de Janeiro – o país se assumiu como uma “sociedade terna”. Trata-se de ir além da tradição “incruenta” da nossa História, impondo uma visão patriarcal, misógina e heteronormativa da sociedade, onde a lascívia é característica da mulher negra, vista como corpo disponível para o gozo do Outro, branco e senhorial. A persistência de tal visão edênica, onde a eventual pobreza é um defeito do indivíduo e não possui quaisquer relações com o contexto histórico, manifestou-se de forma escandalosa no dia 12/10/2022, dia de Nossa Senhora Aparecida, a padroeira do Brasil, quando uma multidão de bolsonaristas, vestidos com a camisa da seleção de futebol e muitos alcoolizados, vaiaram a homilia do arcebispo celebrante durante a missa quando este defendeu ações concretas contra o “dragão da fome, o dragão do desemprego e a exploração das crianças”. No paraíso do Brasil, onde as classes médias vivem encasteladas em seus condomínios fechados e andam em carros blindados, não há espaço para fome, encarda como uma “conspiração do marxismo cultural”, mesmo numa basílica de um santuário nacional⁴².

Essa visão da “ternura brasileira” encontrou eco nas produções típicas do Estado Novo, a partir de 1937, na renovação cultural do país

41. Ver Holanda, Sérgio Buarque. *Visões do Paraíso. Os motivos edênicos no Descobrimento e Colonização do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1959.

42. YouTube. “Bolsonaristas vaiam arcebispo durante a missa em Aparecida”. In: <https://www.youtube.com/watch?v=FC7-L6eqd7U>, consultado em 13/10/2022.

desde sua produção modernista renovadora e culta, com Cassiano Riccardo (1895-1974), até a produção espontânea e popular dos sambas-enredo, do samba exaltação, das escolas de samba e do carnaval, em especial no Rio de Janeiro.

A emulação da “ideologia da ternura” e da visão paradisíaca do país já emerge, no samba-enredo, em 1936, com a Escola de Samba Grêmio Recreativo da Tijuca, com descrição fabulosa da natureza⁴³:

A Natureza Bela (1936):

Natureza bela do meu brasil
 Queira ouvir esta canção febril
 Sem você, não tenho
 As noites de luar pra cantar
 Uma linda canção ao nosso brasil (bis)

É um sambista apaixonado
 Quem lhe pede, natureza
 As noites de luar
 Que vive bem perto de você
 Mas sem lhe ver
 Eu vejo as águas correndo
 E sinto meu coração palpitar
 E o meu pinho gemendo
 Vem minha saudade matar...

A partir de então os temas históricos romantizados, retirado o seu caráter cruel e violento, serão constantes, ao lado da “edenia” natural, dos sambas, quase numa elegia concorrencial ao poder, como ocorre no samba de 1949, do Império Serrano:

43. Ver <https://www.letras.mus.br/unidos-da-tijuca-rj/natureza-bela/>, consultado em 12/10/2022.

Exaltação a Tiradentes (ou Inconfidência Mineira):

Joaquim José da Silva Xavier
Morreu a 21 de abril
Pela Independência do Brasil
Foi traído e não traiu jamais
A Inconfidência de Minas Gerais

Joaquim José da Silva Xavier
Era o nome de Tiradentes
Foi sacrificado pela nossa liberdade
Este grande herói
Pra sempre há de ser lembrado

Tal corrida ao ufanismo terá seu ápice durante o Regime Civil-Militar, em 1975, quando a agremiação, que já havia apresentado um samba-enredo, em 1958, de “Exaltação às Forças Armadas”, em referência a FEB, apresenta-se como um libelo de propaganda do regime militar:

É de novo carnaval
Para o samba este é o maior prêmio
E o Beija-Flor vem exaltar
Com galhardia o grande decênio
Do nosso Brasil que segue avante
Pelo Céu, mar e terra

Nas asas do progresso constante
Onde tanta riqueza se encerra

Lembrando PIS e PASEP
E também o FUNRURAL
Que ampara o homem do campo
Com segurança total

O comércio e a indústria
Fortalecem nosso capital

Que no setor da economia
Alcançou projeção mundial

Lembraremos também
O MOBRAL, sua função
Que para tantos brasileiros
Abriu as portas da educação

Durante os anos de 1950 e 1960 foram recorrentes sambas-enredo de “exaltação” a fraternidade brasileira, em especial na forma graduista da Abolição da Escravidão e numa visão da História do Brasil enquanto “History from above”, com seus grandes heróis e estadistas, uma escravidão sem revoltas e com consolo na festa e no canto dos africanos cativos. Embora a crítica a tal visão da História, e por conseguinte da própria identidade nacional, já viesse madurecendo em outras agremiações.

Somente depois da Revolução de 1930, com a publicação da obra seminal de Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), “Raízes do Brasil”, em 1936 – e, de certa forma, aprofundado em “Caminhos e Fronteiras”, de 1957 – que se ergue uma visão crítica da construção da sociedade brasileira. Desta forma, à “ternura brasileira” é a contraposta a “cordialidade” conceitual do homem brasileiro, como proposto por Sergio Buarque de Holanda. Assim, a confusão entre família e sociedade, a indistinção entre o público e o privado, a permanência do mando e da violência privados (incluindo contra as mulheres e a população LGTB+) e o destaque às revoltas populares e o caráter cruel da escravidão seriam marcadores opostos à dita “ternura brasileira”. Até mesmo essa produção “popular”, como em casos notáveis da Escola de Samba Vila Isabel ou do Império Serrano, em 1988 e em 1969, foi “monitorada” pelos serviços de informação das forças armadas, preocupados com a possibilidade de “revelação” do caráter explorador da Escravidão, denunciado nos sambas, e no apagamento da História, levasse a

uma luta de brancos e negros no Brasil⁴⁴. Em 1969, no carnaval seguinte ao Ato Inconstitucional nº5, Silas de Oliveira, Mano Décio da Viola e Manuel Ferreira compuseram o samba-enredo “Heróis da Liberdade” para o Império Serrano com sua poética marca de “History from bellow”:

“Passava a noite, vinha dia
 O sangue do negro corria dia a dia
 De lamento em lamento
 De agonia em agonia
 Ele pedia o fim da tirania”
 (“Heróis da Liberdade”, 1969)⁴⁵.

Numa composição de intencional dubiedade, em 1980, na Unidos de Vila Isabel, desfilou com samba-enredo “Sonho de um sonho”. O compositor era Martinho da Vila, que a partir de Carlos Drummond de Andrade, voltava ao tema da “ternura brasileira” ao dizer: “[...] Um sorriso sem fúria entre o réu e o juiz/A clemência e a ternura por amor da clausura/A prisão sem tortura, inocência feliz/Ai meu Deus/Falso sonho que eu sonhava”, numa corajosa denúncia da tortura no Brasil⁴⁶. Talvez a melhor, e mais popular, versão do “homem cordial”, avatar do brasileiro, tenha sido sua tradução poética na obra de Chico Buarque de Holanda:

Sabe, no fundo eu sou um sentimental. Todos nós herdamos no sangue lusitano uma boa dosagem de lirismo (além da sífilis, é claro). Mesmo quando as minhas mãos estão ocupadas em torturar, esganar, trucidar, o meu coração fecha os olhos e sinceramente chora.

44. CNN. Exército monitorou desfiles de Carnaval e condenou crítica ao racismo, diz documento. 19/11/2021. IN: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/exercito-monitorou-desfiles-de-carnaval-e-condenou-critica-ao-racismo-diz-documento/>, consultado em 14/10/2022.

45. Ver a íntegra da poesia do sambo=–enredo em: <https://www.letras.mus.br/imperio-serrano-rj/473145/>, consultado em 14/10/2022.

46. Agência UVA. “Samba-enredo também é arte da resistência”. In: <https://agenciauva.net/2018/07/05/sambas-enredo-como-arte-de-resistencia/>, consultado em 14/10/2022.

“Fado tropical”, a canção acima citada, parte da obra revisionista e desafiadora da História do Brasil, “Calabar, o elogio da traição”, de 1973, escrita em um momento duríssimo do Regime Civil-Militar por Chico Buarque em parceria com Ruy Guerra, marca o caráter da resistência cultural no Brasil e o desmonte da “Ideologia da Ternura”⁴⁷.

A nova (e limitada) ascensão de novas classes médias decorrentes do surto de estabilidade / crescimento econômico provido pela Nova República, em especial de negros e pardos, e o empoderamento das mulheres e a visibilidade do povo LGBT+ - um dos principais alvos de ameaça do bolsonarismo -, visibiliza um forte racismo e a construção de um “Outro” como o “inimigo conveniente” ou “outro útil”.

O fundo militar do bolsonarismo:

Em 2022, na iminência do primeiro turno eleitoral no Brasil, as forças armadas publicaram um documento intitulado “Projeto de Nação: Brasil em 2035”, uma pretensa cenanização do futuro do país⁴⁸. No documento, divulgado com pompa pelo Exército, através de um socioleto autoritário e militarista, os autores – todos vinculados as Forças Armadas, promovem uma análise catastrófica do país e um ponto de virada “em algum momento em 2022” quando seria daria a “Mudança”, responsável pela implantação de um novo “Centro de Poder” que imporia as mudanças necessárias para a transformação do país – ou simplesmente uma metáfora de um novo golpe de Estado⁴⁹. O documento do grupo de miliatraes que se arvoram a tremenda tarefa

47. A obra, uma grande produção de Fernando Torres, com mais de 80 artistas no palco foi proibida por decisão do General Antônio Bandeira, então chefe da Censura Federal e conhecido pela repressão exercida em Pernambuco nos primeiros dias do Golpe Civil-Militar de 1964 e aliado do Gal Silvio Frota era um poderoso oponente da chamada “Abertura” proposta pelo Governo do General Geisel.

48. Instituto Sagres. Projeto de Nação: o Brasil em 2035. Brasília, 2022.

49. Ver Teixeira Da Silva, Francisco C. “O socioleto autoritário-militarista no Brasil”. In: Domingos, Manuel.

de estabelecer por si mesmos, ao largo da sociedade civil e da representação política constitucional, de dotar o país de um “Projeto de Nação” apontam a possibilidade de uma longa experiência autoritária com largas bases no bolsonarismo – com ou sem Bolsonaro. O impulso da Extrema-direita que emerge das eleições de outubro de 2022 explicita um fenômeno clássico nos processos de fascistização ocorrido em casos históricos bem documentados: o “desabamento” do Centro político do arco constitucional. Não nos referimos aqui ao agrupamento partidário denominado “Centrão”, de caráter fisiológico e “cargocrata”. Nos referimos a redução à quase nulidade representativa dos partidos fundadores do “arco constitucional” da Nova República entre 1985 e 1988, ao final de uma transição política longuíssima – ao menos entre 1977 e a plena vigência da nova Constituição democrática em 1988. O PL/Partido Liberal e o PSD/Partido Social-Democrata, ambos da base de apoio do bolsonarismo, e ausentes no pacto fundador da Nova República em 1985 / 1988, conquistam no Senado Federal 13 e 11 senadores cada⁵⁰, e de a União Brasil, também uma agremiação da base bolsonarista (resultante da fusão do antigo partido de Bolsonaro, o PSL, com o antigo DEM/Democratas), elegeu 9 senadores. O MDB, partido histórico da resistência contra a ditadura civil-militar e suporte da Nova República vai para um terceiro/ou quarto lugar com 9 senadores. Em especial o PSDB, ao lado do MDB, do PDS – que se dissolve entre os três partidos anteriores de base do bolsonarismo – e o PT, passam a uma situação de partidos

50. Senado Federal é composto por 81 senadores: três para cada um dos 26 estados e para o Distrito Federal, em uma divisão igualitária. Já na Câmara, composta por 513 deputados, o critério para a divisão do número de cadeiras é o da proporcionalidade: quanto mais habitantes a unidade federativa tiver, maior será o seu número de representantes. Assim, os estados menos populosos têm direito a, no mínimo, oito cadeiras e os mais populosos a, no máximo, 70. Há ainda uma diferença em relação à duração dos mandatos: enquanto o dos senadores é de oito anos, o dos deputados é de quatro. Ver Senado Federal. In: <https://www12.senado.leg.br/perguntas-frequentes/perguntas-frequentes/canais-de-atendimento/o-senado-federal/quantos-senadores-tem-o-senado-federal>, consultado em 09/10/2022.

únicos da sustentação constitucional. O PT acrecenta mais 2 senadores a sua bancada, contando com 8 senadores, seu melhor desempenho histórico, o PSDB perde dois senadores, e o PP e o PDT, partidos do arco constitucional, um à Direita e outro à Esquerda da topológica partidária brasileira, perderam 1 senador cada⁵¹. Na Câmara Federal dá-se o mesmo processo de ruina do “Centro” Democrático em favor da Extrema-Direita e a manutenção e crescimento da coligação das Esquerdas, como o PT e os aliados. Esse fenômeno, descrito na mídia brasileira como a “concentração” de poder nos polos da representação política, foi classicamente descrito por Nicos Poulantzas como parte fundamental do “processo de fascistização”⁵². Ao contrário de países que assistiram, desde 1991 e, especialmente depois de 2008, o crescimento dos Extremismos de Direita organizaram, de imediato, um processo de “bloqueio” das Direitas fascistizantes. Na Alemanha os partidos clássicos do “arco constitucional”, o SPD, CDU/CSU e os Liberais bem como os “Verdes” e a “Die Link”, a Esquerda radical, acertaram-se a não concluir qualquer tipo de aliança ou apoio governamental no nível das “Länder”, com a “Alternativ für Deutschland”/ AfD, uma federação da Extrema-Direita. Também na França, nas eleições de 2022, os partidos de Centro e de Esquerda, incluindo o Partido Socialista, uniram-se em torno de Emmanuel Macron para barrar a ascensão do “Reagrupamento Nacional” de Marine Le Pen. Somente na Itália e na Espanha partidos tradicionais da Esquerda permitiram a chegada da Ressurgência fascista ao poder. Este é o caso da Itália, onde os mesmos fascistas agora organizados em vários grupos – na Itália, como no Brasil, as denominações “fascista” ou “nazista” são proibidas como identificação política – como “Forza Nova”, “Fiamma Tricolore” (“Chama Tricolor”) e, em 2022, os “Fratelli d’Itália”

51. Senado Notícias. <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/10/03/pl-faz-a-maior-bancada-do-senado-psd-e-o-segundo-maior-partido>. Consultado em 09/10/2022.

52. Ver Poulantzas, Nicos. *Ditadura e Fascismo*. Lisboa, Edições Portucalense, 1973 e Teixeira Da Silva, Francisco C. e Schurster, Karl. Op. Cit..

(“Irmãos da Itália”), criado em 2012. Tal coligação venceu as eleições gerais de 25 de setembro de 2022, com 44% dos votos, tendo na liderança Georgia Melloni, candidata a primeira-ministra. Todos estes partidos são oriundos do antigo MSI/Movimento Social Italiano, criado por Giorgio Almirante, um notório fascista seguidor de Mussolini. Na Itália, como em outros países que viveram sob ditaduras, o processo de “desfascistização” foi falho e incompleto e a proposta de “bloqueio” político do fascismo ruiu. Da mesma forma, muitos estudiosos chamam a atenção para a crescente perda da memória, por vezes o apagamento, do Holocausto. As mortes dos sobreviventes, com a força dos seus depoimentos, tornaram-se hoje rara e em pouco não teremos mais o testemunho na primeira pessoa. Da mesma forma, a crescente antipatia pelo Estado de Israel, e uma certa propaganda que confunde a possível crítica às políticas israelenses nas áreas ocupadas – algo natural em relação a qualquer estado - com manifestações contrárias a própria existência do Estado judeu ajudam, e muito, a propagar novos sentimentos antisemitas⁵³.

Também na Espanha, o Vox, uma ressurgência do franquismo tardio, pode receber apoio de partidos da Direita tradicional e democrática, como o Partido Popular. Em ambos os casos, seja através da criação de “cordon sanitaire” para isolar a Extrema Direita, ou seja, através de uma participação com a hegemonia dos partidos direitistas tradicionais, o fascismo estaria sob “tutela” democrática e constitucional. No Brasil, no entanto, as Direitas tradicionais – no campo do empresariado, das Igrejas cristãs, das classes médias urbanas, dos militares e das regiões prósperas do Sul e do Centro-Oeste do agronegócio, aceitou-se, com euforia, ceder a liderança do cartel das Direitas

53. El País. Descendientes de víctimas del horror nazi en Sachsenhausen: “Está muriendo la generación que vivió esto y la extrema derecha aprovecha ese vacío”, 16/10/2022. In: <https://elpais.com/eps/2022-10-16/descendientes-de-victimas-del-horror-nazi-en-sachsenhausen-esta-muriendo-la-generacion-que-vivio-esto-y-la-extrema-derecha-aprovecha-ese-vacio.html>. consultado em 16/10/2022.

aos seus pares mais reacionários e extremistas. Assim, desde 2019, o Brasil é governado por uma coligação social e partidária hegemonizada pelos elementos mais radicais e extremistas do campo das Direitas, na contramão, inclusive, dos demais movimentos extremistas de Direita onde o poder é compartido com forças tradicionais. O bolsonarismo foi buscar numa coligação inédita na História da República: os militares, da Reserva e da Ativa, assumiram as posições chaves no Governo, realizando a plena “militarização da administração pública civil” do Brasil aliando-se aos setores pentecostais e empresariais.

Como em 1933, na Alemanha, políticos tradicionais – conservadores, liberais-nacionais, populares católicos – acreditavam que líderes fascistas como Mussolini e Hitler poderiam ser controlados e seriam úteis para “extirpar” o socialismo da vida pública. Em ambos os casos o erro foi dramático para a Itália e a Alemanha, arrastadas para uma terrível guerra – a Segunda Guerra Mundial, de 1939 até 1945 – levando a milhões de mortes e o triste espetáculo do Holocausto de milhões de pessoas.

A “Transição” brasileira, como em outros casos, mostrou-se incompleta e, mesmo, falhada. Neste processo de “virar a página”, de “apagamento” da História, e considerar todos resistentes frente ao fascismo, democratas, republicanos, judeus e comunistas que lutaram desde a “Hora Zero” até a 25a.hora contra os fascistas são igualados àqueles que tiraram proveito do Terceiro Reich, do “Stato Totale” de Mussolini, da Regência de Franco ou do Estado Nacional de Vichy. Todos considerados vítimas num fascismo tornando subitamente maioria em uma “gangue” de pervertidos.

Muitos apontarão o fenômeno da Ressurgência dos fascismos como uma “doença moral”, uma sociopatia política curada pela derrota das ditaduras em 1945, incluindo aí a derrubada de Vargas no Brasil, negando a análise histórico-política profunda e a presença de adeptos, militantes, colaboradores e delatores em todos os escalões da sociedade. Aos milhares, num átimo, os cegos passarão a ver a face

do verdadeiro fascismo tomado como uma minoria que assalta o Estado ou os “truques” de sedução e hipnotismo de Führer, Duce ou o “Mito” que emerge como o líder salvacionista.

No conjunto de ditaduras cujo processo de transição foi pactado, consensuado, entre os velhos grupos dirigentes e a Resistência – como na Espanha, Brasil ou Chile -, aplica-se o mesmo método de “pacificação nacional”. Como no filme “Roma, cidade aberta”, de 1945, um Roberto Rosselini emerge como construtor da memória pacificada apresenta católicos, comunistas e republicanos unidos contra o fascismo. Somente um ator, “memória reconstruída”, é pró-fascista e colaborador dos alemães: uma mulher, fraca, prostituída e drogada, imagem pálida de uma Itália fascista “enganada” pelo anjo mau nazista. Pier-Paolo Pasolini ri às escancaras da auto benevolência da narrativa.

A Resistência é diminuída, ou mesmo lançada às margens da História. Essa “enquadrada” pelos limites da própria ampliação do “de-mos” da Democracia aceita as versões dulcificadas de todo um povo igualmente formado de *maquis e partiggiani*.

Faltaram a última sessão de cinema de “Le chagrin et la Pitie”, de 1969, o filme dramático do “inoportuno” Marcel Ophuls sobre a colaboração e resistência sob ocupação nazista. “Todos sempre foram antifascistas”: contudo responsáveis, tementes a Deus e respeitosos da propriedade privada.

Pelo menos até que chegue a jovem Historiadora - essa “garota insuportável!” - para remexer em velhos arquivos e fazer perguntas descabidas numa “Cidade sem passado” descrita por Michael Verhoeven., em 1990. Todo passado deve ser página virada ou será insuportável para os delatores, colaboradores e perpetradores. O fascismo não tem memória. Odeia a História e quer no seu lugar apenas o m(M)ito. *Urbi et orbi*: Decreto da Anistia na Espanha, em 1977, e seus pactos com o franquismo órfão e moribundo - “esqueçam as covas comuns, esqueçam os fuzilamentos em massa e pinte de branco os muros de Gernika!”, é o que prega o Vox, na extrema-direita do arco político espanhol.

Anistia no Brasil, em 1979, e suas cláusulas pétreas: permita-se, assim, a que se duvide da tortura, dos sequestros e dos voos da morte! Recusa da Constituição popular e democrática no Chile nesse ano 2022 - acuse o povo de não lembrar, da imposição do apagamento.

Transições falhadas que não punem os crimes contra a humanidade e igualam algoz e vítima resultam em democracias “feias” e de baixa intensidade.

Um fascista *recovery* pronto para a próxima oportunidade. Perdão, entendimento e conversão sincera à Democracia não são hábitos do fascismo. E é o que permite entender a natureza do fascismo como “Ressurgência” e não, exatamente, como populismo de Direita, ultranacionalismo, radicalismo nacional ou quaisquer outros conceitos *ad hoc*. Nada há de “Neofascista” hoje em tais correntes políticas: continuam sendo intrinsecamente racistas, negam qualquer alteridade que desejam “extirpar”, um nacionalista “de bandeira”, se enrola num manto nacional, mas esquece o povo faminto e arruína o patrimônio nacional e um militarista “de vitrine”, enfeitiçado por marchas, flâmulas, medalhas, hinos e gritos militares. Nada além de um culto falocrata ao ego frágil e partido, um recalque de desejos indizíveis, expresso na mímica corporal que exige uma prótese prolongadora do corpo na forma fálica de uma arma.

Reside aí uma outra fonte do bolsonarismo: uma revisão negacionista do Tempo Presente.

A ditadura “que não existiu?

Tal vertigem de acontecimentos - aos olhos da Nação - recolocam a questão da aderência da Direita brasileira - altos funcionários civis e militares, empresários, políticos, líderes religiosos - à alternância democrática de poder.

Assim, todos aqueles que nas últimas semanas consideraram a ameaça de rompimento democrático - como dizem os empresários

bolsonarista - descartada, chamamos a atenção para reconsiderar sua confiança, não exatamente nas instituições, mas na sincera conversão da Direita golpista brasileira à Democracia. Mesmo as alianças já engendradas por Lula da Silva à Direita e no Centro Político, não bastam para esses setores reacionários, autoritários, que jamais aceitaram a “Nova República”. O objetivo claro de tais setores é a destruição das liberdades democráticas, das garantias e anteparos sociais em face da pobreza e da fome que corroem o Brasil hoje.

Não se trata de “reação antipetista”, ou contra Lula, trata-se claramente de uma reação contra a Modernidade, as conquistas da civilização e manutenção da Nova República como uma forma democrática de constituir governos.

Recoloca-se, assim, a questão do golpe de Estado circuitando as garantias democráticas.

O que devemos encarar com clareza é a novidade do processo, constante e permanente, do Presidente da República solapar os princípios básicos da Nova República e, com ele e ao seu chamado, adesão de setores significativos da sociedade em acompanhá-lo em tal aventura. Não se trata de uma repetição de 1964, insistimos nessa tese. Os tempos são outros. Talvez não estejamos falando de golpe de Estado. Contudo, deve-se registrar, e daí extrair as consequências. Qual será sua forma de expressão ante o avanço inevitável das forças populares? Reafirmando que não devemos olhar o tempo presente no retrovisor de 1964, temos a obrigação histórica de apontar os riscos existentes hoje. As formas de ameaça contra a Democracia, hoje, assemelham-se muito mais a “Roma, 1922”, do que ao golpe de Estado clássico de tipo latino-americano dos anos de 1960.

O que vimos em La Paz, em 2019, em Roma em 2021 e, ainda, em Washington em 2021 ou mesmo nas ameaças de desordem e baderne policial como em Fortaleza em 2020, é uma nova forma, atual e ressignificada, de mobilização das Direitas extremistas. Em suma, se o golpe de Estado clássico parece (pouco) provável, a “Insurreição”,

de molde trompista e antidemocrática de modelo fascista, repetimos, da “Marcha sobre Roma”, de Mussolini, em 1922 é uma ameaça real.

A subversão das camadas populares inconscientes de sua própria situação subalterna, a mobilização dos setores “lumpen” de pequenos proprietários e lojistas incapazes de entender a dinâmica do capitalismo selvagem, legião de pastores que acreditam realmente que vivemos uma “guerra santa”, ao lado da tibieza, ou conluio, de altos funcionários com ligações diretas com empresários anti-povo e anti-Nova República, são dados impossíveis de serem, no momento, descartados.

A tudo isso soma-se a “turbo-conversão” de 480 mil policiais (mais que o efetivo disponível para embate do total das FFAAs) ao bolso-fascismo e sua baixa disciplina e frouxa cadeia de comando, tudo cultivado pelo extremismo de Direita em várias partes do mundo, torna-se, de fato, um risco elevado de “Insurreição antidemocrática no país”. Tal ameaça reúne todos os setores, grupos e classes sociais que desejam a “transição democrática”, sob vários aspectos falhada - incapazes de buscar a melhor distribuição da riqueza nacional, permanência de uma elite egoísta e burra, um sistema falho de representação popular - sempre recusaram a ampliação do “demos” na nossa Democracia. Uma elite, aliás, que entende a ampliação da representação popular como ameaça direta aos seus privilégios e sua capacidade de manter no país “uma democracia feia”, ou meramente de fachada.

Assim, seja sob a forma de Golpe de Estado, de Insurreição fascista ou baderna generalizada para impedir o voto, há riscos reais que nos mostram, lamentavelmente, que as garantias constitucionais estão, sim, sob ameaça, mesmo num possível Governo do PT, consideradas inaceitável pelos setores radicais no país.

Ao se tornar um pensamento, e agir, político incontornável na cena política brasileira, o bolsonarismo, colocou em pauta uma larga agenda, que em grande parte estava “consensuada”, no campo da História Política e das abordagens metodológicas ditas “comparativistas” (e “cruzadas”) e da História do Tempo Presente. O campo da

História viu-se, frente a frente, com um fenômeno inusitado, além de altamente perigoso: a mais alta autoridade da República, sem quaisquer bases ou fundamentação, começou a “rever” a História do Tempo Presente do país e ocupando-se de negar importantes fatos, dados, processos históricos dolorosos da vida pública. Assim, o caráter de “golpe” do Movimento Militar de 1964, instituído no próprio Ato Institucional No. 1/AI-1, de 9 de abril de 1964 e outros 16 atos similares, incluindo o temível AI-5, de 13 de dezembro de 1968; a tortura, sequestros e enterramentos clandestinos, incluindo o uso de fornos crematórios para a desaparição de corpos de opositores ao Regime Civil-Militar são negados⁵⁴. Coube a um ministro da Educação de Bolsonaro a iniciativa de “revisão” da História do Brasil Contemporâneo. Foi o professor Velez Rodrigues, um ex-ministro da Educação de Bolsonaro, cuja administração foi marcada pela profunda crise de gestão e inaptidão administrativa à frente do MEC, com um forte viés de perseguição político-ideológica a partir da assunção de uma agenda de Educação para o Brasil baseada nas ideias do escritor Olavo de Carvalho – que explicita então sua influência sobre o conjunto do governo para em seguida ensaiar um rompimento. Tais ações acabam por desencadear uma “guerra interna” no MEC e uma forte oposição com os próprios militares que prefeririam não voltar a discutir 1964⁵⁵. Coube a Vélez Rodriguez abrir a questão da “Revisão da Revolução de 1964”, tema até então, relativamente, consensuado em torno do conceito de “Ditadura Civil-militar” de 1964-1988, com uma “Aertura” proposta, e de certa forma, patrocinado pelos próprios militares. A proposta de Velez Rodriguez de “desideologizar” o livro didático, de revisão negacionista em especial em relação a existência da

54. Para o uso de fornos crematórios, em usinas fluminenses, para a desaparição de corpos de presos políticos ver Assis, Denise de. Matar e Queimar. Rio de Janeiro, Kotter Editora, 2020.

55. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/04/08/planalto-anuncia-demissao-de-ricardo-velez-rodriguez-do-ministerio-da-educacao.ghtml>. Consultado em 01/07/2022.

ditadura, de torturas e sequestros reabriu no país um amplo debate sobre a natureza de 1964, do AI-5 e da participação dos militares no regime civil-militar e sua comparação com o Governo Bolsonaro, o que levou a mobilização ampla a comunidade acadêmica⁵⁶.

A política “negacionista” ateve-se, numa primeira fase do bolsonarismo, exclusivamente no campo da História, só mais tarde iria espalhar-se para o campo da saúde pública, da fome, de caráter anti-vacinas e do Direito Constitucional, pondo em questão a estrutura republicana dos Três Poderes. É nesta direção que os historiadores da “Nova” História Política e do Tempo Presente foram tragados para o bojo de um debate totalmente despautado dos mais básicos critérios acadêmicos. Em algum momento emergiu, mesmo, a possibilidade de um confronto diplomático quando o Presidente da República debocha de uma nota da Embaixada da Alemanha sobre o caráter do Nazismo⁵⁷.

Coube, assim, ao próprio bolsonarismo a iniciativa de reabrir o debate sobre a natureza do golpe e do regime de 1964. De forma típica a reação do governo foi buscar um ponto final ao debate, incapaz de convencer os minimamente ilustrados sobre o tema – embora com um tremendo efeito de enaltecimento de uma utopia regressiva e fraudulenta sobre o bem-estar, segurança e paz social ao tempo da República dos Generais (1964-1985) – o governo nomeou militares e bolsonaristas para as principais instituições de patrimônio e acervo do país, impondo uma política “oficial” de atuação de entes centenários da cultura histórica brasileira. Assim, através de atos de força, o passado-presente brasileiro deveria ser estabelecido pelo Estado: “....[como nas consequências] do Decreto 10.148, assinado pelo

56. Uma referência fundamental da resistência no campo da História é o livro “Comentários a um delírio militarista”, organizado pelo professor Manuel Domingos Netto (Fortaleza, Gabinete de Leitura, 2022).

57. Deutsche Welle. “Discussão sobre ‘nazismo de esquerda’ não tem base honesta”. In: <https://www.dw.com/pt-br/discuss%C3%A3o-sobre-nazismo-de-esquerda-n%C3%A3o-tem-base-honesta-diz-embaixador-alem%C3%A3o/a-45567045>, consultado em 9/10/2022.

ex-ministro Sergio Moro em 2019, quando ainda estava à frente do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que retira do Arquivo Nacional a prerrogativa de decidir sobre a eliminação, ou não, de documentos produzidos pelos diferentes órgãos públicos”, gerando risco e insegurança sobre a preservação da memória nacional⁵⁸. Ao mesmo tempo, assuntos e temas considerados “incômodos” foram descartados dos eventos e exposições de entidades como o Arquivo Nacional e a Biblioteca Nacional.

Iniciou-se, com o bolsonarismo, um processo de produção de marcos e referências a uma História “oficial”, diretamente ditados pela Presidência da República e defendida pelo MEC. A esse processo, que o historiador Pierre Vidal-Naquet denominou de “assassinato da memória”, juntaram-se os novos dispositivos da Base Nacional Comum Curricular/BNCC, ainda no Governo Temer, em aplicação desde 2021, que praticamente elimina o estudo da História (além da Sociologia, Filosofia e Geografia) do Ensino Médio no Brasil, permitindo assim que a memória, e a consequente formação cidadã dos adolescentes, seja colocada em alto risco⁵⁹.

Ao lado de todos estes passos, em pouco tempo, sucedidos nos Governo Temer e Bolsonaro, o Presidente insiste em apontar um papel não-previsto constitucional às forças armadas. Desde a vigilância da Ordem Constitucional, numa leitura totalmente equivocada do Artigo 142 da Constituição de 1988, até considerar da função das forças a vigilância, avaliação e proclamação dos resultados eleitorais, expropriando as funções constitucionais do Superior Tribunal Eleitoral e sua corte natural de recursos, o Supremo Tribunal Federal. O Presidente da República reedita, por estes meandros, a ideologia positivista da superioridade dos militares sobre os civis, e particularmente sobre

58. Brasil de Fato: <https://www.brasildefato.com.br/2022/03/12/nao-toquem-em-arquivos-da-ditadura-servidores-relatam-censura-no-arquivo-nacional>, consultado em 09/10/2022.

59. VIDAL-NAQUET, Pierre. Os assassinos da memória. São Paulo: Editora Papirus, 1988.

políticos, professores e jornalistas, vistos como mazelas da vida pública brasileira. Assim, a “Ideologia da Tutela” militar sobre a sociedade, oriunda da própria natureza da Proclamação da República, em 1889, sob a forma de um protetorado militar até a ressignificação do Poder Moderador, vigente na Constituição Imperial de 1824, e residente na figura do Imperador, teria fluido para as forças armadas e daria aos seus integrantes um direito de mando sobre a vida pública do Brasil.

Enfim, quem vota no bolsonarismo?

Os resultados eleitorais de 2018, quando analisados de mais perto, indica que entre os 5.500 municípios brasileiros, o “voto Bolsonaro” reflete alguns padrões claros: “...Bolsonaro teve os melhores resultados nas cidades mais ricas e mais brancas do país”, o que se repete nas eleições de 2022⁶⁰ Em áreas mais ricas, com alto índice de alfabetização e de escolaridade, como Santa Catarina, Bolsonaro chegou a atingir 75% do total de votos válidos, ficando o candidato do PT numa média/máxima de 25%. A situação se inverte nas regiões mais pobres, com baixa escolaridade, desemprego e, depois de 2021, em risco de segurança alimentar:

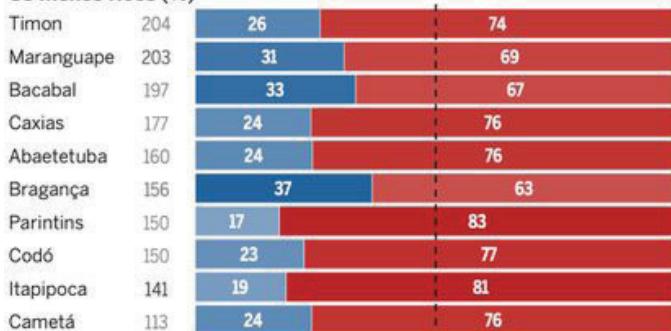
60. El País. Bolsonaro divide o Brasil: arrasa nas cidades mais brancas e mais ricas, 30/10/2018. In: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/29/actualidad/1540828734_083649.html, consultado em 15/10/2022.

Os municípios mais (e menos) ricos

Porcentagem de voto no candidato



Os menos ricos (%)



Apenas municípios com mais de 100.000 pessoas

Fonte: IBGE, censo 2010

EL PAÍS

Levando em consideração suas promessas de campanha, e sua própria gestão, a natureza de tal voto encerra um paradoxo apenas inicial. Embora seja unânime que o comportamento do presidente, seu desapego à Democracia, e o uso frequente de baixo calão, inclusive contra mulheres, o fato das regiões de maior incidência do “voto bolsonarista” serem mais desenvolvidas, não é, em si, uma contradição. As condições sociais e econômicas atravessam a persona “política” e “cultural” da liderança bolsonarista – posto que os ataques às instituições, à Democracia, à liberdade de expressão e a construção

autonomia de identidade étnica, social e de gênero das minorias - são alvos de ataques de ministros e altos funcionários do Governo Bolsonaro. Muitos dos casos mais representativos dessa “Nova Extrema Direita”, tais como a ex-Ministra da Mulher e dos Direitos Humanos, um caso de radicalismo delirante e fraudulento, o vice-presidente da República, o general que presidiu o Conselho da Amazônia no auge das queimadas da floresta ou o ex-Ministro da Saúde, um general desastroso durante o ponto de algidez da pandemia, resultando em 700 mil portos, foram eleitos com uma expressiva votação⁶¹. O voto bolsonarista explicita, assim, interesses de grupo e classes sociais em busca de garantia para sua condição de “proprietários” parcelares, lopistas e pequenos empreendedores, açoitados pela crise econômica e pela inflação. A ideia, martelada ad nauseum, pelas Direitas de que (1.) a crise é estranha ao Brasil, advindo da pandemia e da Guerra na Ucrânia e (2) a pobreza decorre do caráter individual, sendo superada por aqueles mais disciplinados e trabalhadores – o velho preconceito de raças “fleissige” e outras “preguiçosas, sendo as primeiras logicamente brancas, envolve todo o processo de definição do voto. Ao lado disso, não podemos deixar de pesar esse dato, há um voto “carnavalizado”, que pessoas que se divertem com as “verdades que diz o Presidente”, em especial grupos de classe média baixa nas cidades, com um nítido sentimento de desprezo pelo intelectualismo bacharelesco e o leguleio comum dos políticos brasileiros.

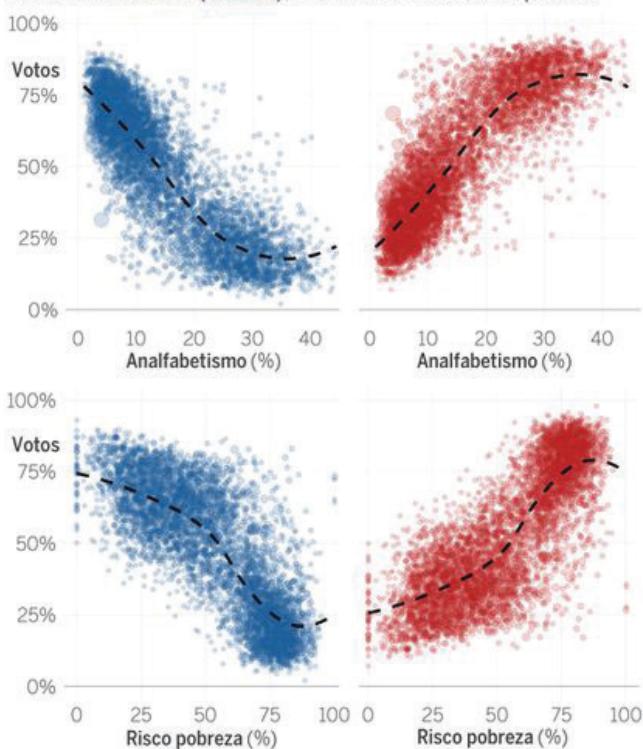
São indivíduos com um grau médio de escolarização, assumem a polarização da topológica Esquerda/Direita, mas não consideram o bolsonarismo um risco. São mais escandalizados com os salários dos Ministros do STF, e afins, com seus horários de trabalho do que com as desigualdades sociais e a fome no país. Normalmente associam as

61. Ver Teixeira Da Silva, Francisco C. “Pazuello, um general sem alma”. In: Folha de São Paulo, <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2021/06/general-sem-alma-pazuello-gerou-crise-que-poderia-ter-dado-a-bolsonaro-seu-exercito.shtml>, 30/06/2021.

desigualdades, quando são reconhecidas, exatamente ao tamanho do Estado e da máquina estatal, sustentada por impostos que consideram escorchantes, embora exijam atendimento médico gratuita, escolas e universidades públicas para seus filhos. Para estes, um erro de concordância verbal do candidato do PT é mais grave do que os ataques e ameaças contra a democracia. Assim, a cultura política, ou habitus, desempenha um papel central na formação de uma consciência propria, autônoma, em relação aos processos de exploração⁶².

Haddad venceu em cidades carentes

Votos em **Bolsonaro (Haddad)**, analfabetismo e risco de pobreza



Fonte: IBGE, censo 2010

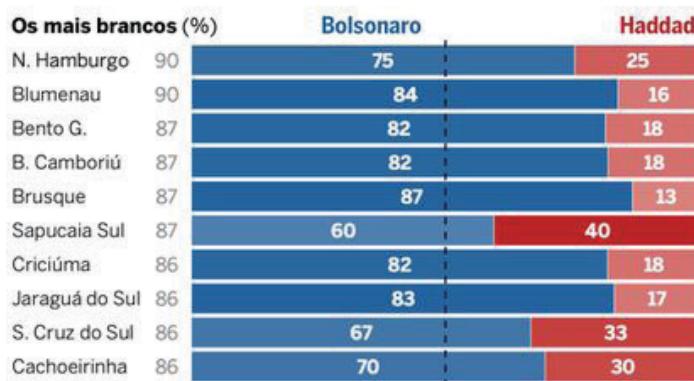
EL PAÍS

62. Para um debate sobre a “de-ocidentalização” da História ver: Said, Edward. Cultura e Imperialismo, São Paulo, Companhia das Letras, 2011, p. 34 e ss.

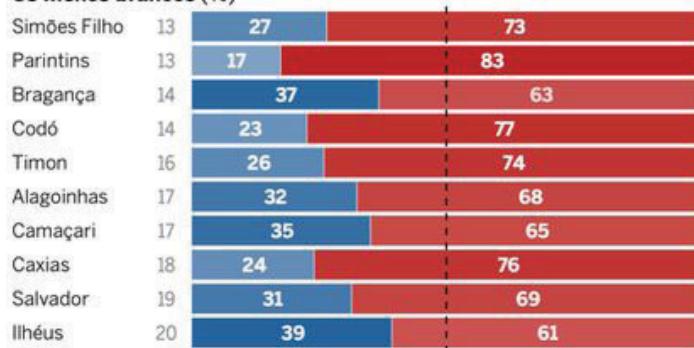
O corte do “voto bolsonarista” vai além das clivagens sociais e das questões raciais e, assim, se espalhe nas diversas regiões do país. No Sul, mais homogêneo etnicamente, com grande número de teuto-/ polonês/ítalo-brasileiros, a maioria envolvida em sistemas produtivos baseados na pequena produção familiar, no campo ou nas cidades, a expressão dos votos, ainda em 2018, reflete as diferenças étnicas explicando as relações etnia / cor-renda-voto, embora não de uma forma mecânica. O quadro abaixo, onde se apresenta a relação entre cor / etnia, região do país e voto mostra que regiões periféricas, mesmo no Sudeste mais rico, como Caxias, ou áreas favorecidas pelo turismo e a agricultura de exportação, embora de dominância negro / parda votaram em Bolsonaro num percentual nunca abaixo de 20%. Enquanto isso, em áreas “brancas”, de etnia originária europeia, excelente nível de escolaridade e dominância da pequena indústria, como Blumenau ou Novo Hamburgo, os votos do PT ficaram muito abaixo das piores votações de Bolsonaro no Nordeste.

Os municípios mais (e menos) brancos

Porcentagem de voto no candidato



Os menos brancos (%)



Apenas municípios com mais de 100.000 pessoas

Fonte: IBGE, censo 2010

EL PAÍS

O que vemos, aqui, é um país fragmentado em vários sentidos: em regiões, em grupos sociais, por cor e origens e por renta e condição social. O bolsonarismo aposta na divisão e na radicalização do eleitorado para vencer de a apatia e a consequente abstenção. A crença que havia um núcleo “duro” do bolsonarismo, já radicalizando em direção do fascismo, conseguiria atrair os “escombros” do Centro democrático e social da sociedade e na criminalização da política, do chamado “politicamente correto”, e grande parte da

população localizada à Esquerda da topológica política, que deveria ser “extirpada”, mandada para “a Ponta Praia” e extinta como as mesmas ameaças do campo semântico que aponta para pragas ou doenças.

Enfim, o bolsonarismo emerge como um fenômeno inteiramente novo no cenário brasileiro. Suas origens e sua fala, a novilíngua fascista do bolsonarismo, dialogam e ressignificam a herança integralismo (via o neointegralismo), a presença do nazismo histórico brasileiro, espraiado nas elites orgânicas das classes médias; a apropriação das falas, práticas e meios do trumpismo e sua ameaça real de “insurreição” contra as instituições republicanas e a presença do evangelismo militante e sua visão de maniqueísta e belicosa de um mundo dividido entre o bem e o mal e cuja resposta poderia residir no retorno ao pensamento mágico, ver o futuro como a realização na terra prometida de Canaã, tudo regido por uma visão fundamentalista do Antigo Testamento. Mas, tudo isso só teria expressão eleitoral alcançada em 2022 em razão do fundo histórico da sociedade brasileira: a auto benevolência e o mito da História incruenta, o conservadorismo falocrata e heteronormativo da família brasileira e sua recusa em ver o racismo (e suas origens multisseculares na escravidão) estrutural que resiste à transformação do país em uma sociedade mais aberta, inclusive é democrática⁶³.

Neste sentido, o bolsonarismo veio para ficar, com ou sem Bolsonaro. As ciências sociais em seu conjunto, e aí a História desempenha um papel central, deverá rever seus conceitos básicos sobre a natureza da sociedade brasileira, desmistificando e de-ocidentalizando conceitos e ideias fixas sobre os temas do “edenismo” brasileiro, sua ternura, sensualidade e ausência da luta de classes e do ódio social.

63. Bédarida, François. *Histoire, Critique et Responsabilité*. Paris, IHTP/CNRS, 2003, p. 35 e ss.

O Brasil foi obrigado, entre 2018 e 2022, a encarar sua face no espelho da História, oculto durante um largo tempo e a visão foi, então, preocupante:

“O Brasil não conhece o Brasil

O Brasil nunca foi ao Brazil

O Brazil não merece o Brasil

O Brazil tá matando o Brasil”

(Elis Regina gravou Querelas do Brasil, de Maurício Tapajós e Aldir Blanc, no álbum ao vivo Transversal do Tempo, de 1978).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACOSTA RICO, Fabián. *El pensamiento político de José Vasconcelos*. México: Secretaría de Cultura del Gobierno del Estado de Jalisco, 2004.

ASSIS, Denise de. Matar e Queimar. Rio de Janeiro, Kotter Editora, 2020.

BÉDARIDA, François. *Histoire, Critique et Responsabilité*. Paris, IHTP/CNRS, 2003.

CARNEIRO, Márcia Regina Ramos. Conversa com o autor e debate sobre pesquisa de Campo. 19/09/2022.

IDEIM. Do Sigma ao Sigma - entre a anta, a águia, o leão e o galo - a construção de memórias integralistas. Niterói, Tese de Doutoramento, 2007.

DIETRICH, Maria. Caça às suásticas: o Partido Nazista em São Paulo sob a mira da polícia política. Editora FAPESP, IMESP, HUMANITAS, 2007.

DOREA, Gumercindo Rocha. Existe um Pensamento Político brasileiro? Rio de Janeiro, Ática, s/d.

DORIA, Pedro. O fascismo à brasileira. Rio, Editora Planeta, 2020 e Gonçalves, Leandro e Caldeira, Odilon. O fascismo em camisas verdes. Do Integralismo ao Neointegralismo. Rio de Janeiro, FGV, 2020.

ELIS, Mark. Americans for Hitler. The Bund (2007). In: <http://www.americainwwii.com/articles/americans-for-hitler/>, consultado em 10/10/2022.

ECO, Umberto. O fascismo eterno. Rio de Janeiro, Record, 2020

GELLATELY, Robert. Hitler's True Believers. Oxford, University Press, 2020.

- GERTZ, René Ernaini. O fascismo no sul do Brasil. [S.l.]: Mercado Aberto, 1987.
- Instituto Sagres. Projeto de Nação: o Brasil em 2035. Brasília, 2022.
- JÄCKEL, Eberhard. *Hitlers Weltanschauung. Entwurf einer Herrschaft*. Wunderlich, Tübingen 1969.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária anti-gênero. In: Revista de Psicologia Política. Rev. psicol. polít. vol.18 no.43 São Paulo set./dez. 2018, consultado em 12/10/2022.
- PENNA, Lincoln. “Anatomia do bolsonarismo”. In: <https://pt-br.facebook.com/lincolndeabreu.penna/>, postado em 14/10/2022, consultado em 15/10/2022.
- PENNA, Lincoln. Floriano. A encarnação da República. Rio de Janeiro, Autografia, 2017.
- POULANTZAS, Nicos. Fascisme et Dictature. Paris, Maspero, 1970.
- Idem. Ditadura e Fascismo. Lisboa, Edições Portucalense, 1973.
- SCHURSTER, Karl. y TEIXEIRA DA SILVA, Francisco C. (2021). Militares e bolsonarismo: um caso da transição falhada e democracia inacabada. *Relaciones Internacionales*, 30(60), 130. <https://doi.org/10.24215/23142766e130> .
- SEYFERTH, Giralda. IDENTIDADE ÉTNICA, ASSIMILAÇÃO E CIDADANIA A imigração alemã e o Estado brasileiro. In: <http://web.archive.org/web/20160828182904/http://www.igtf.rs.gov.br/wp-content/uploads/2012/10/IDENTIDADE-%C3%89TNICA.pdf>, consultado em 10/10/2022.
- TEIXEIRA DA SILVA, Francisco C. e SCHURSTER, Karl. Passageiros da Tempestade. Fascistas e Negacionista no Tempo Presente. Recife/Rio de Janeiro, CEPE, 2022.
- TEIXEIRA DA SILVA, Francisco C. O Concerto das Nações. Conservadores, Reacionários e Fascistas. Recife/Rio de Janeiro, Edupe, 2020.
- IDE. “O socioleto autoritário-militarista no Brasil”. In: DOMINGOS, Manuel. Comentários a um delírio militarista. Parnaíba: Editora Gabinete de Leitura, 2022.
- IDE. “Pazuello, um general sem alma”. In: Folha de São Paulo, <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2021/06/general-sem-alma-pazuello-gerou-crise-que-poderia-ter-dado-a-bolsonaro-seu-exercito.shtml>, 30/06/2021.
- Trindade, Hélgio. Integralismo. In: <http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-tematico/integralismo>, consultado em 09/10/2022.

SAID, Edward. Cultura e Imperialismo, São Paulo, Companhia das Letras, 2011, p. 34 e ss.

VIDAL-NAQUET, Pierre. Os assassinos da memória. São Paulo: Editora Papirus, 1988.

Fontes:

Arthur Machado Paupério e José Rocha Moreira, *Introdução ao Integralismo*, 1936. In: <https://integralismo.org.br/citacoes/racismo/>. Consultado em 10/10/2022.

Plínio Salgado, *Pontos preliminares*, sessão de abertura da Sociedade de Estudos Políticos, 24 de fevereiro de 1932

HITLER, Adolf. Hitler's Tischgespräche. Org. de Hillgruber, Andreas. Munique, DTV, 1968.

<https://www.jota.info/jotinhas/mais-militares-assumiram-cargos-no-executivo-no-governo-bolsonaro-10062022>, consultado em 10/10/2022.

Frankfurter Allgemeine. Erfolg der Rechtspopulisten: Schwedische Sorgen, 12/09/2022. In: <https://www.faz.net/aktuell/politik/ausland/erfolg-der-schweidemokraten-schwedische-sorgen-18311252.html>, consultado em 14/09/2022.

La ultraderecha sueca huele al poder. In: <https://elpais.com/internacional/2022-09-13/la-ultraderecha-sueca-huele-el-poder.html>

“Fã de Mussolini é eleito presidente do Senado na Itália”. In: <https://veja.abril.com.br/mundo/fa-de-mussolini-e-eleito-lider-do-senado-na-italia/>, consultados em 13/10/2022.

“Eduardo Bolsonaro faz coro a comemorações da Direita por vitória na Itália”. In: <https://veja.abril.com.br/mundo/eduardo-bolsonaro-faz-coro-a-comemoracoes-da-direita-por-vitoria-na-italia/>, consultado em 12/10/2022.

PONTE.Org. Brasão da PM paulista celebra golpe de 1964 e repressão a movimentos sociais até hoje, 31/03/2021. In: <https://ponte.org/brasao-da-pm-paulista-celebra-golpe-de-1964-e-repressao-a-movimentos-sociais-ate-hoje/>, consultado em 12/10/2022.

Datafolha. <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/pesquisa-eleitoral/noticia/2022/10/07/datafolha-51percent-dizem-nao-votar-em-bolsonaro-de-jeito-nenhum-lula-e-rejeitado-por-46percent.ghtml>, consultado em 09/10/2022.

Exame. <https://exame.com/eleicoes/apuracao/presidente/regiao/>, consultado em 09/10/2022.

O GLOBO Eleições. <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/eleicao-em-numeros/noticia/2022/10/06/como-foi-a-votacao-dos-presidenciais-no-1o-turno-em-cada-regiao-do-pais.ghtml>, consultado em 10/10/2022.

Folha de São Paulo. Portugueses nem pisaram na África, diz Bolsonaro sobre escravidão, 31/07/2018. In:<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/07/portugueses-nem-pisaram-na-africa-diz-bolsonaro.shtml>, consultado em 12/10/2022.

O GLOBO. A chance de uma pessoa negra ser assassinada no Brasil é 2,6 vezes superior àquela de uma pessoa não negra. A taxa de homicídios por 100 mil habitantes negros no Brasil em 2019 foi de 29,2, enquanto a da soma dos amarelos, brancos e indígenas foi de 11,2. In: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/08/31/negros-tem-mais-do-que-o-dobro-de-chance-de-serem-assassinados-no-brasil-diz-atlas-grupo-representa-77percent-das-vitimas-de-homicidio.ghtml>, consultado em 10/10/2022.

Brasil de Fato: <https://www.brasildefato.com.br/2018/10/17/bolsonaro-e-fascista-listamos-13-frases-do-candidato-para-reflexao>, consultado em 09/10/2022.

G1: <https://g1.globo.com/politica/blog/andreia-sadi/post/2022/10/10/ministros-do-stf-veem-cartilha-autoritaria-em-defesa-de-reforma-da-corte-por-bolsonaro-chavez-fez-na-venezuela.ghtml> , consultado em 10/10/2022.

Congresso em Foco. <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/onze-vezes-em-que-o-bolsonarismo-flertou-com-o-nazismo/> consultas do em 09/10/2022.

FGV/CEPDOC. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/legiao-de-outubro>, consultado em 10/10/2022.

Poder 360. <https://www.poder360.com.br/brasil/tem-meu-endosso-completo-e-total-diz-trump-sobre-bolsonaro/>, consultado em 10/10/2022.

YouTube. “Bolsonaristas vaiam arcebispo durante a missa em Aparecida”. In: <https://www.youtube.com/watch?v=FC7-L6eqd7U>, consultado em 13/10/2022.

<https://www.letras.mus.br/unidos-da-tijuca-rj/natureza-bela/>, consultado em 12/10/2022.

CNN. Exército monitorou desfiles de Carnaval e condenou crítica ao racismo, diz documento. 19/11/2021. IN: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/exercito-monitorou-desfiles-de-carnaval-e-condenou-critica-ao-racismo-diz-documento/>, consultado em 14/10/2022.

Ver a íntegra da poesia do sambo=enredo em: <https://www.letras.mus.br/imperio-serrano-rj/473145/>, consultado em 14/10/2022.

Agência UVA. “Samba-enredo também é arte da resistência”. In: <https://agenciauva.net/2018/07/05/sambas-enredo-como-arte-de-resistencia/>, consultado em 14/10/2022.

<https://www12.senado.leg.br/perguntas-frequentes/perguntas-frequentes/canais-de-atendimento/o-senado-federal/quantos-senadores-tem-o-senado-federal>, consultado em 09/10/2022.

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/10/03/pl-faz-a-maior-banca-do-senado-psd-e-o-segundo-maior-partido>. Consultado em 09/10/2022.

El País. Descendientes de víctimas del horror nazi en Sachsenhausen: “Está muriendo la generación que vivió esto y la extrema derecha aprovecha ese vacío”, 16/10/2022. In: <https://elpais.com/eps/2022-10-16/descendientes-de-victimas-del-horror-nazi-en-sachsenhausen-esta-muriendo-la-generacion-que-vivio-esto-y-la-extrema-derecha-aprovecha-ese-vacio.html>. consultado em 16/10/2022.

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/04/08/planalto-anuncia-demisao-de-ricardo-velez-rodriguez-do-ministerio-da-educacao.ghtml>. Consultado em 01/07/2022.

Deutsche Welle. “Discussão sobre ‘nazismo de esquerda’ não tem base honesta”. In: <https://www.dw.com/pt-br/discuss%C3%A3o-sobre-nazismo-de-esquerda-n%C3%A3o-tem-base-honesta-diz-embaixador-alem%C3%A3o/a-45567045>, consultado em 9/10/2022.

Brasil de Fato: <https://www.brasildefato.com.br/2022/03/12/nao-toquem-em-arquivos-da-ditadura-servidores-relatam-censura-no-arquivo-nacional>, consultado em 09/10/2022.

El País. Bolsonaro divide o Brasil: arrasa nas cidades mais brancas e mais ricas, 30/10/2018. In: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/29/actualidad/1540828734_083649.html, consultado em 15/10/2022.

A NOVILÍNGUA AUTORITÁRIA E O PAPEL DOS MILITARES NA NOVA REPÚBLICA. O CASO DO “PROJETO DE NAÇÃO”

Francisco Carlos Teixeira da Silva

“Eu não tento prever o futuro. Eu tento preveni-lo”

Ray Bradbury

Apresentação:

Para definir “Utopia”: “Qualquer descrição imaginativa de uma sociedade ideal, fundamentada em leis justas e em instituições político-econômicas verdadeiramente comprometidas com o bem-estar da coletividade”. Uma definição simples e escolar de utopia não deveria ser perigosa e, nem mesmo assustadora, ou talvez, fosse, em outros tempos, no máximo um problema, apenas para seus autores, como foi o caso de seu “inventor”, Thomas More (1478-1535). No entanto, no texto que vamos analisar agora – “Projeto de Nação” – uma espécie de utopia social, política e intelectual. Trata-se de um projeto “de futuro” para a Nação forjado em um *locus* militar, expressando um “socioleto” militarista, (e estamos aqui adiantando nossa tese central de trabalho). A possibilidade de sua realização, quase uma ameaça, seria, de fato, um grave risco para inúmeros grupos sociais no Brasil, em especial os grupos mais precários e expostos aos riscos do desemprego e da fome.

O mote de trabalho proposto a partir do escritor Ray Bradbury, autor da obra talvez mais instigantes e aterradora da ficção científica contemporânea, ou mesmo da história do gênero – “*Fahrenheit 451*”, publicado em 1953 – e, contudo, uma temática *post factum*, sob a forma de profecia. Sim, o grande terror de “*Fahrenheit 451*” já havia acontecido quando o livro foi publicado em 1953. A “Grande Queima de Livros” pelos nazistas – “*Bücherverbrennung*” – se deu em 10 de maio de 1933, com a destruição pública de obras de Walter Benjamin, Sigmund Freud, Karl Marx, Thomas Mann entre outras, como autores “degenerados”, “ideologias judias” ou “não germânicas”. A queima pública dos livros, nos primeiros dias do regime nazista, explica as relações entre o regime e a cultura e, especificamente, com a História.

Bradbury pode assustar milhões de pessoas com um gênero não muito novo de literatura: a profecia *post factum*. Tratava-se do risco “...de repetir o passado – para citar o muito suspeito professor Ernst Nolte – que se nega a passar”, numa referência do debate que se abre no início dos anos de 1980 – a chamada “Querela dos Historiadores” –, em torno da “normalização da História” da Alemanha¹.

É nessa direção que o “Projeto de Nação”, apresentado festivamente pelo Ministério da Defesa, reunindo um grande número das forças armadas identificadas com o bolsonarismo, se inscreve: um velho gênero literário, fantasiado de exercício de cenarização, de projeção matemático-estatístico e, no entanto, assume a forma de uma profecia e como “veículo” recorre a um socioleto corrente no ambiente militar. É sobre essa forma literária antiga de “profecia *post factum*”, o veículo vernacular, o “socioleto militarista” que queremos agora explicitar como parte fundante do bolsonarismo².

1. Nolte, Ernst. „Vergangenheit, die nicht vergehen will“ [Historikerstreit], 6. Juni 1986. In: https://www.1000dokumente.de/pdf/dok_0080_nol_de.pdf. Consultado em 04/07/2022.

2. Barthes, Roland. Elementos de Semiótica. São Paulo, Cultrix, 2006, p. 17.

Quando os Militares falam:

Desde o primeiro momento em face do “Projeto de Nação”, sabendo de sua origem, da cerimônia de lançamento e sua celebração, nos deparamos com a pergunta necessária: quem são seus autores “materiais” e “intelectuais”, seu *lugar social de fala* – numa referência fundamental a Michel de Certeau e sua análise da “*Operação Historiográfica*”³. A remissão da ficha catalográfica do volume publicado aponta para uma fundação/editora – “Sagres”, um ente coletivo – enquanto a segunda capa identifica dois autores, um “general” e uma “professora” e, ao final do texto⁴, consta uma lista de “autores” do “Projeto de Nação” com sete nomes de “revisores”, sendo que dois são generais, Alberto Mendes Cardoso e Maynard Santa Rosa e um Coronel, Abreu Sturari. Outros dois são embaixadores, Camilo Torres e Macedo Soares, e um professor, Vélez Rodrigues, ex-ministro da Educação do Governo Bolsonaro, demitido no curso de uma imensa polêmica sobre sua capacidade de gestão da imensa máquina pública⁵. Coube largamente a Vélez Rodrigues colocar de volta na agenda pública a questão da revisão/negação nos livros didáticos da História da Ditadura Civil-militar entre 1964 e 1985/8, em direção de uma “História Oficial”, negacionista da História do Tempo Presente no Brasil. Acrescenta-se, ainda, uma lista de trinta membros do próprio “Instituto Sagres”, e mais dois nomes “*In Memoriam*”. Ou seja, temos uma lista de quarenta “autores” atribuíveis ao “Projeto de Nação”.

Temos aqui, em relação ao conceito original de “lugar social de fala”, conforme propõe Michel de Certeau, uma dificuldade: a natureza autoral do texto em questão: ou se trata de um imenso trabalho

3. Certeau, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro, Forense, 1975, pp. 21 e ss.

4. Fundação Sagres. Projeto de Nação. O Brasil em 2035. P. 97. In: <https://drive.google.com/file/d/1YqJRZTTxsuFmAasq8vp3PBoMoqL5n-40/view>.

5. <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/04/08/ministro-da-educacao-e-demiti-do-apos-gestao-marcada-por-controversias-e-recuos.ghtml>. Consultado em 01/07/2022.

coletivo de grande envergadura, ou foi realizado de forma autoral pelo duo de capa – o general Rocha Paiva e a Professora Maria Verônica Korillo Campos, e submetido a uma “revisão” e comentários pelo grupo de “revisores” – de fato um grupo “de notáveis” e junto da lista de “Membros do Instituto Sagres” funcionariam como exatamente isso, “membros do Instituto Sagres”, uma lista de notáveis. É bastante provável que alguns tenham sido chamados a contribuir em virtude de sua formação e *expertise* acadêmica e da carreira militar, mas, no entanto, a redação, forma e desdobramento do documento – e veremos isso à frente – guarda uma natureza tal que aponta para uma autoria mais centrada e resultante de um longo período de experiências e trabalhos muito semelhantes, embora não tão estruturados e orgânicos, com o ambiente militar espelhado no “Projeto de Nação”.

Cabe desde logo alguns esclarecimentos que devem lançar luz sobre o universo mental e ideológico sob o qual o “Projeto de Nação” é organizado.

Em primeiro lugar a presença da “Fundação Sagres”: um vasto complexo de entidades de educação informal, privada (e dita de interesse público) criada em 1942, em Goiânia – quando da fundação oficial da cidade, pelo Estado Novo varguista. Em seguida vemos a visão positivista-integralista da História do Brasil. Neste caso, com a versão da existência real de uma “Escola de Sagres” montada e dirigida para desbravar os mares pelo Infante Dom Henrique. Tal versão, primária e fundante da História do Brasil – iniciada na Europa, negando qualquer relevância aos povos originais aqui, desde milênios -, explica o forte viés eurocentrista daqueles que querem, para além de suas credenciais, forjar uma nova velha História para o Brasil⁶. A historiografia d’ufanista do Estado Novo (1937-1945) recepcionou plenamente a Historiografia nacionalista do Estado Novo salazarista português e

6. Para a crítica do eurocentrismo na História do Ocidente ver: Said, Edward. *Cultura e Império*. São Paulo, Companhia das Letras, 2011 (primeira edição em 2009), p. 34 e ss.

manteve-se acrítica e, ainda hoje, quando se discute, com opacidade, o “mito” da existência de uma “Escola de Sagres” em Portugal. Ao eurocentrismo aliam-se perfeitamente a visão racista do índio brasileiro, caracterizado como “selvagem” e desprovido de “cultura”, via um evolucionismo redutor e positivista⁷. No entanto, mantemos em nossos currículos escolares como certa a existência em Sagres de uma “Escola de Navegadores”⁸.

Uma outra questão reside em torno do “lugar de fala” da lista de celebridades dos revisores. Vejamos quem são a partir dos generais. General Alberto Cardoso, nascido em 1940 (portanto com 82) foi o idealizador do Gabinete de Segurança Institucional/GSI e seu primeiro “Ministro Chefe”. É especialista em Inteligência, Contra Insurreição e um leitor criativo de Sun-Tzu; General Maynard Santa Rosa, figura chave em todo esquema militar bolsonarista durante o período eleitoral e na sua aceitação entre os oficiais superiores. Trousse para a agenda de governo uma visão orgânica de mundo e do papel do Brasil nas relações internacionais, em especial em face das chamadas “Ongs”, do seu papel na Amazônia e na construção dos conceitos de “globalismo” e “internacionalismo” do Grande Capital, muito próximo do Professor Olavo Carvalho e sua visão extremista da sociedade brasileira. Durante bastante tempo, no início do século XXI, Olavo de Carvalho, escreveu para revistas e publicações das Forças Armadas, em especial do Exército, formando um auditório cativo entre os, então, jovens oficiais. Santa Rosa propôs uma série de obras gigantescas na Região Amazônica, incluindo em terras indígenas visando a “definitiva integração ao país, além de lutar por uma “Reforma Política” em face do

7. Para esse debate ver: Fausto, Carlos. Os índios antes do Brasil. Rio de Janeiro, Zahar, 2000.

8. André, João Maria. Os Descobrimentos portugueses e a teoria da ciência no século XVI. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2022. In: https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/43927/1/Os_descobrimentos_portugueses_e_a_teoria.pdf, consultado em 4/07/2022.

desequilíbrio dos “Três Poderes” e as ingerências do Poder Judiciário. Tais ideias de reforma do Poder Judiciário, via a coalizão de partidos fisiológicos e direitistas, tomaria corpo nas eleições de 2022, levando para Brasília, em especial na base política do bolsonarismo, um “projeto” de subjugação das cortes superiores de Justiça do país. O alvo seria o dito ativismo judiciário nas demais esferas da gestão pública. Sem dúvida, malgrado a sua saída brutal do Governo, em 2019, suas ideias permaneceram – ao menos na fala do bolsonarismo – como parte fundamental da agenda atual de governo e dos eleitos em 2022⁹.

Já o professor nomeado autor, Velez Rodrigues, é um ex-ministro da Educação de Bolsonaro, cuja administração foi marcada pela profunda crise de gestão e inaptidão administrativa, com um forte viés de perseguição político-ideológica a partir da assunção de uma agenda de Educação para o Brasil baseada nas ideias, ainda uma vez, do professor Olavo de Carvalho – que explicita então sua influência sobre o governo para em seguida ensaiar um rompimento por falta de radicalidade-, desencadeando uma “guerra interna” no MEC e uma forte oposição com os próprios militares¹⁰. Cabe acrescentar que coube a Veléz Rodriguez abrir a questão da “Revisão da Revolução de 1964”, tema até então, relativamente, consensuado em torno do conceito de “Ditadura Civil-militar” de 1964-1988, com uma “Abertura” proposta, e de certa forma, patrocinado pelos próprios militares entre 1977 e 1985. A proposta de Velez Rodriguez de “desideologizar” o livro didático, de revisão negacionista em especial em relação a existência da ditadura, de torturas e sequestros reabriu no país um amplo debate sobre a natureza de 1964, do AI-5 e da participação dos militares no regime e sua comparação com o Governo Bolsonaro, mobilizou amplamente a comunidade acadêmica.

9. <https://br.sputniknews.com/20191104/santa-rosa-e-3-general-a-deixar-governo-bolsonaro-diz-jornal-14732214.html>. Consultado em 01/07/2022.

10. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/04/08/planalto-anuncia-demissao-de-ri-cardo-velez-rodriguez-do-ministerio-da-educacao.ghtml>. Consultado em 01/07/2022.

Um outro “autor” assinalado do “Projeto de Nação” é Raul José de Abreu Sturari, coronel do Exército, com dois doutorados, um na Eceme e outro na EGN, é um especialista em cenários. Esse destaque é importante, em estudos das “relações entre civis e militares”, com alta capacidade de abstração e instrumentalização e modelagem de recursos cibernéticos. Na verdade, a presença do coronel Sturari aponta para recursos bastante superiores àqueles aplicadas, em realidade, ao “Projeto de Nação” e, com certeza, à forma apresentada no “Projeto” – forma muito pouco ortodoxa de trabalho de sistemas de previsão normalmente utilizados por aqueles que no mundo de negócios, finanças, militares e outros.

Quem, pois, representam esse *corpus* autoral? Essa é a questão imediata, após uma identificação mesmo que precária, da autoria do “Projeto de Nação”. O que podemos dizer, numa análise inicial, é que, mesmo parecendo muito com o bolso-fascismo, não são tipicamente representantes do bolsonarismo e foram, liminarmente, expelidos do “Experimento bolsonarista” ao longo do Governo Bolsonaro. Tal crise no campo da Extrema-Direita obriga a algumas reflexões. Ou tal conjunto de “pensadores” imaginavam “tutelar” o capitão-mito ou estavam mais além da “Direita” do próprio capitão, criando estridências em situações difíceis para o governo, logo ao início de seu mandato. No momento em que vemos a diáde Esquerda-Direita como uma topológica, tais pessoas – que foram para o Governo em cargos subalternos e puramente ideológicos, como o próprio General Rocha Paiva ou foram excluídos, como o General Santa Rosa - explicitam uma extremidade da diáde ainda não alcançada pelo bolsonarismo e, contudo, expresso no “Projeto de Nação”. Ou, ainda, o projeto desse grupo era tão extremado, para além das possibilidades momentâneas do governo, que poderiam redundar na própria acusação de responsabilidade e impeachment do presidente. E, uma terceira hipótese complementar, não existiria nenhuma cisão ou diferença no seio do grupo de Extrema-Direita no entorno do Presidente da República,

apenas a definição de linhas vermelhas apontadas a estes velhos militantes da Direita sobre o poder de mando no interior do governo, sem nenhuma tolerância para ambiguidades por parte de Bolsonaro.

Estamos aqui perante a um fenômeno duplo: 1. aquilo que Max Weber denomina de “vantagem do pequeno número”, ou seja, “... possibilidade que tem os membros de uma minoria dominante de pôr se rapidamente de acordo e criar e dirigir sistematicamente uma ação societária e racionalmente ordenada, encaminhada para conservação de sua posição dirigente”¹¹. Tal “pequeno número” representa um grupo dentro das Forças Militares que, em verdade, não representam o conjunto dos “militares” ou mesmo as próprias Forças Armadas – por exemplo oficialidade médias ou cabos e sargentos -, mas um grupo que se aferra ao poder com a dificuldade paralela exponencial ao crescimento do próprio grupo dos dominadores. Forma-se, assim, o que Weber denomina de “aparato de mando”, construindo, desta forma, uma relação entre os dominadores e os dominados mediada pela ação desse conjunto de pessoas e formas sociais que se colocam à disposição daqueles que possuem o mando e para os quais organizam a economia política da dominação¹². 2. A ocultação desse aparato e do papel de tais mediadores, a segunda questão, é uma tarefa fundamental que garante a legitimidade da Dominação. O “Projeto de Nação”, aqui em pauta, é para além de sua pretensa cenarização, um claro esforço de ocultação do aparato de mando dos dominadores através da construção ideológico-discursiva, via um socioleto, de um mundo melhor, para o qual caminhamos através de um rompimento com a ordem democrática – como veremos em seguida. Ora, o governo Bolsonaro foi/é caracterizado por seu poder de destruição das instituições republicanas, pela criação de sucessivas crises e mobilizações

11. Weber, Max. *Economia y Sociedad. Esbozo de Sociología Comprensiva*. Ciudad del México, Fundo de Cultura Económica, 1964, p. 705.

12. Idem, Op. Cit. p. 706.

populares ameaçadoras – como no caso do 7 de setembro de 2021 e de 2022. Neste sentido, não interessaria, ainda, ao presidente a emergência de um aparelho de mando que reproduziria hierarquias herdadas das Forças Armadas, onde o passado e a titulação do próprio “Capitão-mito” o colocariam em situação de inferioridade. O interesse central do bolsonarismo, mesmo que coincida com esse núcleo duro de Extrema-Direita nas Forças Armadas, é autônomo em face aos Militares, obrigando-se a reconhecer no “mito” a única forma de realizar seu projeto de poder.

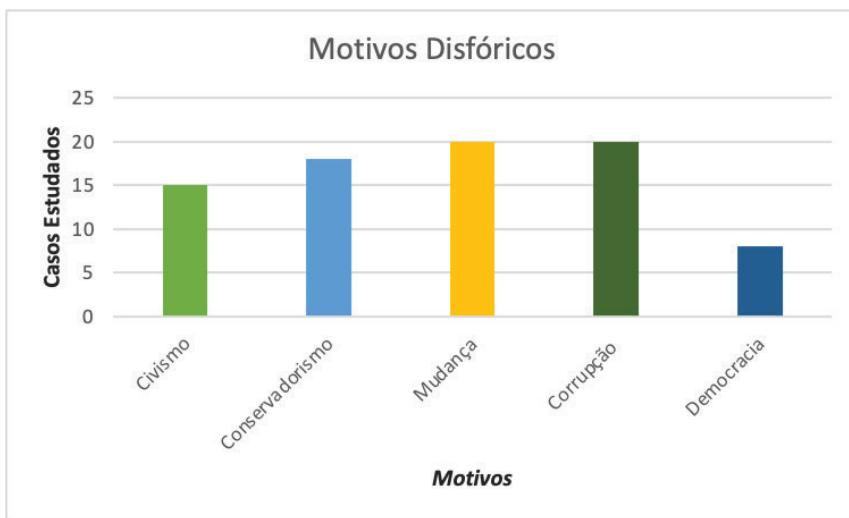
A novilíngua militarista-bolsonarista:

Victor Klemperer (1881-1960), um filólogo que viveu sob o Terceiro Reich pôde perceber e analisar, “desde dentro”, a torção e o torturamento da língua alemã como um fenômeno próprio da construção do nazismo e da sua *normalização*. O uso do idioma, através da construção de um verdadeiro socioleto, por vezes um “idioleto” ampliado – quando se chega a ausência de sentido, aos anacolutos bruscos, ao baixo calão -, próprio e empobrecido extensivamente a um grupo político e social, repleto de chavões e lugares-comuns, além de metáforas, metonímias e paráfrases, é capaz de ocultar e evitar o debate, a contradição de ideias e opiniões e, ao mesmo tempo, apaziguar a ansiedade coletiva, dando ao indivíduo alcançado pelo mal-estar a sensação de possuir uma chave universal de interpretação do mundo.

Coube a Jean Pierre Faye, na sua obra *Langages Totalitaire* a construção do *modus operandi* pelo qual a linguagem assume, por esta via de redução da ansiedade, o papel central de construção inicial do fascismo e das ditaduras de Extrema-Direita, normalizando as ações extremistas e preparando, assim, o caminho para a ação política fascista¹³. Nesse sentido, a linguagem fascista, e por extensão da

13. Faye, Jean-Pierre. *Langages Totalitaires*. Paris: Hermann, 1972, p. 5.

extrema-direita, longe de ser uma “cortina de fumaça” – como muitas vezes se coloca -, exerce um importante papel de normatização do anormal e a fundamental autoidentificação de grupos políticos. A emergência nos nossos dias de uma poderosa “galáxia” de grupos, movimentos, partidos e regimes de extrema/ultra/direita, alguns de características nitidamente fascistas/fascistizantes, trouxe para a cena política uma fala fortemente perturbadora, variando entre a proposição de utopias direitistas até o inumano, passando pelo baixo calão, recusando o debate e destruindo o espaço público enquanto a “ágora” para ação comunicativa.



Registro de “Disforia” semântica textual comparada com “Democracia” e “Civismo” na análise textual do “Projeto de Nação”. Vemos que “Democracia” – um valor universal ocorre com a menor frequência enquanto “Civismo”, um valor da comunidade proponente, supera a universalidade de “Democracia” enquanto um valor universal. Já “Corrupção” um elemento disfórico que atrai de imediato o desconforto e a condenação do auditório direcionado do “Projeto de Nação” – militares e seus complementos de classes médias -, alcança o ponto máximo de frequência, o que justifica e embasa a proposta fundamental para a qual o “Projeto de Nação” foi redigido: a “Mudança”, que funciona como uma violenta catacrese para a interrupção da normalidade democrática – “Mudança” por “golpe de Estado” - e o estabelecimento de um Estado de Exceção denominado de “Centro de Governo”.

O texto em questão apresenta tipicamente a forma de um socioleto, uma linguagem específica, de um típico grupo, com suas particularidades e singularidades. Contudo, o socioleto do “Projeto de Nação” é, ele mesmo, uma emanação de uma linguagem muito maior, mas ampla, a linguagem das Forças Armadas, composta de seus próprios lugares, vocábulos, locuções e principalmente um sem número de abreviações, quase sempre um elemento “barreira” que distingue e separa militares de civis. O socioleto do “Projeto de Nação” é, contudo, em vista de seu público – embora não direcionado para um público “em geral”, aberto para um público mais amplo – mais flexível, menos “cifrado” que a linguagem “dos quartéis”. Contudo, é indubitável que podemos seguir seu enraizamento até a linguagem castrense.

Numa primeira abordagem do socioleto do “Projeto de Nação” em relação direta com suas origens podemos perceber singularidades e tendências para as cifras e hermetismo, e um inevitável dualismo do bem contra o mal:

LOCUÇÕES ESTRUTURANTES DO SOCIOLETO

<i>Elementos “Eufóricos”</i>	<i>Elementos “Disfóricos”</i>
Globalismo	União / Pátria
Civismo	Ativismo
Valores Morais	Minorias
Ideais Conservadoras	Ideais Radicais
Desideologização	Ideologias
Educação	Educação (de Esquerda)
Sistema Político (novo)	Sistema Político (velho)
Novas Lideranças	Velhas Lideranças
Centro de Governo	Judiciário Forte
Coesão Social	Luta de Classes

Ao longo do “Projeto de Nação”, tanto na sua “Introdução histórica” quanto nas suas proposições de campo específico tais elementos “eufóricos” quanto seus pares contrários, disfóricos, se refazem constantemente como as locuções estruturantes do socioleto que supõe “cortes” e “quebras” discursivas, para optar, ao contrário da boa prática, para apenas um cenário final em 2035. Ficamos, assim, sem saber qual foi a metodologia utilizada na construção do mundo de 2035: cenários possíveis? projeções matemático-estatísticas? Autoria opta por uma só forma de enunciação do futuro em 2035 baseadas em um questionário de pessoas escolhidas previamente (não houve divulgação do número, locais, perfil dos entrevistados ou do próprio questionário). Neste sentido, o “Projeto de Nação” é um texto singular, não permitindo, pela ausência de exposição de sua metodologia, se enquadrar em nenhuma das situações básicas de prescrutar o futuro. Sem metodologia para verificação, o “Projeto de Nação” não deixa de ser, no entanto, um texto para debate.

Existe uma longa história de documentos similares.

O texto aproxima-se muito mais de um gênero, como enunciamos, de profecia, ou seja, uma forma que afirma prever o futuro, dizer o que pode acontecer num tempo futuro: a *prophetia*, com a proficiência das ferramentas de ver à frente, como explica a própria palavra na sua origem *προφητεία* - *profetes*, à frente e *phanai*, falar .mais tarde latinizada e, daí, passada para a maioria dos demais idiomas ocidentais. Contudo, ainda como “profecia”, dá-se clara inconsistência narrativa, causando uma “oscilação” constante no regime de temporalidade da narrativa do “Projeto de Nação” como apresentado. O texto introdutório, na sua pretensão de fazer história de um tempo futuro emerge muito mais como um *simulacro* – como do que uma realização, emulando uma condição *Matrix*¹⁴.

14. Baudrillard. Jean. *Simulacros e Simulação*. Lisboa, Relógio D’água. pp. 151–158, 1991.

A proposta trata de três tempos que deveriam ser claramente definidos: 2035, o tempo “da realização”, em que o narrador apresenta o “Brasil após a ‘Mudança’”; 2022, o tempo “do passado” e o tempo “da Mudança”, algum momento na década de 2020, quando se deu a “a aceitação da transformação”. São, pois, estes os três tempos do “Projeto de Nação”. Esses tempos, não se apresentam em ordem “histórica” sequencial, e, tão pouco, numa forma de histórica regressiva, mas, aparentemente confusa, oscilante.

Ou seja, o “regime de tempo” do “Projeto de Nação” que se pretende um cenário, se realiza como uma forma de “tempo” futurista, como a descrição de uma sociedade futura que realizou, para o bem, a maioria das questões afligiam sua população. No entanto, o tempo é fluído, fugidio, escapa do autor e retorna ao ponto de partida numa necessidade constante de reafirmação e convencimento do seu próprio movimento posto que ainda existem reações e oposições a essa sociedade de sucesso no futuro e, portanto, o “retrato” do caos, da corrupção e da desunião do passado – 2022 – deva ser sempre exposto: “... há ainda reações de diversos setores”¹⁵. Mesmo depois de uma década – qual o tempo? – de felicidade, há uma oposição ao “sistema”. Toda essa necessidade permanente de convencimento, de sedução pela utopia de 2035, gera uma insegurança sobre o tempo do bem-estar de que fala do autor. De onde o autor fala? Há na passagem da página 12 para página 13 uma quebra notável no discurso: no segundo parágrafo a autoria inicia o texto com a seguinte forma: “No Brasil, atualmente, é visível a união de esforços entre determinadas entidades nacionais e o movimento globalista...”

15. Fundação Sagres.... Op. Cit. p. 14.

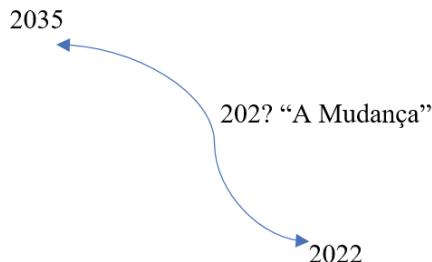


Figura com o fluxo reverso do tempo no “Projeto de Nação”.

O “Projeto de Nação” apresenta uma realidade em três tempos: o presente e o futuro e um passado que flui entre estes constantemente num efeito de “bullet time” onde os indivíduos assistem ao avanço de realidades competitivas que acabam por se revelar simulacros¹⁶.

Ora, estaríamos, ainda, no mundo da Utopia de 2035, no entanto o advérbio (de tempo) “atualmente” [ainda em 2035] provoca uma quebra no regime de temporalidade do texto que explicita a dificuldade de gestão argumentativa dos autores e a insistência na construção do “Outro” conveniente, o inimigo útil na divisão do “nós” e “eles” para a simplificação da visão de mundo e de Brasil a ser superado pela “Mudança”. O “nós” patriótico – e sujeito desinencial que fala do futuro - é, pois, moralmente superior e o “eles”, caracterizado como “...poderosas lideranças patrimonialistas e fisiológicas, em grande parte corruptas, e as correntes de pensamento ideológico radical e liberticida”, inimigas da pátria, devem ser vencidas. Voltamos aqui ao conceito de “vantagem de pequeno grupo”, conforme a expressão de Max Weber, ao tratar da “dominação e dos fundamentos da sua Legitimidade”, que, entretanto, sofre dura ameaça quando (1,) expande seu número na colonização do Estado e (2) quando a ocultação do aparato de mando se tona mais difícil.¹⁷.

16. Baudrillard. Jean. Op. Cit. p. 155.

17. Weber, Max. Op.cit. p.704.

Ao longo do texto introdutório toda a história da utopia de 2035 é uma história da adoção dos valores da “Estratégia Nacional”, uma coleção de valores cívicos e morais que distingue os bons daqueles que são maus em oposição a 2022. Enfim, o texto introdutório “oscula” entre regimes de tempo explicitando a insegurança da autoria e, contudo, permite perceber que haveria um ponto de algidez da crise entre o “velho” e o “novo” em algum momento na década de 2020, quando a “Estratégia Nacional/EN” teria sido adotada, origem da utopia de 2035¹⁸.

A “Mudança” como eufemismo de “Golpe”:

A autoria do texto, elíptica, identificada apenas pelo contexto, permite de forma também oculta, sem nomeação, operar uma nova disruptiva textual, na página 14, quando informa que a sociedade brasileira começou sua transformação quando abandonou as estruturas políticas tradicionais [referência a Constituição de 1988?] “...passando a seu modo atual”, ou seja, a construção da Utopia de 2035. Somos, pois, informados que em “algum momento da década de 2020” – final do Governo Bolsonaro? - Dá-se então, através de tal “ruptura” a “adoção” da “Estratégia Nacional” visando os “Objetivos Nacionais”.

Estamos, então, em pleno domínio do socioleto do “Projeto de Nação”, do que ele revela e do que ele oculta. É quase necessário estabelecer um “vade mecum” da novilíngua do poder que empolga o Estado e o Governo para entender os processos em questão. Em primeiro lugar estabelecer que se deu uma interrupção do processo legal, constitucional, de sucessão estabelecido pela Constituição; “em algum momento da década de 2020”. O que se anuncia aqui, sob a forma de catacrese para “golpe”, é uma intervenção inconstitucional

18. Hartog, François. Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo, Editora Autêntica, Belo Horizonte, 2013.

na República. Tal intervenção gera um grupo que assume a “direção do Estado”, daí resultando uma nova entidade não prevista na Constituição de 1988 (Note *Bene*: embora a “Constituição seja citada várias vezes no texto, não é citada expressamente a Constituição de 1988).

Emerge da ruptura, pois, um “Centro de Governo” - uma outra catacrese, desta vez para “ditadura - que terá um papel fundamental, “a partir de algum momento da década de 2020”, na construção da Utopia de 2035, sendo o responsável pela “Mudança” – um simples substantivo feminino que no texto tem a função de passar desapercebido, ocultar, minimizar, a grande transformação à revelia do “velho sistema político” que permitirá a formação do “Centro de Governo” / CdG, essa entidade central que assumirá as funções executivas de implantação da “Estratégia Nacional/ EM”. Ou seja, estamos falando de um golpe de Estado que implanta um governo autoritário, uma ditadura – uma forma de metonímia seguida de outra metonímia com a função de adocicar o texto.

É ele que opera e gera o “Sistema Integrado de Gestão Estratégica /Siege-BR, responsável pela implementação da “Estratégia Nacional/ EN”, onde estão inscritos os “Objetivos Nacionais/ON” – puro socioleto tecnicista-militarista-direitista, derivado de uma novilíngua maior vigente nas Forças Armadas¹⁹.

Volta-se, então – para dar alguma credibilidade ao papel do CdG -, a uma quebra discursiva: “...nos últimos anos, já é possível afirmar que significativa parcela [qual?] da população vê a EN como fonte de motivação”²⁰. Embora, tenha que admitir, que as resistências continuem. No típico realismo militar, a admissão de resistência à “Mudança” se coloca como possibilidade com a qual tenha que se lidar e, reprimir. Mas, a Utopia 2035 não para aí. Há detalhes. O “sistema”, como passa

19. Sobre a idealização do militar como um “técnico” autônomo apolítico e pronto para a gestão pública da República, ver: FICO, Carlos. *O regime militar no Brasil (1964-1985)*. Sarai-va, São Paulo, 2004.

20. Op. Cit. p. 14.

a ser descrito o produto da “Mudança”, lembrando as ficções de Ray Bradbury, é efetivado por “coordenadores” e “articuladores”, os funcionários do CdG, que são, flexíveis e contemplam mudanças.

Na definição de tais “funcionários” emerge, ainda uma vez de forma elíptica, a própria definição tradicional, vigente de forma quase secular na caserna brasileira, do militar: um agente do progresso, capacitado para gestão científica, longe do político corrupto, e portador de novas práticas e de múltiplas capacidades. Esse “autorretrato” complacente do militar brasileiro – distante da tragédia da gestão da Covid-19 por um general – continua marcando as Forças Armadas. Vemos aí a projeção de um diagnóstico particular da História do Brasil produzido nas escolas e academias militares que reproduzem tanto a ideologia do “militar apolítico” quanto da “tutela sobre a República”, ou talvez de forma mais profunda, seja uma “mentalité”, o “Projeto de Nação” tenta exportar como modelo para o conjunto do país, matéria-prima da Utopia de 2035.

Contradictoriamente, o “Projeto de Nação” reafirma a contínua tentação de segmentos e indivíduos das Forças Armadas de fazer política, inclusive política partidária, sob o manto do apoliticismo. Fazer política sob a afirmação de não fazer política é um continuo da tradição brasileira, como explicou de forma pioneira Alfred Stepan²¹. O texto em pauta reafirma, uma tradição que retoma 1889, 1922, 1930, 1945, 1961, 1964, 1977, 2014, 2016 e a crise atual na Nova República. Ou seja, estamos em face da necessidade de se buscar onde reside o elemento reproduutor da “cultura”, *habitus*, ideologia ou “mentalité” constitutiva da “Teoria – ou doutrina – da Tutela Militar sobre a República”. É a ideia-chave imposta ao republicanismo brasileiro de conceder uma “licença de correção de rumo” aos militares, desde a Proclamação da República, e à revelia das constituições republicanas e da cultura jurídica brasileira, dos chamados males da República. Tal

21. Stepan, Alfred. Os Militares na Política. Rio de Janeiro, Artenova, 1971.

noção de “Tutela” é espúria ao verdadeiro republicanismo e, simultaneamente, fonte das inumeráveis crises da República²².

Sua origem reside na crença da sobrevivência de um “Quarto Poder”, herdeiro do Poder Moderador do Império decaído como um tribunal de recursos de todas as causas da República, passado da figura do último Imperador, em 1889, para as Forças Armadas, o que lhes concederia um Poder de Intervenção na vida pública brasileira. Os Militares, pois, veriam a si mesmos como (a) apolíticos e técnicos competentes; (b) detentores de um pretenso “poder de Tutela” decorrente da herança do Poder Moderador do Imperador; (c) os únicos verdadeiramente conhcedores do país; (d) patriotas acima de todos os demais cidadãos. Desta forma, estariam, aptos a propor a melhor forma de gerir o país e fundar as leis capazes de administrar a Nação, e mesmo impor “Mudanças” que tivessem que ser feitas à revelia de compromissos democráticos constitucionais.

A Utopia de 2035 é, assim, uma projeção autoritária dos únicos competentes e patriotas existentes no país, um desdobramento da “ideologia da Tutela” e da superioridade do militar sobre o civil, temas caros ao militarismo brasileiro, desde o Tenentismo, que emerge agora como um ator centenário da vida pública brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRÉ, João Maria. Os Descobrimentos portugueses e a teoria da ciência no século XVI. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2022. In: https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/43927/1/Os_descobrimentos_portugueses_e_a_teoria.pdf, consultado em 4/07/2022.

BARTHES, Roland. Elementos de Semiótica. São Paulo, Cultrix, 2006.

BAUDRILLARD, Jean. Simulacros e Simulação. Lisboa, Relógio D’água. pp. 151–158, 1991.

22. Ver Pena, Lincoln de Abreu. A República Brasileira. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1999.

- CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro, Forense, 1975.
- Fundação Sagres. Projeto de Nação. O Brasil em 2035. P. 97. In: <https://drive.google.com/file/d/1YqJRZTTxsuFmAasq8vp3PBoMoqL5n-40/view>
- FAUSTO, Carlos. *Os índios antes do Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 2000.
- FAYE, Jean-Pierre. *Langages Totalitaires*. Paris: Hermann, 1972, p. 5.
- FICO, Carlos. *O regime militar no Brasil (1964-1985)*. Saraiva, São Paulo, 2004.
- HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*, Editora Autêntica, Belo Horizonte, 2013.
- NOLTE, Ernst. „Vergangenheit, die nicht vergehen will“ [Historikerstreit], 6. Juni 1986. In: https://www.1000dokumente.de/pdf/dok_0080_nol_de.pdf. Consultado em 04/07/2022.
- PENA, Lincoln de Abreu. *A República Brasileira*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1999.
- SAID, Edward. *Cultura e Império*. São Paulo, Companhia das Letras, 2011 (primeira edição em 2009).
- STEPAN, Alfred. *Os Militares na Política*. Rio de Janeiro, Artenova, 1971
- WEBER, Max. *Economia y Sociedad. Esbozo de Sociología Comprensiva*. Ciudad del Mexico, Fundo de Cultura Económica, 1964.

Fontes:

<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/04/08/ministro-da-educacao-e-demitido-apos-gestao-marcada-por-controversias-e-recuos.ghtml>. Consultado em 01/07/2022.

<https://br.sputniknews.com/20191104/santa-rosa-e-3-general-a-deixar-governo-bolsonaro-diz-jornal-14732214.html>. Consultado em 01/07/2022.

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/04/08/planalto-anuncia-demisao-de-ricardo-velez-rodriguez-do-ministerio-da-educacao.ghtml>. Consultado em 01/07/2022.

MILITARES E O PENSAMENTO DE EXTREMA DIREITA

Eduardo Heleno de J. Santos,

Podemos afirmar que a extrema direita no meio militar brasileiro se vincula à, pelo menos, três matrizes ideológicas: anticomunismo, defesa dos valores cristãos, autoritarismo com proeminência das Forças Armadas e nacionalismo, todos percebidos em seu sentido mais exacerbado. O anticomunismo nas Forças Armadas brasileiras, em especial no Exército, tem como ponto determinante a narrativa dos motins ocorridos em novembro de 1935 nos quartéis de Natal, Recife e Rio de Janeiro, e que passaram a ser conhecidos como Intentona Comunista. A escolha desse nome, que significa intento louco, e o ritual criado pelo governo de Getúlio Vargas em memória dos mortos no conflito ajudaram a criar uma identidade ao Exército Brasileiro e um inimigo interno em uma década marcada por uma série de agitações nos quartéis.

A década de 1930 se inicia com um golpe de Estado, liderado por Getúlio Vargas e com a participação dos tenentes – que deu fim ao Exército da República Velha. Dois anos depois, a demanda dos setores conservadores do Estado de São Paulo por uma constituinte levou à criação da Frente Única Paulista e a consequente mobilização das massas em torno da guerra contra o governo provisório. A guerra civil de 1932, iniciada em 9 de julho e encerrada em 2 de outubro, foi o mais sangrento conflito interno vivido na era Vargas e colocou em lados opostos setores do Exército. Com a vitória das tropas federais,

houve a punição dos rebeldes, a renovação dos quadros militares e um processo de centralização dos poderes. Como todo processo, contou com uma série de resistências.

Além da guerra civil de 1932, outros movimentos indicaram claramente a fragmentação em que as Forças Armadas brasileiras viviam à época, em especial o Exército. A instabilidade política acentuada pela revolução de 1930 e a politização dos militares, nos mais diversos escalões e com os mais variados objetivos políticos e ideológicos, se tornaria um problema para o governo Vargas. Entre 1931 e 1932, ocorreram 50 casos graves de indisciplina, como conspirações, motins e quarteladas. Mesmo que muitas dessas tentativas estivessem ligadas à pequenos grupos ou interesses individuais, não podemos deixar de levar em consideração a força dos movimentos relativamente mais articulados, como o movimento de sargentos, e outros que tinham maior destaque e influência no governo provisório, como o Movimento 3 de Outubro, que buscava expressar os ideais tenantistas. Em um quadro mais amplo, a emergência do Integralismo nas Forças Armadas assim como a presença de militares ligados ao Partido Comunista nas fileiras fechavam o quadro de instabilidade e de fragilidade da instituição militar.

Não podemos desvincular esse perfil autoritário dentro das Forças Armadas, das linhas autoritárias – à esquerda e à direita, que passaram a se desenhar na meio civil na década de 1930. A crise de 1929 provocou não somente a quebra da bolsa de Nova Iorque, mas também um profundo sentimento anti-liberal, que se traduziu na aproximação com soluções autoritárias à esquerda, com o comunismo, quanto à direita, com o nazi-fascismo e o integralismo, no caso brasileiro. No que tange especificamente à extrema direita brasileira no meio civil, publicações como *Hierarchia*, *Política* e a *Revista de Estudos Jurídicos e Sociais* serviram para os futuros integralistas defenderem soluções autoritárias e nacionalistas, como as vistas na Alemanha e na Itália. Dessas páginas, algumas ideias se transformaram em

partidos como a Ação Social Brasileira, um partido Nacional Fascista. Podemos afirmar que a formação de grupos de inspiração fascista no início da década é também uma resposta à Revolução de 1930, basta notar pelos grupos que se organizam após o golpe de Estado liderado por Vargas.

A Legião Cearense do Trabalho, criada em 1931 e liderada pelo tenente Severino Sombra começou a funcionar com nove mil legionários e ampliou seu rol de associados a 15 mil, muitos deles oriundos de organizações operárias. Desertor da Revolução de 1930, Sombra era inspirado no antiliberalismo e na renovação católica de Jackson de Figueiredo, e defendia a volta do regime corporativo medieval. Por sua vez, a criação da Ação Integralista Brasileira, a AIB, em 1932, por Plínio Salgado, aglutinaria os movimentos de extrema-direita e tornaria o principal partido deste espectro político.

No campo da esquerda, a criação da Aliança Nacional Libertadora em 1935 buscou galvanizar a liderança do Partido Comunista Brasileiro entre os movimentos de esquerda. O capitão Luís Carlos Prestes, recém aceito no partido, acabaria se tornando o porta-voz dessa frente ampla, aglutinando os setores militares descontentes. Embora a orientação do Komintern em Moscou fosse de conquista gradual da população, o quadro otimista exposto pela comitiva brasileira presente na III Conferência dos Partidos Comunistas da América Latina, realizada em Moscou, em 1934, superestimou a influência do partido nas fileiras e abriu a possibilidade de se apoiar um levante armado no Brasil. Os discursos acalorados de Prestes chamaram a atenção do governo Vargas, que rapidamente colocou o partido na ilegalidade. O ânimo revolucionário contudo não foi arrefecido e a ANL, agora clandestina, insistia em colocar o povo em armas.

É nesse contexto que ocorrem os levantes comunistas de 1935. O governo federal, após a rápida vitória sobre os rebeldes, passa gradativamente a instrumentalizar a narrativa sobre a Intentona, criando não somente um ritual de memória às vítimas como promovendo a

ideia de um inimigo comum, que ameaçava de uma maneira geral os ideais cristãos e de maneira particular dois aspectos basilares da instituição militar: a hierarquia e disciplina. No campo jurídico, institui em 1936, o Tribunal de Segurança Nacional, o que permitiu a Vargas o expurgo dos militares comunistas e, mais tarde, em uma escala menor, dos integralistas.

A existência de um inimigo comum reforçava a nova identidade que estava sendo construída no fragmentado Exército pelo governo Vargas. Em setembro de 1937, a cúpula militar se reúne e divulga a descoberta de um plano supostamente arquitetado por comunistas para tomar o poder. Aproveitando do medo em relação à ameaça comunista, o plano Cohen foi forjado para que Vargas decretasse Estado de Guerra e em novembro de 1937, foi instaurada a ditadura do Estado Novo. Sob a convergência anticomunista e autoritária e uma constituição baseada na *Carta del Lavoro* italiana, os integralistas enxergaram uma oportunidade e tentaram ocupar importantes cargos no governo, sem sucesso. A AIB congregava 850 mil afiliados, se tornando o principal partido de massas da extrema-direita na década de 1930. Diante da negação de Vargas, os integralistas se reorganizam, recorrem à força e tentam dois golpes de Estado, em março e em maio de 1938. Contam para isso com o apoio de oficiais do Exército e da Marinha, essa última na qual havia uma grande quantidade de militares integralistas. A reação do governo importou na prisão de 1167 civis e 437 militares e a saída de Plínio Salgado do país. Com isso, os integralistas se retiraram temporariamente de cena. Embora integralistas tenham sido presos, o que se verá ao longo da história republicana brasileira é que os militares da extrema-esquerda serão punidos mais severamente que aqueles da extrema-direita. As relações interpessoais e o anticomunismo compartilhados terão efeito decisivo.

Diante do expurgo de comunistas e de integralistas, e com a atuação dos generais Dutra e Goés Monteiro, o processo de transformação no Exército é acelerado no Estado Novo. No campo do ensino castrense, é

lançado em 1938 pela então Biblioteca Militar o primeiro livro da série Obras de Educação, *Em Guarda! (Contra o comunismo)*, que reunia os discursos dos chefes da nação, da Igreja e das Forças Armadas, e artigos de que ressaltariam a chamada “ameaça vermelha”. Naquele mesmo ano é lançada no município de Resende a pedra fundamental do novo instituto militar que substituiria a Escola Militar do Realengo, a Academia Militar das Agulhas Negras, afastando com isso, os cadetes das agitações políticas da capital. Ainda no campo simbólico, a memória de Duque de Caxias seria cada vez mais reforçada como o patrono do Exército, representante da moderação e da disciplina, valores necessários para apaziguar o clima revolucionário, as disputas internas e quarteladas que vinham marcando as relações civis militares desde 1922.

Pari passu a essas transformações, a propaganda anticomunista presente nos discursos reforça o caráter de ameaça vermelha não somente ao Exército, mas na Igreja e na sociedade em geral. O comunismo era visto por setores mais conservadores do catolicismo como uma ameaça à própria existência do cristianismo. Nas palavras do Cardeal Leme, era um movimento intrinsecamente perverso. Para se contrapor aos comunistas, a Igreja havia criado, no início da década, a Ação Católica. No âmbito militar, foi organizada em 1929 a União Católica dos Militares. Devido ao caráter internacional do comunismo, não podemos deixar de levar em consideração o caráter internacional de sua reação. Em março de 1937, meses antes da instauração do Estado Novo, o Vaticano emitiu a *Divini Redemptoris*. A carta encíclica publicada pelo Papa Pio XI condenava o comunismo por subverter a ordem social e os fundamentos da civilização cristã. Embora não fosse o primeiro documento desse tipo, reafirmava a preocupação da Igreja com o avanço do comunismo. Nesse sentido, as notícias de perseguições a padres católicos durante Revolução Russa, na Guerra Cristera, no México, na Guerra Civil espanhola, alimentavam a narrativa anticomunista e transformavam seus militantes não em adversários políticos, mas a personificação do inimigo cristão, o demônio.

Outro aspecto presente na extrema direita militar brasileira é a crença nas Forças Armadas como mantenedoras da ordem social. Em um aspecto mais geral, a ideia da manutenção da ordem sem a possibilidade de revoluções, e guiada de cima para baixo, vincula-se à tradição positivista de Auguste Comte. Dentro do Exército, além do positivismo, há outros aspectos herdados da transição do império para a República. A Questão Militar, crise imperial que precipitou, com um golpe de Estado, a instauração da República e as outras ideologias de intervenção política que permearam o debate sobre a atuação política dos militares e a modernização do Exército na Revista *A Defesa Nacional*. A ideologia do Soldado Cidadão, herdada da Revolução Francesa, defendia que o soldado pudesse exercer a liberdade de expressão, como um cidadão comum e participar dos debates políticos. Uma versão mais instrumentalizada dessa ideologia, conhecida como Soldado Corporação, defendia que a instituição deveria agir politicamente por meio do Estado Maior. A instabilidade política das décadas de 1920 e 1930 e a crença cada vez maior em uma solução autoritária *vis a vis* as experiências europeias contribuíram para que a ideologia do Soldado Corporação se transformasse em uma política institucional, conforme percebemos nas afirmações do general Goés Monteiro pela qual devia se fazer a política do Exército em detrimento da política no Exército. Ao se tornar o sustentáculo do governo provisório Vargas, o novo Exército que está sendo construído será tanto o fiador do Estado Novo em novembro de 1937, quanto do golpe que derruba a ditadura em novembro de 1945. Como ator político, atuará, por meio do alto-comando nas crises políticas da República instituída em 1946.

Estes fatores que dão as bases para a formação do pensamento de direita, e por extensão a extrema-direita no meio militar, resultam em grande parte dos acontecimentos políticos, globais e regionais da década de 1930. Embora esses fatores estejam presentes na sociedade brasileira do Pós Segunda Guerra Mundial, é com a polarização ideológica estimulada pelo ambiente da Guerra Fria a partir da década de

1950, que a extrema-direita, ainda muito discreta, vai delinear mais claramente seus contornos, como subproduto das disputas entre a União Democrática Nacional (UDN), principal partido da direita no Brasil, e seus opositores, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Social Democrático (PSD).

No Exército, em especial, a politização e polarização dos militares será percebida no Clube Militar, principal arena de debates entre oficiais da ativa e da reserva. Em 1952, a chapa Cruzada Democrática vence a chapa nacionalista e estabelece o domínio da direita no clube. Na Marinha, cabe destacar que em fevereiro daquele ano, o vice-almirante Carlos Pena Boto, subchefe do Estado Maior da Armada, e ex-integralista, cria a Cruzada Brasileira Anticomunista, lançando em seu Manifesto à nação a denúncia que o Partido Comunista estaria infiltrado no Brasil. Ao longo dos seus anos como militar da ativa e porta-voz da CAB, Pena Boto produziria um tabloide destinado a promover a campanha anticomunista com informações provenientes da inteligência norte-americana. As constantes denúncias oferecidas por Pena Boto acabaram por lhe conferir uma fama com pouca credibilidade e um termo que passou a significar exagero anticomunista, o *penabotismo*. Diferentemente dos oficiais à esquerda, as punições dadas a Pena Boto foram muito mais brandas e permitiram a continuidade de sua прédica ideológica. Na Aeronáutica, a influência de Carlos Lacerda, político da UDN e forte opositor de Getúlio Vargas, estimulou uma forte politização dos oficiais. Nos meses que antecederam o suicídio de Vargas, Lacerda contou com uma escolta de oficiais da FAB e é a morte de um deles, o major Rubens Vaz, no atentado da rua Tonelero, que precipita o fim do governo em agosto de 1954.

O udenismo tinha como característica o apelo aos setores médios, às acusações de corrupção no governo e o anticomunismo. Com a derrota eleitoral de seu candidato, o general Juarez Távora em 1955, uma facção do partido se articulou para um golpe com apoio militar, o que foi freado pelo autogolpe imposto pelo general Lott em 11 de

novembro de 1955. Com isso, se aprofundou uma cisão entre setores do Exército e da Aeronáutica. Em 1956, oficiais da Força Aérea, vinculados à UDN e contrários à posse de Juscelino Kubitschek, se rebelaram, tomando a base de Jacareacanga. Em 1959, parte dos rebeldes de Jacareacanga iniciam uma nova rebelião, sequestrando um avião de carreira e estabelecendo o controle da base de Aragarças em Goiás. A rebelião fora motivada por uma série de fatores, entre eles a escolha do marechal Lott para ocupar interinamente o cargo de ministro da Aeronáutica. A narrativa dos rebeldes, eivada de anticomunismo e teorias da conspiração, defendia que a existência de movimento comunista-petebista em curso para revolucionar o país. O líder da revolta, o tenente-coronel João Paulo Burnier, seria na década seguinte um dos articuladores das linhas mais radicais da extrema-direita.

A Revolução Cubana e as guerras de descolonização na Argélia e na Indochina iriam produzir a importação das agendas norte-americana e francesa de política internacional e moldar o pensamento de todos os espectros ideológicos. Com a revolução na Sierra Maestra, os Estados Unidos passaram a ver a possibilidade de a ‘ameaça vermelha’ crescer no Brasil. A política norte-americana de contenção, apoiada pelos britânicos, acabaria por fornecer discursos e apoio financeiro aos grupos anticomunistas na América do Sul. Um dos programas mais exitosos neste sentido foi a Aliança para o Progresso, estabelecido em 1961. A crise dos mísseis em 1962 colocou a Casa Branca em um nível de alerta máximo em relação aos soviéticos, e o Brasil, como principal país da América Latina haveria de se tornar um aliado incondicional.

No mesmo ano da Revolução em Cuba, chegaria à Escola Superior de Guerra, por meio do coronel Augusto Fragozo, os primeiros documentos da teoria da guerra revolucionária que acabariam por produzir uma doutrina ancorada no ressentimento dos oficiais de extrema-direita franceses com a perda do poder e status da França imperial nas experiências em Argel e Dien Bien Phu. Voltada ao inimigo interno e anticomunista por essência, a teoria da guerra revolucionária era uma

resposta da metrópole às antigas colônias. Na França, teve pouca reper-
cussão e apoio, mas no Brasil e no cone sul, acabou produzindo uma
nova geração de oficiais e civis por meio da ESG e uma lei de Segurança
Nacional o suficiente abrangente para prender qualquer pessoa. A teo-
ria da guerra revolucionária nortearia também o quadro de ações insti-
tucionais para a repressão à oposição política. A прédica anticomunista
no meio civil era também propagada pela UDN e pela Igreja Católica.
Carlos Lacerda se tornou o tradutor e propagador de *Em cima da hora:*
a conquista sem guerra, de Suzanne Labin. Dom Geraldo de Proença Si-
gaud, arcebispo de Diamantina, escreveria o *Catecismo Anticomunista*.

A conjuntura brasileira no início da década de 1960 gerava outro
fator que contribuía para a radicalização: a renúncia de Jânio Qua-
dros (UDN) abriu caminho para uma nova crise que se instaura com
participação do alto-comando e cuja solução, provisória e autoritá-
ria, é a implantação do regime parlamentarista para diminuir o po-
der do vice-presidente João Goulart, do PTB. A imagem construída
do carismático Goulart como herdeiro de Vargas, seu bom vínculo
com os sindicatos, representa, para os setores conservadores civis e
militares, a imagem de um protetor da ameaça vermelha, que deve-
ria ser retirado do poder, antes que as fases previstas pela teoria da
guerra revolucionária fossem concretizadas. Como reação à Jango,
setores da direita empresarial e militar começam a estruturar, por
meio da Escola Superior de Guerra, do Instituto de Pesquisas Sociais
(IPES) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), uma
série de articulações para financiar candidatos da UDN e preparar a
tomada do poder. A прédica anticomunista, tônica desses três gran-
des *think tanks*, reforçada pela leitura francesa da guerra revolucioná-
ria e pela propaganda anglo-saxã, alimentou a guerra psicológica nos
meios de comunicação em massa. Mais do que *think tank*, o comple-
xo ESG/IPES/IBAD foi a mola mestra da conspiração civil e militar
de direita que derrubou por meio de um golpe de Estado o presiden-
te João Goulart.

Em uma interpretação mais contemporânea da democracia, não se pode deixar de localizar o complexo ESG/IPES/IBAD em um espectro amplo, uma grande coalizão que vai da direita até a extrema-direita. Esta classificação leva em consideração não somente o discurso anticomunista, mas a prática que resultou na quebra do sistema democrático e a imposição de um regime autoritário, anseio típico dos grupos extremistas, além é claro da violência em relação à oposição política, tratada a partir de 1964 como um inimigo de Estado. A diferença desse complexo em relação aos demais entidades da extrema-direita é que houve a capacidade de articular diferentes setores em torno de um grande movimento que, defendendo os interesses do capital privado, instrumentalizou os valores tradicionais e acabou conquistando uma grande parcela da população, como nas marchas católicas. Essas articulações dentro e fora das Forças Armadas se traduziriam muitas vezes em uma situação híbrida no qual serão vistos freios aos setores mais radicais e a criação de um regime que apresentava aspectos autoritários com a permanência de instituições democráticas de fachada como o Congresso, em um primeiro momento. No entanto, a extrema direita não seria de todo anulada, passando a atuar em setores extremamente estratégicos como a Inteligência, assim como infiltrada em vários órgãos da estrutura estatal. Por sua vez, a esquerda, incluindo aí qualquer indivíduo que pudesse ser identificado com a esquerda militar, foi duramente afetada com os expurgo, punições e perseguições de toda espécie.

A criação do Serviço Nacional de Informações e dos Centros de Inteligência da Marinha, do Exército e da Aeronáutica ao longo da década de 1960, acabou sendo afetada pela polarização ideológica. A Defesa Nacional se caracteriza ao longo dessa década pelo enfrentamento ao inimigo interno, uma herança incômoda que vai permear as instituições de inteligência até meados da década de 1990 e que parece ressurgir após 2015. O pensamento de extrema-direita, alimentado pelo anticomunismo e pela teoria da Guerra Revolucionária,

amparado nas leis de Segurança Nacional e legitimado pelo regime dos generais, seria uma das principais fontes ideológicas entre os oficiais da área de Inteligência e Informações. Na prática, resultaria em técnicas violentas de interrogatório, disseminação da tortura, prisões arbitrárias, formulação desenfreada de dossiês e uma visão pobre, estereotipada e simplificada das conjunturas nacional e internacional.

Não obstante a organização do complexo IPES/IBAD/ESG, o novo panorama do início da década de 1960 havia renovado o fôlego conspiratório dos pequenos grupos extrema direita brasileira, que passaram a se organizar de forma mais incisiva em grupos paramilitares, tendo em seus apoiadores alguns militares das Forças Armadas. Em 1961, como resposta ao reatamento das relações entre Brasil e União Soviética, foi criado o Movimento Anticomunista (MAC). O MAC foi o responsável por metralhar a sede da União Nacional dos Estudantes (UNE) em 1962. Entre outras ações criminosas associadas ao grupo estão um ataque no III Encontro Sindical e um atentado à bomba em uma exposição de arte promovida pela embaixada da União Soviética. Embora fosse um grupo com liderança civil, o MAC chegou a angariar a simpatia de militares como o influente almirante Silvio Heck. Em 1964, outro grupo de estudantes, do Colégio Mackenzie e da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, organizam o Comando de Caça aos Comunistas (CCC). Durante o regime militar, a organização vai se irradiar em várias cidades, como o Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre e promover atos de violência nos mais diversos graus como agressões em espetáculos teatrais, sequestros e assassinatos, se tornando conhecida como o Comando do Terror. Embora inicialmente criado por estudantes de classe média e alta dos cursos de Direito, o CCC, conseguiu, nos momentos de maior repressão do regime militar, aglutinar 150 paramilitares, dos quais, segundo relato de seus próprios integrantes, 90% eram do Exército.

Também em 1961 foi organizado pelos coronéis Alberto Fortunato, Alexander Murillo Fernandes, Freddie Perdigão entre outros

o Grupo Secreto, responsável por uma série de atentados à bomba. O Grupo era composto por oficiais lacerdistas, alguns participantes da revolta de Aragarças, como Fortunato, e que passariam a atuar no Centro de Informações do Exército e no Centro de Informações da Aeronáutica. O grupo se organizava em três círculos concêntricos. No anel exterior, atuavam o coronel Mendonça, Diretor do Instituto Penal Cândido Mendes, na Ilha Grande e o policial Charles Borer, do Departamento de Ordem Pública e Social, DOPS. O grupo intermediário era composto pelos generais Camilo Borges de Castro, Gérson de Pina (médico) e Ferdinando de Carvalho, este último uma espécie de ideólogo do grupo de autor de livros publicados pela Biblioteca do Exército, como *Os Sete Matizes de Vermelho* e *Lembrai-vos de 1935!* O núcleo interior do grupo, constituído pelos especialistas em uso de explosivos e que faziam as ações era composto pelo coronel aviador Alberto Fortunato, pelos coronéis Alexander Murillo Fernandes, Freddie Perdigão Pereira, Luis Helvécio Leite da Silva, pelo civil Hilário José Corrales e pelo oficial da reserva francês Pierre Richell Pellegrin, que era especialista em explosivos e veterano da guerra da Indochina. O grupo atuou de forma intermitente entre 1961 e 1962, voltando às atividades entre 1967 e 1970 e depois entre 1979 e 1981. Com o regime militar, suas ações foram acobertadas pelos órgãos de segurança e seus perpetradores nunca seriam punidos.

As ações do Grupo Secreto retornariam ao noticiário no fim da década de 1970, quando uma série de atentados a bomba são realizados no Rio de Janeiro como reação à abertura nos governos Geisel e Figueiredo. O último grande atentado terrorista, ocorrido em abril de 1981, no Riocentro, teria tido o envolvimento de integrantes do grupo Secreto. O atentado acabou dando errado e vitimando os seus próprios sabotadores, o capitão Wilson Dias Machado e o sargento Guilherme Pereira do Rosário, que não resistiu aos ferimentos. As investigações, mesmo influenciadas pelo regime, acabariam por revelar as ligações do Grupo Secreto com outros atentados da década de 1970.

Além dos grupos armados da extrema-direita, há outros movimentos menos radicais e que passam a crescer nas Forças Armadas. Em 1970, a extrema direita no meio militar ganha o seu próprio jornal, o mensário *Letras em Marcha*, fundado e dirigido pelos irmãos Joaquim Victorino Portella Ferreira Alves e Neomil Portella Ferreira Alves, coronéis de artilharia. O jornal, que era distribuído para a tropa e tinha patrocínio de empresas como a Sharp Eletronica e o SENAI, era a caixa de ressonância da extrema-direita militar. Entre seus colaboradores, havia oficiais e civis que haviam cursado a ESG, atuado na SNI e nos demais órgãos de repressão. Os artigos versavam sobre as tradições das Forças Armadas e não raro continham leituras anticomunistas sobre a política. Um de seus articulistas, o jurista Mário Pessoa, catedrático da Universidade de Pernambuco, era professor da ESG. Outros nomes importantes da historiografia do regime militar também aparecem ali: os generais Aurélio de Lyra Tavares, Carlos Alberto Fontoura, João Paulo Burnier, Sebastião Ramos de Castro entre outros. Durante a redemocratização, o general Iris Lustosa, do Centro de Informações do Exército, utilizará as páginas do *Letras em Marcha* para desmoralizar a campanha de Tancredo Neves perante os militares. Também na redemocratização, o mensário manterá sua прédica anticomunista, revivendo a volta da “ameaça vermelha” nas eleições democráticas vigentes após 1985. A grande imprensa e o sistema educacional serão vistos pelos articulistas do jornal como promotores da “marxização” dos jovens. A renovação da ameaça comunista tinha dois efeitos, apresentar uma razão de ser para o anacrônico jornal e defender as ações dos militares que participaram da repressão durante a ditadura. Nesse sentido, os coronéis Agnaldo del Nero Augusto e José Augusto da Silveira Andrade Netto, ambos ligados ao CIEE, organizaram em 1985, com civis, um *think tank* chamado Associação Brasileira de Defesa da Democracia. O grupo também criou a revista *Ponto de Vista*, pela qual publicavam sua predica anticomunista. Em alguns anos, a ABDD mudou o seu nome para União

Brasileira de Defesa da Democracia (UNDD), sem contudo descartar a fobia que mantinha pelo avanço das esquerdas nas eleições e a necessidade de se organizar para influenciar o processo legislativo.

Em 1988, outro jornal, com o tom relativamente mais moderado, é lançado. O jornal *Ombro a Ombro*, editado pelo coronel Pedro Schirmer, ex-comandante do 27º Batalhão de Infantaria Paraquedista no Rio de Janeiro, buscava ser porta-voz das tendências existentes em meio aos oficiais da ativa e da reserva. Sem dúvida, a publicação acabou cumprindo esse rol, pois abrigou em suas edições a divulgação de uma série de manifestos de grupos de pressão política organizados por oficiais da reserva e que eram caracterizados em sua grande maioria por um discurso de extrema direita. Esses grupos se organizam em torno de algumas agendas: a manutenção do *status* militar; a anistia aos militares que cometiveram crimes durante o regime de 1964; a resistência ao avanço dos partidos de esquerda, cujo desempenho eleitoral era cada vez melhor. Alguns nomes eram comuns em vários grupos, como o do general Tasso Villar de Aquino e Sebastião Ramos de Castro, dos brigadeiros Marcio César Leal Coqueiro e Carlos Affonso Dellamora que integravam a UNDD e o grupo Independente 31 de março.

Com o governo de Fernando Collor de Mello, do Partido de Reconstrução Nacional (PRN), foi temporariamente afastada a possibilidade de que candidatos como Leonel Brizola, do Partido Democrático dos Trabalhadores (PDT) e Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT) ocupassem a presidência, o que era visto com preocupação pela extrema direita militar. Não obstante, Collor, candidato preferido da direita extingue o Serviço Nacional de Informações, o que diminui gradativamente o poder dos militares ainda ligados aos órgãos de Inteligência. Como resposta, o coronel Francisco Batista Torres de Melo, que fez parte do SNI, organizará em Fortaleza o grupo Guararapes. Como grupo de pressão política, o Guararapes mobilizará militares da ativa e da reserva em prol de suas campanhas.

No momento mais crítico do processo de impeachment de Fernando Collor, o grupo defenderá inclusive o fechamento do Congresso.

A crise do governo Collor será vista por muitos militares vinculados ao pensamento da extrema-direita como uma oportunidade de retorno ao panorama de intervenções militares e controle da estrutura estatal. Assim como o grupo Guararapes, vão surgindo outros grupos de pressão formados por militares da reserva que se contrapõe ao jogo político resultante da redemocratização e à ordem instituída com a Constituição de 1988. Entre 1989 e 1994, mais de vinte grupos de pressão formados por militares da reserva, com viés de extrema-direita, surgem em todo o país. Diferentemente dos grupos mais violentos surgidos na década de 1960, as novas entidades, embora critiquem a democracia e seus impasses, buscam se constituir legalmente, com o estabelecimento de estatutos registrados em cartório e descartam o uso da violência.

Outro aspecto é uma leitura do nacionalismo bem peculiar, que se alimenta das críticas acerca da distribuição das reservas indígenas, a necessidade de ocupação da Amazônia e da visão de que os movimentos ambientalistas internacionais seriam a nova estratégia de dominação da esquerda no pós Guerra Fria. Estas críticas alimentam o debate da extrema-direita militar em especial durante a Conferencia Rio 92. Não obstante, parte desse debate continua em publicações como *A Farsa Ianomani*, do coronel Carlos Alberto Lima Menna Barreto.

Além da crítica aos governos civis, a questão da memória sobre o regime de 1964, o receio de revanchismo e a articulação de uma bancada militar marcam a atuação dessas entidades. O grupo Estácio de Sá, fundado e coordenado pelo general Hélio Ibiapina (que havia sido um dos coronéis do IPM), passa a buscar mudar a direção do Clube Militar, politizando a revista do Clube com artigos laudatórios ao regime de 1964 e ao anticomunismo. Em um período marcado pela política de direitos humanos e de revisão do passado, as ações de Ibiapina acabam influenciando o próprio Exército e outros oficiais da

reserva. É criada a coleção de História Oral do Exército sobre 1964 e novos cultos relacionados ao 31 de março ganham peso na instituição, mantendo destaque maior que a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, o maior conflito bélico do século XX, e na Guerra do Paraguai, o maior conflito bélico da América do Sul. Como ocorrido com a memória sobre a Guerra de Canudos, os conflitos que mais cobraram a vida de brasileiros são relegados em prol da memória de um pequeno grupo de oficiais que participaram daquele conflito, que, instrumentalizando o corporativismo caro às instituições militares, misturam sua imagem com a imagem da instituição. Nesse sentido, a extrema direita contou com a ajuda involuntária dos setores da esquerda e da extrema-esquerda, que não tiveram a clareza de discernir e diferenciar os integrantes da instituição, alimentando a reação corporativista.

Ainda em torno da memória, ao final da década de 1990 vários oficiais pertencentes aos grupos de pressão política criam no Clube Militar o grupo Terrorismo Nunca Mais. Como uma antítese ao movimento Tortura Nunca Mais, o Ternuma serve de espécie de caixa de ressonância da extrema direita entre os oficiais da reserva. Seu objetivo é convencer a população sobre a legitimidade das ações repressivas durante o regime militar e evitar a punição dos militares. Junto com os grupos Inconfidência, de Minas Gerais e Guararapes, de Fortaleza, serão os grupos mais atuantes durante os governos de Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva.

Não podemos deixar de destacar também a produção literária dessa extrema direita ao longo da redemocratização. Como resposta ao livro *Brasil Nunca Mais*, editado em 1985, pela arquidiocese de São Paulo, o coronel Agnaldo Del Nero recebeu a incumbência do ministro do Exército Leônidas Pires Gonçalves de escrever a versão dos militares sobre a repressão política. Apenas publicado em 2013, a obra chamada *Orvil* circulou em uma versão mimeografada por muito tempo entre os militares. Outro libelo pró-regime são os livros do

coronel Brilhante Ustra, *Rompendo o Silêncio e a Verdade Sufocada*, ambos editados em 1987. Outra obra é a *Hidra Vemelha*, de Carlos Ilich Santos Azambuja; oficial que havia sido da área de Inteligência e que criou um pseudônimo igual à sigla da sua unidade, o Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA). Em 2002, é lançado pela Estandarte Editora, a mesma do jornal *Ombro a Ombro*, o livro *A Revolução Gramscista no Ocidente*, baseado na leitura que o general Sergio Avellar Coutinho faz do conceito de revolução de Antonio Gramsci. Na visão de Coutinho, Gramsci superaria Marx como o ideólogo da esquerda. Para o autor, no Pós Guerra Fria, a esquerda renunciaria às ações revolucionárias em prol da conquista gradativa da hegemonia. Essa nova esquerda, multifacetada, na concepção de Coutinho, lutaría pela superação do senso comum, pela neutralização da burguesia e pela ampliação do Estado. Em 2008, o psicólogo Heitor de Paola, que havia sido integrante da Ação Popular virou conferencista destes grupos, em especial o Ternuma, lança o livro *O Eixo do Mal Latino-American e a Nova Ordem Mundial*, em que critica o que ele chama de neocomunismo. Em 2011, o coronel Lício Maciel, que havia reeditado o Orvil, publica *Guerrilha do Araguaia, relato de um combatente*. Por outro lado, o surgimento de uma série de sites na internet amplia a propaganda da extrema-direita. Além das páginas do Ternuma, do Inconfidência e do Guararapes, merece registro o site *mídia sem máscara*, que busca difundir um discurso negacionista sobre a grande imprensa. Criado em 2002 por Olavo de Carvalho, acabou se tornando junto ao seu site pessoal do escritor, a plataforma para ele se tornar o ícone da extrema-direita civil e militar.

Com a implantação da Comissão Nacional da Verdade, como parte do Plano Nacional de Direitos Humanos no governo Dilma Rousseff, esses grupos, enxergando a possibilidade de revanchismo, radicalizam ainda os discursos e buscam se inserir em quartéis e demais organizações militares para conseguir algum tipo de oposição. Na sua прédica anticomunista, eles acabam tendo alguns novos fatores que

vão interferir na implantação de uma justiça de transição eficiente e que permitirá não somente a renovação da direita brasileira como o surgimento de uma nova extrema direita: a crise política que resulta no impeachment de Dilma Rousseff, acaba tendo como motor a irradiação de um discurso antipetista, uma nova espécie de anticomunismo aplicado ao Partido dos Trabalhadores, que dinamiza a entrada da direita nas ruas e nas redes sociais.

Vemos com isso o surgimento de novos grupos de extrema-direita nascidos a partir dos protestos de junho de 2013. O fantasma de um golpe militar volta às ruas em grupelhos que levam faixas defendendo intervenção constitucional militar, uma leitura enviesada e cínica da Constituição Federal, que chegou a ser defendida por Ives Gandra, jurista que é presença comum aos eventos do Clube Militar.

Com a campanha de Jair Bolsonaro, que se inicia logo após as eleições de 2014, alguns novos e antigos elementos da extrema-direita são combinados. O anticomunismo da década 1960, repaginado com a ideia do inimigo petista na década de 1990 e 2000, se alia à novas linhas da extrema direita norte-americana, como a *Alternative-Right*, cuja crença em teorias da conspiração alimentam o ambiente das redes sociais, chegando às mensagens no celular. Uma releitura do nacionalismo é feita com a crítica aberta ao que seria o globalismo – o surgimento de uma nova esquerda devido à globalização e a imposição dos valores em detrimento da soberania. Esse novo nacionalismo antiglobalização se reúne em uma improvável amalgama discursiva com o modelo neoliberal econômico e a defesa dos valores cristãos. E as páginas da extrema-direita, tendo como plataforma as redes sociais, utilizam todos os recursos discursivos e de programação para se tornarem uma atividade rentável e com verba proveniente de visitantes e anunciantes. O modelo, que segue a linha da *Breitbart News*, criada por Steve Bannon na campanha de Donald Trump, vai alimentar o que a imprensa passa a chamar de o Gabinete do Ódio: uma sofisticada máquina de propaganda e de ruína da reputação de inimigos

políticos, que, amparada por empresários, dispara mensagens para os celulares e para as redes sociais.

No meio militar, o respeito do alto-comando em relação ao controle civil passou a ficar cada vez mais tênue, por não dizer ambíguo. A liderança carismática do general Villas Boas, que apontava para a não interferência política e o respeito à Constitucional, começou a mudar de rumo com o processo de radicalização política que marcou a prisão do ex-presidente Lula. Afetado pelos sintomas da Esclerose Lateral Amiotrófica, uma doença degenerativa crônica, o general Villas Boas se tornara pressionado pelas correntes internas e externas à instituição. Ao longo de seu mandato como comandante das Forças Armadas ele presenciará o retorno da politização dos militares e o exemplo mais evidente se dá com as declarações polêmicas do general Hamilton Mourão – que servem como uma plataforma para sua candidatura ao Clube Militar e meses depois à vicepresidencia na chapa constituída com Jair Bolsonaro.

Com a posse de Michel Temer, o desmonte da herança petista é acelerado. A operação lava-jato, que projeta o nome do juiz Sérgio Moro, fará uma cruzada moralista sem trégua para prender o presidente Luis Inácio Lula da Silva. Com a prisão de Lula em abril de 2018, o populismo de direita se cristaliza na candidatura de Jair Bolsonaro à presidência da República, até então o segundo colocado nas pesquisas de intenção de voto. Embora fosse defensor de várias pautas dos grupos de pressão política de extrema direita, a popularidade de Jair Bolsonaro em escala nacional surge como fenômeno resultante do antipetismo, da operação lava jato, e da incapacidade dos setores da direita em estabelecer um candidato mais moderado. Não obstante, o apoio empresarial não somente permitiu sua visibilidade como criou uma máquina de propaganda e Fake News que se tornou uma das maiores ameaças à democracia brasileira. Mesmo ciente de seus discursos antidemocráticos, de suas ações radicais e de sua pouca preparação para o cargo, parte da grande imprensa,

ancorada nos interesses empresariais, permitiu afiançar sua candidatura, não exercendo a crítica ao extremismo da equipe montada pelo candidato.

A eleição de Jair Bolsonaro foi uma vitória das várias facetas da extrema direita no Brasil. Converge a outros movimentos, como a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos, e as vitórias de Boris Johnson (Reino Unido), Matteo Salvini (Itália) e Andrzej Duda (Polônia). No entanto, parece haver um fio condutor que liga as várias experiências da extrema direita no meio militar no Brasil: o anticomunismo, a defesa de valores conservadores cristãos, a proeminência dos militares na condução do país, o autoritarismo e um estranho nacionalismo no qual o papel do Brasil é subordinado às necessidades das grandes potências.

BIBLIOGRAFIA:

ARGOLO, J., RIBEIRO, K. FORTUNATO, L.A. **A direita explosiva no Brasil.** Rio de Janeiro, Mauad, 1996.

CARVALHO, J.M. **Forças Armadas e Política no Brasil.** Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2005.

CASTRO, Celso. **A Invenção do Exército Brasileiro.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

DREIFUSS, R. **1964: a conquista do Estado,** Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

MOTTA, Rodrigo P. S. *Em guarda contra o perigo vermelho.* São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002

RODEGHERO, C.S. **Capítulos da Guerra Fria. O Anticomunismo brasileiro sob o olhar norte americano (1945-1964).** Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2007.

SANTOS, E.H.J., **Extrema-direita volver! Os grupos formados por civis e militares da reserva.** Dissertação de Mestrado, PPGCP-UFF, 2009.

_____. **Grupos de pressão política formados por militares da reserva no Mercosul,** tese de doutorado, PPGP-UFF, 2015. TRINDADE, H. **Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30.** 3^a ed. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2016.

A EXTREMA-DIREITA PEGA EM ARMAS: O PUTSCH DE 1938 E OS MILITARES

Vinícius Ramos

I. O integralismo

A Ação Integralista Brasileira (AIB) foi um movimento fascista que atuou no Brasil de 1932 a 1937, quando teve sua nomenclatura oficial modificada para Associação Brasileira de Cultura, e extinta definitivamente em 1938. A história do movimento integralista nasce no começo da década de 1930, mas a formação do pensamento radical e conservador têm suas raízes desenvolvidas ainda na década de 1920, com a formação de alguns grupos com a matriz ideológica semelhante à AIB, tais como a Legião Cearense do Trabalho, a Ação Patriotovista Brasileira e o Partido Nacional Sindicalista. Da efervescência política e cultural da década de 1920 saíram as sementes para a formação do representante da extrema-direita brasileira. O autoritarismo da sociedade brasileira foi um terreno fértil para tal.

Neste capítulo não é nossa intenção fazer um inventário das ações praticadas pelos militantes integralistas, nem escrever uma história do integralismo no Brasil. Isso já é de domínio amplo desde os primeiros trabalhos a ganharem espaço na historiografia, no final da década de 1970, começo da década de 1980. O que pretendemos aqui é discutir brevemente os principais aspectos da ideologia integralista, ao mesmo tempo que apontamos suas ligações com as Forças Armadas no Brasil, onde especificamente focaremos o chamado *putsch* de 1938, em que,

reunidos com outros opositores de Vargas, alguns militantes integralistas (civis e militares) estiveram muito próximo de assumir o poder.

A AIB criou raízes em distintos estados brasileiros principalmente devido à sua propaganda. Inspirados no modelo fascista de uniformização do discurso, os integralistas conseguiram desenvolver uma organização que, apesar das disputas internas, conseguia manter uma coesão aparente que até a década de 1930 era inédita, ao menos quando se falava em uma organização de massa. Tendo uma forte penetração nas classes médias, como é característico dos movimentos fascistas, o integralismo possuía uma ideologia alinhada com os interesses da classe que buscava defender. Seu nacionalismo exacerbado, o anticomunismo, o antisemitismo e a militarização de seus quadros reproduziam um modelo que já fazia sucesso na Itália e que ganhou espaço mundo afora durante a década de 1930. Para melhor situarmos a discussão, tratemos dos principais aspectos da doutrina integralista, que tinha na sua trinca de intelectuais – Plínio Salgado, Gustavo Barroso e Miguel Reale – os principais criadores das práticas e ideias que aqui se instalaram, obviamente inspirados e dialogando sempre com o fascismo na Europa.

O espiritualismo seria a mola mestra de toda a ideologia integralista, estando presente em todos os aspectos teóricos da AIB, desde as manifestações em grupo, com as orações e pedidos de inspiração ao chefe, até no que havia de mais refinado nas obras produzidas pelos ideólogos em direção à elite intelectual brasileira. Para Trindade¹ esse “humanismo espiritual” seria o responsável por levar harmonia à sociedade imaginada pelos integralistas, que frequentemente acusavam os burgueses e os comunistas de insuflarem uma luta entre os seres humanos. Para os integralistas essa harmonia deveria ser preservada contra os excessos da burguesia que provocavam o ódio dos

1. TRINDADE, Hélio. *A tentação fascista no Brasil: imaginário de dirigentes e militantes integralistas*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2016.

trabalhadores sem acesso à sua riqueza, assim como contra a luta de classes proposta pelos comunistas. A burguesia elevava a competição a um nível desumano, enquanto os comunistas se aproveitavam das contradições entre as classes para obterem sucesso em suas tentativas revolucionárias. Isso estava presente desde os primeiros escritos de Plínio Salgado, ainda na década de 1920. Ainda segundo o autor, a AIB se aproveitou da tradição religiosa brasileira para fortalecer suas posições. Para os integralistas, a sociedade deveria utilizar o espiritualismo para se defender das constantes disputas que surgiriam dentro do sistema capitalista e para projetar uma nova humanidade que valorizasse mais a colaboração entre as classes do que a sua concorrência.

Esse aspecto espiritual da doutrina integralista é bem observado por Araújo², quando demonstra a importância da dualidade espírito / matéria que moveria a humanidade em constante disputa entre esses dois elementos. Para Salgado esse seria o “motor da História”: a luta entre as duas visões de mundo que davam origem a diferentes sociedades, umas mais presas à matéria (sociedades da Antiguidade e a sociedade burguesa inaugurada pelo Iluminismo) e as outras, mais ligadas ao espírito (a sociedade Medieval e a Quarta Humanidade que seria trazida pelo advento do integralismo). Esse foi um dos principais moteis da ideologia integralista. Reforçar o aspecto integral e superior que o movimento possuía frente ao materialismo. Nesse sentido, o integralismo funcionaria como uma salvaguarda do espiritualismo, para evitar que a humanidade fosse tomada por completo pelos instintos primitivos que representavam o materialismo. Salgado fazia a associação da luta desesperada pela sobrevivência com o materialismo. Este representaria o que havia de mais animal dentro dos seres humanos, e que contribuía para a competição desenfreada e o darwinismo social. Já o espiritualismo se basearia na solidariedade e na

2. ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Totalitarismo e revolução: o integralismo de Plínio Salgado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.

colaboração entre os homens – e as classes – na busca por um bem comum, uma sociedade mais harmônica e sem disputas internas. A ideia de que o homem espiritualizado deveria sempre tentar intervir para o controle do materialismo na sociedade é que vai dar o tom de seu clamor pela constante mobilização. Todos deveriam estar mobilizados por todo o tempo, pois o materialismo – estando no íntimo dos seres humanos – nunca dava trégua.

O materialismo no qual a sociedade do século XX estaria mergulhada, teria seus primórdios na ciência do Renascimento, que iniciou um processo de desagregação da humanidade monoteísta típica da Idade Média. A partir daquele momento a humanidade veria pouco a pouco, este dominar o lado espiritual dos sujeitos. Essa desagregação chegara a tal limite, que os indivíduos deixariam de se sentir parte de algo maior e ficaram entregues ao egoísmo extremo que caracterizava a sociedade burguesa. Obviamente o pensamento integralista levava em conta somente a Europa Ocidental em suas reflexões, sendo o Oriente visto como exótico e, muitas vezes, incompreensível. Nas poucas referências à região, as críticas superam os elogios.

É somente a partir do ressurgimento do sentimento espiritualista – simbolizado no Brasil pelo interior e pelo caboclo, supostamente não atingido pela modernidade materialista – comandado pelos movimentos fascistas, que seria possível reverter tal situação. Ainda presente numa espécie de “substrato” do Brasil, arraigado no interior, essa figura surgia como um típico representante da Quarta Humanidade que se insurgia contra o ateísmo burguês. É justamente por ter esse sentido espiritualizado, que nos primeiros momentos de atuação da AIB, as principais lideranças lhe darão um sentido que Araújo³ denominou de “pedagógico”. A conquista imediata do poder não lhe parecia o ponto a ser perseguido, mas sim a formação de uma nova geração de homens e mulheres que tivessem passado pela “revolução

3. ARAÚJO, *idem*.

interior”, e que pudessem propagar – ou pregar – a boa nova do integralismo. Como veremos, esta atitude mais contemplativa e pedagógica foi sendo paulatinamente abandonada pela AIB.

O nacionalismo é outro aspecto importante da ideologia dos integralistas, que segundo Trindade⁴ seria mais cultural do que econômico, haja vista que as críticas ao cosmopolitismo das cidades litorâneas se concentravam na relação entre os costumes importados das metrópoles europeias do que propriamente uma reclamação quanto ao imperialismo. Nas palavras do autor, seria um “nacionalismo sentimental e lírico”⁵. Embora presente nas obras de Miguel Reale, esse nacionalismo econômico não estava entre as prioridades defendidas por Plínio Salgado, por exemplo. A formação de Reale, ligada ao marxismo, pode ser um indício da importância dada aos aspectos econômicos das relações internacionais, trajetória não trilhada por Salgado, praticamente um autodidata. Esse tipo de particularidade mostra como apesar da unidade aparente, o integralismo possuía múltiplas correntes e interpretações que se unificavam sob aspectos mais gerais e importantes.

O anticomunismo é outro aspecto a ser mencionado. A ideologia comunista, segundo a leitura integralista dominante, seria fruto dos males da sociedade burguesa, que havia relegado a um segundo plano a qualidade de vidas dos homens humildes. Assim, ao serem deixados à própria sorte, muitos operários seriam conquistados pelo comunismo justamente por uma falta de perspectiva de melhorias no quadro da sociedade burguesa. Ou seja, o comunismo surgiria a partir dos males trazidos por essa sociedade decadente, seria um resultado inexorável da marcha da humanidade em direção à sua autodestruição causada pelo abandono do espiritualismo. Muito mais do que um mal, o comunismo seria um sintoma da desagregação da sociedade liberal. Salgado inclusive dizia respeitar os comunistas, pois mesmo

4. TRINDADE, *idem*.

5. TRINDADE, *idem*, p. 112.

que de forma contrária à sua, estes buscavam de alguma maneira modificar o padrão de vida dos trabalhadores, algo que a burguesia liberal e decadente sequer cogitava.

O antiliberalismo era outro aspecto acentuado na ideologia da AIB, com suas constantes críticas à organização política brasileira e mundial que teria permitido o avanço das ideias comunistas. Assim, o grande mal do liberalismo era sua falta de compromisso com a humanidade, o que levava a um descrédito da política, abrindo espaço para soluções revolucionárias à esquerda. Esse aspecto é chamativo em outros grupos de viés fascista no mundo; a acusação de que o liberalismo era permissivo com o “perigo vermelho”. Chegava-se ao ponto de classificar os dois sistemas como sendo lados de uma mesma moeda, onde o comunismo surgiria como possibilidade real a partir do momento em que a concentração de riquezas permitida pelo liberalismo chegassem a um ponto tal, que o Estado passaria a ser o “grande capitalista”. Essa questão ganha fôlego a partir das reflexões antisemitas da intelectualidade integralista, que via no liberalismo e no comunismo a atuação dos judeus que tentariam escravizar a civilização cristã ocidental a partir de qualquer uma das duas abordagens econômicas. Como foi destacado por Konder⁶, por ser um movimento “anti”, ou seja, de reação, o fascismo necessitava muito mais de inimigos, do que de propostas, nesse sentido entende-se bem as principais bases ideológicas estarem apoiadas em críticas.

O fracionamento causado pela divisão em partidos e sindicatos seria – juntamente com a permissividade sobre o socialismo – o principal problema do liberalismo para os integralistas. Em suas formulações não havia espaço para a pluralidade no Estado Integral, que deveria ser uno e indivisível. Como a ideia era justamente promover uma homogeneização da sociedade – começando pelos seus militantes -, não era possível admitir a existência de um regime político que preza pela

6. KONDER, Leandro. Introdução ao fascismo. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

divergência de opiniões no debate. A discussão sobre decisões e ordens não fazia parte da agenda integralista, logo não surpreende sua feroz crítica aos princípios políticos e econômicos do liberalismo. Este seria um símbolo da conquista do materialismo sobre o espiritualismo, tendo se desenvolvido durante o Iluminismo, seria um símbolo da humanaidade ateísta que se sobreponha cada vez mais sobre o espiritualismo.

O modelo liberal da política era rechaçado em detrimento de um novo tipo de participação política, denominado por Araújo⁷, de totalitarismo. Para o autor, essa nova forma fazer política se distinguia do liberalismo clássico na medida em que exigia uma constante mobilização popular em torno da política, onde não haveria espaço para distinção entre o público e o privado. A cidadania implicaria automaticamente numa participação homogeneizadora e compulsória nos assuntos públicos, nas manifestações, nos desfiles. Seria tipicamente o “Estado Integral” preconizado pela AIB.

Outra característica marcante da ideologia integralista é o antisemitismo, que por muito tempo foi relegado a um segundo plano pela historiografia brasileira. A versão integralista desse comportamento se manifesta em dois matizes. Um mais ligado a Gustavo Barroso, com uma retórica virulenta de combate aos judeus, que beira a violência generalizada, e que acabou se tornando uma marca do pensamento dessa liderança integralista⁸; e outro que seria mais refinado e menos agressivo, presente nas obras de Salgado. Entretanto, não há uma razão para situarmos esses autores em polos opostos. A carta aberta divulgada por Plínio Salgado em que diz que “o problema do Brasil não é étnico, e sim ético” não o isenta de sua atuação antisemita feroz na AIB, como parece crer uma parte da historiografia⁹. O antisemitismo

7. ARAÚJO, *idem*.

8. CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O anti-semitismo na Era Vargas*. São Paulo: Editora Perspectiva: 2001.

9. TRINDADE, Hélio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo: Difel, 1979.

foi uma importante ferramenta de atração de partidários, funcionando como um catalisador de preconceitos que encontrava eco em uma sociedade autoritária e num movimento que dependia da busca de inimigos para sua sobrevivência¹⁰. O ódio aos judeus mobilizou muitos integrantes do movimento, na medida em que era uma explicação simples e objetiva para um problema complexo. Por que o Brasil sofria os males do capitalismo materialista? Porque este movimento era uma obra da conspiração judaica que assolava o Ocidente cristão já havia séculos. Esta é uma leitura enviesada da História e que se baseia em preconceitos disseminados na Europa desde o surgimento do Cristianismo e que ganha ares de científicidade no século XIX, principalmente após a divulgação do texto “Os Protocolos dos Sábios de Sião”, traduzido para o português por Gustavo Barroso em pessoa.

Esta atitude de repulsa à religião judaica, tratada nos textos integralistas como uma raça, entretanto, não se limita às obras de Barroso. Os escritos de Plínio Salgado são repletos de comentários alusivos aos judeus de forma negativa, assim como em obras de Miguel Reale. Inclusive, para Salgado, a efetividade na luta contra o materialismo era proporcional ao combate aos judeus, principais artífices da sociedade burguesa, ao mesmo tempo que comandavam secretamente o movimento comunista internacional.

II. O putsch de 1938 e a historiografia

Alguns historiadores se tornaram célebres na análise do integralismo e, por conseguinte, estudaram mais pormenorizadamente os eventos de 1938. Podendo ser visto como um movimento em dois atos, o primeiro em março, reprimido no nascedouro, e outro em maio, com a rebelião propriamente dita, o levante integralista sacudiu a

10. RAMOS, Vinícius. Formas distintas para públicos distintos: o discurso integralista de acordo com seu público-alvo. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

capital da república mobilizando mais do que simplesmente adeptos do Sigma inconformados com o fechamento da Ação Integralista Brasileira (AIB).

Dentre os historiadores, Gilberto Calil¹¹ foi quem talvez tenha dedicado mais atenção a esses eventos e assim produziu uma tese de doutorado robusta sobre o integralismo, com detalhamento bastante substancial sobre os fatos. Sua atenção a nomes e fatos dá um panorama completo da rebelião, tanto da primeira tentativa, quanto da segunda, onde os revoltosos tentaram tomar o Palácio Guanabara e o Ministério da Marinha. Sua pesquisa é peça fundamental para o entendimento do tema.

Já João Fábio Bertonha¹², produziu vários manuais com indicações de fontes e bibliografia sobre a AIB que qualquer pesquisador sério precisa ter acesso. Suas sugestões, de arquivos brasileiros à diplomacia mundial dão um panorama significativo da participação, ou não, de determinados atores estrangeiros que por muito tempo foram considerados peças fundamentais para o levante. A descoberta de documentação inédita por ele mudou o cenário dos estudos sobre o tema. Seu domínio de uma bibliografia tão ampla permite que até ao nível da história regional seja uma referência obrigatória para o entendimento do *putsch*.

Já o trabalho clássico do tema foi realizado por um jornalista, Hélio Silva¹³. Analisando milhares de páginas dos arquivos judiciaários, dá uma mostra significativa do movimento, que contou, sim, com participação contundente de militares. Através de sua minuciosa pesquisa, podemos compreender que o levante possuía a intenção de delegar

11. CALIL, Gilberto Grassi. O Integralismo no processo político brasileiro – O PRP entre 1945 e 1965: cães de guarda da ordem burguesa. 2005. 819f. Tese (Doutorado em História) - Programa Interinstitucional de Pós-Graduação em História UFF/UNIOESTE, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2001.

12. BERTONHA, João Fábio. Integralismo: Problemas, perspectivas e questões historiográficas. Maringá: editora da UEM, 2014.

13. SILVA, Hélio. 1938 - Terrorismo em campo verde. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971.

o poder ao general Castro Júnior, que indicaria a junta militar para a convocação de novas eleições. Além dele, o general Bertoldo Klinger e os oficiais Severo Fournier e Arnoldo Hasselman estavam à proa dos acontecimentos dentro do Exército. A participação da Marinha também foi bastante efetiva, estando o capitão de mar-e-guerra Fernando Cochrane liderando as operações na Armada e o tenente Júlio Nascimento como responsável por abrir caminho na guarda do palácio, que era feita por fuzileiros navais. Esta ligação com o tenente Nascimento era fundamental para que o *putsch* tivesse alguma chance de sucesso.

Do lado dos ditos legalistas, sobressaiu a figura do General Eurico Gaspar Dutra, que naquele momento mostrou-se extremamente fiel a Vargas. Mais do que isso, mostrou bravura ao liderar pessoalmente a repressão ao movimento, trocando tiros dentro do Palácio Guanabara – sendo ferido por estilhaços de bala na orelha - e participando do bombardeio ao Ministério da Marinha. Sua mostra de lealdade não seria esquecida por Vargas. Dutra inclusive seria um dos alvos principais do ataque, tendo sido apreendida documentação em que se encontrava o planejamento de sua execução, a ser realizada em sua casa, ou após sua saída para o socorro dos companheiros de farda. A ideia dos revoltos era não permitir que o general chegasse a tempo para comandar as tropas que resistissem¹⁴. Além dele, destaca-se a participação do sargento Manuel Pereira Lima, que apesar de integralista, sabotou alguns planos dos revoltosos ao perceber que a rebelião pretendia assassinar Getúlio Vargas.

III. O *putsch* de 1938 na imprensa

Como já esclarecido, nossa intenção não é fazer um inventário das ações integralistas durante seu período de atuação, mas sim tratar de um episódio pouco conhecido do período Vargas, o *putsch* de 1938.

14. *Idem, ibidem.*

O golpe do Estado Novo, em novembro de 1937, foi responsável pelo fechamento de todos os partidos políticos no Brasil, e como não seria diferente, a AIB estava entre estas organizações. Isso significou que a atuação enquanto participante do debate eleitoral estava encerrada para os integralistas, mas não necessariamente sua atuação na política por outros meios estava extinta. Uma parte significativa dos integralistas não se conformava com a atuação autoritária de Vargas, e isso apenas se acentuou quando as expectativas em torno de uma aliança entre o presidente e Plínio Salgado foram se desfazendo com o passar das semanas. Um suposto convite para assumir a pasta da Educação a nível federal foi o máximo que os integralistas obtiveram. Assim, uma aliança pouco ortodoxa vai se formar entre integralistas inconformados e alguns opositores tradicionais de Vargas, no planejamento a um golpe de Estado. O *putsch* de 1938 contou com a participação de membros da extinta AIB, políticos chamados “liberais” e alguns membros das Forças Armadas que não estavam nas fileiras da AIB. Para melhor compreendermos os eventos, consultamos algumas fontes da época, como dois importantes jornais cariocas (*Correio da Manhã* e *O Jornal*), e também trabalhos que são referência no entendimento do tema. Faremos uma análise crítica de como esses periódicos retrataram o fato, ao mesmo tempo que relatamos ao leitor o desenrolar dos principais fatos seguindo o ritmo das notícias.

Passado o golpe do Estado Novo e a extinção formal da Ação Integralista Brasileira, ocorre sua substituição pela Associação Brasileira de Cultura (ABC), que possuía basicamente a mesma estrutura organizativa, mas se proclamava uma organização puramente cultural, sem fins políticos, como rezava a nova constituição brasileira. Assim sendo, se iniciaram algumas movimentações de integralistas que não aceitaram bem o fechamento da AIB, mesmo com a permissão de funcionamento da ABC. A partir desse ponto, a ideia de um levante armado, um *putsch*, integralista, se tornou mais frequente.

A participação de Plínio Salgado sempre foi negada pelo próprio, defendendo-se sempre das acusações, acusando os próprios colegas integralistas de terem fugido da disciplina e de tomarem para si ideias radicais. Fato é que ao ver o governo Vargas implementar um programa político próprio, e não uma cópia dos ideais integralistas, como muitos acreditavam que iria acontecer, alguns membros da AIB partiram para a radicalização do movimento, tentando a ferro e a fogo dar início à “Revolução Integralista”. Foram dois movimentos: um em março, onde logo no começo foi totalmente debelado pelas forças militares e polícia civil, e outro em maio, esse sim com um impacto maior na capital federal, tombando integralistas e militares, com algum estrago na vida política brasileira. Enfim, o *putsch* integralista apenas serviu para legitimar ainda mais as ações repressivas que Vargas já vinha tomando contra as organizações políticas desde a Revolta Comunista de 1935.

E nesse primeiro momento, os dois jornais pesquisados fazem menção aos planos integralistas. Logo de início o *Correio da Manhã* chama a atenção em letras garrafais para tenebrosos planos integralistas: “Seriam feitos degolamentos em massa”¹⁵. Sabendo da força de uma chamada de reportagem, percebemos como uma manchete desse tipo é importante para provocar certo temor ou repulsa no leitor, algo que nos parece, fazia parte da política editorial do periódico para o integralismo. Tanto é assim que a imediata associação com Plínio Salgado é realizada, como não poderia deixar de ser, pela sua posição de liderança. Apesar da tentativa de Salgado de desvincular-se do movimento, o *Correio da Manhã* trouxe palavras dele próprio que justificariam a ação: “seriam ‘punidos implacavelmente’ aqueles que não estivessem com os integralistas”¹⁶. Ainda lembrou a reportagem o fato dos integralistas utilizarem uma tática que havia sido

15. *Correio da Manhã*, 18/03/1938, p.1.

16. *Correio da Manhã*, 18/03/1938, p.1.

consagrada pela esquerda revolucionária, a tomada de assalto ao poder. O jornal foi enfático ao afirmar que o integralismo havia se tornado aquilo que tanto criticara. Tanto é assim que divulgou uma suposta ordem dos chefes do movimento, para que o destino dos que não se entregassem nos quartéis, fosse a morte a tiros ou punhaladas, que tanto ficaram consagradas naquele momento como a técnica usada pelos revoltosos de 1935, embora a comprovação de tais fatos não exista. Apesar de todas estas suposições, o tenente-coronel Dulcídio Cardoso afirmara que o Exército já tinha consciência dos planos integralistas uma semana antes¹⁷.

O *Correio da Manhã* divulgou a informação de que havia uma lista de pessoas que seriam executadas caso o *putsch* tivesse sucesso, começando por Getúlio Vargas, passando por todos os ministros, até personalidades e intelectuais brasileiros, tudo isso apreendido na casa de Belmiro Valverde, segundo apurado, líder da movimentação golpista. A suposta liderança de Belmiro Valverde também é explorada pelo jornal, pois segundo o folhetim, o mesmo não era o verdadeiro chefe do movimento, mas sim Plínio Salgado, Madeira de Freitas e Gustavo Barroso, que teriam fugido, “deixando os infelizes que foram iludidos, entregues à própria sorte”¹⁸, entre eles o capitão José Nunes da Silva Sobrinho, detido pela acusação de ser o responsável por garantir a entrada dos integralistas no quartel onde servia¹⁹. Não há o menor pudor em atacar frontalmente a Ação Integralista Brasileira e suas lideranças.

E não só através de denúncias havia o ataque à AIB. Também pelo humor, com a coluna *Pingos & Respingos*. De autoria desconhecida, a coluna mostra sempre que possível um lado dos integralistas que viria a ser explorado pelo governo Vargas: sua suposta covardia. Assim, no dia seguinte à tentativa fracassada do *putsch* o artigo humorístico

17. SILVA, Hélio. Terrorismo em campo verde. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

18. *Correio da Manhã*, 18/03/1938, p.1.

19. *Idem*, SILVA.

comenta a ação policial: “Cada um foi delatando o seguinte da categoria superior”²⁰. Ainda no mesmo dia da coluna satírica, novas revelações e denúncias iam sendo feitas, com uma carga crítica cada vez maior por parte do *Correio da Manhã*, tanto é assim que já nas primeiras linhas da reportagem do dia 19, palavras severas foram usadas contra o integralismo. “(...) tendo delineado um plano em que requintavam a perversidade e a sanha sanguinária (...); “Deflagrado o movimento, vir-se-ia assistir às maiores atrocidades jamais praticadas em nosso país”²¹.

No entanto, não a crítica pura e simples aos fatos descobertos pela polícia, mas um movimento maior, de associação de tudo que comprometesse as regras do jogo democrático com o integralismo. Tanto é assim que uma coluna do jornal não assinada faz uma comparação entre o *putsch* integralista e a Revolta Comunista de 1935, desenhando os dois como extremismos que o liberalismo permitiu que crescessem no Brasil, mas que no fim tinham a mesma perspectiva: a tomada do poder pela violência. Ou seja, para o periódico era fundamental fazer a associação do integralismo com um movimento que já sofria há quase três anos com os ataques da imprensa e de Vargas, o comunismo. Assim, a ideia do integralismo como um movimento autoritário e violento ganhava corpo em parte da opinião pública que levasse em conta o que o *Correio da Manhã* publicava.

O *Jornal*, apesar de noticiar a movimentação em torno da tentativa do *putsch* integralista, não o faz com os mesmos tons do *Correio da Manhã*. Enquanto este procura trazer à narrativa um tom de pânico e desespero devido à suposta existência de listagens de decapitações e mortes a punhaladas, aquele narra os episódios de maneira fria e distante, praticamente se limitando a fazer uma pequena história da atuação policial até o desmonte do plano, com poucos detalhes e uma linguagem praticamente técnica, sem maior envolvimento, nem por

20. *Correio da Manhã*, 19/03/1938, p.3.

21. *Correio da Manhã*, 19/03/1938, p.1.

parte do redator da notícia, tampouco tentando envolver o leitor assim como o *Correio da Manhã* o fizera. Sua linguagem pouco emotiva afasta o leitor dos acontecimentos, ou no mínimo não o coloca na mesma atmosfera de desconfiança que o outro jornal pesquisado. O *Jornal* não foi incisivo nem violento em suas críticas, limitou-se a descrever os fatos, ou ao menos a sua versão dos fatos²².

Tanto foi assim, que no dia seguinte às prisões, um artigo foi publicado no periódico, onde o autor não identificado demonstrava toda sua decepção com os fatos, reclamando da desonestade de Plínio Salgado quando este dizia não ser adepto da violência. Entretanto, até chegar à essa leve crítica, o líder integralista é exaltado, lembrando que seu objetivo era “infundir nas massas brasileiras mais vivos sentimentos patrióticos”²³. Ora, mesmo ao atribuir a Salgado o defeito de não ter sido sincero em suas palavras, o articulista antes faz toda uma introdução laudatória do mesmo. E mais, informa que Plínio Salgado já havia se justificado, alegando que não tinha controle sobre o que faziam todos os seus subordinados. Isso no dia seguinte às prisões, no momento em que segundo o *Correio da Manhã* as diligências em busca de Plínio Salgado e de outros chefes integralistas ainda prosseguiam. Ao que parece, mesmo num momento de crise, Salgado podia contar com a benevolência de alguns autores que publicavam em *O Jornal*, infelizmente numa coluna não assinada.

O que os jornais logicamente não sabiam é que aquele movimento debelado pelas forças do governo fora apenas um ensaio geral para o verdadeiro *putsch* integralista em 11 de maio de 1938. Escolhida essa data devido à presença do tenente Júlio Nascimento na guarda do Palácio Guanabara, além de coincidir com o serviço do aspirante Sotero na Polícia Militar do Distrito Federal²⁴. O evento de

22. *O Jornal*, 19/03/1938, p.1.

23. *O Jornal*, 20/03/1938, p.3.

24. SILVA, Hélio. 1938 - Terrorismo em campo verde. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971.

maio sim com sangrentos conflitos, mortes e ataques a quartéis e até mesmo ao Palácio Guanabara. Sem lideranças definidas, acabou ficando consagrado como um movimento de revolta integralista contra o governo Vargas, apesar de receber apoio de militantes não ligados à AIB.

Já nas primeiras palavras sobre o acontecimento, o *Correio da Manhã* ataca duramente a AIB:

O *putsch* integralista da madrugada de ontem surpreendeu a cidade, mas não deve ter surpreendido muitas pessoas que vem acompanhando de perto os acontecimentos do país, desde que o Sr. Plínio Salgado e seus partidários começaram a querer influir nos destinos do Brasil, com a simulação de uma mística que ia atraindo incautos, quando não criava entusiastas ou fanáticos²⁵.

O periódico assume a posição de opositor do movimento, e mais, se colocou como um daqueles que não fora surpreendido pelos fatos justamente devido à sua atenção aos passos da AIB. Ao atacar o integralismo dessa forma, e sem uma coluna assinada – ou seja, retratando a posição do jornal, e não do articulista -, o *Correio da Manhã* se colocou como participante de um grupo que não se deixou levar pelas palavras de Plínio Salgado.

E num misto de otimismo e preocupação, o texto pede a punição dos revoltosos:

O Sr. Getúlio Vargas, mais uma vez, em circunstâncias gravíssimas, mostrou-se merecedor da solidariedade do Brasil inteiro, que lhe homenageia a coragem sem par de um verdadeiro homem de ação. Mas o Brasil inteiro também exige do estadista que o dirige, para sua tranquilidade futura, a mão enérgica do repressor conserve a mesma reconhecida firmeza na hora do castigo, até onde a lei permita²⁶.

25. *Correio da Manhã*, 12/05/1938, p.1.

26. *Correio da Manhã*, 12/05/1938, p.1.

O pedido é de punição enérgica para os culpados, mesmo que com energia tenha sido a repressão à imprensa da época durante o Estado Novo. O receio de uma ditadura fascista, a coragem de entrar em conflito armado pessoalmente contra os integralistas ou os favoritos na importação de papel jornal podem ter feito o *Correio da Manhã* mudar de atitude com relação a Vargas. Isso tudo serve para percebermos como as relações entre as forças políticas e a imprensa se tornavam cada vez mais complexas com o avanço do capitalismo no Brasil, pois em um momento conturbado como os primeiros meses de Estado Novo ainda era possível ver o pedido de maior repressão em um clima já tenso.

Tanto foi assim, que a narrativa da invasão do Palácio Guanabara é recheada de cenas de heroísmo por parte do presidente e de sua filha, Alzira Vargas, que teriam empunhado armas e partido contra os integralistas defendendo “o poder constituído e o próprio lar”²⁷. Narrativa digna de um roteiro hollywoodiano. Pelo que analisamos, para opor-se ao integralismo, o periódico não viu problemas em tornar herói aquele que viria a se notabilizar como um inimigo da liberdade de imprensa no Brasil. Além disso, o periódico noticiou também a adesão e solidariedade de organizações patronais e operárias (não identificadas) ao presidente Vargas e seu governo.

O avançar das notícias apenas aumentava a antipatia e os ataques do jornal à AIB, onde em cada palavra se via um teor quase teatral do que ocorria na madrugada, onde além do Palácio Guanabara, também o Ministério da Marinha, uma rádio e o prédio do Tesouro Nacional haviam sido atacados:

(...) o pipoquear da metralha e o assobio espaçado das balas dos fuzis falavam-nos dos crimes que se cometiam a esmo, das finalidades da mazorca, das taras desencadeadas que se aproveitavam do tumulto inesperado

27. *Correio da Manhã*, 12/05/1938, p.1.

da tragédia. Embaixadores de ideais que só tem coragem de irromper à noite, os desordeiros crivavam de balas uma cidade adormecida²⁸.

E o fardo que a Revolta Comunista de 1935 carregava, onde supostamente ocorreram assassinatos a punhaladas, onde as vítimas estariam dormindo, também recaí sobre os integralistas. O *Correio da Manhã* afirma categoricamente que houve mortes dessa forma durante a tomada do Ministério da Marinha, além de já denominar os eventos de maio de 1938, de “intentona integralista”. Ou seja, verdade ou não, o fato é que a tentativa do jornal era sem dúvida mostrar o caráter de covardia no qual o movimento revoltoso estaria envolvido, o que acabou por equivaler aos acontecimentos de 1935.

Tão logo a revolta foi dominada, sua repercussão chegou na política externa brasileira, onde o embaixador brasileiro nos EUA recebeu solidariedade de outros colegas, mas o que chamou a atenção foi a fala do mesmo em comunicado oficial às autoridades americanas: “Esse acontecimento veio desmentir que o governo brasileiro seja fascista. Agora vós tendes a prova de ele não o é”²⁹. Esse interessante posicionamento do embaixador revela o quanto o golpe do Estado Novo causou desconfiança em Washington, de que o governo brasileiro se aproximava perigosamente do fascismo. Revela também o nível de ingerência dos EUA nos assuntos internos do Brasil, na medida em que testemunhamos uma autoridade brasileira dar explicações sobre o caráter político para seu vizinho do Norte. Apenas numa relação marcada pelo unilateralismo e pelo imperialismo, como era a nossa com os EUA, tal situação é entendida e tolerada.

Mas esse fato não surge do nada, de forma isolada. Ele se insere num contexto de desconfiança de Washington em relação ao governo instalado no Brasil em 1937, que Carneiro já havia detectado:

28. *Correio da Manhã*, 12/05/1938, p.1

29. *Correio da Manhã*, 12/05/1938, p.3.

Inclusive, na época que marcou o advento do Estado Novo, Oswaldo Aranha, então nosso embaixador nos EUA, teve que defender publicamente o Brasil das acusações de rendição ao fascismo veiculadas pela imprensa americana³⁰.

Conforme as notícias iam rareando, telegramas de solidariedade a Getúlio Vargas se avolumavam nas páginas do jornal, demonstrando assim que o próprio periódico compartilhava dessa solidariedade com o governo instituído, o que direta ou indiretamente serviu para aumentar a legitimidade do ainda vacilante Estado Novo. O *putsch* integralista não apenas fracassou em tomar o poder, como aumentou a coesão da classe dominante em torno de Vargas. Tanto foi assim, que juntamente com os telegramas de interventores estaduais e de chefes militares, temos a história do cabo Raphael, que ferido a tiros de metralhadora, foi socorrido pelo filho de Vargas, atendido no hospital da Polícia Militar e retornou ao palco dos acontecimentos para tomar posse de uma metralhadora e continuar a luta contra os rebeldes. Novamente histórias de bravura e coragem povoam o lado legalista da revolta, enquanto aqueles que tentaram assaltar o poder eram acusados de covardia, como por exemplo, pelo abandono de grande material bélico na fuga. Esses relatos reforçam os estereótipos de ambos os lados e ajudam a construir a imagem de legitimidade do governo que prosseguiu no comando do país após um golpe de Estado. Foi até reproduzida nota oficial das maiores associações patronais do país durante a “Hora do Brasil”, e organizado um desfile em homenagem ao presidente nas imediações do Palácio Guanabara.

Até no que diz respeito ao noticiário internacional a figura de Vargas era exaltada, ou pelo menos era essa a impressão que o *Correio da Manhã* passava aos seus leitores, como se vê nessa breve passagem:

30. CARNEIRO, *idem*, p.85.

Como a imprensa de Roma se refere aos acontecimentos:

A imprensa local publica, com relação ao movimento subversivo verificado na madrugada de hoje, na capital brasileira, uma série de informes telegráficos que ressaltam, sobretudo, a serenidade e a bravura com que o chefe da grande nação sul-americana, enfrentou os acontecimentos, dando mostras de um valor pessoal que constituiu fator decisivo para o esmagamento total da intentona³¹.

E seguindo o que noticiava o jornal, realmente não era impossível que essa reação tivesse ocorrido em Roma, haja vista que o presidente foi visitado no dia seguinte por autoridades da Inglaterra, França, Itália, Colômbia e Tchecoslováquia. Novamente a legitimação da atitude de Vargas é evidente. A oposição aos atos dos integralistas acaba trazendo a reboque esse fato, onde em nenhum momento se trata dos motivos que teriam levado tantas pessoas a aderirem ao movimento e muito menos por quem este seria financiado, pois não foram poucas as notícias de apreensões de farto material bélico. A problematização dos fatos ficou em segundo plano naquele momento.

Dentre as reportagens da cobertura que se consagrou como a maior já registrada pelo *Correio da Manhã* em nossa pesquisa, ocupando praticamente metade de toda a edição, uma chama a atenção pela curiosidade e pelo repúdio que pretendia causar em seu leitor: a invasão do velório de um almirante dentro do Arsenal da Marinha. Os detalhes que o colunista dá, a versão melancólica da agonia da família que foi interrompida abruptamente pelos revoltosos quando tentavam tomar o edifício serve como pano de fundo de uma crítica à crueldade e à falta de respeito dos integralistas pela família do defunto³².

A cobertura dada por *O Jornal* não é muito distinta da feita pelo *Correio da Manhã*. Há de se levar em conta o peso da censura que já pairava no ar com o advento do Estado Novo, entretanto não podemos levar

31. *Correio da Manhã*, 12/05/1938, p.5.

32. *Correio da Manhã*, 12/05/1938, p.5

em conta somente esse fator, haja vista que mais do que evitar críticas a qualquer membro do governo, os jornais exaltavam a coragem de várias autoridades, principalmente a figura de Vargas. Ou seja, a exaltação ao patriotismo não pode ser colocada na conta da censura, devido a seu caráter proibitivo, e não sugestivo. Cabe sim lembrar dos incentivos fiscais e de compra de papel que o governo mantinha como uma forma de melhor controlar o que era veiculado na imprensa. A exaltação às figuras de proa do Estado Novo se comprehende muito melhor se lembrarmos do quanto este foi golpe de estado concebido com o apoio de boa parte da classe dominante brasileira num momento de ascensão dos trabalhadores na vida política.

Isso se confirma se observamos a forma como um artigo não assinado em *O Jornal* chega ao ponto de elogiar o golpe de Estado que partiu a confiança nas já frágeis instituições democráticas brasileiras: “Justamente quando o Brasil comemorava com entusiasmo a passagem do sexto mês do golpe de Estado, numa atmosfera de confiança e boa vontade (...)³³. Se é possível comemorar um golpe de Estado, o periódico se encarrega de dizer que a população o fazia. Ou seja, a perspectiva de um novo golpe – desconhecido - leva ao elogio de um primeiro – já conhecido.

A publicação de entrevistas que enaltecessem a figura de Vargas também foi uma estratégia de *O Jornal*. Assim como omitiram o nome de Plínio Salgado, exaltaram o de Vargas. Se pensarmos que a escolha de uma entrevista a ser publicada não tem nenhum caráter aleatório ou inocente, percebemos a função que as palavras das testemunhas têm. Para um leitor médio, desavisado, a impressão que se passa é que Vargas sozinho controlou todo o movimento rebelde, no máximo auxiliado por alguns membros do Estado Maior das Forças Armadas, além de exaltar a atitude corajosa da sua família, que auxiliou na resistência, e seu filho médico que socorreu os feridos na

33. *O Jornal*, 12/05/1938, p.1.

batalha. Comparando esses fatos com a cobertura dada pelo *Correio da Manhã* é fácil constatar que o fator que unia os dois jornais é justamente a aura de heroísmo que Vargas recebeu, e o que os separa são os ataques do *Correio* ao integralismo.

Ao observarmos a sequência das reportagens de *O Jornal* percebemos uma certa semelhança com a do *Correio da Manhã*, onde após o panorama geral dos fatos, há o relato de alguns episódios mais particulares, geralmente envolvendo elogios às autoridades constituídas e temos em seguida as visitas e mensagens de solidariedade e a repercussão dos fatos no exterior. Vendo a estrutura das reportagens, há uma grande semelhança. Tanto é assim que após o relato do assalto ao Palácio Guanabara voltamos ao reconhecimento de Vargas como corajoso chefe da nação por parte de várias autoridades e personalidades, como podemos ver: “O Sr. Getúlio Vargas recebeu altas patentes militares da terra e mar, diplomatas, chefes de serviços, diretores de repartições públicas federais e municipais, além de várias senhoras de relevo social”³⁴. E também não foi diferente com a população mais pobre, que segundo *O Jornal*, deixou inúmeras mensagens de apoio num livro disponibilizado pelo governo para tanto. Ou seja, não importa de onde venha o apoio a Vargas, ele é reproduzido com força nas páginas da imprensa carioca, mesmo naquelas que há pouco, antes do golpe de 1937 eram suas opositoras, como o caso de *O Jornal* e Assis Chateaubriand, seu proprietário.

Mesmo nas citações de jornais estrangeiros, são cuidadosamente selecionadas aquelas que exaltam a figura de Vargas, e se possível, não toque nas principais lideranças integralistas: de Portugal, “O presidente Vargas dominou novamente a situação, confirmando sua reputação de estadista enérgico e decidido”³⁵. Curiosamente, apenas nesse momento o nome de Plínio Salgado é ligado aos fatos, apenas

34. *O Jornal*, 12/05/1938, p.1.

35. *O Jornal*, 12/05/1938, p.1.

atestando que alguns jornais portugueses publicaram sua foto, sem maiores comentários.

Os relatos da época são fundamentais para percebemos a construção de figuras políticas nacionais e como a classe dominante, representada aqui nos grandes jornais, possuía íntima relação com a alta cúpula do governo Vargas. Sua posição servia para legitimar o governo recentemente instaurado através de um golpe. É possível perceber como a atuação dos integralistas serviu para unificar em torno do nome de Vargas, uma elite que já observava com desconfiança a mobilização política em massa promovida tanto à direita quanto à esquerda. Passemos então a fatos mais específicos, envolvendo os militares no episódio.

VI. O putsch de 1938 e os militares

Diferentemente do caso dos comunistas em 1935, a rebelião dos integralistas não recebeu tanta atenção quanto deveria dos pesquisadores brasileiros. Relegado a um segundo plano, o movimento se insere como apenas um capítulo dentro da história do Estado Novo. Entretanto, tanto quanto seu congênero à esquerda, o *putsch* integralista serviu para justificar a já enorme repressão que Vargas dispensava à oposição, dessa vez do outro lado do espectro político. O clima de repressão já se instalara no país com mais contundência desde novembro de 1937, quando da decretação do Estado Novo. Apoiado sob a falsa justificativa da existência de um plano de ataque comunista contra o Brasil – o Plano Cohen -, Vargas havia desencadeado uma onda de ataques à oposição e fechamento de partidos. O caso da AIB não foi diferente, tendo sido obrigada a substituir seu nome por Associação Brasileira de Cultura, mas obviamente sem sofrer com as mesmas agruras que a esquerda brasileira estava submetida. Entretanto, essa distinção inicial de tratamento dispensado aos integralistas não foi suficiente para conter os ânimos mais exaltados dentro do

movimento, fazendo com que os planos para um golpe que tirasse Vargas do poder ganhassem cada vez mais força até se tornarem uma materialidade.

Como já dito, um primeiro movimento foi organizado para março de 1938, mas foi frustrado devido a falhas de comunicação entre os revoltosos, e sequer motivou alguma repressão mais ostensiva, com a prisão apenas do tenente Francisco de Assis Hollanda Loyola e do capitão Carlos Faria de Albuquerque. Tanto foi assim, que já no dia 11 de março, o primeiro militar já estava preso e o tenente coronel Dulcídio Cardoso já falava publicamente do sucesso nas investigações. Dessa forma foi possível a prisão dos proprietários de duas transportadoras que faziam a distribuição de material integralista, tudo isso revelado pelo capitão Faria Lemos, então diretor dos Correios. Segundo o relato do almirante Jatir de Carvalho Serejo, essa rebelião teve como resultado apenas a prisão de alguns marinheiros que faziam plantão na ilha das Enxadas, além do roubo de algum material bélico, transportados em uma lancha também apropriada à Marinha. Contudo, devido ao fato de não haver a indicação do início efetivo do movimento, os militares envolvidos libertaram os presos e devolveram as armas e munições roubadas³⁶. Este levante, supostamente, teria a liderança e a participação somente de integralistas, o que não impediu a prisão de dois filhos de Flores da Cunha, que em um segundo momento descobriu-se ser um articulador do movimento de maio.

Essas prisões, entretanto, não impediram que em maio do mesmo ano, os camisas-verdes e outros opositores se reunissem e atacassem guarnições militares, uma rádio e o próprio Palácio Guanabara. Contando com o apoio de militares da ativa, o levante pretendia prender Vargas e tomar os principais quartéis do Distrito Federal para instalar uma junta governativa. Apesar da expectativa da participação de centenas de pessoas, o *putsch* foi rapidamente debelado pelas tropas

36. SEREJO, Jatir de Carvalho. *Meu depoimento*. Rio de Janeiro, 1959.

legalistas e pela resistência da guarda pessoal do presidente junto de alguns parentes presentes no Palácio no momento da tentativa de golpe. Na memória dos participantes, a hesitação de muitos companheiros para o momento decisivo foi crucial para a derrota da rebelião. Ao fim e ao cabo, apesar do perigo dos tiros rondando suas janelas, o presidente não foi ameaçado com maior contundência. No mesmo dia dos fatos, Vargas passeava pelas ruas da cidade demonstrando firmeza e tranquilidade.

O levante de maio foi sem dúvida mais efetivo do que o ensaio de março. De fato, houve confrontos entre os militares leais a Vargas e os revoltosos, resultando em baixas de ambos os lados. No mesmo dia dos eventos a liderança militar do *putsch* já estava presa, nas figuras dos generais Bertoldo Klinger e Castro Júnior, além do capitão Presser Belo. Caberia a esses militares a chefia da junta governativa que assumiria o poder em caso de vitória do levante. Além disso, outra cabeça do movimento estava acautelada no hospital onde se encontrava ferido: o tenente Arnoldo Hasselman. Hasselman era o principal responsável pelo ataque ao ministério da Marinha. Ainda referente à chamada “província do mar” pelos integralistas, o capitão de Mar e Guerra, Fernando Cochrane era exonerado do cargo menos de 72 horas depois de debelada a rebelião. Na Aeronáutica, o diretor, capitão Eduardo Gomes relatava a tentativa do capitão Presser Belo em aliciá-lo para o movimento, o que fora prontamente recusado, segundo informações do próprio Gomes.

O assédio aos militares leais ao governo não se deu somente nas propostas de participação, mas também no ataque a residências desses oficiais. Foram presos militantes integralistas que tinham como objetivo principal impedir a saída desses homens para o comando da resistência ao golpe, tais como o general Almério de Moura, comandante da I Região Militar e capitão Pompílio de Rocha Moreira, comandante do Batalhão de Guardas. Soma-se a esses eventos o único de sucesso nas tentativas de sequestros, o coronel Canrobert, que foi

tirado de sua casa ainda de pijama, mas que após uma perseguição sofrida por carros da polícia, foi abandonada e pôde retomar suas funções na resistência ao golpe. O caso mais emblemático foi o do ataque ao apartamento de Góis Monteiro, que misturou cenas de ação com comédias de baixo orçamento, ao falhar a invasão do mesmo devido à impossibilidade de arrombar uma porta³⁷.

Hermes Malta Lins de Albuquerque era o responsável por realizar o ataque à residência do general, na qual os integralistas já possuíam uma chave para entrar no edifício, pois no mesmo habitava um integralista que retirara o molde da fechadura com cera. Entretanto, comandando um grupo de vinte homens, Hermes Malta esquecera a chave que possibilitaria uma entrada discreta, e teve que apelar para um murro no vidro da portaria, o que acabou com seu fator surpresa. A seguir o general foi acordado com a campainha do apartamento e sob ameaças de arrombamento, onde todo o prédio já estaria cercado. Sua linha residencial havia sido cortada, mas o telefone oficial fora ignorado pelos invasores, podendo assim Góis Monteiro alertar de sua situação para outras figuras do governo. Após alguns minutos de uma infrutífera tentativa de derrubar a porta do apartamento, os invasores simplesmente deixaram o local e consideraram a missão fracassada³⁸.

Um filão onde as forças leais ao regime precisaram atuar para punir membros do *putsch* foi a Polícia Militar do Distrito federal, que teve integrantes à frente do movimento, como o aspirante Soter Fernandes Ribeiro, figura de proa no ataque aos prédios governamentais. Ribeiro viria a ser reformado já em junho, assim como o major Alfredo Soares dos Santos, acusado de tentar sublevar o 2º Regimento de Infantaria. Chama a atenção o fato de muitos militares receberem como punição por participar do atentado, não a prisão, mas apenas a reforma, ou seja,

37. SILVA, Hélio. 1938 - Terrorismo em campo verde. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971.

38. Declaração do general Góis Monteiro. Arquivo Nacional, processo 600.

a dispensa remunerada do serviço ativo. Um dos poucos exemplos onde existe a demissão sumária do envolvido é a do segundo-tenente do corpo de Fuzileiros Navais, Júlio Barbosa do Nascimento.

Além desse fato, percebemos a posterior condescendência das autoridades com os militares de alta patente participantes do movimento, que apesar de julgados e condenados no Tribunal de Segurança Nacional, posteriormente foram reincorporados ao serviço e alcançaram até mesmo significativo destaque dentro e fora da caserna. Euclides Figueiredo por exemplo, foi condenado a quatro anos de prisão, mas já em 1946 recuperava sua patente e se reformava. Sua influência parece ter sido decisiva para o sucesso do filho, João Batista de Oliveira Figueiredo, presidente durante a ditadura militar. Já o general Castro Júnior, indicado como possível liderança política em caso de sucesso do golpe, foi condenado e cumpriu pena de menos de dois anos. Também reformado, não perdeu seus benefícios como militar. Durante o governo Dutra teve acesso a cargos de chefia em empresas estatais³⁹. O almirante Fernando Cochrane deixou a vida como militar, também mantendo seus direitos, isso em 1956⁴⁰. Mesmo sendo também acusado de participar de um plano para assassinar Vargas durante uma visita a um dos submarinos comprados junto à Itália, Cochrane garantiu todos os benefícios para si e sua família como homem da Marinha⁴¹. Arnoldo Hasselman foi outro que apesar de punido com prisão, foi reincorporado às Forças Armadas e chegou ao posto de almirante. Sua atuação chegou, inclusive, à ditadura militar, onde foi responsável pela imobilização de um regimento dos Fuzileiros Navais que era fiel ao presidente João Goulart e que tentava resistir ao golpe de 1964⁴².

39. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2^a ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001

40. *Correio da Manhã*, 19/09/1957, p.6

41. SILVA, Hélio. 1938 - Terrorismo em campo verde. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971.

42. Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2^a ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001

Chegou mesmo a assumir a chefia da Intendência da Marinha, alto posto de comando desta instituição, além de ter acumulado várias honrarias militares a Ordem do Mérito Naval e a Medalha Mérito Tamandaré⁴³. Por fim, também condenado e preso, e posteriormente tendo chegado à mais alta patente da Marinha, como se jamais tivesse conspirado e tentado um golpe contra os próprios colegas de farda, temos Nuno Barbosa de Oliveira e Silva⁴⁴.

Outro fato a ser destacado é a relativa liberdade em que atuaram os integralistas após o golpe do Estado Novo, enquanto supostamente apenas o caráter cultural da AIB poderia se manifestar, ou seja, durante a vigência da Associação Brasileira de Cultura. Inúmeros conflitos foram noticiados entre a polícia e militantes integralistas neste momento, com ampla participação de militares, que apesar da proibição de manifestação política, seguiam recalcitrantes em abandonar o fascismo. Inclusive, material bélico era constantemente desviado dos arsenais militares para campos de treinamento clandestinos, tudo isso sob a precária vigilância do Exército, que viu muito de seu material ser usado contra si mesmo⁴⁵.

Dessa forma, a estrutura e a hierarquia das Forças Armadas ia sendo utilizada para construir um movimento paralelo, onde estes militares construíam relações de confiança para a organização do *putsch*. Por exemplo, temos o caso do tenente Francisco de Assis Hollanda Loyola, que posteriormente viria a se consagrar como estudioso da educação física, mas que cerrava fileiras no integralismo durante boa parte da sua vida, principalmente enquanto era membro ativo da força terrestre. Loyola, que havia sido preso em março de 1938, indicou

43. *Revista Marítima Brasileira*, v. 113, n°7, jul./set. 1993.

44. VICTOR, Rogério Lustosa. A candidatura de Plínio Salgado à presidência da República: os usos políticos da memória. *Revista Angelus Novus*, São Paulo, v. 1, n°1, p.143-162, agosto, 2010.

45. SILVA, Hélio. 1938 - Terrorismo em campo verde. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971.

que seu superior, o capitão de Artilharia Carlos Faria de Albuquerque era também integralista e que possuía funções de mando dentro do movimento. Ou seja, a estrutura militarizada era reproduzida pelo integralismo através das próprias Forças Armadas⁴⁶. Curiosamente, Hollanda Loyola, que entregou o companheiro de farda, foi um dos raros casos de militares que não recuperaram sua patente após o cumprimento da pena de prisão⁴⁷.

Obviamente, a quantidade exata e os nomes dos militares que participavam do movimento integralista e que de alguma forma vieram a contribuir para o(s) movimento(s) de 1938 nunca será sabida, mas a penetração destas ideias no alto comando das Forças Armadas foi inegável. Segundo o testemunho de Olbiano de Melo, membro da chamada Câmara dos Quarenta, órgão consultivo máximo do integralismo, muitas vezes os próprios homens da caserna pressionavam os civis por ações mais enérgicas no sentido de enfrentar Vargas e tornar o integralismo a ideologia dominante no governo brasileiro: “Aproxima-se um dos vasos-de-guerra da Rua Paissandu, e alguns obuses sobre o Palácio Guanabara reduzirão tudo aquilo a poeira⁴⁸”. Essas teriam sido as palavras pelo comandante Vitor Pujol, que segundo o relato, teriam assustado até mesmo o reconhecidamente radical antisemita Gustavo Barroso.

Ao ser atacado em um intervalo de menos de três anos por correntes políticas tão distintas, Vargas se colocava como a personalidade política que representava o equilíbrio em detrimento dos

46. SILVA, Hélio. 1938 - Terrorismo em campo verde. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971.

47. FREITAS, Luana Luzia Lóss. Hollanda Loyola, educação e educação física: Reflexões pedagógicas e prescrições Educacionais (1934-1944). Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física do Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.

48. MELO, Olbiano de. *A Marcha da revolução social no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora O Cruzeiro, 1957, p. 124-125.

chamados extremismos. Por mais que a rebelião tenha contado com a presença de membros da oposição chamada liberal, a propaganda do Estado Novo acabou por consagrar o movimento como sendo essencialmente integralista. Isso obviamente contribuía para a idealização de Vargas como o único que poderia gerar tranquilidade institucional em meio às “intentonas”. Assim como foi processado um apagamento da memória da participação de militares no evento, se destacando somente aqueles que estiveram ao lado de Vargas, os chamados “legalistas”.

Ao fazermos um balanço do *putsch* de 1938, podemos tirar algumas conclusões. Apesar da pouca documentação disponível, Hélio Silva indica que a rebelião de março seria efetivada somente por pessoal ligado ao integralismo, e que seu fracasso acabou aproximando estes dos opositores tradicionais de Vargas, como Flores da Cunha. A participação de militares no levante foi enorme, tendo sido grande parte do efetivo rebelde formado por homens da caserna, alguns filiados à AIB e outros somente inconformados com a decretação do Estado Novo. Houve também infiltração dos revoltosos nas forças auxiliares, com policiais militares tomando parte nos assaltos, além de investigadores da polícia política, como o aspirante Soter. O fracasso na estratégia de capturar líderes militares fiéis a Vargas foi ponto fundamental para o fracasso do *putsch*, pois a cada missão que falhava, mais pessoas eram avisadas do levante.

A repressão ao movimento levou ao processo de centenas de pessoas, chamando atenção para o fato de que mais participantes foram indiciados em 1938 do que na revolta comunista de 1935. A imensa maioria dos militares sofreu sanções administrativas e foram reformados, mas sem o prejuízo da expulsão sumária. Por fim, destaca-se a polêmica ainda não debelada sobre a execução de alguns dos revoltosos por ordem de Benjamin Vargas e Dutra, que teria ocorrido nos fundos do palácio e levado à morte sete ou oito dos capturados pelas tropas legalistas.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Totalitarismo e revolução: o integralismo de Plínio Salgado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.
- BERTONHA, João Fábio. Integralismo: Problemas, perspectivas e questões historiográficas. Maringá: editora da UEM, 2014.
- CALIL, Gilberto Grassi. O Integralismo no processo político brasileiro – O PRP entre 1945 e 1965: cães de guarda da ordem burguesa. 2005. 819f. Tese (Doutorado em História) - Programa Interinstitucional de Pós-Graduação em História UFF/UNIOESTE, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2001.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O anti-semitismo na Era Vargas. São Paulo: Editora Perspectiva: 2001.
- Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2^a ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001
- FREITAS, Luana Luzia Lóss. Hollanda Loyola, educação e educação física: Reflexões pedagógicas e prescrições Educacionais (1934-1944). Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física do Centro de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.
- KONDER, Leandro. Introdução ao fascismo. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MELO, Olbiano de. *A Marcha da revolução social no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora O Cruzeiro, 1957, p. 124-125.
- RAMOS, Vinícius. Formas distintas para públicos distintos: o discurso integralista de acordo com seu público-alvo. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.
- Revista Marítima Brasileira*, v. 113, n°7, jul./set. 1993.
- SEREJO, Jatir de Carvalho. *Meu depoimento*. Rio de Janeiro, 1959.
- SILVA, Hélio. 1938 - Terrorismo em campo verde. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971.
- TRINDADE, Hélgio. A tentação fascista no Brasil: imaginário de dirigentes e militantes integralistas. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2016.
- TRINDADE, Hélgio. Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30. São Paulo: Difel, 1979.

VICTOR, Rogério Lustosa. A candidatura de Plínio Salgado à presidência da República: os usos políticos da memória. Revista **Angelus Novus**, São Paulo, v. 1, nº1, p.143-162, agosto, 2010.

FONTES

Correio da Manhã, 18/03/1938

Correio da Manhã, 19/03/1938

Correio da Manhã, 12/05/1938

Correio da Manhã, 19/09/1957.

O Jornal, 19/03/1938.

O Jornal, 20/03/1938.

O Jornal, 12/05/1938.

Declaração do general Góis Monteiro. Arquivo Nacional, processo 600.

A FRENTE ORIENTAL E O ESTADO NOVO NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL¹

João Claudio Platenik Pitillo

O envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial obedeceu a uma dinâmica interna, que em 1941 enfrentou três grandes desafios que foram transformados em pilares do projeto de desenvolvimento autônomo de Vargas. O primeiro era a elevação do nível social dos brasileiros, de base agrária e com baixa industrialização. A sociedade brasileira carecia de saúde, transporte, educação e habitação. O segundo era a industrialização, que visava substituir gradativamente as importações de produtos industrializados. Vargas tinha em mente fortalecer o mercado interno ao mesmo tempo em que diminuiria as importações, evitando assim a evasão de capital. E o terceiro, a modernização das forças armadas, a garantidora do processo revolucionário de 1930 e a única instituição presente em todo o território nacional. Vargas sabia que as forças armadas eram as únicas capazes de garantir as decisões no cenário interno contra ameaças externas. A Revolução Constitucionalista de 1932 provou o quanto a lealdade das forças armadas era importante.

O governo Vargas transformou o Itamaraty em um dos seus órgãos mais eficientes, tendo à frente Oswaldo Aranha, um dos líderes da Revolução de 1930. Aranha utilizou sua boa relação com o

1. Artigo decorrente da Tese de Doutoramento “O Primado da Política Interna de Getúlio Vargas e os Reflexos da Frente Leste no Brasil 1941 – 1945”, defendida no Programa de Pós-Graduação em História/UniRio, 2021.

governo estadunidense² para tentar extrair do mesmo os melhores acordos possíveis que o ambiente de guerra pudesse proporcionar. Contudo, não menos importantes foram os diplomatas brasileiros que serviram na Europa. Foram eles os olhos e os ouvidos do Estado Novo no fronte mais importante da guerra. Pouco estudados e tendo suas atuações ofuscadas pela grandiosidade de Oswaldo Aranha, utilizaremos os seus relatórios para compreender uma vertente da política interna que foi a política anticomunista do Estado Novo no âmbito das Relações Internacionais.

A observação que os diplomatas brasileiros fizeram da Frente Leste produziu um cabedal de documentos, praticamente inéditos. Ao relacioná-los com a política interna, evidenciou-se uma preocupação sistemática com aquele cenário de guerra. É nítida a preocupação dos diplomatas brasileiros com as vitórias soviéticas e a sua relação com os Aliados. Os documentos mostram uma eficácia muito grande, quando das análises dos efeitos das vitórias do Exército Vermelho na sociedade brasileira. Tendo uma posturaativa e perspicaz, a diplomacia brasileira foi o primeiro órgão a informar ao comando do governo que as vitórias soviéticas influenciariam o cenário interno. Muitos desses diplomatas eram amigos de Vargas e colaboradores distantes. Outros foram partícipes da Revolução de 1930 e a sua maioria tinha compreensão de estar contribuindo para a edificação de uma política voltada para o nacional, mas que foram completamente ignorados pela maioria das pesquisas nacionais sobre a Guerra.

A abordagem aqui feita diferencia-se dos estudos majoritários sobre o Brasil na Guerra, que apenas visualizaram a figura de Oswaldo Aranha no aspecto diplomático. Um exemplo disso é o pesquisador Ricardo Antônio Silva Seitenfus, que possui significativos estudos sobre o tema, mas ignorou o conjunto político da Secretaria de Relações

2. Oswaldo Aranha foi embaixador do Brasil nos Estados Unidos de 1934 a 1937.

Exteriores (Itamaraty) e não levou em consideração a sua ação para o estabelecimento de uma política externa autônoma.

Seitenfus sustenta a tese de que Oswaldo Aranha vivia uma contínua contradição com Vargas no que tangia as Relações Internacionais do país. Isso é completamente equivocado, pois Vargas nunca defendeu a participação brasileira a qualquer bloco que a Alemanha integrava, mesmo o seu governo tendo uma série de figuras que se identificavam. Vargas nunca defendeu qualquer tipo de alinhamento ao Eixo, por isso, não havia nenhuma contradição entre Vargas e Aranha na linha internacional do Estado Novo. Com relação a política desenvolvida pelo Itamaraty de aproximação com Washington, ela foi rascunhada por Vargas do início ao fim, sendo a tônica dela as ótimas relações entre Vargas e Roosevelt.

Como julgar a ação de um ministro das relações exteriores que, durante vários anos e quase isolado dentro do governo por causa de suas simpatias democráticas, chega a desenvolver uma política pró-norte-americana nitidamente diferenciada da do chefe de Estado, tendo como única arma apenas sua ameaça de pedir demissão?³

Sendo o Estado Novo um governo autoritário, uma de suas principais instituições era a Polícia. Nesse sentido, o aparato policial brasileiro tinha no DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) e no DESPS (Delegacia Especial de Segurança Pública e Social) as suas principais instituições. Nos Estados, existiam órgãos correlatos, como os DEOPS (Departamento Estadual de Ordem Política e Social). Entretanto, o trabalho de espionagem e de repressão era institucional, isto é, todos os órgãos públicos e todos os funcionários públicos eram intimados a vigiar e a relatar toda e qualquer atividade considerada estranha. Como não havia definição estrita para o conceito de atividade

3. SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. *O Brasil de Getúlio Vargas E A Formação dos Blocos: 1930- 1942*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1985. p. 18

“estranha”, toda e qualquer movimentação social era motivo de desconfiança. Essa situação de prontidão permanente com as atividades subversivas levou a conceituação de que tudo que contrariasse os preceitos conservadores e reacionários do Estado Novo era perigoso. Nomeado embaixador na Inglaterra em 24 de janeiro de 1940, José Joaquim de Lima e Silva Moniz de Aragão ficou no cargo até final de 1943, quando foi nomeado representante do governo brasileiro no Comitê Executivo Intergovernamental para Refugiados, com sede em Londres. Moniz Aragão teve um papel importante na repressão ao Levante Comunista de 1935, quando chefe da delegação brasileira em Berlim. Foi ele o responsável por obter junto aos serviços de informações alemães a real identidade de Olga Benário Prestes⁴. O governo brasileiro manteve com as autoridades policiais alemãs uma estreita relação, com troca de informações sobre suspeitos e de técnicas de investigações. O governo brasileiro oficialmente não participou do Pacto Anti-Komintern, mas a polícia brasileira teve uma atuação muito próxima a ele. Nesse sentido, Moniz Aragão seguiu a diretriz anticomunista do governo Vargas à risca. Enviou para o Ministro das Relações Exteriores Oswaldo Aranha um documento de cinco laudas, datado de 22 de janeiro de 1941, que tinha como título: “Ação Contra o Comunismo na Grã-Bretanha”⁵. No documento, Moniz Aragão informou as ações de propaganda que os comunistas ingleses faziam contra a guerra. Informou também que o governo inglês via essa ação como algo orquestrado junto a Berlim. Seguiu revelando que as ações de “agitação e propaganda” por parte do Partido Comunista Inglês, assim como as suas atividades, seriam severamente reprimidas.

O embaixador brasileiro relatou que as ações “derrotistas” empreendidas por Moscou em consonância com Berlim tinham sido

4. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-joaquim-de-lima-e-silva-moniz-de-aragao> - Acessado em 8/04/2018.

5. Fonte: Arquivo Histórico do Itamaraty - Londres - Estante 28, Prateleira 2, Volume 1. 22/01/41.

detectadas nas fábricas de munições e de aviões na Inglaterra e que o movimento sindical estava sendo contaminado pelo trabalho dos comunistas. Relatou também que o jornal comunista “The Daily Worker” havia sido fechado e que outros veículos de comunicação comunistas como o “The Week” seriam também por estarem transmitindo mensagens subversivas. Mencionou que a proposta de paz dos comunistas era na verdade uma movimentação de Moscou, ajudada por Berlim, para que os comunistas ingleses tomassem o poder.⁶ O embaixador finalizou o seu relatório informando que a Inglaterra enfrentava uma nova ofensiva da propaganda comunista que respaldava os interesses soviéticos e alemães.

Tais informações exemplificavam o ambiente que o governo brasileiro tentava evitar com a proibição de partidos e imprensa que representassem interesses estrangeiros. Seria aterrador para o Estado Novo uma militância ativa de comunistas no seio da sociedade brasileira. Nesse sentido, havia uma investigação do DESPS sobre os jornais “The News”, “Deustche Rio-Zeitung”, “Fanfula”, e “Gazeta Israelita” por atuarem fora das normas⁷. Todos eles publicavam artigos em língua estrangeira (o que estava proibido desde 1939) e faziam propaganda da Guerra. Respectivamente, ingleses, alemães, italianos e judeus publicavam suas versões da guerra que ocorria na Europa.

A diplomacia brasileira estava muito atenta aos acontecimentos na Frente Leste, especialmente nas movimentações da União Soviética. Antes mesmo de invasão nazista à União Soviética, os diplomatas brasileiros já informavam que a paz entre soviéticos e nazistas era curta e que o conflito se estenderia ao Leste, até chegar ao Oriente. Em um documento sobre a guerra no Leste, o encarregado de negócios brasileiros em Berna, na Suíça (o Brasil não possuia embaixada na Suíça,

6. <https://www.theguardian.com/politics/1941/jan/22/past.secondworldwar> - Acessado em 8/05/2018.

7. Fonte: APERJ – Pol/Pol – ADM – Notação 13, Dossiê 1, Folhas 141, 83 e 160.

somente uma legação), Luis Sparano, enviou, no dia 7 de abril de 1941, diretamente ao presidente Vargas algumas informações sobre a conjuntura de guerra que mostravam que ele estava bem entrosado com os acontecimentos. Além de informar sobre o ataque alemão à Iugoslávia e a situação da Grécia, Sparano falou sobre a União Soviética com destaque⁸.

Informou Sparano que Rússia e Turquia eram as incógnitas da Guerra até aquele momento, classificou a Polônia como um ponto de convergência entre União Soviética e Alemanha, já os Balcãs poderiam ser a divergência. Falou que o momento era difícil para fazer deduções acertadas, ainda mais se tratando de União Soviética. Para exemplificar a incerteza que a União Soviética gerava usou a seguinte metáfora: “Na Rússia dois e dois somam freqüentemente cinco, algumas vezes três, mas nunca quatro.” Seguiu pontuando que o “colosso russo pode perturbar a marcha dos acontecimentos”.

A análise de Sparano se assemelhou à feita pelo embaixador Moniz Aragão quando falou da convergência de soviéticos e alemães até aquele momento. Citou a Polônia como um exemplo, mas deixou dúvidas sobre a sobrevivência dessa convergência em outros teatros. O conflito com o campo Aliados foi analisado por Sparano como definidor da guerra.⁹ Ele era outro velho amigo de Vargas, fiel entusiasta do Estado Novo e atuava como diplomata há muitos anos. Por várias vezes, intimou o presidente Vargas “a varrer a canalha comunista”; admirador do fascismo, atuou seguidamente para que o governo brasileiro mantivesse relações vigorosas com o Eixo¹⁰.

Tanto Sparano quanto Aragão demonstraram em seus relatórios um cristalino alinhamento com a linha política do Estado Novo.

8. Datado de 7/04/1941. Fonte: CPDOC-FGV – Gv c 1941.04.07.1

9. Luís Sparano foi diplomata na Itália em dois momentos, de 1918 a 1934 e depois de 1935 a 1941.

10. SITENFUS, Ricardo. O Brasil Vai à Guerra, 3º Edição, Barueri, Editora Moanole, 2003. p. 67.

Diferente do que Seitenfus assinalou sobre os diplomatas brasileiros, nenhum dos diplomatas aqui investigados destoou o mínimo que fosse das diretrizes do governo Vargas. Sobre o corpo diplomático, Ricardo Seitenfus afirmou: “papel negligenciável e por vezes contraditório, em relação à posição do Ministério das Relações Exteriores”¹¹. As análises sobre a Frente Leste mostram-se hoje factíveis e se encaixam muito bem na política externa brasileira, que no primeiro semestre de 1941 tentou dinamizar as suas relações com os estadunidenses, enquanto desenvolvia uma política interna que objetivou afastar os reflexos produzidos pela guerra da sociedade.

Essa é outra confusão reinante nas análises corrente sobre a atuação de Vargas durante a Guerra – a de que Oswaldo Aranha era uma antítese ao reacionarismo de Vargas. Aranha foi uma das lideranças da Revolução de 1930, fiel colaborador de Vargas e muitas das vezes seu “tarefeiro”. Aranha abandonou o governo em 1944 por divergências internas, localizadas na atuação da repressão contra a “Sociedade dos Amigos das Américas”. Aranha teve livre arbítrio para dirigir a política externa e foi vencedor na contenda contra os setores mais reacionários, quando do alinhamento brasileiro aos Estados Unidos.

O relatório diplomático da embaixada em Londres de 13 de maio de 1941 tratou de alguns aspectos da Frente Leste. O primeiro é a eleição de Stálin ao cargo de Presidente do Conselho de Comissários do Povo, coisa que o embaixador brasileiro apontou como algo “incompreensível”, já que o referido líder passara “20 anos escondido exercendo o poder de fato como ditador”. Seguiu informando que a ação de Stálin foi semelhante a de Lênin quando da assinatura da “Paz de Brest”. Concluiu o assunto dizendo que Stálin agora concentrava poderes sem igual na URSS. Fez também um sucinto, mas importante, relato do desenvolvimento da conjuntura bélica na Europa a partir do “Pacto

11. Idem. p. 08.

de Não Agressão”¹². Nesse momento, o embaixador Moniz Aragão fez uso da ameaçadora tese de “divisão do mundo” por comunistas e nazistas. Escreveu ele¹³: “Nessas condições, seriam dadas ordens para acalmar Moscou com lisonjas e certas aproximações que chegariam a um convite para que os soviets se juntem à Alemanha para a divisão do mundo, segundo as teorias da Nova Ordem Hitleriana”.

Com base nas informações sobre o Leste, era necessário que o Brasil se preparasse o mais rápido possível, já que a proximidade tácita entre Alemanha e União Soviética, edificada em 1939, parecia estar dando frutos a ponto de ameaçar a Inglaterra, como assim diziam alguns diplomatas brasileiros. Com a derrota da França, os alemães estavam próximos da América do Sul a partir do Marrocos, colônia desse país. A vitória do Eixo na África a partir de uma derrota inglesa poderia agitar os setores fascistas não só no Brasil, mas em todo o Cone Sul. Esse era o receio dos estadunidenses, que por inúmeras vezes alertaram ao governo Vargas sobre o valor estratégico do Saliente Nordestino e o risco que o mesmo corria. O único anteparo a essa possível ameaça era a construção de uma política defensiva escudada no Panamericanismo a partir da potencialidade estadunidense. Isso o que Vargas queria.

Até meados de 1941, duas coisas inquietavam muito o presidente Vargas: a dificuldade da industrialização nacional e a impossibilidade de modernização das forças armadas. Essas duas demandas eram a

12. Muito difundida entre as forças conservadoras, a tese de que o Pacto de Não Agressão entre URSS e Alemanha era na prática um acordo de divisão do mundo não encontrou comprovação documental até o momento. A partilha da Polônia a partir da constituição de “pontos secretos” que compunham o Pacto de Não Agressão foi outro ponto sem comprovação até o momento. Os soviéticos refutaram tais afirmações a partir da política internacional do seu governo, que nunca reconheceu a ocupação da Áustria e da Tchecoslováquia, mesmo com o Pacto de Não Agressão. Ver KULKOV, E. Rjechevski, O. Tchelichev, I. *A Verdade e a Mentira sobre a Segunda Guerra Mundial*, Lisboa: Edições Avante, 1984. p.19.

13. Datado de 13/05/1941. Fonte: Arquivo Histórico do Itamaraty – Londres - Estante 28, Prateleira 2, Volume 4.

tônica da política interna. Sem a solução desses problemas, o governo Vargas estaria seriamente ameaçado, ainda mais com Aliados e Eixistas disputando os canais de influência da sociedade. A partir de 1941, surgiu a preocupação com as contradições internas; uma crise econômica poderia potencializar uma mudança de regime. Por isso, Vargas acelerou ações brasileiras no campo diplomático com Washington. Vargas não se furtou em sinalizar que um movimento de “quinta-coluna” poderia emergir. Essa observação se faz necessária - Vargas orientou a sua política externa a partir da sua política interna, que tinha como preceitos desenvolvimento e justiça social. A política social que Vargas desenvolveu foi em parte fiadora do seu compromisso com a democracia. Houve, por parte de Roosevelt e Vargas, convergências nas áreas sociais e isso contribuiu para aproximar esses dois líderes.

Sobre a candente política social do Estado Novo, a professora Ângela Maria de Castro Gomes apontou:

A questão social assume, neste contexto, a dimensão simbólica de encarnação dos males brasileiros e de bandeira identificadora do cerne do projeto político-ideológico do Estado Novo. Apenas mediante a identificação da questão social como centro das preocupações governamentais, os objetivos de retomada de nosso território e de realização de nosso homem poderiam ser cumpridos. A questão social, o problema das massas trabalhadoras no Brasil, encontrava-se na própria origem da revolução.¹⁴

A Revolução de 1930 não sobreviveria à Guerra sem que os problemas sociais tivessem um encaminhamento próspero. O tecido social aguentou o autoritarismo em troca da melhora nas condições de vida. O modelo que o Estado Novo ostentava passou a ficar ameaçado por conta das influências que a guerra causava. As potencialidades brasileiras deram início a uma disputa que mobilizou democratas e

14. OLIVEIRA, Lúcia Lippi, VELLOSO, Mônica Pimenta, GOMES, Ângela Maria de Castro, Estado Novo – Ideologia e Poder, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982. p.120.

quintacolunas. As forças que formavam o Estado Novo estavam divididas entre neutralidade (um tácito apoio ao projeto do Eixo) e pró-Aliados, que encampava uma parte significativa da oposição ao governo Vargas e também agregava os comunistas.

Uma inevitável baixa no preço das commodities brasileiras, devido ao cenário de guerra, prejudicaria os avanços sociais. Tal coisa preocupou a equipe econômica do governo, que se movimentou para estabelecer com Washington contratos que pudesse neutralizar o problema. Com o fim das relações comerciais com o Eixo, devido ao Bloqueio Atlântico, só restou ao governo brasileiro tentar extrair o máximo de cooperação de Washington, mas dentro da política de neutralidade, era essa a ideia inicial. Vargas não abria mão nesse momento dessa condição. O que ele tinha a oferecer aos Aliados era a garantia de um Brasil longe do Eixo, mas, para tanto, ele precisava estar seguro no cargo e isso só seria possível com a economia funcionando bem. Essa linha política gerava segurança interna e garantia autonomia política ao Brasil. A segurança continental era o único ponto que Vargas aceitava discutir sob a ótica militar.

Gerson Moura falou da “dupla influência”¹⁵ que Estados Unidos e Alemanha exerciam, mas, como podemos perceber, até meados de 1941 essa “influência”, se existia, não foi capaz de mudar a linha do Estado Novo, pois o governo brasileiro não se eximiu de reprimir toda e qualquer propaganda dos países do Eixo, usando a nacionalização da Educação e da Cultura como mote. Nem mesmo os protestos da diplomacia alemã, insinuando uma possível retaliação na área comercial, intimidaram o governo brasileiro. Quanto aos Estados Unidos, diante da sua negativa até o primeiro semestre de 1941 em apoiar o projeto de uma siderúrgica e de ajudar na modernização das forças armadas brasileiras, a resposta brasileira foi praticamente nula aos

15. MOURA, Gerson. Autonomia na Dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980. p.2.

apelos de Washington para que o Brasil tivesse uma participação mais efetiva na segurança continental.

Quando Moura afirmou que: “a política externa de um país dependente está condicionada simultaneamente ao sistema de poder em que se situa, bem como às conjunturas políticas, interna e externa”¹⁶, ele não apontou um fator principal, apenas determinou linhas gerais. O Brasil não estava na linha de influência do Eixo, apesar das ótimas relações e tampouco participou dos projetos particulares de Washington. Todos os acordos foram tratados no contexto do Pan-americanismo, como por exemplo a solicitação de Roosevelt para que o Brasil ocupasse a Ilha da Madeira. Antes da edificação dos “acordos de guerra”, o governo brasileiro havia brandido atos firmes de soberania frente à Casa Branca, manteve as boas relações comerciais com a Alemanha, coisa que descontentava Washington, e aplicou a moratória na dívida externa, que tanto incomodou os investidores estadunidenses.

Quanto às relações privilegiadas com os Estados Unidos (segundo Moura, um centro hegemônico), elas não definiram a estrutura de poder no Brasil, pelo contrário, a estrutura erguida pelo Estado Novo se manteve atendendo as demandas internas, principalmente da elite dirigente que a internalizava nos processos políticos. A coesão do governo brasileiro foi mantida a partir de arranjos próprios, não havendo interferência do tal “centro hegemônico” na estabilidade interna. Pelo contrário, Vargas utilizou o apoio estadunidense para manter o Estado Novo vigente até o fim da guerra. O fato de o governo brasileiro ter cumprido todo o protocolo solicitado por Washington com relação à Guerra não significou que eles estivessem em contradição com as demandas internas.

A desconfiança de que os Estados Unidos pretendiam arrastar o Brasil para a guerra por muito tempo fez com que as autoridades brasileiras desconsiderassem algumas opiniões da Casa Branca sobre o

16. Idem. p. 42

perigo que o continente corria. Para melhor entender esse processo, o ministro Osvaldo Aranha solicitou em maio de 1941 que o secretário Caffery¹⁷ melhor informasse o presidente Vargas dos planos referentes à Guerra¹⁸, já que desde abril os navios estadunidenses estavam autorizados a usarem os portos brasileiros de Recife e Salvador em seus trabalhos de patrulha. Vargas e Aranha desconfiavam dos interesses estadunidenses no Nordeste brasileiro.

O documento enviado ao Brasil pelo embaixador brasileiro em Washington, Carlos Martins Pereira e Souza, informou que o Secretário de Estado Summer Welles lhe dissera de maneira reservada sobre as exigências de Hitler à União Soviética. Depois de apontar as tais exigências, concluiu que o exército alemão estava indo à URSS em busca de matérias-primas para a máquina de guerra nazista. É possível interpretar que esse ato do Secretário Welles tinha por interesse mostrar ao governo brasileiro com antecedência o tamanho da complexidade que iria tomar conta da Guerra e que o governo brasileiro precisava escolher logo os seus parceiros para não ficar isolado¹⁹.

O documento, datado de 10 de junho de 1941, também fez referência a possível entrada dos Estados Unidos na guerra em apoio à Inglaterra. Estando o Brasil muito interessado nesse momento em se modernizar para enfrentar os desafios continentais, essas informações podiam indicar um novo paradigma na política externa continental. O governo brasileiro não emitiu qualquer nota oficial e muito menos Vargas fez qualquer menção pública ao ataque nazista à União Soviética em 22 de junho de 1941. A guerra na Europa ainda era algo distante dos brasileiros e pouco atraente para o Estado Novo.

Os nazistas entraram na União Soviética a partir do território polonês, sem nenhum aviso prévio ou fato deflagrador. Berlim, algum

17. Jefferson Caffery, embaixador dos Estados Unidos no Brasil.

18. SILVA, Hélio. Guerra Inevitável 1939-1942, Editora Três, 1975. p.11.

19. Fonte: CPDOC – GV c 1941.0610.

tempo depois, disse ter informações que a União Soviética comprirava com a Inglaterra para atacar o III Reich. De forma avassaladora, o exército alemão usou a sua temida blitzkrieg contra o Exército Vermelho. Apesar de ter alarmado o mundo todo, tal ataque já era esperado pelos Aliados desde que as ações nazistas se desdobraram em direção a Leste, envolvendo a Bulgária, Romênia e Hungria em seus planos. O referido ataque recebeu por parte do Comando alemão o nome de “Operação Barbaruiva”, em homenagem a Frederico Barbaruiva²⁰. Tal mobilização criou o maior operativo militar da história.

O ataque nazista à União Soviética deu um novo contorno a conjuntura de Guerra. Automaticamente, os anglo-estadunidenses manifestaram ajuda aos soviéticos, que perceberam a possibilidade da Inglaterra ser salva nas terras soviéticas. A necessidade de derrotar o Eixo se tornou maior, já que uma vitória nazista contra a União Soviética iria prover o Eixo de tamanha quantidade de matérias-primas e insumos, além de uma quantidade gigantesca de mão-de-obra semi-escravizada, que elevaria a capacidade militar da Alemanha a níveis extraordinários. A invasão da União Soviética também fez com que os Estados Unidos acelerassem os seus planos de proteção ao Atlântico Sul. A presença dos nazistas no Norte da África ameaçava a navegação Aliada e, em caso de uma vitória no Leste, esses operativos poderiam aumentar.

Sendo o Nordeste brasileiro o ponto do continente Americano mais próximo da Europa e da África, depois de 22 de junho de 1941, o Brasil passou a ser um dos locais mais importantes no Ocidente. A diplomacia brasileira passou a acompanhar a guerra na Frente Leste com especial atenção. A estrita obediência à política interna serviu como parâmetro para o intenso trabalho de coleta de informações feito pelos diplomatas brasileiros, bem como aumentou a participação brasileira na elaboração das estratégias estadunidenses de defesa do continente, com muitos militares viajando aos Estados Unidos

20. Foi imperador do Império Romano-Germânico no século XII.

para debater sobre a conjuntura. Nas duas condições, a neutralidade era a tática a ser seguida.

O interesse do governante, e, depois, do Estado, proporciona a gênese da ação; as necessidades da política resultam da competição desregulada dos Estados; o cálculo baseado nessas necessidades pode identificar as políticas que melhor servirão aos interesses de um Estado; o sucesso é o teste último da política, e o sucesso é definido como preservador e fortalecedor do Estado.²¹

O relatório do embaixador brasileiro em Londres Moniz Aragão ao Itamaraty tentou reproduzir a visão do Estado inglês sobre o “Pacto de Não Agressão Germânico-Soviético”, no qual, afirmavam eles, Moscou se uniu a Berlim por uma “predileção qualquer”. O relatório afirmou que os nazistas atacaram a União Soviética em face de estarem “acuados” pela resistência inglesa. Contudo, reconheceu a facilidade que a entrada da União Soviética na guerra poderia proporcionar aos Aliados para organizar a resistência às forças do Eixo. Ele também foi enfático em afirmar que não existia nenhum traço de verdade na acusação nazista de que havia uma conspiração anglo-soviética para atacar o Reich. Finalizou o relatório afirmando que, independentemente do resultado da contenda entre Alemanha e União Soviética, o futuro pertenceria à Inglaterra²².

Com esse relatório sobre o ataque nazista à URSS, o embaixador Moniz Aragão sinalizou ao governo brasileiro que não haveria futuro nas relações com os países do Eixo, já que a provável vencedora seria a Inglaterra, que agora passara a apoiar a União Soviética com base na ajuda estadunidense. Entretanto, o Estado Novo possuía ainda questões internas que não geravam interesse nesse sistema. A adesão à causa Aliada sem a resolução das demandas internas levaria

21. WALTZ, Kenneth N. Teoria das Relações Internacionais, Lisboa: Edições Gradiva, 2012. p.163.

22. Datado de 23 de junho de 1941. Fonte: Arquivo Histórico do Itamaraty. Londres - Estante 28, Prateleira 2, Volume 3.

inavariavelmente a uma cizânia no seio do Estado Novo, que, edificado em bases autoritárias, não poderia correr o risco de perder o apoio do setor militar.

Embora o comando do exército (Dutra e Góes Monteiro) continuasse reticente a aliança do Brasil com os Aliados e preferindo que o país continuasse a insistir nas boas relações com o Eixo, Vargas enxergava de outra maneira; ele percebia que a Guerra se aproximava do Brasil com o desdobramento em direção ao Oriente, tornando-se então um conflito global. As dubiedades da Argentina e do Chile no cenário internacional também causavam desconfianças no governo brasileiro. A teimosia por parte dos estadunidenses em não atenderem as demandas do governo brasileiro deixava Getúlio Vargas e Oswaldo Aranha em uma situação difícil juto aos militares e parte da opinião pública, já que os mesmos não tinham nada paupável para que fosse usado como moeda de troca que justificasse o apoio à causa Aliada.

O ataque nazista à União Soviética agitou as forças reacionárias mundo afora. Países detentores de uma política anticomunista oficial, como Portugal, aproveitaram o ensejo para ampliar o combate ao comunismo. O relatório diplomático a seguir, escrito pelo embaixador brasileiro em Lisboa Arthur Guimaraes de Araújo Jorge²³, traduziu bem essa posição. Além de tecer severas críticas à União Soviética e ao movimento comunista internacional, o governo português avençou a possibilidade de participar de ações ao lado da Alemanha na luta contra o comunismo no Ocidente.

Araújo Jorge relatou com detalhes no dia 13 de julho de 1941, que a situação interna de Portugal seguia em relativa calma. Falou também da possibilidade de uma ação militar conjunta de alemães e espanhóis contra Gibraltar e que Portugal seguia determinado em manter-se neutro diante do conflito militar. Afirmou que a única coisa que

23. Diplomata de carreira foi secretário do presidente Vargas em 1935. Foi embaixador em Portugal de 1936 a 1943, quando se aposentou.

perturbava as autoridades portuguesas eram as ações “subterrâneas e silenciosas” dos agentes comunistas. Falou que apesar da luta de anos que o Estado português promovia contra esses elementos perigosos à “ordem pública”, eles ainda causavam preocupação séria²⁴.

Araújo Jorge escreveu que não se podia ser indiferente ao comunismo, que se deve lutar contra ele onde for preciso. Exemplificou como coerente o fato de Portugal não manter relações com a União Soviética. Classificou no documento como “rara entrepidez” a oposição que Portugal fez à União Soviética na Liga das Nações e de “decidido” o apoio que deu as forças franquistas na Guerra Civil Espanhola (1936 a 1939). Informou que o presidente da Junta Central da Legião Portuguesa publicaria uma nota de apoio a todos que lutassesem contra o comunismo. Concluiu alertando que o embate entre Alemanha e União Soviética traria consequências imprevisíveis.

O relatório do embaixador Araújo Jorge, que respaldava as ações do governo português, foram de encontro à visão do governo Vargas até então - neutralidade quanto à guerra e máxima vigilância contra as ideologias estrangeiras, em especial o comunismo, já que o fronte interno era o mais perigoso. A imprevisibilidade do resultado da luta entre alemães e soviéticos era tão perturbadora para o Estado Novo quanto o pós-guerra. Ao não arriscar uma vitória do Eixo, Araújo Jorge se aproximou da análise de Moniz Aragão, que previu uma vitória da Inglaterra no pós-guerra. Talvez por isso, Vargas nunca tenha comentado publicamente sobre a guerra no Leste.

No mesmo período, o embaixador brasileiro em Madri Abelardo Roças enviou o seu relatório diplomático para o Itamaraty contendo uma ampla análise da conjuntura internacional. Aproveitou o ensejo para fazer alguns prognósticos sobre o futuro da Espanha e dos Estados Unidos. Iniciou o seu relato informando sobre a parcimônia que

24. Datado de 31 de julho de 1941. Fonte: Arquivo Histórico do Itamaraty. Lisboa - Estante 25, Prateleira 5, Volume 7.

o Estado espanhol demonstrou com o ataque nazista à União Soviética. Inclusive, relatou sobre o ataque que “populares”, membros da Falange, fizeram com pedras à embaixada inglesa em Madri. Informou também que a Espanha enviria cerca de 50 mil homens (Divisão Azul) para lutar na União Soviética ao lado dos nazistas²⁵.

Também relatou sobre a tênue relação que a Espanha mantinha com a Inglaterra, falando em seguida dos rudes modos do embaixador estadunidense na Espanha e a sua difícil relação com o Ministro das Relações Exteriores deste país Serrano Suñer, que quase agrediu o diplomata estadunidense. Roças também informou sobre a neutralidade espanhola ter um alto preço no cenário pós-guerra caso a Alemanha vença, já que a mesma vinha pressionando o governo espanhol para fazer parte do Eixo e enviar tropas para a África. Quase que em tom profético, afirmou Roças: “Com o derrubamento germânico, que se produzirá fatalmente um dia, uma Rússia intacta e poderosa se precipitará sobre o continente, enchendo de tragédia o caos europeu. Pelo menos, esse grande perigo parece agora afastado”.

Afirmou não acreditar em ganhos na invasão da URSS e assinalou que Hitler tem cometido erros grosseiros. Finalizou dizendo acreditar na paz depois da “campanha russa”, contudo, enxergava de maneira ameaçadora a indústria bélica estadunidense, que não permitiria que imperasse uma paz de compromisso. Com uma análise bastante centrada, o embaixador Roças alertou o governo brasileiro sobre um cenário do pós-guerra que revelariam duas potências - EUA e URSS. Assertivo com o futuro, Roças estava na verdade preocupado com presente. Ao falar dos “erros grosseiros” de Hitler, mostrou para o governo brasileiro que não se deveria acreditar em uma vitória nazista, ainda mais com a emergência dos EUA como potência, que se oporia a qualquer proposta nazista de “paz de compromisso”.

25. Datado de 30 de junho de 1941. Fonte: Madri - Arquivo Histórico do Itamaraty. Estante 30, Prateleira, 2, Volume 4.

O embaixador brasileiro em Londres enviou um relatório ao Itamaraty no início de julho, que pode ser visto como complementar a análise feita anteriormente pelo seu colega sediado em Madri. Nas nove laudas que compõem o informe do “Mês Político Nº 7”, feito pelo embaixador Moniz Aragão, ele comunica que o Primeiro-Ministro inglês Winston Churchill não compartilhava do entusiasmo de Hitler em ganhar a guerra contra a União Soviética de forma rápida. Seguiu afirmando que se tal vitória não acontecesse de forma acelerada, acarretaria em um desastre fatal para os nazistas. Continuou citando Churchill, que afirmara que uma derrota da URSS abalaria as democracias. Foi enfático em concordar com o Primeiro-Ministro na afirmação de que a guerra não era ideológica e que ser inimigo do bolchevismo não o impedia de unir forças com os soviéticos para derrotar os nazistas²⁶.

Moniz Aragão citou a síntese que Churchill usou para “enquadrar” o problema: “Todos que combatem o nazismo terão o nosso apoio, todos os que marcham com Hitler serão nossos inimigos”. O embaixador não deixou de comungar com a crítica do chefe de Estado inglês sobre o aspecto negativo do “Pacto de Não agressão”, além de qualificar como cínica a “agressão” soviética à Polônia. Moniz Aragão também advertiu sobre as posições dúbias da Suécia, Finlândia e Romênia, que acarretavam em uma política pro-Eixo. Sinalizou que a situação da Turquia era complicada devido ao tratado recém-assinado com a Alemanha. Por fim, falou dos avanços positivos dos Aliados na Síria e no Líbano.

Em cerca de dez dias, três embaixadores brasileiros em postos distintos na Europa informaram ao governo Vargas que a guerra na Frente Leste, iniciada em 22 de junho, seria decisiva para o futuro do conflito; nenhum apontou como favoritas as forças do Eixo. Além disso, todos afirmaram que a Inglaterra seria a maior beneficiada com

26. Datado de 1 de julho de 1941. Fonte: Arquivo Histórico do Itamaraty – Londres - Estante 28, Prateleira 2, Volume 4.

o desgaste dos dois países que lutavam no Oriente. No início de julho, antes mesmo da Batalha de Moscou, lugar da primeira derrota nazista, o governo brasileiro já possuía análises que davam conta que os Aliados teriam a balança da guerra pendendo ao seu favor. Para Vargas, fosse qual fosse o resultado na Frente Leste, o Estado Novo estaria diante de um grande desafio.

Para o governo brasileiro, o belicismo alemão seria um problema se desdobrado para o Oeste do continente africano, principalmente por conta da confrontação direta que evolveria os anglo-estadunidenses. Já uma vitória da União Soviética poderia inflamar seus agentes e seguidores em toda a América do Sul com o seu projeto revolucionário. Oswaldo Aranha afirmou: Se a vitória da Alemanha for definitiva na Europa, está prevista uma “recrudescência de todos os problemas germano-brasileiros no sul do país”²⁷. O Brasil que até então não havia tomado nenhum partido, tinha ameaças externas em vários pontos do seu território, sem falar na quinta-coluna, que espreitava silenciosamente.

No início de julho, o embaixador estadunidense no Rio de Janeiro Jefferson Caffery entregou ao presidente Vargas uma carta do presidente Roosevelt. Ela falava das ameaças que os nazistas representariam para o continente Americano caso eles ocupassem Dakar. Discorreu sobre o risco que o oceano Atlântico passaria a ser para os navios Aliados com os alemães na região e do perigo iminente de invasão do Nordeste brasileiro a partir da África. Ele também convidou o governo brasileiro a cooperar mais efetivamente com os Estados Unidos, sugerindo a participação de tropas brasileira nos Açores, Cabo Verde e Guiana Holandesa. Roosevelt advertiu que, em um cenário de vitória alemã na União Soviética, uma infinidade de homens e armas do Eixo estaria disponível contra a Inglaterra e o continente Americano²⁸.

27. SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. *O Brasil Vai à Guerra*, 3º Edição, Barueri, Editora Manole, 2003. p.235.

28. Fonte: CPDOC-FGV – GVc. 1941.07.02.

O historiador Gerson Moura elencou a necessidade dos Estados Unidos em definir áreas de segurança para a sua atuação estratégica, sendo parte da corrida imperialista, que seu círculo de segurança no início dos anos 40 englobava o Saliente Nordestino Brasileiro, sendo o Pan-americanismo uma resposta não só as questões econômicas, mas também a objetivos estratégicos e “que necessitava do alinhamento mais completo das nações latino-americanas à liderança estadunidense”. Acontece que o Brasil também tinha necessidades estratégicas no mesmo período que também passavam pela segurança do Nordeste e do Atlântico. Essas necessidades foram geradas pela guerra na Europa que se desdobravam em direção à África. Praticamente falando, o Brasil precisava das armas e do dinheiro de Washington e os Estados Unidos precisava dos insumos e do Nordeste brasileiro. Nesse momento, meados de 1941, os Estados Unidos e o Brasil estavam atrelados a um conflito que ainda não participavam.

A resposta negativa do Ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra para a proposta do presidente Roosevelt de o Brasil integrar uma força internacional junto com os estadunidenses ressaltava que o Brasil não deveria participar de tal “aventura” para não abalar sua neutralidade, que estava em consonância com todo o continente. Dutra chamou a atenção para a contradição reinante na proposta, já que os estadunidenses consideravam o Brasil fraco para proteger o seu próprio território e aptos para agir em terras estrangeiras. Esperava ele dos estadunidenses a prometida ajuda para equipar as forças armadas para que o Brasil pudesse de fato contribuir para a segurança do continente Americano²⁹.

Com o Estado Novo estará também firmada uma sólida aliança de Vargas com a corporação militar e estabelecido o compromisso por parte do governo de promover o desenvolvimento econômico do país, o que lhe garantirá o crescente apoio de setores da burguesia.³⁰

29. Documento datado de 17/07/1941. Fonte: CPDOC-FGV – ED vp 1940.11.01.

30. Gomes, Angela Maria, D'ARAÚJO, Maria Celina. Getulismo e Trabalhismo, São Paulo, Editora Ática, 1989. p. 7.

Não existem dúvidas sobre o caráter imperialista dos Estados Unidos e a situação de dependência econômica que o Brasil se encontrava no início dos anos 1940. Entretanto, a falta de afinidade política do Estado Novo com a política internacional dos Estados Unidos até 1942 foi um traço marcante para a edificação do nacionalismo que contribuiu para que o Brasil não se tornasse simplesmente mais uma estrela na bandeira estadunidense, já que o subdesenvolvimento nacional fragilizava qualquer Estado. As contradições que o Estado Novo mantinha com o liberalismo, o comércio com os alemães e a incompatibilidade com a democracia liberal levaram o governo brasileiro a manter uma relação ponderada com os estadunidenses, apenas alterada com os acordos acerca do esforço de guerra. A negativa de Dutra em ser força auxiliar dos estadunidenses na ocupação de pontos no Atlântico é um bom exemplo sobre a autonomia que o governo brasileiro constava sustentar.

Enquanto os Estados Unidos apresentavam um latente estado de beligerância ao suportar a Inglaterra, o Brasil brandia a sua neutralidade como escopo da sua política interna. Os militares, parte substancial do Estado Novo, não tinham o menor interesse em se opor ao Eixo, assim como a maioria da população não via sentido em uma guerra que estava restrita à Europa, como fora a Primeira Guerra Mundial. O embaixador estadunidense Caferry alertou o seu Secretário de Estado Cordell Hull que o Brasil estava do lado dos Estados Unidos, disposto a cooperar com a defesa do Hemisfério, mas que o desejo de Washington em enviar tropas para o Nordeste brasileiro só iria acontecer se o governo brasileiro percebesse que a ameaça nazista era iminente. Antes disso, nada aconteceria até que Washington enviasse material adequado para que os brasileiros pudessem se defender³¹.

31. SILVA, Hélio. 1942 Guerra no Continente, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972. p.74.

Moura atestou que a “política externa brasileira (1939 a 1942) respondia mais diretamente à dinâmica da conjuntura política brasileira, que refletia a indefinição fruto da divisão de instâncias centrais”.³² Nessa afirmação, reside uma incompreensão da unidade política que formava o Estado Novo. As predileções de setores militares ao Eixo e a aproximação de outros setores aos Aliados não causaram ambiguidades na política externa brasileira, pelo contrário, os interesses do Brasil prevaleceram e estavam bem definidos. Quando Roosevelt solicitou para que o Brasil participasse de uma força conjunta, Vargas abriu consulta aos militares e, em respeito à posição negativa dos mesmos, respondeu ao presidente estadunidense que a Comissão Mista³³ deveria discutir o assunto. A tal Comissão tinha por constituição prioritária discutir o rearmamento brasileiro antes de tudo.

Sobre a coesão interna que respaldava a política externa brasileira, basta lembrar o caso da compra de armamentos alemães que foram aprendidos pelos ingleses. O traço de independência se manifestou até que todo o material fosse devolvido ao Brasil. Outro caso de coesão interna foi o processo de nacionalização³⁴, já citado aqui. Houve uma dura manifestação dos países do Eixo, mas a política externa acompanhou e respaldou a demanda interna. Nem mesmo a ameaça alemã de interromper o comércio com o Brasil (1939) fez com que a diplomacia tivesse uma postura diferente. Segundo Oswald Aranha, o bilateralismo era um complemento indispensável ao Pan-americanismo.³⁵

32. MOURA, Gerson. Autonomia na Dependência, Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1980. p. 62.

33. Comissão Mista Brasileiro-Americanana de Oficiais de Estado Maior, regulamentada em 24/07/41. Ela já havia sido delineada em 29/10/40, contudo, pouco produziu devido em parte ao desinteresse brasileiro.

34. Decreto Lei 383. Dentre outras coisas, proibia o ensino e a imprensa em língua estrangeira.

35. SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. O Brasil Vai à Guerra, 3º Edição, Barueri, Editora Manole, 2003. p.159.

A Revolução de 1930 constitui-se em grande parte devido às críticas aos modelos liberais e ao capitalismo. Os Estados Unidos, muito embora não fosse alvo de ataques diretos, era visto como um vizinho pouco confiável. As suas notórias práticas imperialistas eram motivo de desconfiança dos revolucionários de 1930. Essas críticas ao governo estadunidense impregnavam parcelas da população, de comunistas a integralistas, passando por nacionalistas e setores ligados ao capital privado nacional. Sabendo dessa situação e compreendendo a contradição que poderia gerar com a presença de militares estadunidenses em solo brasileiro, o embaixador Caffery alertou ao general Marshall³⁶ que medidas de caráter psicológico deveriam ser tomadas pelo governo brasileiro para pavimentar essa presença.

A precaução com a opinião pública manifestada pelo embaixador estadunidense mostrou que o elemento social é um traço importante na conjuntura interna e que mesmo o caráter centralizador e autoritário do Estado Novo não daria conta de impor uma situação dessas se que houvesse um respaldo positivo por parte dos setores majoritários da sociedade. O temor do embaixador estadunidense com a opinião pública brasileira contradiz a teoria de Vágner Camilo Alves sobre a capacidade restrita de autonomia dos países periféricos diante da Guerra Total³⁷. O problema dessas teses sistêmicas dais quais Alves e muitos outros pesquisadores brasileiros são adeptos, é que o contexto social é pouco analisado.

Se a assistência militar americana deve vir mais tarde, sem perigo de levantes subversivos, as Forças Armadas brasileiras e o público deveriam ser preparados para esperar e saudar o nosso auxílio. O governo brasileiro tem agências necessárias para cooperar conosco na realização desta preparação psicológica.³⁸

36. George Marshall, Chefe do Estado Maior do Exército Estadunidense de 1939 a 1945.

37. ALVES, Vágner Camilo. *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial – História de um Envolvimento Forçado*, São Paulo, Editora PUC RIO, 2002. p.41.

38. SILVA, Hélio. 1942 Guerra no Continente, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972. p.73.

A resistência que a União Soviética demonstrou na Batalha de Moscou surpreendeu não só as forças do Eixo como também grande parte do Ocidente, que não esperava ver o Exército Vermelho Soviético ser a primeira força a infligir uma derrota aos nazistas na Guerra. Apesar da censura, os jornais que já demonstravam uma inclinação pró-Aliados passaram a dar ênfase à defesa obstinada que os soviéticos fizeram da sua capital. Isso provocou temor em alguns setores do Estado Novo. Em documento datado de 14 de novembro de 1941, Filinto Müller³⁹ encaminhou ao presidente Getúlio Vargas um alerta sobre a inconveniência da grande projeção que a União Soviética estava alcançando nos jornais brasileiros. Müller destacou o papel do escritor inglês H.G. Wells e do jurista brasileiro Sobral Pinto no movimento de despertar simpatia e solidariedade com a União Soviética.

Destaque para o seguinte parágrafo do referido documento, que continha cinco laudas e citava uma série de jornais e escritores que estariam de forma “absurda” advogando a causa soviética. Escreveu Müller:

Enquanto os jornais liberais – e eles constituem a quase maioria absoluta da nossa imprensa – não têm uma única linha de ataque à pessoa de Stálin, ao regime soviético, aos princípios comunistas, assistimos esses mesmos jornais alardearem a inevitabilidade de revolução mundial, o poderio inigualável do exército russo, ao mesmo tempo em que procuram despertar a simpatia da opinião pública pela Rússia assoalhando que já se reza em Moscou. Não nos devemos esquecer de uma celebre advertência de Leon Trotsky: para o grosso das massas populares o comunismo é a Rússia. Eles estão identificados. A maioria dos homens não os separa.⁴⁰

A Guerra estabeleceu uma grande confusão no projeto de edificação de um Estado nacional livre das “influências externas”. A referida “paz

39. Integrante da Revolução de 1930 e íntimo colaborador do presidente Vargas. Assumiu a Chefia de Polícia do Distrito Federal em 1933, ficando no cargo até 1942. Müller tinha íntimas ligações com os integralistas.

40. Fonte: CPDOC-FGV – GV Confid 1941.11.141.

interna” que Getúlio tanto preconizou como necessária para o crescimento do país estava novamente sob ameaça com o desenrolar da Guerra, principalmente quando as forças beligerantes passaram a tentar influir nas questões políticas do país. Por isso, Vargas passou a tratar a política interna como a principal batalha a ser travada pelo Estado Novo durante a Guerra. A bilateralidade nas relações internacionais, que o Brasil gozou até o final de 1941, trouxe lucros e também uma contribuição para a paz interna. Com a opção do governo brasileiro em seguir o campo Aliado, ele voltou a ter lucro, mas sem paz. Os contornos que edificaram o Estado Novo estavam sendo postos à prova nos campos de batalha.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Vágner Camilo. O Brasil e a Segunda Guerra Mundial – História de um Envolvimento Forçado, São Paulo, Editora PUC RIO, 2002.
- KULKOV, E. Rjechevski, O. Tchelichev, I. *A Verdade e a Mentira sobre a Segunda Guerra Mundial*, Lisboa: Edições Avante, 1984.
- MOURA, Gerson. Autonomia na Dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi, VELLOSO, Mônica Pimenta, GOMES, Ângela Maria de Castro, Estado Novo – Ideologia e Poder, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.
- Verbete José Joaquim de Lima e Silva Muniz de Aragão. IN: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-joaquim-de-lima-e-silva-muniz-de-aragao> - Acessado em 8/04/2018.
- SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. O Brasil de Getúlio Vargas E A Formação dos Blocos: 1930-1942, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1985.
- SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. O Brasil Vai à Guerra, 3º Edição, Barueri, Editora Manole, 2003.
- SILVA, Hélio. 1942 Guerra no Continente, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972.
- SILVA, Hélio. Guerra Inevitável 1939-1942, Editora Três, 1975.
- WALTZ, Kenneth N. Teoria das Relações Internacionais, Lisboa: Edições Gradiva, 2012.

FONTES

APERJ – Pol/Pol – ADM – Notação 13, Dossiê 1, Folhas 141, 83 e 160.

<https://www.theguardian.com/politics/1941/jan/22/past.secondworldwar> - Acessado em 8/05/2018.

CPDOC-FGV – ED vp 1940.11.01.

CPDOC-FGV – Gv c 1941.04.07.1

CPDOC – GV c 1941.0610.

CPDOC-FGV – GVC. 1941.07.02.

CPDOC-FGV – GV Confid 1941.11.141.

Arquivo Histórico do Itamaraty. Lisboa - Estante 25, Prateleira 5, Volume 7.

Arquivo Histórico do Itamaraty. Londres - Estante 28, Prateleira 2, Volume 1. 22/01/41.

Arquivo Histórico do Itamaraty. Londres - Estante 28, Prateleira 2, Volume 3.

Arquivo Histórico do Itamaraty. Londres - Estante 28, Prateleira 2, Volume 4.

Arquivo Histórico do Itamaraty. Madri - Estante 30, Prateleira, 2, Volume 4

RAYMUNDO PADILHA: UM “ESPIÃO NAZISTA” NA DITADURA MILITAR

Diego Ramos

Os Integralistas e o Golpe Civil-Militar de 1964

Embora pouco discutida pela historiografia, a participação dos integralistas no golpe de 1964 necessita de maior aprofundamento, principalmente por ser imprescindível compreendermos melhor a contribuição dessa doutrina para a construção ideológica do regime e podermos esclarecer alguns pontos importantes.

A participação dos ex-integralistas no movimento foi, de certa forma, bastante ativa. Porém, essa participação não se desdobrou numa chegada ao poder efetiva, como desejavam as principais lideranças integralistas. Personagens como o general Olímpio Mourão Filho não atuaram em nome do integralismo, mas sim embasados por outras causas, como o anticomunismo e a insatisfação com o governo de Goulart. Embora, mais uma vez, Plínio Salgado reivindicasse o movimento golpista, afirmando “que toda a movimentação havia acontecido sob sua coordenação e que 1964 era uma vitória do integralismo”¹, fato é que não se tratava de um movimento organizado pelo ainda vivo integralismo. Obviamente, era a oportunidade perfeita para colar a sua imagem à do movimento militar que ocorria naquela hora. Principalmente pelo

1. BERTONHA, João Fábio. Os integralistas pós-1945. A busca pelo poder no regime democrático e na ditadura (1945-1985). *Diálogos*. Maringá, v. 13, p. 63-82, 2009. p. 75

fato de ter sido um golpe, utilizando de truculência na tomada do poder e sendo realizado por pelo menos um integralista de destaque, o próprio Mourão Filho. No calor dos acontecimentos, a euforia de Salgado pode tê-lo levado a acreditar que era, enfim, seu momento.

Mas ainda analisando o comportamento de Salgado, façamos a seguinte reflexão: se teve uma participação secundária no movimento, como ele poderia reivindicar a liderança do processo? Este comportamento era fruto de uma estratégia política interessante, pois deixava o integralismo sempre em voga na medida em que polemizava e procurava estar colado aos acontecimentos importantes para a direita do país. Buscando protagonismo político e liderança no movimento, o posicionamento de Salgado reflete o caráter daqueles que se apresentavam como arautos da moral, mas que não se furtavam em inflar números e cooptar para si a liderança de movimentos que não estavam dentro da sua órbita de atuação.

Outra questão importante pode ser observada na fala de Salgado, que por dezenove anos “escondeu” o integralismo, mas na primeira oportunidade que teve saiu em defesa do movimento político como autor do golpe. Então, mais uma vez fica claro que a fala dos ex-integralistas de que a AIB estava superada era relativa, pois a Ação Integralista ficou no passado, mas o integralismo continuava vivo². Além disso, não se constatou nenhuma tentativa dos líderes golpistas em corrigirem Salgado ou negar o caráter integralista do movimento. O Brasil entrava numa era onde o arbitrário era a ordem do dia e não havia pudor em parecer autoritário.

2. Após a democratização de 1945 e o combate efusivo ao fascismo pelo mundo, os integralistas foram obrigados a renegar sua ideologia ou escondê-la. A forma mais articulada, dentro das regras democráticas, que os militantes encontraram para se manterem organizados foi a criação do Partido de Representação Popular (PRP), que foi amplamente discutido por Gilberto Calil em “Os Integralistas e a Criação do PRP”. O partido mantinha em sua essência as heranças ideológicas integralistas, mas tendo que aceitar a participação democrática. O PRP foi dissolvido juntamente com os demais partidos políticos mediante o Ato Institucional nº02 e a maioria de seus membros migraram para a ARENA.

Mas o que estava em jogo não era mais a manutenção de uma bandeira hasteada, ou um gesto de saudação “anauê” no discurso de posse do novo general. O integralismo como doutrina, formador de um pensamento autoritário brasileiro já estava entranhado no comportamento, nas atitudes, daqueles que mergulhariam o país em vinte e um anos de uma violenta ditadura. A doutrina parecia ser conta-gigante, ou no mínimo, necessária para tempos ditatoriais. Portanto, a fala de Salgado sobre uma vitória do integralismo vai ser coerente, ou não, dependendo da perspectiva em que seja analisada.

Posteriormente, com a ditadura alcançando uma estabilidade no poder e sua consequente institucionalização, os integralistas começaram a ocupar postos importantes no governo. Deixando claro que a chegada a esses postos não representou a tomada do poder pelos integralistas, é fato que eles souberam se articular e foram gradativamente se acomodando. A rede de contatos, nesse momento, funcionou de maneira efetiva, principalmente para Raymundo Padilha, como veremos adiante. Mas podemos começar a notar uma mudança no comportamento dos integralistas, no sentido de que pareciam se satisfazer por ocupar a órbita, com exceção de Plínio Salgado, que reivindicaria a chegada do poder até quase seus últimos dias. Nota-se um pragmatismo nessas ações, pois fica evidente que com a instauração da ditadura, o que importava naquele momento era a aproximação com o núcleo decisório. Mas quando nos referimos ao “poder”, não estamos falando do poder central. Nossa percepção é a de que a maioria dos integralistas e, certamente Raymundo Padilha, buscaram ao fim e ao cabo o “poder pelo poder”, ou seja, seus arranjos políticos eram realizados para que, de alguma forma, estivessem sempre próximos ao centro decisório. O integralismo, para eles, já não tinha mais tanta importância como talvez ainda tivesse para Salgado. Além disso, analisando por outro viés, o “espírito integralista” estava presente no governo, não necessitando assim de um alcance direto e efetivo do poder pelos militantes do “credo verde”.

Com o passar do tempo e a acomodação dos membros que participaram do regime, os integralistas foram ocupando seus postos no governo³. Embora não mais articulados como movimento, os antigos partidários do sigma agora atuavam junto às esferas de poder e utilizavam de suas antigas crenças como norteadores de suas decisões. Defendemos a ideia de que realmente seria forçoso demais creditarmos ao integralismo esfacelado nos anos de 1960 o controle da ditadura militar. Porém, cremos que as tomadas de decisões, atitudes, pensamentos e práticas autoritárias tinham uma forte herança do movimento integralista, menos por sua vontade e mais pela “força do hábito” ideológico, pois depois de anos defendendo o autoritarismo, não seria naquele momento que seus militantes se desprenderiam de todas as suas crenças em nome de um republicanismo democrático.

Prova disso pode ser a dissolução dos partidos políticos em 1965, citada por Bertonha, onde segundo ele alguns integralistas ficaram um tanto decepcionados com a medida, principalmente após tanto sacrifício para colocar em funcionamento o, agora extinto, PRP. Em alguns casos, houve inclusive a negativa de se integrar à ARENA, o novo partido criado para servir como base para o governo, por conta de alguns membros não quererem militar no mesmo partido que elementos da UDN ou antigos desafetos políticos, por exemplo⁴. Além disso, a dissolução definitiva do PRP veio dificultar ainda mais uma suposta reorganização integralista, pulverizando ainda mais o movimento que acabou sendo fagocitado pelo novo partido.

Tentando buscar uma sobrevida à outrora destacada influência integralista nas esferas de poder, Salgado e outros antigos militantes tentaram implementar algumas propostas que trariam as ideias

3. Assim como fizeram no governo Goulart, pois como foram alguns dos artífices da “solução parlamentarista” para a crise da posse do presidente, buscaram espaço no governo através do gabinete de Tancredo Neves (CALIL, 2005: 58).

4. BERTONHA, João Fábio. Os integralistas pós-1945. A busca pelo poder no regime democrático e na ditadura (1945-1985). *Diálogos*. Maringá, v. 13, p. 63-82, 2009. p. 76

integralistas mais próximas ao cerne da administração militar. De acordo com Bertonha, Salgado buscou incessantemente a paternidade do movimento militar, não obtendo o sucesso esperado. Por isso, apresentou outras propostas como a

Comissão Interventora de Reestruturação”, a qual deveria fornecer embasamento filosófico e doutrinário a este. Nos anos seguintes, ele continuou lutando para que a ideologia integralista servisse de base para o regime dos generais e defendeu uma reestruturação política que eliminaria o Senado e criaria um Parlamento baseado não em eleições, mas em uma representação classista que se aproximava do velho corporativismo dos anos 30. Em 1966, numa nova tentativa, abrandou sua proposta e propôs a criação de uma “Câmara Orgânica”, que não substituiria o Parlamento, mas serviria para assessorá-lo. A ideia foi repelida pela Comissão Mista que estudava a nova Constituição, mesmo com todos os esforços de Plínio em sentido contrário, incluindo apelos ao presidente Castelo Branco⁵.

Como é possível perceber, Salgado não poupou esforços para implementar a visão de mundo integralista naqueles momentos em que, segundo sua percepção, seriam propícios para isso. No entanto, as propostas atentavam, em sua maioria, contra a própria concentração de poderes nas mãos dos militares e, logicamente, eram rejeitadas.

A partir disso, segundo Bertonha⁶, os integralistas foram acumulando algumas derrotas, como o apoio ao general Albuquerque Lima na eleição para substituir a Junta Militar, mas que não alcançou a vitória esperada. Ou ainda quando o governo Médici, embora representando uma radicalização das forças de repressão, sempre procurou dissociar-se da direita mais combativa, representada inclusive pelos integralistas. Com a chegada ao poder dos “moderados”, parecia cada vez mais que o controle do Estado estava distante dos integralistas.

5. Idem. p. 77

6. Idem. p. 77-78

Com o discurso de flexibilização e abertura política, as pautas integralistas perderam gradativamente mais espaço ainda. Com o falecimento de Plínio Salgado em 1975, o movimento parece ter se dispersado definitivamente, pois sua principal figura não estaria mais representando o “espírito dos ideais de 1932”.

No tocante à influência integralista na ditadura, Bertonha minimiza o fato, afirmando que

o projeto da ditadura militar tinha muito pouco a ver com os ideais de 1932 ou mesmo de 1945 da AIB ou do PRP, com a exceção de pontos de contato eventuais. Seus ex-militantes trabalhavam para ela sem manter sua identidade integralista e nem obedeciam realmente a Salgado⁷.

Mas devemos fazer uma contraposição a esta ideia, na medida em que Bertonha entende que a força do movimento integralista dentro do regime residiria no fato de que Plínio alcançaria um posto de grande importância, ou até mesmo a liderança do movimento, ou ainda os militantes do antigo movimento integralista ocupassem postos chaves no governo. Diferentemente do autor, nossa análise envereda para outra perspectiva, pois acreditamos haver uma “herança integralista” relativamente presente em alguns pontos do regime e que, para que isso acontecesse, não seria necessário a ocupação de postos de destaque no governo.

Para nós, a chegada ao poder efetivamente nunca ocorreu de fato. Mas acreditamos que tal desejo do controle estatal a qualquer custo estaria mais concentrado nas ideias de Salgado. Enquanto esteve ativo, o integralista sempre lutou para chegar ao poder e nunca escondeu esse desejo, muitas vezes travestido de uma imensa “boa vontade” em transformar o país através da doutrina integral. No entanto, percebemos que para outras figuras essa incessante busca pelo poder foi resolvida na medida em que alcançaram seu

7. Idem. p. 77

próprio grau de notoriedade, deixando para trás parte da ideologia, numa espécie de ação individualista ou, até mesmo, buscar a própria sobrevivência. O caso de Raymundo Padilha torna-se interessante também por conta disso. O integralista foi se afastando de Salgado e seu grupo na medida em que foi percebendo as mudanças que iam ocorrendo no cenário político nacional, sem hesitar em abandonar alguns valores, antigos aliados e até mesmo o partido que ajudou a construir.

Para além disso, é preciso ainda destacarmos que, embora os integralistas não tenham chegado próximo ao poder central, a ideologia autoritária aglutinada pelos integralistas nos anos de 1930 foi transportada para dentro do regime. Aspectos como o nacionalismo ufanista, a utilização da força se sobrepondo aos direitos, o discurso moralizante e a crença na vocação civilizatória do movimento, a valorização do militarismo e o anticomunismo, podem ser citados como crenças que foram caras aos integralistas e que acabaram sendo reproduzidas durante o regime.

Ao prezar pelo nacionalismo de cunho ufanista, valorizando os grandes vultos históricos e “heróis nacionais”, o mito da formação nacional pelas “três raças”, não estaria o regime repetindo a prática integralista de culto ao nativismo descrito por Vasconcellos?⁸ O intento de utilização da força para a resolução dos problemas nacionais, através da violência de Estado para com seus opositores não seria uma prática semelhante à doutrina de uso da força pelas milícias integralistas? O discurso moralizante não teria raízes no espiritualismo cristão defendido por décadas por Salgado? Ao retirar do povo o poder decisório creditando a este um papel secundário, caracterizando-o como ordeiro e pacífico, capaz de ser manipulado pelos comunistas ardilosos não teria semelhanças com os discursos da década de 1930 questionando a capacidade das massas

8. VASCONCELLOS, Gilberto. *A Ideologia Curupira*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1979.

de decidirem sobre seu próprio destino?⁹ E o militarismo integralista absorvido dos insurgentes de 1930 que foram gradativamente se aproximando do radicalismo de direita e que se tornaram personagens importantes da cúpula militar durante a ditadura, como o caso de Olímpio Mourão Filho, Odílio Denys e o próprio Castello Branco. Alguns dos tenentes de 1930 chegaram ao poder como generais em 1964. Muitos deles flirtaram com o autoritarismo fascista da AIB durante sua caminhada. Portanto, cremos que avaliar a vitória ou derrota do movimento integralista apenas pelo fato de ter alcançado o poder de fato pode ser problemático, na medida em que boa parte de seus ideais foram colocados em prática pelo regime. Para Salgado, pôde ser frustrante não chegar ao poder, mas reconfortante ao ver que sua proposta de nação estava sendo praticada pela ditadura. Para os demais integralistas que foram se adequando às estruturas do poder conforme iam conquistando seus postos e se acomodando com o que alcançavam, a proposta ditatorial era completamente satisfatória.

Com isso, podemos caracterizar a ditadura como integralista? Obviamente não, pois seria forçoso demais creditarmos tal sucesso ao movimento. Mas não é abusivo pensarmos na frase de Plínio Salgado, ao final de sua carreira, que afirmava que o integralismo havia vencido. O que propomos, então, é um novo olhar sobre esses aspectos. O conceito de “vitória” pode não estar concentrado no triunfo sobre o Estado, e sim nas práticas que sempre foram defendidas pelos integralistas. O modelo de sociedade pautado na “moral e nos bons costumes”, a “família tradicional brasileira” e outros jargões da direita, possuem a mesma raiz.

9. De acordo com Gilberto Calil (2005: 56), “manteve-se, ainda assim, como movimento fortemente anticomunista, propugnador de um conceito abertamente elitista de democracia, segundo o qual o regime democrático deveria fundamentar-se nas ‘verdades reveladas’ do cristianismo, as quais não poderiam ser submetidas ao sufrágio universal, qualificado como ‘arbítrio das massas inconscientes’”.

Essa campanha tinha como principal apelo “enaltecer o país ressaltando os verdadeiros valores brasileiros”, tentando produzir não só uma identidade nacional, mas também educar a população com a construção de uma memória que se encaixasse nas crenças do regime. Com isso, a ditadura criou um verdadeiro sistema de comunicação que, ao mesmo tempo, buscava exaltar o “lado bom da alma brasileira” – amor à pátria, a família, ao trabalho. Além desses aspectos, não podemos deixar de citar a “missão civilizatória” que o regime acreditava estar realmente levando conceitos educacionais básicos para uma população “bárbara e selvagem”. Por conta da censura e do patrulhamento ideológico sofrido pela academia, – que logicamente discordava destes mecanismos – o governo assumiu esse papel de difusor desta visão ideal de mundo. No fundo os militares buscavam manter uma visão idealizada sobre o presente e o futuro na tentativa de construir uma narrativa que fosse absorvida pelas massas e legitimasse o seu projeto¹⁰. Nada mais que o próprio projeto idealizado por Salgado e os integralistas. Portanto, não se trata de categorizarmos a ditadura como fascista ou integralista. Mas também, não creditar ao pensamento integralista ser parte do arcabouço ideológico da ditadura seria limitarmos as análises sobre o pensamento conservador brasileiro durante tais períodos.

Raymundo Padilha e a Transição Ditatorial

O período da ditadura militar representou, para alguns grupos, um momento de repressão e violência. Aos inimigos do regime, o braço forte das forças armadas era utilizado para reprimir aqueles que se opunham. Mas, para aqueles que colaboravam e apoiavam, a mão amiga do governo permitia a ascensão de figuras que há algumas

10. RAMOS, Diego da Silva. *A UPPES e sua Relação com a Ditadura Militar (1968-1978)*. Dissertação de Mestrado. Orientador: Sydenham Lourenço Neto. São Gonçalo: PPGHS – UERJ/FFP, 2015.

décadas estavam envolvidos com ideologias extremistas e autoritárias que pregavam a violência contra seus opositores, alinhados ideologicamente com o fascismo. A ascensão de Padilha, digamos que meteórica, foi um desses exemplos.

Embora existam muitos exemplos de figuras que transitaram livremente pelos corredores do regime, mesmo com um passado ligado ao integralismo, vamos nos ater à análise do caso de Raymundo Padilha. O ex-integralista que nos anos de 1930 esteve nas fileiras do “credo verde”¹¹, nos anos de 1940 ligado ao colaboracionismo nazista¹²,

11. O político fluminense nasceu no Rio de Janeiro em 1899. Embora tenha estudado Direito, sua formação deu-se em economia, mas foi na política que encontrou terreno fértil para a construção de sua vida profissional. No início da década de 1930 se juntou ao “Clube 3 de Outubro”, que visava aprofundar as reformas defendidas pelos revolucionários de 1930. Apesar de um breve período, teve contato com as primeiras ideias conservadoras a partir de grupos políticos nacionais, mas recebeu forte influência fascista vinda da Europa através de Plínio Salgado. Tempos depois, participou da criação da Ação Integralista Brasileira. Quando Getúlio Vargas instaurou o golpe do “Estado Novo” em 1937, os integralistas entenderam que seu momento de chegada ao poder estava bem próximo. Pensando que o golpe abriria espaço para a acomodação dos integralistas no governo, o Estado Novo inicialmente gerou uma sensação de conquista, mas que logo é perdida quando são postos na ilegalidade todos os partidos políticos, inclusive a AIB. Convictos da necessidade de derrubarem Vargas e tomarem o poder, os integralistas optaram pelo golpe, que rapidamente foi barrado pelas tropas governistas (VIANNA, 2018: 449). Padilha, uma das lideranças, foi detido. Após o fracasso do levante, Plínio Salgado deixou o Brasil indicando Raymundo Padilha para substituí-lo na chefia do movimento. Meses depois, Padilha já estava solto e liderando o grupo (APERJ. Fundo PPRJ. Assunto Raymundo Padilha. Setor Integralismo. Relatório de 26/12/1938). Sua principal função era manter os militantes integralistas unidos e articulados. Nesse período, entre os anos de 1939 a 1945, os integralistas, liderados por Padilha, se envolveram em diversos episódios que deixaram claro como as forças integralistas se mantiveram ativas durante o período da ilegalidade.

12. O mais impressionante episódio da carreira política clandestina de Padilha nesse período foi o seu envolvimento num caso de coleta de informações para alimentar a inteligência de guerra alemã, um eufemismo para “ato de espionagem” durante a Segunda Guerra Mundial (Fundo PPRJ. Assunto Raymundo Padilha. Setor Norte Americano. Relatório de 27/10/1942). Uma intensa atividade de espionagem, contraespionagem, propaganda, sabotagem e colaboracionismo formou-se no Brasil fomentado por integralistas que, frustrados pelas últimas contendas com o governo Vargas e a ilegalidade da AIB, passaram a dedicar-se às atividades conspiratórias de apoio ao Reich. Integralistas como Álvaro da Costa e Souza, Valêncio Wurch Duarte, Túlio Régis do Nascimento, Gerardo Mello Mourão, Oswaldo Rieffel França e ainda Raymundo Padilha atuaram de maneira significativa na criação de uma rede que promovia uma verdadeira linha direta entre o “sigma e a suástica” (HILTON, 1977; p. 297).

seguindo no pós-guerra adaptando-se ao período democrático, mas sem abandonar o discurso conservador, integrando a tropa de choque antivarguista nos anos de 1950¹³ e antitrabalhista nos anos 1960¹⁴, foi se adaptando ao momento político com bastante habilidade para manter-se no poder, chegando ao período da ditadura como uma das principais lideranças conservadoras do Rio de Janeiro, ocupando *status* de “voz da oposição” semelhante à de Carlos Lacerda, governador da Guanabara pela UDN (agora partido de Padilha) e proprietário do jornal *Tribuna da Imprensa*.

Notemos como Padilha sempre conseguiu se ajustar ao momento de forma que se mantinha próximo às esferas de poder. Aquele que chegou a ocupar o posto de representante de Plínio Salgado no Brasil, afastou-se cada vez mais de seu antigo “mestre” e aproximou-se gradativamente de Carlos Lacerda, tornando inclusive ativa participação no “Clube da Lanterna”. Mas, conforme a ditadura foi endurecendo contra a classe política e decepcionando as esperanças daqueles que acreditavam que haveria novas eleições em 1965, Lacerda afastava-se do regime e tornava-se um de seus opositores. Por outro lado, Padilha ia se destacando e assumindo a posição de líder do governo no Congresso. Ou seja, fica claro que a aliança de Padilha com Lacerda foi apenas de ocasião.

Ao adentrar da ditadura, Padilha conseguiu acomodar-se nas estruturas do poder de forma relativamente tranquila e sem muito esforço. A batalha política foi intensa ficando evidente, principalmente, por dois periódicos que digladiavam sobre a narrativa daquele momento. A *Tribuna da Imprensa* fazia parte do núcleo da mídia mais conservadora e que tratava Padilha com certo entusiasmo, como um

13. A saída encontrada por Plínio Salgado, Padilha e a cúpula da AIB foi buscar uma alternativa democrática para mudar a imagem de autoritarismo do movimento: a criação do Partido de Representação Popular, o PRP.

14. Como congressista, Padilha esteve ao lado dos golpistas que tentaram inviabilizar a posse de Juscelino Kubitschek.

dos nobres representantes da direita brasileira. Fundada pelo jornalista Carlos Werneck de Lacerda como resultado de sua cisão com o *Correio da Manhã*, era conhecido como um jornal porta-voz da UDN e de oposição ferrenha ao varguismo nos anos de 1950. A principal característica do periódico era o denuncismo e os ataques, muitas vezes de cunho pessoal, aos opositores políticos de Lacerda e da própria UDN. Além disso, corroborando com o discurso conservador, o jornal pautava-se pela manutenção dos “valores cristãos e da família”. O periódico era um legítimo representante das camadas médias, conservadoras, direitistas e cristãs, principalmente da capital federal, o estado da Guanabara. As páginas da *Tribuna da Imprensa* eram ideais para a sustentação da figura política de Padilha como um dos representantes destes setores mais conservadores, principalmente durante o período em que Padilha e Lacerda estiveram atuando juntos, inclusive no “Clube da Lanterna”.

Serviu assim a *Tribuna*, como um palanque para expor o trabalho parlamentar de Padilha, dando grande repercussão às denúncias do caso CEXIM¹⁵ e abrindo espaço para a defesa de Padilha quando ocorreram as acusações de *Ultima Hora* sobre o esquema de espionagem realizado durante a Segunda Guerra, resposta às acusações feitas pelo “homem bomba” no caso CEXIM. A *Tribuna* possuía foco preponderante na figura de Padilha que, próximo de Lacerda até o início da ditadura, possuía relativamente grande espaço no jornal.

Finalmente, em *Ultima Hora*, jornal fundado por Samuel Wainer em 1951, funcionava como um porta-voz do varguismo durante seu

15. O caso com maior repercussão explorado por Padilha e seu grupo foi a denúncia de desvios fraudulentos na “Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil” (CEXIM). Baseado em denúncias vagas de corrupção no órgão, Padilha – que também era funcionário do banco – protagonizou uma forte tentativa de desestabilizar o governo Vargas com as denúncias. De acordo com os denunciantes, havia uma cobrança de “propina” por funcionários do órgão que, com isso, facilitariam o acesso de empresas a condições privilegiadas nas negociações de importação e exportação pelo banco. Após o caso, Padilha recebeu a alcunha de “Homem Bomba” pelos seus apoiadores no Congresso Nacional.

segundo governo. Era este jornal responsável por informar os grupos que circulavam na órbita do trabalhismo e foi também, em grande parte, encarregado de dar sequência ao discurso trabalhista em âmbito nacional, ao alcance das massas. *Ultima Hora* foi um periódico importantíssimo no tocante às disputas políticas do período da “Experiência Democrática” brasileira, pois era um contraponto à ofensiva de oposição quase que em bloco dos grupos editoriais existentes na época, como a *Tribuna da Imprensa*, o *Correio da Manhã* e *O Globo*.

Algumas formas do jornal tripudiar da figura do deputado, relacionando o nome de Padilha à ineficiência, ao referir-se a ele como “legislador” (entre aspas), como demonstrou *Ultima Hora* de 05 de fevereiro de 1961. Ou ainda, em algumas vezes, chamava Padilha de “udenazista”¹⁶. Outro método muito utilizado pelo jornal era denunciar Padilha como um político que se opunha aos projetos governistas que visavam reformar o país, como a indicação de San Tiago Dantas para primeiro-ministro, o que de acordo com o jornal, seria importante para a aprovação das Reformas de Base¹⁷, proposta de mudanças no país que se tornou o pilar central do governo de João Goulart.

Durante a ditadura militar, o jornal foi perseguido e suas estruturas foram arrendadas por empresários ligados aos militares, além de Wainer perder seus direitos políticos e ter que sair do país. O jornalista tinha problemas pelo fato de não ser brasileiro de nascença, possui origem judaica e seu irmão ter falsificado documentos em sua juventude para entrar no país durante a Segunda Guerra, inclusive sendo isso motivo para o proprietário da *Ultima Hora* ser desqualificado por diversas vezes pelos seus opositores políticos. Enfraquecida pela censura e pelo boicote de anunciantes que não queriam problemas com o novo regime, o jornal atravessou boa parte deste período em crise, endividamento e baixa vendagem. A crise foi contornada quando

16. *Ultima Hora*, 19/02/1965: p.4

17. *Ultima Hora*, 29/06/1962: p3

Jânio de Freitas assume a direção do jornal no final dos anos de 1960 e impõe uma linha editorial mais combativa, aumentando assim sua tiragem. Dois anos mais tarde, o jornal foi vendido para o grupo ligado ao *Correio da Manhã*, adotando uma linha editorial mais alinhada com o ideário do regime.

Com tais características, *Ultima Hora* possuía, em relação a Raymundo Padilha uma posição crítica e combativa. Tanto que a publicização maior da denúncia de espionagem durante a Segunda Guerra foi feita com ares sensacionalistas no jornal de Wainer. O papel de *Ultima Hora* era de responder à altura os ataques realizados por Padilha e pela UDN no caso CEXIM e, a partir deste caso, as relações entre os dois era cada vez mais belicosa. O jornal acusava constantemente o ex-integralista de inúmeros delitos, desde especulação financeira, até o de colaboracionismo durante a guerra. O periódico passou a sempre que se referia a Padilha, adjetivá-lo de alguma forma negativa. E como o passado de Padilha possuía inúmeras fragilidades, relembrar a denúncia de espionagem era quase sempre a “bala de prata” para silenciar o “homem bomba” do Congresso. O jornal, durante praticamente todo o tempo após a denúncia de espionagem ainda nos anos de 1950, sempre lembrava de seu passado integralista e de aproximação com as forças do Eixo.

Devemos lembrar que na visão de um bloco hegemonicamente integralista, apoiar as forças do Eixo era ser patriota, na medida em que os Estados Unidos e os Aliados eram vistos como um mal em comum, lutando para manterem vivos o espírito democrático, liberal e humanista combatido pelos integralistas brasileiros. Sem contar com o fato de que os Aliados ainda tinham ao seu lado a União Soviética, demonizada pelos fascistas. Logo, evitar que os Aliados fortificassem sua área de influência no Brasil, mesmo que apelando para a ajuda de outras potências ideologicamente alinhadas com a proposta autoritária, era compreendida por esta ala integralista muito mais como nacionalismo que como colaboracionismo. Por outro lado, para os militares

brasileiros ideologicamente formados nas academias estadunidenses, tal aproximação com o fascismo de Padilha seria um aspecto que não deveria ser deixado de lado. Os militares nacionalistas brasileiros poderiam não enxergar com bons olhos um personagem que esteve lutando contra os ideais defendidos pela caserna durante a guerra. A ditadura militar brasileira se preocupava muito com sua imagem e não aceitava muito bem o fato de serem comparados com ditaduras fascistas, assim como procuraram constantemente não serem comparados ao Estado Novo varguista, conforme demonstrou Carlos Fico¹⁸. Podemos lembrar que associação dos ex-combatentes da Força Expedicionária Brasileira (FEB) foram ferrenhos opositores da reconstrução do PRP, partido remanescente da doutrina integralista.

Uma vez iniciando sua militância política no seio do integralismo, ao lado de Plínio Salgado, chegando a ser seu braço direito enquanto aquele estava no exílio em Portugal, no momento em que o “Chefe Supremo” começou a enfraquecer-se politicamente por conta de seu partido não apresentar crescimento sustentável, Padilha começa a aproximar-se de Carlos Lacerda e da UDN. Manteve-se junto a esse grupo, inclusive unindo-se ao radical Clube da Lanterna, até conseguir consolidar sua carreira como deputado. A radicalização de Lacerda e seu grupo em direção ao golpe de 1964 atraiu ainda mais Padilha, que adentra pelos tempos do regime como figura importante sendo citado como um dos mais influentes membros da UDN do Rio de Janeiro, ao lado do próprio Lacerda. Gradativamente, conforme o governador da Guanabara vai se afastando dos militares e se tornando oposicionista, Padilha toma o rumo contrário e se aproxima dos militares ainda mais¹⁹, compondo a base de apoio e articulando politicamente até alcançar o posto de líder do

18. FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997. p. 13 e 89

19. Na *Tribuna da Imprensa* de julho de 1964, há uma frase atribuída a Padilha, no mínimo curiosa, onde o mesmo afirma que “Carlos Lacerda está a se caracterizar como um Brizola

governo Castello Branco na Câmara dos Deputados. Defendemos que, para Padilha, o que importava de fato era o poder de qualquer forma. Nos momentos em que a radicalização de suas ações era relativamente possível, como nos anos 1930 e 1940, Padilha agiu dentro dessa linha. Com o advento da democracia e, na consequente ditadura, o ex-integralista adaptou-se a cada momento, aliando-se a quem mais pudesse lhe trazer acesso às esferas de poder e descartando aqueles que já não mais cumpriam seu propósito.

Embora seja muito problemático quantificarmos o teor ideológico da ação de um grupo pelo comportamento de Padilha, por exemplo, podemos identificar um político muito mais interessado em articular-se para estar próximo ao poder, mas que não estava mais tão preocupado em manter o movimento ativo, ou liderar algum grupo. Padilha parecia já há muito tempo agir em causa própria. Apesar de imbuído de suas convicções políticas conservadoras, estava cada vez mais afastado de seus antigos aliados políticos e mais próximo dos militares, principalmente os ex-integralistas e adeptos do autoritarismo ilimitado. O poder como finalidade talvez estivesse falando mais alto.

Devemos nos atentar que os militares nutriam pela classe política um certo afastamento, sempre que possível criminalizando a política e defendendo uma pseudomoralidade no trato com a coisa pública. A estrutura ideológica utilizada pelo regime era uma herança autoritária de um Brasil que, embora a ditadura buscassem rejeitar isso constantemente, tinha como fonte de inspiração os movimentos fascistas europeus. Dentre uma de suas características, estava a criminalização da política e dos partidos, considerados como elementos desagregadores da sociedade. Tanto é que assim que assumiu o poder de fato, os militares não demoraram a extinguir o pluripartidarismo como forma de reduzir sua capacidade de atuação. Portanto, em nossa visão, para

alfabetizado". Talvez nesse momento já houvesse sinais claros do rompimento entre eles (*Tribuna da Imprensa*, 05/07/1964: p.9).

a ditadura militar os políticos em si eram figuras que não inspiravam muita confiança e que deveriam ser monitorados constantemente.

Para podermos contemplar as idas e vindas políticas de Padilha durante a ditadura, conforme abordamos resumidamente nesta introdução, precisaremos projetar agora sua trajetória política dentro deste período, destacando sua atuação como parlamentar nos últimos anos da UDN, adentrando o golpe e perpassando pelas transformações autoritárias vividas pelo Brasil naquele momento. Padilha, um hábil articulador político e dotado de uma rede de contatos que permitia transitar por diversos meios, foi uma espécie de “alpinista político”, que galgou cuidadosamente e com bastante capricho sua trajetória política. Assim, podemos adiantar que Padilha, como político foi bem-sucedido em seu projeto. Além disso, a ideologia autoritária que carregava consigo foi gradativamente sendo transportada desde os tempos da AIB para os tempos ditoriais. Padilha foi um notório defensor da “família tradicional brasileira”, conservador de primeira hora, porta-voz da direita brasileira no Congresso Nacional.

Raymundo Padilha e a Ditadura Militar

Dentre outras características, a ditadura militar tratou de realizar quase que um imediato desmonte no Estado de bem-estar social forjado pelos anos de governos trabalhistas no Brasil. A revogação da “Lei de Remessa de Lucros”, a suspensão do reatamento das relações diplomáticas e comerciais com a União Soviética e o fim da “Lei de Estabilidade” e implantação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço foram alguns dos exemplos desse desmonte ao qual nos referimos. Em todos esses casos, tivemos como um de seus principais articuladores o deputado Raymundo Padilha.

Com um mês de regime implantado no Brasil, o integralista já começava as negociações no Congresso para “trazer de volta os capitais

afugentados do país pela legislação”²⁰. Para o deputado, a lei era prejudicial à entrada de capitais externos e representaria prejuízos para os negócios nacionais. Além disso, Padilha critica sua criação e faz uma menção àquilo que considerava “demagogia” do governo Goulart, a preocupação em manter no país os capitais obtidos através da lucratividade de empresas estrangeiras no país. Contradicitoriamente aos antigos preceitos integralistas, o deputado parece agora ser um defensor do liberalismo econômico, ou, pelo menos, defendendo as pautas que naquele momento eram caras ao regime.

Ainda no ano de 1964 foi, a partir de entendimentos entre Raymundo Padilha e o presidente da Câmara, Ranieri Mazzilli²¹, que os acordos assinados por João Goulart, frutos da reaproximação entre o Brasil e a União Soviética, começaram a serem questionados pelo deputado e presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara. Embora o argumento dos congressistas seja pautado nas normas constitucionais, nos parece que estava sendo posta em prática uma devassa nas medidas tomadas pelo antigo governo. Existe a questão ideológica de afastamento do bloco comunista, mas também a tentativa de construção de uma imagem negativa, até mesmo corrupta, do governo Goulart. Nota-se que Padilha é o articulador da empreitada e que a prática de desmonte das ações tomadas pelos governos anteriores, quando oposicionistas, já vem de longa data.

O ano de 1964 foi muito frutífero para a direita conservadora, agora no poder. Raymundo Padilha aproveitou esse momento para promover o máximo de ações que pudesse não só agradar ao regime, mas também que o notabilizasse como um verdadeiro bastião na luta

20. *Tribuna da Imprensa*, 02/05/1964: p.2

21. Pascoal Ranieri Mazzilli foi presidente interino do Brasil após a renúncia de Jânio Quadros, sendo um dos articuladores da tentativa de inviabilizar a posse de Jango em 1961 e, após o golpe de 1º de abril de 1964, enquanto não houve a eleição indireta do primeiro presidente militar, Castello Branco. IN: Ranieri Mazzilli. ABREU, Alzira Alves de. et. al. (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

pelas pautas moralizantes e conservadoras da civilização ocidental e cristã num mundo bipolarizado. Numa dessas ações, o deputado Padilha apresentou um projeto na Câmara para que fosse revertida a expulsão do almirante Sílvio Heck²² das Forças Armadas. O militar afastado esteve envolvido na maioria das crises sucessórias desde o suicídio de Getúlio Vargas, em 1954. Foi o comandante do navio *Tamandaré* que levou os golpistas liderados por Carlos Luz que tentavam impedir a posse de Juscelino Kubitschek em 1955. Além disso, em conjunto com outros militares de alta patente, tentou de todas as formas evitar a posse de João Goulart em 1961, após a renúncia de Jânio Quadros. Após a solução parlamentarista para a crise sucessória, Sílvio Heck foi exonerado de seu cargo. Porém, em 1964, Raymundo Padilha articulou-se no Congresso para reintegrar Heck de volta à marinha.

Mais uma vez, o deputado trabalha fortemente pela reversão dos atos realizados por Goulart. Os grupos conservadores, agora empoderados, promovem uma espécie de acomodação de suas práticas e crenças no governo. Além disso, a batalha em torno da escrita da história ocorre freneticamente nestes primeiros meses de ditadura. O almirante Heck, outrora golpista, agora alcança o posto de herói e democrata mesmo trabalhando incessantemente, por duas vezes, para que a vontade democrática não ocorresse. Porém, neste momento de radicalização da Guerra Fria, o conceito de democracia servia apenas para se contrapor aos regimes socialistas do leste. Certamente, um conceito particular de democracia sem povo. Padilha, em sua proposta, também não esconde que o desejo de fazer retornar o almirante Heck serviria aos interesses de manter o controle sobre uma marinha que, aparentemente, ainda não está totalmente convencida dos “propósitos democráticos” do golpe. Essa tese pode ser reforçada pelo texto da *Tribuna*, que “a presença do ex-ministro aos quadros da Armada representa,

22. Sílvio Heck IN: ABREU, Alzira Alves de. et. al. (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

também, para aqueles setores [oposição], uma força atuante na vigilância pela democracia (sic) e contra quaisquer tentativas de reconduzir os marujos do Brasil à subversão dos idos de março”²³.

Adiante, a atuação de Padilha no novo Congresso pós-golpe notabilizou-se pela “defesa intransigente dos ideais da revolução”. Ainda no ano de 1964, a partir das movimentações realizadas para a sucessão do comando da Casa, a *Tribuna da Imprensa* noticiou que “o deputado Raymundo Padilha está convicto de que a UDN é tão leal à Revolução que poderá romper acordo interpartidário para a escolha da Mesa da Câmara, se o candidato à sucessão do sr. Mazzilli estiver divorciado do 1º de abril”²⁴. Além de reforçar que seu partido não medirá esforços para manter firme a proposta de implantação do novo regime, chama a atenção também que Padilha refere-se ao movimento como o “1º de abril”, prática que era repudiada pelos militares por tratar-se do “dia da mentira”. Provavelmente, um ato falho do deputado. Mas, em se tratando das negociações na Câmara, o ex-integralista demonstrou grande habilidade política e foi, gradativamente, ganhando destaque na defesa dos ideais de 1964, como veremos mais adiante.

No ano de 1965, no entanto, as atenções estavam mais voltadas para a política externa que para os arranjos partidários da Câmara. Neste ano, ocorreu uma guerra civil na República Dominicana ainda como consequência do golpe de Estado sofrido pelo presidente eleito Juan Bosch dois anos antes. Este golpe é considerado o primeiro deste tipo na América Latina moderna, com forte participação dos Estados Unidos, sendo uma espécie de ensaio do que aconteceria no Brasil um ano depois. Resumidamente, os partidários de Juan Bosch derrubaram do poder Donald Reid Cabral na tentativa de reempossar o antigo presidente, eleito democraticamente. Um conflito armado de grandes proporções tomou conta do país, levando os Estados

23. *Tribuna da Imprensa*, 02/09/1964: p.9

24. *Tribuna da Imprensa*, 29/12/1964: p.1

Unidos a promoverem uma intervenção militar com o argumento de evitar a expansão do comunismo, como ocorreu em Cuba. Dentre o esforço internacional do bloco americano para derrotar as forças rebeldes e “pacificar” novamente o país, estava o Brasil²⁵, que tinha como principal proponente para o envio de tropas para o país caribenho, o presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, Raymundo Padilha.

O esforço do governo em enviar tropas para a República Dominicana fazia parte da política externa de alinhamento automático aos Estados Unidos, praticado pelo governo Castello Branco. Para isso, tinha um mobilizado presidente da Comissão de Relações Exteriores que, durante alguns dias, ocupou as páginas da *Tribuna* defendendo o envio das tropas e criticando aqueles que se opunham, majoritariamente membros da oposição. Padilha, no entanto, opinou que em sua análise, a intervenção deveria ser auxiliada pela OEA, e não pela ONU, o que pode demonstrar mais uma vez a política de alinhamento automático junto aos Estados Unidos²⁶. Posteriormente, o texto de Padilha solicitando autorização ao Congresso foi a plenário, obtendo larga margem de aprovação na Câmara (190 a favor e 99 contra) e, posteriormente aprovado também no Senado (não informado pela reportagem). De acordo com o deputado Pedro Aleixo, o contingente teria “finalidade pacificadora” e a missão dos soldados brasileiros era de “mostrar ao mundo que os dominicanos têm tanto direito à liberdade, quanto os brasileiros e americanos”²⁷. O deputado, no entanto, naquele momento, ignorava o fato da crise política ter como origem um golpe de Estado apoiado pelos próprios Estados Unidos dois anos antes.

25. STEPAN, Alfred. *The Military in Politics. Changing Patterns in Brazil*. Princeton: Princeton University Press, 1971. p. 232

26. *Tribuna da Imprensa*, 13/05/1965: p.3

27. *Tribuna da Imprensa*, 20/05/1965: p.3

Outro debate na Câmara, no qual Padilha esteve envolvido neste ano, foi a questão do asilo dado pelo governo do Uruguai aos políticos brasileiros perseguidos pelo regime. Como presidente da Comissão, Padilha estava liderando a discussão visando a, inclusive, rever a relação diplomática com o país platino²⁸.

Com essa posição, Padilha criou suspeição sobre a interferência na política uruguaia, inclusive desconsiderando a autonomia e capacidade de autodeterminação daquele país. Além disso, aproveitou o momento das discussões sobre o problema da guerra civil na República Dominicana e o provável envio de tropas brasileiras para o país caribenho, para lançar uma frase que pode refletir parcialmente a visão do deputado, na qual para ele “o Uruguai é uma área de conflito, como outras”. Talvez Padilha desejasse que, assim como em Santo Domingo, o Brasil também enviasse tropas para Montevidéu para conter os exilados políticos que lá buscavam refúgio.

Padilha, de certa forma, utilizava de sua posição política para implementar sua agenda ideológica ao país. Assim, sua posição e a do regime se confundiam. Demais fatos demonstram o alinhamento do discurso de Padilha às propostas do novo governo. Numa passagem no ano de 1965, quando ainda havia esperança entre a classe política de que ocorreriam eleições diretas naquele ano, o deputado já “previa” que o lançamento da candidatura de Carlos Lacerda à presidência era um erro estratégico da UDN. Padilha, na verdade, estava adotando uma postura defensiva em relação ao governo, acerca dos debates que estavam ocorrendo entre os chamados “continuistas”, que desejavam a permanência de Castello Branco e, aqueles que Padilha chamou de “futuristas”, que já se antecipavam sobre as discussões de sucessão presidencial. Para o deputado, a precipitação do debate sobre sucessão traria instabilidade e tensões que, na visão dele,

28. *Ultima Hora*, 03/06/1965: p.2

seriam desnecessárias para o momento²⁹. Padilha preferiu posicionar-se como um “presentista”, aquele que prefere analisar a conjuntura atual e manter-se neutro. Nos parece, no entanto, que Padilha parecia adotar uma posição “continuista” envergonhada, pois a cada dia estava mais alinhado ao governo.

Cotado para se tornar ministro das Relações Exteriores do governo Castello Branco³⁰, o nome de Padilha enfrentou “reações de setores da FEB que não esqueceram sua atuação durante o período que antecedeu à II Guerra Mundial”³¹³². Não ganhando força a proposta, o deputado foi muito mais ativo dentro do Congresso principalmente por conta do alinhamento às ideias da ditadura. Com isso, em julho de 1965, alcançou o posto de vice-líder do governo na Câmara e, mais uma vez, surgiu nos noticiários defendendo as reformas propostas pelo regime. Passado um ano do golpe, o governo ainda trabalhava para “reformar” a estrutura administrativa argumentando, de acordo com Padilha, sobre o “pagamento de melhores vencimentos, proporcionais à produtividade, aos ocupantes de cargos de chefia”³³. Mantendo o mesmo discurso de “hipertrofia” da máquina pública, discurso utilizado para criticar desde o governo Juscelino Kubitschek, o deputado defende que, após a reforma, o Estado estaria mais eficiente.

Após a edição do Ato Institucional nº 2, que extinguia todos os partidos políticos e com o bipartidarismo implantado no Brasil,

29. *Tribuna da Imprensa*, 12/07/1965: p.4

30. *Tribuna da Imprensa*, 08/03/1965: p.4

31. *Última Hora*, 08/11/1965: p.4

32. Não foi a única vez que Padilha sofreu hostilidades vindas da FEB. O ex-integrante da FEB e posteriormente deputado filiado ao MDB durante a ditadura, Jamil Amiden, “Em 1966 liderou o grupo de ex-combatentes que devolveu suas medalhas em protesto contra a nomeação do deputado fluminense Raimundo Padilha para a liderança do governo do presidente Humberto Castelo Branco (1964-1967). O grupo se baseava em acusações formuladas pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos, segundo as quais Padilha, durante a guerra, fora espião nazista.” (DHBB, Jamil Amiden).

33. *Tribuna da Imprensa*, 26/07/1965: p.4

Padilha vem a público verbalizar as melhorias que, segundo ele, seriam oriundas desse processo. Para ele, a reorganização dos partidos em “situacionistas” e “oposicionistas” era uma forma de organizar as bases partidárias e criticou o pluripartidarismo com o argumento de ser um instrumento de controle oligárquico. Nesse momento, não podemos deixar de lembrar dos tempos de militância integralista de Padilha e a crítica do movimento, aos quais fazia parte, aos partidos políticos e a suposta divisão da sociedade que seria produzida nos sistemas partidários liberais. Depois de um ano tão intenso na defesa dos “ideais revolucionários”, o nome de Padilha torna a ser cotado para o Ministério das Relações Exteriores. Curiosamente, a nota informativa cita que a ideia partiu após um encontro entre Castello Branco e Plínio Salgado, haja vista que os integralistas já haviam se afastado politicamente há algum tempo, embora fizessem parte novamente do mesmo partido político³⁴.

O retorno das atividades parlamentares em fevereiro de 1966 trouxe uma notícia que, embora sendo esperada, pareceu causar impacto em sua divulgação. Raymundo Padilha foi convidado pelo presidente Castello Branco para assumir a liderança do governo na Câmara. De acordo com a *Tribuna*, o deputado “aceitou o convite prontamente e já declarou que terá como metas iniciais a aprovação da reforma administrativa e a formação da ARENA”, haja vista que o partido ainda estava em composição³⁵. Contudo, mal Padilha assumiu seu cargo e já estava envolvido em mais uma polêmica.

O relativo sucesso na carreira política de Padilha incomodava não só a oposição, o que seria natural. Em plena ditadura militar, alguns políticos oposicionistas ainda recorriam ao “velho recurso” de bradar o passado integralista do ex-militante do “credo verde”. Na tribuna,

34. *Tribuna da Imprensa*, 15/12/1965: p.9

35. *Tribuna da Imprensa*, 02/02/1966: p.1

“V. Exa. é nazista. Abaixo o nazismo”³⁶ foram utilizados como método para desmoralizar o novo líder do governo.

A nomeação de Padilha não agradava setores da oposição, muito menos da situação. Padilha veio a sofrer mais pressões por não conseguir conter rebeliões no Congresso por conta das tensões entre os deputados e o autoritarismo de Castello Branco que, em momentos de radicalização da batalha política, sempre ameaçava dissolver a Câmara. A *Tribuna da Imprensa* deu destaque, no dia 30 de março de 1966, de uma página inteira ao atacar a escolha de Padilha como líder do governo. Em tom de retrospectiva dos fatos, o jornal demonstra a crise existente entre o Legislativo e o Executivo nacional.

É possível notarmos nesses arranjos que o nome de Padilha não gera consenso nem mesmo entre aqueles que estavam no mesmo campo que o ex-integralista. A resistência à Padilha, dois meses após sua nomeação, ainda era muito grande principalmente após algumas demonstrações de inabilidade política do líder do governo. O passado integralista de Padilha incomodava a alguns, mas o que apareava causar mais mal estar entre os deputados era a posição conquistada por Padilha de liderança do governo e, justamente, sua falta de “intimidade” com o posto ocupado. Outro ponto importante é que, embora compondo o mesmo bloco político, as disputas pelo poder eram constantes e Padilha precisava equilibrar-se na posição que havia alcançado. No Congresso, ainda existia certa liberdade para resistir às pressões vindas do Executivo mesmo com todas as ameaças partindo daquele poder.

Políticos ligados ao regime, como vimos, não estavam muito satisfeitos com a ascensão do deputado, como por exemplo seu desafeto local, o governador Paulo Torres³⁷, do Rio de Janeiro. Essas disputas

36. *Tribuna da Imprensa*, 12/02/1966: p.3

37. Paulo Francisco Torres foi um militar e político fluminense que construiu sua carreira sempre próximo aos movimentos militares que interferiram na política durante praticamente todo o século XX no Brasil. Participante do Movimento Tenentista da década de 1920 e o

foram travadas por muito tempo e os aliados de Paulo Torres, por exemplo, ameaçavam abandonar o partido caso o governo insistisse em tais ideias. Ficava claro que havia um racha na ARENA do Rio de Janeiro e o nome de Padilha, muito bem quisto em Brasília, não obtinha a mesma aceitação em seu estado³⁸. As disputas políticas que estavam fervilhando em âmbito local mereceram também nossa atenção, principalmente por um detalhe interessante.

No mesmo ano em que se tornou líder do governo, Padilha voltou a ser alvo de espionagem promovida pelos órgãos de segurança ligados ao regime. O ano de 1966 foi marcante nos prontuários do deputado, pois os relatórios que foram produzidos tinham, possivelmente, um viés político. Especificamente neste ano, os passos do deputado foram seguidos de perto pelos agentes de segurança. Eventos que Padilha participava, onde algum dos oradores criticavam o regime, por exemplo, eram transportados para o prontuário do deputado³⁹. Ou ainda, suas visitas à Petrópolis, seu berço político, também eram ricamente registradas. Essas investigações causam estranheza na medida em que ocorrem no mesmo momento em que Padilha obtém, talvez, o auge de seu poder político.

Um dos relatórios produzidos foi datilografado numa folha timbrada do “Gabinete Militar do Governador”, assinada pelo “Serviço Estadual de Informações e Contra-informações” (sic). O que, para nós, está claro é que seu desafeto político, o governador Paulo Torres, utilizou-se da estrutura dos órgãos de segurança do regime para seguir os passos de Raymundo Padilha. Nota-se que o primeiro

movimento golpista de Getúlio Vargas em 1930. Tornou-se interventor da cidade de Teresópolis durante o governo Vargas, participando inclusive do esforço de guerra da FEB. Durante a “experiência democrática”, trabalhou como chefe do Departamento Federal de Segurança Pública, o que também pode explicar sua aproximação com os órgãos de segurança. Foi indicado como governador do Rio de Janeiro durante o começo da ditadura militar, ficando no cargo entre 1964 e 1966. (DHBB, Paulo Francisco Torres).

38. *Tribuna da Imprensa*, 17/02/1966: p.2

39. Fundo PPRJ. Assunto Raymundo Padilha. Setor Integralismo. Relatório de 07/03/1966

relatório é datado de 09 de março de 1966, aproximadamente um mês após Paulo Torres tomar ciência das preferências de Castello Branco por Padilha para controlar a ARENA e o próprio estado do Rio de Janeiro. Ainda em meio à crise sucessória do estado do Rio, um recorte de jornal sobre uma homenagem que Padilha recebeu em Petrópolis, junto com outras figuras importantes do governo federal, também constava no dossiê montado pelos agentes do gabinete do governador⁴⁰. Provavelmente, o gabinete buscava, de alguma forma, informações que pudessem incriminar Padilha, ou até mesmo conhecer as articulações feitas pelo deputado para poder se preparar e antecipar alguma medida protetiva.

Mas as disputas entre Raymundo Padilha e Paulo Torres⁴¹ nesse ano foram além disso. As páginas do jornal foram tomadas durante várias semanas por ofensas produzidas pelo governador contra o deputado. Este, por sua vez, adotava uma posição mais discreta e apenas em alguns momentos respondia aos ataques. Foi uma disputa repleta de acusações de corrupção, como o escândalo envolvendo nomeações para cargos públicos realizadas por Paulo Torres, que era comumente desmoralizado pelo jornal *Tribuna da Imprensa*, chamado de “corrupto”, “covarde” e “carreirista”⁴².

O acirramento das tensões entre Paulo Torres e Raymundo Padilha foi levado ao limite, demonstrando por um lado o prestígio do deputado junto a Castello Branco, que bancou sua candidatura até o último momento e, por outro lado, explicitando a capacidade de resistência de Torres em manter-se no cargo, quase que à força.

40. Fundo PPRJ. Assunto Raymundo Padilha. Setor Integralismo. Anexado em 15/06/1966

41. A briga política entre Padilha e Torres não era recente e já vinha sendo sinalizada pela *Ultima Hora*, ainda em 1964. O jornal relata a acusação do governador fluminense contra o deputado situacionista de que, por conta de uma suposta ação vingativa de Padilha, dois dos aliados de Torres estavam entre os políticos cassados pelo golpe de 1964. De acordo com o acusador, Padilha teria manobrado para que o governo procedesse a cassação dos aliados de Torres (*Ultima Hora*, 16/06/1964: p. 3).

42. *Tribuna da Imprensa*, 04/03/1966: p.9

Aparentemente, o governador não aceitava a perda do cargo para seu opositor político, deixando claro que “não aceitará a cassação de seu mandato, se perceber que ela atenderá aos interesses ‘desse fascista’”. Tal postura deixou o presidente, por vezes, irritado e as ameaças de intervenção no estado continuavam a acontecer⁴³, que se acentuaram ainda mais no mês de julho de 1966, onde a *Tribuna* noticiava as ameaças do presidente que determinou uma data limite para o fim da crise fluminense. Gradativamente, após esse episódio, as tensões foram se dissipando e a sucessão estadual passou a ser tratada em tom conciliatório. Com a retirada da candidatura de Padilha por Castello Branco⁴⁴, o clima político foi se arrefecendo e um arranjo acordado pareceu cada vez mais próximo.

Logicamente, Raymundo Padilha não saiu satisfeito da contenda, ameaçando deixar a liderança do governo caso chegasse “à conclusão de que não merece a confiança integral do presidente Castelo Branco”⁴⁵. Embora tenha adotado tom conciliatório em relação ao candidato indicado pelo regime, Geremias Fontes, o qual afirmou conhecer suas qualidades, ficou nítido certa mágoa de Padilha com o recuo de Castello Branco com sua candidatura. A derrota de Padilha também foi notada pela *Tribuna* que, ao noticiar a transição do governo de Paulo Torres, registrou a índole do governador através da “luta que o marechal iniciou e venceu com o líder, ex-fascista, Raimundo Padilha. Este não conseguiu comover o presidente nem diminuir o ‘ímpeto’ do governador, que enfrentou, também, juízes e ministros”⁴⁶.

Outra questão que mereceu destaque pela atuação de Padilha foi o fim da “Lei de Estabilidade” e a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) pelo governo Castello Branco. A antiga lei

43. *Tribuna da Imprensa*, 11-12/06/1966: p.1-2

44. *Tribuna da Imprensa*, 12/07/1966: p.2

45. *Tribuna da Imprensa*, 15/07/1966: p.3

46. *Tribuna da Imprensa*, 09/08/1966: p.9

era fruto dos tempos varguistas, constando na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Com ela, os trabalhadores, conforme iam conquistando tempo de serviço nas empresas, garantiam certas vantagens protetivas para evitarem a demissão, principalmente para os funcionários mais velhos, dificultando assim, que fossem “descartados” pelos patrões. Como um dos princípios doutrinários do regime se alinhava com o liberalismo capitalista, a “Lei de Estabilidade”, além de um entrave ao funcionamento das empresas, era visto como uma clara intervenção do Estado na economia. Portanto, derrubar a lei era uma das metas da gestão Castello Branco. E quem prontamente se posicionou como defensor da mudança e articulador do processo, mais uma vez, foi Raymundo Padilha.

É possível percebermos claramente como o posicionamento ideológico de Padilha está presente na maioria de suas posturas enquanto deputado arenista e líder do governo. Para o deputado, acreditamos que estivesse vivendo seu momento ideal no qual ao mesmo tempo em que podia, enfim, colocar em prática suas crenças integralistas e conservadoras, também estava próximo ao poder, de fato. Mas notemos o quanto Padilha mudou sua postura para uma aceitação do liberalismo em nome dessa proximidade do poder. Lembremos que, nos tempos de AIB, o liberalismo era criticado costumeiramente. Mas, ou por uma questão de amadurecimento político, ou por adaptação pela sobrevivência, o ponto é que Padilha abriu mão de algumas crenças – ou pelo menos fingia abrir mão – para que pudesse manter-se como homem de confiança de Castello Branco.

Se o ex-integralista abriu mão de algumas convicções para se manter no poder, outras ideias parecem jamais terem sido abandonadas por Padilha. Uma delas que ainda permanecia forte em seu discurso foi a questão do anticomunismo. Uma reportagem longa da *Tribuna* em tom sensacionalista afirmava que uma “conspiração comunista nos Estados Unidos” por muito pouco conseguiu minar os esforços

de formação da Organização dos Estados Americanos (OEA). O denunciante desta conspiração era Raymundo Padilha.

Foi sob inspiração do Partido Comunista que se travou, em Chapultepec, nos idos de 1945, o tremendo duelo de bastidores entre as delegações do Brasil dos Estados Unidos, em torno da criação da Organização dos Estados Americanos, naquela época veementemente combatida pela representação norte-americana, então sujeita ao domínio de Alger Hiss, que, poucos anos depois, seria preso e condenado, acusado de atividades subversivas e apontado como um dos cabeças da chamada “Conspiração Vermelha” naquele país (*Tribuna da Imprensa*, 09/09/1966: p.9).

Lembrando que o atual líder do governo na Câmara foi, durante alguns anos, presidente da Comissão de Relações Exteriores, a reportagem credita a esse fato os relatos de bastidores feitos por Padilha. De acordo com a reportagem, a iniciativa de criação da OEA partiu do Brasil e foi combatida, inicialmente, pelos Estados Unidos⁴⁷. Para Padilha, no entanto, a resistência dos Estados Unidos era proveniente de Alger Hiss⁴⁸, “alma negra da trama, eminência parda – ou

47. O que é desmentido no artigo de Sydenham Lourenço (2017: 232), onde para ele os “EUA, nesse momento, estavam mais preocupados com a construção da Organização das Nações Unidas (ONU) e com a configuração da nova ordem econômica mundial, através do Tratado de Bretton Woods. Porém, não podiam desprezar completamente as demandas dos países latino-americanos, que, em sua maioria, foram fiéis aliados durante a Segunda Guerra. Existia entre as nações menos desenvolvidas do Continente a preocupação com um possível abandono por parte da “Grande Nação do Norte”, uma vez que a vitória dos aliados se consolidasse. A determinação dos países latino-americanos, incluindo aliados fundamentais durante a Segunda Guerra, como o Brasil e o México, parece ter sensibilizado o governo dos EUA e, no início de 1945, começou a montagem do Sistema Interamericano que levou a criação da Organização dos Paises Americanos (OEA)”. Ou seja, os EUA não foram contra, mas apenas estavam envolvidos em outras demandas mas, mesmo assim, guardavam suas preocupações com os aliados latino americanos.

48. Funcionário do Departamento de Estado acusado de espionagem em favor dos soviéticos nos anos iniciais da Guerra Fria, período de grande tensão nos Estados Unidos. Condenado à prisão por “atividades antiamericanas”, Hiss sempre alegou inocência. Extraído de : <https://www.fbi.gov/history/famous-cases/alger-hiss> . Acesso em: 09/02/2020.

vermelha? – da delegação norte-americana em Chapultepec⁴⁹, e o instituto de conservação dos povos da América Livre”⁵⁰. Para o denunciante, não era à toa que o ministro das Relações Exteriores soviético, Molotov, concordava com a posição estadunidense de não apoiar a formação do bloco. No entanto, sabemos através de pesquisas mais recentes que o problema dos Estados Unidos não estava concentrado na formação do bloco em si, mas nas tensões que envolviam a participação da Argentina, país que manteve uma aproximação muito forte do Eixo durante a Segunda Guerra. Mas, para Padilha e sua denúncia “bombástica”, a reticência dos Estados Unidos em aderir à proposta estava na sabotagem comunista. A reportagem feita um mês antes da eleição parece realmente uma peça de propaganda para atrair o eleitorado conservador, haja vista que há muito Padilha não abordava a pauta anticomunista em suas ações, mais preocupado agora com a liderança do governo “revolucionário”. O deputado conta detalhadamente, ainda, como desde os anos de 1930, os estadunidenses tinham problema com a chamada “infiltração comunista”.

Ao final do mês de setembro, Padilha recorre mais uma vez à cantilena conspiracionista ao explicar as manifestações estudantis lideradas pela UNE naquele período como uma “frente ampla em uma articulação subversiva internacional”⁵¹. O repertório anticomunista mais uma vez vinha sendo utilizado como instrumento para gerar votos. Mais adiante, poderemos constatar que, se realmente foi uma estratégia a utilização destas “revelações” como arma de propaganda, seu objetivo foi alcançado. Em novembro deste mesmo ano, Padilha foi

49. De acordo com Sydenham Lourenço (2017: 233), “Os principais objetivos da conferência eram: 1. propor a criação de um sistema de defesa interamericano, independentemente do que viesse a surgir com a criação da ONU; 2. criar um programa de ajuda econômica para o desenvolvimento da América Latina no pós-guerra; 3. trazer a Argentina para uma posição de cooperação com os Aliados. Havia também o desejo por parte dos países latino-americanos de obter uma vaga permanente no Conselho de Segurança da ONU.”.

50. *Tribuna da Imprensa*, 09/09/1966: p.9

51. *Tribuna da Imprensa*, 22/09/1966: p.3

reeleito como o deputado mais votado da ARENA fluminense, arauto da luta contra o comunismo.

Voltando aos prontuários policiais, existe um relatório que mostra uma visita do líder do governo a Petrópolis para discussão do fim da lei de estabilidade com empresários locais. Como foi produzido após a saída de Paulo Torres do governo fluminense, fica difícil qualificarmos a autoria do relatório, podendo ser este produzido pelo governo na tentativa de medir o empenho de Padilha na aprovação da lei. Dentro as duas hipóteses, cremos mais na primeira, pois embora o ex-governador e desafeto de Padilha já não estivesse mais no comando do Executivo fluminense, ainda possuía grande influência na política do estado, haja vista que foi eleito senador pelo Rio. O relatório, inclusive, tem fortes indícios de ter sido produzido pelos agentes fluminenses ligados a Paulo Torres, os mesmos que produziram os anteriores. Chama a atenção, por exemplo, o fato de que o relatório é assinado pelo agente “RJ44”. Nenhum relatório anterior ou posterior possuía essa característica, pois as assinaturas sempre foram codificadas através de traços ou pontos no final do documento, uma forma de garantir maior sigilo na identidade dos agentes. Além disso, as mesmas assinaturas dos funcionários que arquivaram os relatórios anteriores, durante a gestão de Torres, constam também neste documento de outubro de 1966, com uma diferença: neste relatório consta um carimbo de “visto” de Wilson Madeira datado no dia seguinte à produção do texto. De acordo com a Comissão da Verdade de Petrópolis, “Wilson Madeira [foi] comissário de polícia e principal agente da repressão em Petrópolis no período de 1966 a 1969”⁵². O relatório mostra Padilha em reunião com industriais da região para discussão sobre a queda da lei e é ilustrado ainda com fotografias descrevendo quem estava na reunião e relatando, detalhadamente, cada passo dado pelo líder do governo,

52. Extraído de: <http://cmvpetropolis.org/filho-de-agente-da-repressao-em-petropolis-da-testemunho-a-cmv/>. Acesso em 09/02/2020.

outra característica que o diferencia dos demais relatórios, informando o carro que o transportava, quem o acompanhava, quais os empresários presentes na reunião e a pauta do encontro⁵³.

No decorrer dos anos seguintes, Padilha consolidou-se como liderança do governo, estando envolvido nas articulações mais importantes do restante do mandato de Castello Branco, como a Constituição de 1967, por exemplo. Tal Carta era importante, na medida em que colocaria em prática os “ideais revolucionários”, ou como nas palavras de Padilha, legar ao sucessor do presidente “um instrumento capaz de assegurar a continuidade revolucionária”⁵⁴. No entanto, as negociações para a instauração da Constituição não foram totalmente tranquilas, com o presidente da Câmara ameaçando obstruir os trabalhos caso o presidente não revogasse os atos punitivos aos congressistas realizados pelo AI-2. Na queda de braço entre Executivo e Legislativo, prevaleceu a autoridade ditatorial, a despeito da afirmação de Padilha de que “se a nova Constituição tiver alguma falha, será por excesso de liberalismo, e não por exagero de autoridade”⁵⁵.

Comentando em outra oportunidade sobre a Constituição que estava sendo escrita, Padilha afirmou em reportagem que

as medidas aparentemente vigorosas nela dotada visam o fortalecimento do próprio regime. (...) Desde a Imperial de 1824 até recente Carta que não tem funcionado exatamente porque houve em todos os casos, o domínio do idealismo retórico, que agora o governo procura consertar legislando com base na realidade brasileira. (...) A carta de 46 decorreu da intenção de impedir o retorno de Getúlio Vargas ao poder mas este, entretanto, retornou em menos de cinco anos e só se retirou do primeiro plano da atuação política em condições dramáticas. (...) Sob a égide da Carta de 46 dois presidentes foram impedidos e logo após, outro lançou País no túnel de inflação. (...) Houve tentativas de golpe, culminando

53. Fundo PPRJ. Assunto Raymundo Padilha. Setor Integralismo. Relatório de 15/10/1966

54. *Tribuna da Imprensa*, 09/09/1966: p.3

55. *Tribuna da Imprensa*, 17-18/12/1966: p.3

com a permanência de Jânio no poder pelo espaço de uma gestação. (...) [Podemos] concluir que todas as liberdades previstas na carta foram utilizadas para feri-la e liquidá-la. (...) O atual governo não quer repetir esse erro, recorrendo para isso, ao revigoramento do Executivo⁵⁶.

Este trecho pode demonstrar, resumidamente, a visão que os governistas tinham de que realmente estavam numa cruzada civilizatória e organizavam, a passos estratégicamente definidos, as estruturas para a manutenção do poder ditatorial. Além disso, indica a contradição entre o discurso de Padilha nos anos de 1950 e 1960 contra a “hipertrofia do Executivo” de JK e Jango, e a necessidade de “revigorar” o poder do presidente.

O que estes dados que apresentamos até aqui nos demonstram é que Padilha transformou-se numa espécie de porta-voz da ditadura, uma liderança parlamentar ativa do regime que, iniciando sua trajetória de forma um tanto desastrada, conseguiu se estabilizar no seu posto através de uma postura de proximidade indivisível do presidente Castello Branco, cuja simpatia por Padilha não era disfarçada. Entretanto não podemos quantificar se havia laços de proximidade ideológica entre os dois, haja vista que Castello Branco nutria certa tolerância por alguns integralistas. Após ser reeleito com uma expressiva votação no estado do Rio de Janeiro, o mais votado da ARENA no estado, de acordo com a *Tribuna da Imprensa*⁵⁷, Padilha partiu para o ataque à Carlos Lacerda. Fortalecido politicamente com uma vitória expressiva, virava-se contra seu antigo aliado e, agora, desafeto da ditadura que representava após Carlos Lacerda e Juscelino Kubitscheck terem anunciado uma aliança para tentarem lutar pelo retorno das eleições diretas no país, chamada pelo jornal de “declaração de Lisboa”. Para Padilha, “a não punição do sr. Carlos Lacerda equivale a conceder anistia por transgressão aos mandamentos revolucionários,

56. *Tribuna da Imprensa*, 27/12/1966: p.3

57. 19-20/11/1966: p.2

traduzidos no Ato Institucional nº 2⁵⁸. O líder do governo e o ex-governador da Guanabara, anteriormente aliados dos tempos do Clube da Lanterna, agora militavam em lados opostos. Lacerda, opositor da ditadura que ajudou a instaurar, e Padilha que se mantinha atrelado ao poder a qualquer custo, inclusive defenestrando antigos aliados.

Já pelo último ano de mandato de Castello Branco, o líder do governo esteve envolvido com a quebra do monopólio estatal da Petrobrás. Padilha, em defesa do processo, afirmou que “acima das conveniências políticas, pairam a ciência e a tecnologia”⁵⁹. O projeto de quebra do monopólio foi contestado pela oposição do MDB, mas Padilha, detentor de maioria no Congresso, fechou questão e conseguiu a aprovação da medida. Já no mês de março de 1967, o deputado retorna à função de presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara. É o início do governo de Arthur da Costa e Silva e, embora tenha sido cotado para continuar na liderança do novo governo, Padilha retorna a sua antiga função

Padilha retoma sua pauta de patrulha ideológica da política externa nacional. Em referência à criação da Organização de Solidariedade Latino-Americana (OLAS) em Havana – organização de cunho socialista criada para tentar centralizar os movimentos revolucionários e anti-imperialistas pelo continente – o deputado usa um tom ameaçador e afirma que a reunião era uma “convocação à agressão coletiva aos dezoito países do continente, salientando que esse fato exige coordenação das nações do hemisfério no combate ao apelo à luta armada”. Para ele, o Tratado do Rio de Janeiro estaria defasado, na medida em que não previu ações armadas ou de guerrilha, como estão propostas nas ações orientadas pelas OLAS. O que podemos observar é que a defesa intransigente da ditadura militar está se tornando mais forte em seu discurso, assim como o próprio regime

58. *Tribuna da Imprensa*, 22/11/1966: p.4

59. *Tribuna da Imprensa*, 19/01/1967: p.3

foi se tornando mais radical no decorrer do governo de Costa Silva. Vale ressaltar, por exemplo, que a coluna “Em Primeira Mão”, que durante anos trouxe notícias sobre os bastidores políticos, estava censurada e completamente em branco nesta edição⁶⁰. Padilha mais uma vez foi se adaptando aos novos tempos. Cotado para suceder Geremias de Mattos Fontes no governo estadual, ainda no ano de 1967, concorreu com aproximadamente mais cem candidatos nas prévias, mas seu nome logo sai de cena e sua candidatura é rapidamente abafada⁶¹. No entanto, Padilha permanece na Comissão de Relações Exteriores.

Com as notícias mais espaçadas devido à saída da liderança do governo, o deputado torna a estar no foco em agosto de 1968. Desta vez por um discurso de condenação à invasão soviética da Tchecoslováquia. No episódio que ficou conhecido como “Primavera de Praga”⁶², Raymundo Padilha abriu espaço para receber uma crítica contumaz ao ser exaltada sua posição de contradição em relação à interferência em países estrangeiros, já que anteriormente defendeu a intervenção estadunidense à República Dominicana.

Neste momento, o que podemos perceber é que, ao deixar o cargo de líder do governo, Padilha vai desaparecendo gradativamente das páginas dos jornais. Porém, com o fim do governo de Costa e Silva e a eleição de Emílio Garrastazu Médici, o ex-integralista voltou a uma posição de maior destaque na política nacional. Indicado pelo novo presidente, o deputado reassumiu suas funções como novo líder do governo na Câmara dos Deputados, após o retorno da normalidade

60. *Tribuna da Imprensa*, 22/08/1967: p.4

61. *Tribuna da Imprensa*, 06/11/1967: p.5

62. A “Primavera de Praga” representou um dos movimentos estudantis do conturbado ano de 1968 no mundo. Buscando autonomia em relação a Moscou e a implantação do chamado “socialismo autêntico”, o presidente Alexander Dubcek iniciou uma série de reformas que desagravaram o bloco soviético. Os estudantes que apoiavam as reformas de Dubcek foram às ruas para apoiar o líder, mas o movimento foi abafado na medida em que os militares do Pacto de Varsóvia invadiram a Tchecoslováquia.

das atividades parlamentares em 1969⁶³. O Congresso foi fechado mais uma vez no final do ano anterior por força do Ato Institucional nº 5, que dentre outras medidas de cunho autoritário, determinou o recesso parlamentar por tempo indeterminado.

Nos anos seguintes, Padilha foi ganhando mais destaque junto ao presidente Médici. Continuando sua carreira política de proximidade umbilical com o regime, o novamente líder já articulava, provavelmente, sua chegada ao governo do Rio de Janeiro. Para Padilha, o presidente não poderia abrir “mão de sua prerrogativa de indicar, ele próprio, os futuros governadores de Estados⁶⁴. Certamente o ex-integralista já mirava na sucessão do governo estadual.

O ano de 1970 foi fundamental para certa mudança de rumos da atuação política de Padilha. Trabalhando no Legislativo desde da década 1950, o ex-integralista passou a ver mais perto que nunca a possibilidade de trabalhar no Executivo fluminense. Preterido na eleição anterior, novamente travou duelo com Paulo Torres e seu grupo pelo controle do Estado⁶⁵. Mas, desta vez, as disputas foram menos intensas⁶⁶.

Padilha iniciou o ano apresentando-se como líder do governo de Emílio Médici na Câmara e assumiu uma postura (como esperado) de defesa intransigente do governo. Seu primeiro desafio foi a organização de uma pequena reforma eleitoral que quase não apresentou mudanças práticas no pleito – principalmente pelo fato de se tratar de um processo

63. *Tribuna da Imprensa*, 08/12/1969: p.3

64. *Tribuna da Imprensa*, 17/12/1969: p.3

65. *Correio da Manhã*, 07/03/1970: p.8

66. Temendo um racha na ARENA que pudesse beneficiar o MDB na escolha do possível indicado (que no final era deferido ou não pelo presidente da república), Paulo Torres e Padilha diminuíram o tom da campanha (*Tribuna da Imprensa*, 20/06/1970: p.11). Além disso, de acordo com o *Correio da Manhã* (02/04/1970: p.4), o presidente Médici preferia indicar candidato de “conciliação alheio à militância política”. De qualquer forma, a trégua entre Paulo Torres para o pleito de 1970 não ficou muito clara de acordo com as fontes consultadas, nos levando a crer num acordo político para diminuir as chances do MDB num momento político mais radicalizado que o anterior, em 1966, haja vista que parecia ser uma exigência do Executivo federal a pacificação na ARENA fluminense (*Correio da Manhã* (02/04/1970: p.4).

que era iminente, ou seja, não havia tempo hábil para grandes manobras. Contudo, em um curto período de tempo, Padilha conseguiu envolver-se em mais polêmicas. O deputado fluminense chegou a afirmar publicamente que “não há, hoje, um só preso político, cassado ou não, adversário ou não do atual governo. Há, isto sim, assaltantes, terroristas, enfim, delinquentes comuns”⁶⁷, o que gerou verdadeiro alvoroço por parte da imprensa e enfureceu oposicionistas que se questionavam como um ex-aliado do fascismo, que vitimou centenas de soldados da FEB, fazia parte de um governo militar, chegando a elogiar o discurso do presidente na cerimônia de comemoração dos vinte e cinco anos da tomada de Monte Castelo pela FEB⁶⁸. Tais questionamentos ainda ocorriam vinte e cinco anos após o final da II Guerra Mundial^{69 70}.

Tomando as páginas dos jornais por muito tempo, a sucessão dos governos estaduais através da indicação do presidente Médici assemelhava-se muito a uma história novelesca⁷¹. Durante seis longos meses as páginas políticas dos jornais se ocupavam em especular sobre quem seriam os escolhidos, os preteridos e quais os motivos levariam às escolhas. De uma certa forma, temos a impressão de que havia uma supervalorização por parte do presidente da república do seu poder de escolha somada a uma campanha pela indicação fruto de muitas disputas, arranjos e acordos^{72 73}.

67. *Tribuna da Imprensa*, 03/06/1970: p.4

68. *Correio da Manhã*, 24/02/1970: p.8

69. *Tribuna da Imprensa*, 30/04/1970 e 06/05/1970: p.4

70. A rememoração da *Tribuna da Imprensa* não era gratuita. Dias antes, Plínio Salgado em artigo publicado na revista *Veja* recomendava “a censura prévia a jornais e revistas” dentre outras medidas autoritárias e um ar saudosista do antigo integralismo. (*Tribuna da Imprensa*, 12/05/1970: p.3). Após tal declaração, os ataques a Salgado, Padilha e outros ex-integralistas se estenderam por todo o mês de maio e junho. Após declarar não haver presos políticos no Brasil, os ataques se intensificaram na figura de Padilha (*Tribuna da Imprensa*, 04/06/1970: p.3).

71. *Correio da Manhã*, 23/03/1970: p.9

72. *Tribuna da Imprensa*, 05/06/1970: p.11

73. Em junho de 1970 já corriam notícias de que Padilha já estaria indicando pessoas de sua confiança para cargos em órgãos federais no Rio de Janeiro (*Tribuna da Imprensa*,

Com sua aproximação com o presidente Médici na liderança do governo, seu discurso fidedignamente alinhado com o do governo federal, a defesa “intransigente da revolução” e, talvez o fato de ter sido preterido na eleição anterior, Padilha foi indicado pelo presidente em 10 de julho de 1970⁷⁴ e finalmente conduzido indiretamente em 03 de outubro de 1970 ao cargo de governador do estado do Rio de Janeiro⁷⁵. Administrou o estado de 1971 até 1975, encerrou seu mandato após a fusão dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara. Em seguida à fusão, afastou-se da vida pública após diversos embates com a ditadura militar por ser contrário à medida, provavelmente temeroso de perder seu *status* político. Após uma vida inteira dedicada à militância política, Padilha deixou a agitação política e passou a buscar uma posição mais reservada, retornando a Petrópolis. Com o passar do tempo, os jornais iam cada vez menos citando a gestão do ex-governador, muito menos sua atuação parlamentar. Em alguns momentos, eram suscitadas algumas dúvidas com relação à lisura de sua gestão, mas que não foram adiante por conta da idade já avançada de Padilha e seu afastamento da vida pública⁷⁶. A ação do tempo, implacável com todos, também o foi com Padilha. Aquele que sempre buscou escolher seus aliados de acordo com as suas aspirações momentâneas, passou seus últimos momentos na política, aparentemente, no ostracismo.

Conclusão

Escrever sobre o tempo passado não é uma das tarefas mais fáceis. Quando para esta missão necessitamos de recorrer ao tempo presente,

12/06/1970: p.11).

74. *Tribuna da Imprensa*, 10/07/1970: p.11

75. O mais idoso entre todos os governadores empossados ou mantidos em seus cargos naquele momento, com 74 anos (*Tribuna da Imprensa*, 15/06/1970: p.11), embora o presidente Médici tenha justificado sua indicação como resultado de “franca renovação” na ARENA (*Correio da Manhã*, 09/07/1970: p.2)

76. Raymundo Padilha. IN: ABREU, Alzira Alves de. et. al. (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

ela torna-se ainda mais árdua. Trabalhar com conceitos como fascismo e ditadura no Brasil do século XXI tem sido um exercício diário de entendimento da realidade atual, de capacidade de resistência física e intelectual, dentro das batalhas que a narrativa histórica nos coloca diariamente. Este ensaio tenta, fundamentalmente, trazer à tona elementos que possam fornecer uma compreensão, mesmo que inicial, sobre estas temáticas que ainda são tão presentes em nosso cotidiano. O objetivo principal de nossa análise foi de demonstrar o quanto o autoritarismo ditatorial do Brasil dos anos de 1960 teve raízes antigas e profundas, não sendo somente uma solução importada esquematicamente dos tempos de Guerra Fria. Uma das funções dos escritos foi mostrarmos o comportamento dos ex-integralistas durante a Ditadura Militar e, para isso, utilizamos como recurso a figura de Raymundo Delmiriano Padilha.

O que fazia de Padilha diferente desses outros exemplos? O que tornava Padilha especial? Seu passado integralista foi gradativamente sendo “esquecido” por seus aliados e sua aproximação com os grupos políticos mais conservadores fez dele uma destacada figura política no cenário nacional. Compondo a base política da ditadura militar, Padilha, mesmo com todo este agitado passado, tornou-se homem de confiança, líder dos governos Castello Branco e Médici na Câmara e chegou ao posto de governador de um dos mais importantes estados da federação.

Foi possível ainda percebermos as mudanças em relação ao discurso dos integralistas e as permanências em suas práticas. Nossa intuito, neste momento, foi de chamarmos a atenção para a aceitação da democracia para poderem participar do jogo político e se manterem vivos, ao mesmo tempo em que a permanência de algumas ideias autoritárias como o anticomunismo ferrenho, a crença na missão civilizatória integralista, e na sua suposta escolha como representantes da palavra divina, bem como o seu conceito particular de democracia que creditava à “ardilosa classe política” a manipulação das massas indefesas, além claro, dos velhos chavões integralistas como

nacionalismo, a juventude sadia, o ufanismo e a defesa da “família tradicional brasileira”.

Neste período a atuação de Padilha vai se transformando e, embora ainda muito apegado aos aspectos doutrinários do integralismo, o deputado politicamente afastou-se do movimento, saindo da linha de frente do Partido de Representação Popular no início dos anos de 1950, e chegando à UDN no final desta mesma década. Entendemos, neste comportamento de Padilha, a necessidade de se descolar do integralismo por uma questão de sobrevivência política, mas principalmente, se aproximar de um grupo que obtinha maior êxito em seu discurso conservador, entreguista e golpista. Padilha se movimenta adequando-se ao momento político, buscando sempre estar próximo do grupo onde poderia ter maior destaque e galgar posições mais privilegiadas na cadeia estrutural do poder. Concluímos que Padilha foi se acomodando da maneira que pudesse obter maior possibilidade de alcançar este poder.

Acreditamos também ser possível percebermos o abandono de Padilha aos seus antigos aliados. O deputado, cada vez mais acomodado ao poder vigente e se distanciando de antigos companheiros que, naquele momento, seriam incômodos, continuou sua cruzada conservadora e autoritária, mas desta vez com o respaldo do Estado brasileiro. A ditadura militar foi um momento muito curioso para o movimento integralista, pois enquanto alguns de seus antigos membros disputavam a paternidade do movimento, Padilha, assim como outros, procurava se acomodar da melhor forma possível e aproveitar o acesso que os integralistas conseguiram para interferirem no jogo político de acordo com suas crenças. Mesmo que essas interferências não causassem grandes mudanças no comportamento do regime, havia uma forte conjugação de valores e concordância de ideias. Portanto, defendemos que a ditadura não era integralista, muito menos fascista, mas concordava com várias ideias e dava livre acesso aos antigos elementos integralistas que podiam, indiretamente, impor finalmente sua visão de mundo.

Mediante tais evidências, concluímos que a chamada herança integralista foi carregada pelos seus membros após a liberalização democrática. Acompanhando o posicionamento ideológico de Raymundo Padilha, foi possível perceber que o traço mais forte carregado pelo militante era o anticomunismo. É claro que, num mundo dominado pela Guerra Fria, o anticomunismo aflorava até mesmo como política de Estado. Porém, para nós, a presença de ex-integralistas na estrutura estatal e na política só fez prosperar o anticomunismo que já possuía terreno fértil no Brasil. É importante notarmos que a ideologia integralista e o Estado brasileiro estiveram muito próximos em vários momentos das décadas de 1940, 1950 e 1960, tendo a linha que separa a ideologia militante do servidor republicano se misturando constantemente.

Além do anticomunismo, outras pautas conservadoras e autoritárias defendidas pelos integralistas foram sendo absorvidas pelos demais grupos que comungavam tais princípios, como a valorização do nacionalismo ufanista, a defesa dos valores cristãos e familiares, a crença na incapacidade de autodeterminação do povo e na visão de que foram escolhidos para guiarem o Brasil rumo ao seu inexorável destino de sucesso perante o conserto das nações. Estes valores estiveram presentes não só nas propostas do PRP, mas nos discursos dos deputados udenistas e, posteriormente, na posição política adotada pela ditadura militar.

A relação entre Padilha e o regime dos generais permitiu ao ex-integralista assumir o protagonismo político tão almejado desde os tempos de militância petropolitana. O deputado conseguiu grande destaque ao ser um fervoroso defensor dos ideais “revolucionários”, seja pela crença ideológica, seja por estratégia política. A verdade é que Raymundo Padilha alcançou o auge do seu poder político nesse período e cumpriu satisfatoriamente seu papel, chegando ao posto de presidente da Comissão de Relações Exteriores e, posteriormente, líder do governo na câmara. Numa ditadura, funções dessa natureza não são confiadas a pessoas que não estejam alinhadas

ideologicamente ao pensamento do regime. Portanto, acreditamos que neste período, o sucesso político de Padilha se deveu também ao matrimônio entre ele e a ditadura.

No tocante às memórias dos integralistas, foi possível identificarmos duas questões importantes. A primeira delas foi a de que a ditadura não se preocupava com o passado de seus membros, haja vista que acomodou em suas fileiras elementos ligados ao colaboracionismo nazista, caso como o de Padilha. Autoritário como era, o regime não necessitava dar explicações sobre quem confiava, nomeava ou empossava. Fazia parte do *modus operandi* que a vontade dos generais prevalecesse, sem questionamentos. Portanto, concluímos que a ditadura não se ocupou em apagar o passado integralista de seus membros, pois não era fundamental para eles se preocuparem em rebaterem acusações, na medida em que a imprensa estava sob censura e qualquer acusação que viesse a desestabilizar o regime era facilmente debelada por força do arbítrio.

Por outro lado, percebemos que não podemos falar em apagamento por completo da memória dos integralistas quando tínhamos órgãos de imprensa nos quais, sempre que necessário, ao se referirem aos antigos militantes do credo verde, lembravam de seu passado aos seus leitores. Quando não, o próprio Plínio Salgado fazia questão de lembrar, como assinala a *Tribuna da Imprensa*:

Quando disse aqui, alguns meses atrás, que os integralistas estavam carejando o poder, alguém respondeu que eu estava vendo fantasmas. Pouco depois, Plínio Salgado ciscava a Comissão de Educação da Câmara e punha de novo o integralismo nas manchetes.

Chego a São Paulo e fico sabendo que os integralistas estão saindo do vôo rasteiro e promovem concentrações nas grandes cidades do interior do Estado, comandados por um ilustre pavão do Estado do Rio, Antônio de Almeida Morais Júnior.

Não pensem que eles estão brincando de animar terreiro, não. A coisa é mais séria do que pode parecer. O galináceo Plínio Salgado diz e assina, com todas as letras, na entrevista à *Veja*:

1 – “O integralismo está vivo. Ainda estamos organizados em todo o Brasil. Apenas não temos mais atividades públicas. Somos perto de 700 mil. Menos em quantidade do que em 37, mas mais em qualidade por que, agora, muitos que eram jovens estudaram e se tornaram grandes homens. No momento em que eu quiser poderei mobilizá-los.

2 - Na década de 30, nós tínhamos uns 800 oficiais. Hoje, fiéis mesmo, um 100. A maioria, de coronel para baixo, mas tenho também ligações com generais, como o Olímpio Mourão Filho, almirantes.

3 - Somos quase 100 na Câmara dos Deputados. Aliás, o deputado Pedro Marão está fazendo um levantamento da nossa força, contando quantos parlamentares têm realmente inspiração integralista e são fiéis a ela.

4 - O integralismo tem também representante no Executivo, mas prefiro não citar nomes. Ainda não estamos no governo, mas do jeito que vai indo...

5 - Dedo-me ao trabalho das comissões e abandonei o plenário para não me comprometer. Mas outros companheiros continuam no plenário e com destaque, como líder Raimundo Padilha”.

Pois é. E dizer que no cemitério de Pistória há mais de 500 jovens brasileiros que ficaram lá, enterrados, pensando que estavam enterrando de vez o poder verde do nazi-fascismo. (*Tribuna da Imprensa*, 20/05/1970).⁷⁷

Como Gonçalves⁷⁸ mesmo afirma, embora tenhamos um número mais atualizado por conta das pesquisas de Oliveira⁷⁹, “a ‘mania de grandeza’ de Plínio Salgado é uma das dificuldades que a historiografia encontra para ter precisão de alguns dados, pois muitos documentos oficiais foram perdidos, restando a palavra do ‘Chefe’”. Mesmo assim, é possível perceber nessa fala uma satisfação pessoal em poder

77. Leandro Pereira Gonçalves (2015: 371) também menciona trecho desta fala à revista *Veja* em 1970.

78. GONÇALVES, Leandro Pereira. Corporativismo e Transnacionalismo na ARENA: Portugal como Inspiração na Ação Parlamentar de Plínio Salgado. In: *Tempos Históricos*. v. 19, p. 358-377, 2015. p. 371

79. OLIVEIRA, Alexandre Luís de. *Do Integralismo ao Udenismo: a trajetória política de Raimundo Padilha*. Dissertação de Mestrado. Orientador: Leandro Pereira Gonçalves. Juiz de Fora: PPGH - UFJF, 2014.

contar com uma suposta militância, ainda ativa, e disposta a lutar pelos ideais do sigma. Mas, de acordo com nossa pesquisa, acreditamos que Padilha já não comungasse mais dos mesmos desejos, uma vez alojado no seio do poder.

Assim como os políticos de oposição também tentavam, acreditando numa possível fragilidade do passado dos militantes, buscarem enfraquecê-los. Concluímos, então, que mesmo que a ditadura tivesse um plano esquematizado para abafar o passado integralista de seus membros, a imprensa, os políticos de oposição, a batalha dos discursos e, às vezes, o próprio Salgado, não permitiram que isso acontecesse. O que pudemos perceber, pelo menos até o ano de 1970, é que não houve um projeto de apagamento de memória, e sim um silenciamento autoritário da oposição que, vez ou outra, ainda conseguia apontar as fragilidades dos apoiadores do regime, mesmo que isso não trouxesse resultados práticos. O regime parecia não se importar com as críticas dirigidas aos seus apoiadores. Não houve uma estratégia pensada propositalmente. A ditadura apenas agiu como agem os regimes autoritários.

Portanto, acreditamos que estudar a trajetória política de elementos integralistas que participaram ativamente da ditadura militar é um trabalho que ainda necessita de maiores contribuições de outras pesquisas que possam abarcar outros membros que tiveram destaque neste período, ou ainda, ampliarmos o período a ser estudado. Pesquisas dessa natureza são cada vez mais necessárias para trazer uma reflexão não só sobre de onde a ditadura veio, mas principalmente tentarmos entender o nosso presente, farto de soluções autoritárias para os problemas que flagelam nosso país. Fato é que o aumento dos estudos sobre a ditadura militar nos últimos anos, mesmo com a contraofensiva reacionária que tem obtido espaço considerável no Brasil, pode nos permitir que instruamos as nossas gerações futuras. Para que, definitivamente, não se esqueça. Para que, definitivamente, nunca mais aconteça.

Fontes

Arquivo Municipal de Rio Claro – Correspondências Plínio Salgado;

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – Fundo Polícia Política;

Blue Book on Argentina: Consultation Among the American Republics With Respect to the Argentine Situation: Memorandum of the United States Government, Washington, D.C., February 1946;

Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas (sítio);

Hemeroteca da Biblioteca Nacional:

Correio da Manhã; Diário de Notícias; Jornal do Brasil; O Fluminense. Consultadas edições entre 1940 e 1949. Palavras-chaves “Raymundo Padilha”, “Raimundo Padilha” e “Livro Azul”;

Tribuna da Imprensa; Ultima Hora. Consultadas edições entre 1960 e 1969. Palavras-chaves “Raymundo Padilha”, “Raimundo Padilha”;

Manifesto de Plínio Salgado. 7 de Setembro de 1941. Dossiê Integralismo – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro;

SALGADO, Plínio. Correspondência a Loureiro Junior, 4 de maio de 1946 (APMRC PiPrP 04.05.46/2 - 1946_05_0010) apud OLIVEIRA, Alexandre. *Do Integralismo ao Udenismo: A Trajetória Política de Raymundo Padilha*. Dissertação de Mestrado. Orientador: Leandro Pereira Gonçalves. Juiz de Fora: UFJF, 2014;

Referências Bibliográficas

ABREU, Alzira Alves de. et. al. (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Verbete: Adauto Lúcio Cardoso*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 08/02/2020.

_____. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Verbete: Átila Soares*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 23/05/2019.

_____. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Verbete: Odílio Denys*. In: Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 23/05/2019.

- _____. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Verbete: Ranieri Mazzilli*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 08/02/2020.
- _____. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Verbete: Sílvio Heck*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 04/02/2020.
- BARBOSA, Jefferson Rodrigues. Integralistas e a Defesa do Intervencionismo Militar: da Apologia e Colaboração à Nostalgia da Ditadura. In: BARBOSA, Jefferson Rodrigues Barbosa; GONÇALVES, Leandro Pereira; VIANNA, Marly de Almeida Gomes; CUNHA, Paulo Ribeiro (orgs.). *Militares e Política no Brasil*. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2018.
- BENEVIDES, Maria Victória M. A União Democrática Nacional. In: FLEISCHER, David Verge (org). *Os Partidos Políticos no Brasil*. Brasília: Editora UNB, 1981.
- BERTONHA, João Fábio. *Integralismo. Problemas, perspectivas e questões historiográficas*. Maringá: EDUEM, 2014.
- _____. *O Integralismo e sua história: memória, fontes, historiografia*. Salvador: Editora PontoCom, 2016.
- _____. Os integralistas pós-1945. A busca pelo poder no regime democrático e na ditadura (1945-1985). *Diálogos*. Maringá, v. 13, p. 63-82, 2009.
- _____. Plínio Salgado, Os Integralistas e a Ditadura Militar. Os Herdeiros do Fascismo no Regime dos Generais (1964-1975). *História e Perspectivas*. Uberlândia (44): 1-478, jan.jun. 2011.
- _____. Sobre Fascismos e Ditaduras: A Herança Fascista na Formatação dos Regimes Militares do Brasil, Argentina e Chile. In: *Rev. hist. comp.*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 203-231, 2015.
- BRILL, Paulo. *Raymundo Padilha/ seleção de discursos e introdução por Paulo Brill*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2006. (Perfis Parlamentares; n. 46).
- CALIL, Gilberto Grassi. *O integralismo no pós-guerra: a formação do PRP*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.
- _____. CALIL, Gilberto Grassi. Os Integralistas e o Golpe de 1964. In: *História & Luta de Classes*, n. 1, 2005, p. 55-76.
- CORDEIRO, Janaína M. *Direitas em Movimento: a Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

- DREIFUSS, René Armand. 1964: *A Conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. A fusão do Rio de Janeiro, a ditadura militar e a transição política. In: ABREU, A. A. (Org.). *A democratização no Brasil: atores e contextos*. Rio de Janeiro: GV, 2006. cap. 6, p. 163-203.
- FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.
- _____. *O Golpe de 1964. Momentos Decisivos*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2014.
- GONÇALVES, Leandro Pereira. *Plínio Salgado: um intelectual entre Portugal e o Brasil (1895-1975)*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.
- _____. Corporativismo e Transnacionalismo na ARENA: Portugal como Inspiração na Ação Parlamentar de Plínio Salgado. In: *Tempos Históricos*. v. 19, p. 358-377, 2015.
- HILTON, Stanley E.. *Suástica Sobre o Brasil. A História da Espionagem Alemã no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1977.
- LOURENCO NETO, S.. Entre Chapultepec e o Rio de Janeiro: o “problema argentino”, o Livro Azul e suas repercussões. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, v. 22, p. 231-231, 2017.
- MIRANDA, Gustavo Felipe. Os integralistas: suas organizações e atuação no Rio de Janeiro (1938-1947). *Anais do XXIV Simpósio Nacional de História da Anpuh*. Ed. Anpuh: 2007.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em Guarda Contra o “Perigo Vermelho”: o Anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.
- MOURA, Gérson. *Sucessos e ilusões*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1991.
- OLIVEIRA, Alexandre Luís de. *Do Integralismo ao Udenismo: a trajetória política de Raimundo Padilha*. Dissertação de Mestrado. Orientador: Leandro Pereira Gonçalves. Juiz de Fora: PPGH - UFJF, 2014.
- PADILHA, Raymundo. *O Integralismo e o PRP: (discursos)*. Rio de Janeiro, 1946.
- RAMOS, Diego da Silva. *A UPPES e sua Relação com a Ditadura Militar (1968-1978)*. Dissertação de Mestrado. Orientador: Sydenham Lourenço Neto. São Gonçalo: PPGHS – UERJ/FFP, 2015.
- REZNIK, Luís. *Democracia e Segurança Nacional: a Polícia Política no Pós-Guerra*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

SOUZA, Thiago Nogueira. A Mobilização das Direitas na Câmara dos Deputados (1961-1965). In: *História e Cultura*, Franca, v. 5, n. 3, p. 224-242, dez. 2016.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castello (1930-1964)*. Trad. Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

STEPAN, Alfred. *The Military in Politics. Changing Patterns in Brazil*. Princeton: Princeton University Press, 1971.

TRINDADE, Hélgio. O Radicalismo Militar em 64 e a Nova Tentação Fascista. In: SOARES, Gláucio Ary Dilon; D'ARAUJO, Maria Celina. *21 Anos de Regime Militar: Balanços e Perspectivas*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1994.

_____. Sociedade de Estudos Políticos – SEP. In: ABREU, Alzira Alves de. et. al. (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

VASCONCELLOS, Gilberto. *A Ideologia Curupira*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1979.

FORÇAS ARMADAS E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA ENTRE A REDEMOCRATIZAÇÃO E O FENÔMENO DO BOLSONARISMO (1985-2021)¹

Jean Rodrigues Sales

Rafael Araujo

Considerações iniciais

No relatório de acompanhamento das democracias latino-americanas divulgado em dezembro de 2018 pela Fundação Latinobarômetro, a insatisfação com as democracias latino-americanas alcançou 72% dos entrevistados. Este índice expressou o maior nível de descontentamento com os sistemas políticos regionais identificado pela organização desde que suas aferições foram iniciadas, em 1995².

Esta pesquisa embasou uma tendência que identificamos na América Latina desde o início da segunda década do século XXI: o paulatino desgaste dos pactos de conciliação de classes articulados pelos

1. Este capítulo aprofunda algumas análises originalmente feitas no capítulo *Uma análise da relação entre a política interna e a política externa brasileira no governo Jair Bolsonaro* que integra a coletânea *Política Externa do Governo Bolsonaro* organizada por Fernanda Nanci Gonçalves, Gustavo do Amaral Loureiro e Beatriz Bandeira de Mello, publicada em 2022 pela editora Lemos Mídia.

2. *Informe Latino Barometro*, 2018. Disponível em: https://www.latinobarometro.org/latdocs/INFORME_2018_LATINOBAROMETRO.pdf acesso: 10 de dezembro de 2018.

governos de esquerda inseridos na denominada “onda rosa”³. À exceção da Revolução Bolivariana liderada por Hugo Chávez, as demais experiências governamentais de centro-esquerda perderam o apoio de uma parcela da sua base social, entre outras razões, por aglutinar antagônicos interesses de classes.

Em nome da governabilidade, as concessões políticas aos “antigos adversários” possibilitaram negativas consequências para a centro-esquerda, dentre as quais destacamos: a burocratização, a corrupção, a fetichização do poder e a cooptação de entidades sociais, como as estudantis e as sindicais. Tais aspectos esfacelaram o apoio aos governos de esquerda e aos sistemas políticos regionais, aos quais também contribuíram o frágil crescimento econômico observado após 2014. Segundo dados da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), a América Latina, entre 2014 e 2019, teve um crescimento econômico em torno dos 0,4%. Este baixo índice elevou a pobreza regional, que no mesmo período saltou de 27,8% para 30,8% do total da população latino-americana.⁴

A deterioração socioeconômica impulsionou o descontentamento com as democracias latino-americanas, conforme observamos anteriormente. Com isso, a região conectou-se ao fenômeno de “crise das democracias” diagnosticado nos Estados Unidos e na Europa por autores como Castells (2018), Levitsky e Ziblatt (2018) e Przeworski (2020). O “declive das democracias” possibilitou o fortalecimento

3. A expressão “onda rosa” refere-se ao momento político da história latino-americana ocorrido no início do século XXI. A partir da eleição de Hugo Chávez, assistimos a uma sucessão de vitórias em diversos escrutínios de lideranças políticas de esquerda. Embora apresentassem perspectivas políticas e programáticas diferenciadas, consistiram em experiências plurais e anti-sistêmicas que marcaram um novo período da nossa história. Em razão disso, presenciamos o predomínio político da esquerda na região. Para um aprofundamento deste debate, ver: Silva, Fabrício Pereira da. *O Fim da Onda Rosa e o Neogolpismo na América Latina*. Revista Sul-Americana de Ciência Política, v. 4, n. 2, 2018, PP. 165-170.

4. **Balance Preliminar de las Economías de América Latina y el Caribe (2019).** Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/45000-balance-preliminar-economias-america-latina-caribe-2019> Acesso: 10 de março de 2020.

das direitas; corroborou para o apoio a líderes políticos autoritários, como Jair Bolsonaro (Brasil), Luis Fernando Camacho (Bolívia) ou Jose Antonio Kast (Chile); e reavivou as melancólicas páginas do passado de golpes de Estado, como os ocorridos no Brasil (2016) ou na Bolívia (2019).

Além do esgotamento do pacto de conciliação de classes e da degradação socioeconômica, cooperaram para o quadro de crise das democracias latino-americanas os seguintes elementos: (i) a corrupção dos sistemas políticos; (ii) a incapacidade de atendimento do “horizonte de expectativas dos cidadãos”, como o acesso ao emprego e à moradia e a (iii) a oferta de péssimos serviços públicos nas áreas de saúde, educação, transportes e infraestrutura. Combinados, estes aspectos tornaram-se explosivos e, além de fortalecer as direitas e as retóricas autoritárias, alavancaram rebeliões populares, como as verificadas no último trimestre de 2019 na Colômbia, Equador, Haiti e, especialmente, Chile.⁵

Como afirmou Przeworski “alguns aspectos sustentam as reflexões sobre a crise da democracia. Dentre eles, sublinhamos os seguintes: (i) perda de apoio dos partidos políticos; (ii) diminuição da confiança popular nas instituições democráticas e nos políticos; (iii) conflitos explícitos entre as instituições e (iv) incapacidade de manutenção da ordem pública sem repressão. Identificamos estes componentes ao avaliarmos as democracias regionais a partir de 2014, momento no qual ficou agudizou-se a crise de representação política, aspecto este fundamental para as recentes mobilizações populares e para o próprio fortalecimento das direitas.

A instabilidade política reavivou o golpismo entre as elites latino-americanas. Assim, a solução para as crises políticas e para as disputas

5. Para um aprofundamento da análise sobre as rebeliões latino-americanas no último trimestre de 2019, consultar Wasserman (2020)

6. PRZEWORSKI, Adam. Crises da Democracia. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 36-37

políticas com a centro-esquerda se deu com a ruptura institucional, como diagnosticado nos casos brasileiro e boliviano. No entanto, diferentemente das experiências transcorridas entre as décadas de 1950 e 1970, as Forças Armadas não protagonizaram as rupturas institucionais. Elas chancelaram e apoiaram as sedições, o que não as tornaram menos relevantes para os infelizes desfechos. As descontinuidades governamentais foram conduzidas, centralmente, pelos poderes legislativo e judiciário com o apoio de segmentos da sociedade civil, grande mídia e frações abonadas da classe média. Além disso, para o caso brasileiro, como veremos adiante, a ação coordenada do capital financeiro e industrial em torno de reformas ultraliberais, juntamente com a presença perene dos militares na política desde a abertura política, constituem elementos incontornáveis para a compreensão tanto do protagonismo atual das Forças Armadas na política, quanto da presença da extrema-direita na cena pública.

O instável contexto político latino-americano nos levou a refletir sobre a história recente brasileira. Esta caracterizou-se, após 2013, pelo ativismo político dos militares, pela reorganização de grupos da extrema-direita em torno da figura de Jair Bolsonaro e pela intensificação da polarização política e luta de classes em nosso país. A reflexão sobre esses temas nos levou à construção deste capítulo, que avaliará a participação política dos militares na Nova República e o fenômeno do Bolsonarismo. Uma questão tangencia a nossa análise, conforme debateremos em nossas considerações finais: podemos ou não considerar o bolsonarismo como uma expressão do fascismo latino-americano?

1 - Os militares e a nova república (1985-2021): algumas reflexões

A conjunção do ativismo civil, crise econômica e um favorável contexto internacional contribuiu, durante a década de 1980, para o esgotamento das ditaduras sul-americanas iniciadas nos anos 60' do século

XX. Naquele contexto, a democracia liberal-representativa afirmou-se enquanto um valor universal para grande parte das nossas sociedades, que se encontravam em efervescência política pelas denúncias de torturas, violações aos direitos humanos e limitações à participação política impostas pelos regimes de exceção. Internacionalmente, a mudança na política externa norte-americana, deixando de apoiar os regimes ditatoriais do continente, ajudou na transformação das transições democráticas nos anos 1980 em fenômeno transnacional. Desta forma, a democracia e as suas instituições foram identificadas por grupos da sociedade civil enquanto instrumentos fundamentais para a superação da nossa crônica instabilidade política, que pode ser observada na sucessiva ocorrência de golpes de Estado que, historicamente, marcaram as nossas repúblicas.

Nos anos 80', de uma maneira geral, afirmou-se a construção de um ordenamento político sustentado no consenso, na negociação e no pluralismo das ideias. Estas assertivas foram fundamentais na transição das ditaduras para as democracias. Apesar das inúmeras convergências, surgiram, naquela ocasião, importantes debates e divergências acerca do modelo de democracia e, em razão disso, dos limites e das contradições contidas em cada arquétipo. Centralmente, duas visões sobre o tema foram apresentadas. Embora diferenciadas, elas não foram excludentes. Na verdade, ambas podem ser identificadas enquanto etapas distintas para a consolidação desse regime.

A primeira sustentava-se na formalidade institucional e em regras eleitorais que mobilizaram os seguintes temas: pluripartidarismo, igualdade política, eleições periódicas, alternância de poder e livre participação cidadã. Este olhar privilegiava a democratização, as regras do procedimento eleitoral e as instituições, sobretudo, as representativas. Já a segunda corrente, valorizou as dimensões econômica, social e cultural e o fomento aos instrumentos de participação popular. O atendimento de demandas sociais pelo Estado, a distribuição de renda, o desenvolvimento econômico e o impulso à ampla

mobilização cidadã, com o incremento das formas e mecanismos efetivamente participativos, foram almejados⁷.

A maneira com a qual foram solucionadas as tensões entre os governos autoritários e a resistência civil condicionou as formas de transição para as democracias. Influenciaram nesses processos a capacidade de mobilização das oposições, o contexto internacional, a situação socioeconômica de cada país e as articulações entre as cúpulas militares e civis. Identificamos, assim, dois modelos de transição na região, a saber: por colapso e pactuada. Na primeira, os militares foram incapazes de atuar politicamente, de impor as suas condições e de assegurar o triunfo eleitoral de forças políticas a eles vinculadas, como ilustra o caso argentino. No segundo caso, os militares tiveram considerável influência na transição e houve resistências da burguesia a profundas mudanças políticas que aprofundassem a democracia. Presenciamos, ainda, a negociação de acordos entre os dirigentes de distintas forças políticas e os segmentos mobilizados da sociedade civil, que não assumiram o protagonismo na mudança de regime⁸.

A nossa redemocratização insere-se no segundo modelo. Em razão disso, foram resguardados alguns privilégios dos segmentos políticos que apoiaram a ditadura. A permanência de resquícios autoritários dificultou a consolidação da democracia e auxiliou para que a tutela militar, característica de nossa história republicana, permanecesse.

As ações em direção à abertura realizadas pelos dois últimos presidentes da nossa ditadura civil-militar, Ernesto Geisel (1974-1979) e João Figueiredo (1979-1985), guardam, porém, grande peculiaridade no contexto mais amplo da América Latina. Entre outros elementos, vale destacar o que a bibliografia mais recente tem apontado a

7. ANSALDI, Waldo; GIORDANO, Verónica. Historia de América Latina: una perspectiva sociológico-histórica, 1880-2006: *Crónica del siglo XX*. Madrid: Dastin, 2006.

8. O'DONNELL, Guillermo. *Transições, continuidades e alguns paradoxos*. IN: REIS, Fabio Wanderlei e O'DONNELL, Guillermo. *A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*. São Paulo, Vértice, 1988.

respeito do protagonismo dos militares na direção do processo de abertura brasileiro⁹. Em outras palavras, ainda que movimentos sociais organizados tenham influído no ritmo do processo de abertura, principalmente a partir de 1977, a definição dos passos iniciais foi dada pelos militares.

Um exemplo marcante desse protagonismo militar no processo de abertura é o fato dele ter sido anunciado em 1974, quando o regime militar estava fortalecido, com as oposições silenciadas e as consequências da crise econômica ainda não eram evidentes. A força dos militares transparece claramente nas idas e vindas da política de abertura, ora aceitando as críticas da oposição, ora desfechando duros golpes contra aqueles que se opunham ao regime, particularmente os militantes de partidos políticos identificados com o comunismo, como foram os casos da eliminação dos guerrilheiros do Araguaia¹⁰ e dos membros do Partido Comunista Brasileiro (PCB) presos, em 1975, em São Paulo¹¹.

A revogação dos Atos Institucionais e a Lei da Anistia simbolizaram as “acomodações, as negociações e os arranjos”¹² ensejados em nossa abertura política. Essas medidas imobilizaram os riscos de

9. Cf. MOTTA, R. P. S. *Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro, Zahar, 2021.

SCHURSTER, K. y Teixeira Da Silva, F. C. (2021). *Militares e bolsonarismo: um caso da transição falhada e democracia inacabada*. Relaciones Internacionales, 30(60), 130. <https://doi.org/10.24215/23142766e130>

NAPOLITANO, M. 1964. História do Regime militar brasileiro. São Paulo, Editora Contexto, 2014.

CODATO, A. N. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. *Revista de Sociologia Política*. Curitiba, n. 25, p. 83-106, nov. 2005.

10. SALES, J. R. Entre a revolução e a institucionalização: uma história do Partido Comunista do Brasil. São Paulo, EDUSP, 2020.

11. MOTTA, R. P. S. *Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro, Zahar, 2021.

12. RIDENTI, Marcelo. *As oposições à ditadura: resistência e integração*. IN: REIS FILHO, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *A ditadura que mudou o Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 2014, 1^a Edição. P. 64

ações judiciais ou expurgos para os agentes do regime de exceção. Mais do que concessões, as leis representam o controle dos militares sobre o processo político, o que permitiu que órgãos ou instrumentos legais do regime de exceção continuassem existindo ou fossem conservados em nossa pactuada democracia. Como exemplos, citamos a permanência, até março de 1990, do Serviço Nacional de Informações (SNI), a não revogação da versão da Lei de Segurança Nacional (LSN) elaborada em 1983 e a manutenção do regulamento disciplinar das polícias militares.

As oposições ao regime, por outro lado, sabiam que poderia haver um retrocesso no processo de abertura, mesmo que momentâneo e liderado por setores minoritários das FA, o que as levava a negociar a legalidade possível com os militares. E o risco não era pequeno, basta lembrarmos das dezenas de ataques a bombas em bancas de jornais e na ABI, o atentado do Rio Centro e o próprio cerco de Brasília pelos militares por ocasião da votação emenda Dante de Oliveira. Por outro lado, grande parte das oposições estava preocupada com a agenda do retorno dos exilados e da criação e ampliação de partidos políticos, deixando em segundo plano aspectos sensíveis aos militares, chamado pelas Forças Armadas de “revanchismo”.

As características da nossa redemocratização fizeram com que a estratégia de abertura política fosse, em suas regras e lógicas de desenvolvimento, aceitas pela maioria dos opositores. O controle militar e a lenta transição, em que pese considerarmos a forte pressão dos segmentos organizados da sociedade civil a partir do final dos anos 1970 (como diagnosticado nos exemplos do Movimento Feminino pela Anistia (MFA), Comitês Brasileiros pela Anistia (CBA), retomada do Movimento Estudantil, o Novo Sindicalismo e novas pautas públicas, como as do movimento negro, movimentos feministas, entre outros), reforçaram práticas políticas tradicionais da nossa história política, dificultando a construção e a consolidação da nossa democracia

e explicam em grande parte a permanência do protagonismo militar na política brasileira na Nova República.

Esses aspectos fizeram com que distintos segmentos que sustentaram a ditadura não ficassem imobilizados ou isolados na Nova República. Os compromissos e os arranjos institucionais propiciaram às forças civis e militares que sustentaram aquele regime perpetuarem as suas conexões políticas e terem uma considerável atuação institucional.

Como analisou Napolitano (2015), ao final da Ditadura Militar, foi constituída uma memória hegemônica sobre o regime militar que isolava os setores mais autoritários das Forças Armadas e unia a oposição liberal, a imprensa e as esquerdas. Acrescentamos ao argumento do autor, que nesta memória hegemônica crítica ao regime militar, torna-se difícil identificar quem apoiou o golpe e deu sustentação ao regime. Esse arranjo auxilia na explicação das características de nossa abertura política.

Por fim, de acordo com Schurster e Teixeira da Silva (2021, P. 11), houve grupos que não aceitaram a redemocratização, tornando-se nostálgicas de uma falsa “idade do ouro, “idealizada, da ditadura”. O elogio ao passado ditatorial e o seu enaltecimento avolumaram-se durante as crises institucionais da Nova República, contribuindo para o fortalecimento da influência dos grupos de direita e extrema-direita junto a parcelas da sociedade civil. Tais aspectos também devem ser considerados nas reflexões sobre a nossa “inacabada” democracia, sobretudo, ao tentarmos compreender o protagonismo político das direitas após as jornadas de junho de 2013.

2 – As relações entre as Forças Armadas e o sistema político na Nova República

Examinar e compreender os vínculos entre os militares e os grupos políticos na Nova República consiste em uma difícil tarefa. As divergências existentes entre parcelas da sociedade civil e os militares geraram mútuas desconfianças que insuflaram os ressentimentos em ambos

os lados, principalmente, entre aqueles que questionam a impunidade desse processo. Na visão daqueles, a nossa redemocratização foi marcada pelo não julgamento das violações aos direitos humanos cometidos por agentes do Estado e, por isso, a ausência de punições aos membros do regime de exceção dificultaria a pacificação nacional e a edificação de um futuro que (re) aproximasse civis e militares.

Coopera para a permanência dessas animosidades outro elemento. A postura acrítica das instituições militares acerca das suas violentas ações, em especial, contra as frações mais radicalizadas das oposições ao regime de exceção é o mais relevante. Esse posicionamento desconsidera a necessária autocrítica sobre as violações constitucionais, as torturas e os assassinatos perpetrados por agentes do estado. Destacamos a postura favorável ao esquecimento desses sensíveis temas do passado, como se tais acontecimentos pudessem ser simplesmente omitidos em nome de um futuro de prosperidade e de unidade nacional. De todo modo, conforme aponta acima, a forma como seu de abertura política, sob controle dos militares no poder, explica em grande parte a presença constante dos militares na política brasileira.

Contribui para isso, ainda, a defesa dos violadores dos direitos humanos em nome de um despropositado e anacrônico corporativismo por parte de membros das Forças Armadas. Como exemplo recente, nos referimos ao enaltecimento do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra. Apesar do seu vínculo às sessões de tortura e aos casos de abuso de autoridade ocorridas no Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do II Exército da cidade de São Paulo -, sua figura é elogiada, perante à opinião pública, por militares. As remissões a sua figura são contínuas. Ele já foi chamado por Jair Bolsonaro e Hamilton Mourão, por exemplos, de “herói”, “homem de honra” e “respeitador dos direitos humanos”.¹³

13. *Em despedida, general elogia Ustra e promete apoio a Bolsonaro*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/02/em-despedida-general-mourao-chama-coronel-ustra-de-heroi.shtml>

Esse posicionamento, que deveria ser combatido e não exaltado, desrespeita a memória dos vitimados pela ditadura e suas enlutadas famílias. Outrossim, auxiliam para dificultar a convivência harmoniosa e cooperativa entre militares e civis, tendo em vista pertinentes temas nacionais, como, por exemplo, o combate ao crime organizado, a defesa fronteiriça e as relações internacionais; matérias que deveriam ser tratadas de maneira cooperativa entre ambos os segmentos.

Outra reflexão relevante refere-se à influência política dos militares após a redemocratização. Uma questão que suscita discussões e deve ser refletida é a seguinte: a tutelagem das Forças Armadas sobre a democracia, que permeia a nossa história republicana, foi desarticulada na Nova República? Os acontecimentos ocorridos entre as jornadas de junho de 2013 e a eleição para a presidência de Jair Bolsonaro, em outubro de 2018, delegam significância a essa análise.

No caso da presença dos militares, é possível afirmar que nunca estiveram completamente submetidos aos pesos e contrapesos da democracia, aparecendo constantemente como uma instituição que paira acima das demais. As características da nossa transição fizeram com que houvesse uma ascendência dos militares sobre a nossa democracia. Não houve uma completa desconexão da política pelos militares e a restrição da corporação às suas funções profissionais tradicionais, como a defesa das fronteiras estatais. A preeminência militar sobre as instituições estatais, que contornou o nosso republicanismo, manteve-se. Não houve um pleno retorno aos quartéis ou o completo afastamento da caserna da vida política nacional. A sombra castrense sobre as nossas instituições consolidou-se como uma marca indelével.

Acesso: 01 de março de 2018 e *Bolsonaro volta a chamar Ustra de 'herói nacional' e recebe viúva no Planalto*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/08/bolsonaro-volta-a-chamar-ustra-de-heroi-nacional-e-recebe-viuva-no-planalto.shtml> Acesso: 09 de agosto de 2019.

Como observaram Melo Filho e Zaverucha¹⁴, inúmeros legados autoritários permaneceram em nossa democracia. Estes podem ser diagnosticados na continuidade de “regras, procedimentos, padrões, disposições, relacionamentos e memórias originadas em um passado de bem definidas experiências autoritárias, criadas ou aperfeiçoadas durante o regime militar, por interessar ao governo autoritário e/ou às Forças Armadas como instituição”. Como debatido pelos autores, esses instrumentos sobreviveram ao fim do regime autoritário e estão presentes, de maneira integral ou parcial, em alguns instrumentos legais, como o Código Penal Militar ou a Lei de Segurança Nacional (LSN).

Em obra anterior a esta, Zaverucha¹⁵, identificou que a perpetuação de enclaves autoritários no interior do aparelho estatal fez com que a nossa democracia não se consolidasse plenamente. A autonomia institucional e política dos militares, a interferência na relação entre o Estado, sociedade civil ou a sociedade política e o controle independente das áreas consideradas estratégicas ilustram a tutela sobre a democracia, pois, segundo o autor, os componentes das três Forças agem motivados por suas visões de mundo e se veem enquanto guardiães da democracia.

Como analisaremos posteriormente, alguns episódios transcorridos ao longo da Nova República, em especial após 2013, fazem com que nos aproximemos das avaliações de Zaverucha e nos afastemos da abordagem de Hunter¹⁶. Este autor, ao avaliar a nossa pactuada transição e as características do novo regime, não diagnosticou nesse

14. MELO FILHO, Hugo Cavalcanti e ZAVERUCHA, Jorge. *LOMAN: Um legado autoritário civil-militar do regime militar*. Revista Teoria & Sociedade, nº 24, Volume 01, Janeiro-Junho de 2016. P. 114.

15. ZAVERUCHA, Jorge. *Rumor de Sabres. Tutela Militar ou Controle Civil?* São Paulo, Editora Ática, 1994.

16. HUNTER, Wendy. *Eroding Military Influence in Brazil: politicians against soldiers*. Chapel Hill, The University of North Carolina Press, 1997.

modelo um elemento potencializador da tutelagem militar. Segundo ele, o aprimoramento das regras e normativas democráticas atenuam o seu espaço de atuação. Por outro lado, as eleições periódicas robustecem a influência política dos civis, deteriorando a proeminência dos representantes da caserna sobre a nossa política interna.

Os *lobbys* militares na transição e na constituinte fizeram com que as Forças Armadas mantivessem o seu papel legal de garantidor da ordem interna em caso de convulsões sociais. O vago e controvertido artigo 142 da Carta Magna é simbólico dessa regulação. Ele estabeleceu atribuições às Forças Armadas que extrapolam as temáticas relacionadas à segurança fronteiriça. De acordo com a Constituição, os militares podem atuar, se requisitadas por um dos poderes constitucionais, para manter a lei e a ordem internas. Em razão disso, consideramos que as suas funções na carta magna foram ampliadas, pois a defesa territorial não foi a sua exclusiva tarefa.

Ressaltamos, dessa maneira, que esse amparo legal perpetua uma possibilidade de atuação política dos militares herdada das Cartas Magnas de 1891, 1934, 1946 e 1967. O artigo 142 conserva essa possibilidade, pois a definição de um cenário que represente, de fato, ameaças à ordem é carregado de subjetividade. Esse dispositivo legal autoriza a intervenção das Forças Armadas por meio de uma solicitação perpetrada por um dos três poderes. Esta fórmula foi o artifício negociado pelos deputados constituintes para neutralizar possíveis ações autoritárias do Poder Executivo, visto que o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal (STF) também poderiam demandar interferências relacionadas à preservação da lei e da ordem interna.

O artigo 142 foi inserido na Constituição em virtude da pressão realizada pelos militares sobre as diversas forças partidárias da constituinte. A ingerência do ex-Ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, foi essencial para que essa reivindicação fosse inserida. A defesa do tema pelos membros de um grupo de partidos de centro-direita

constituído durante a assembleia, o *Centrão*, auxiliou decisivamente para a inserção desse discutível artigo em nossa Constituição¹⁷.

A possibilidade de intervenção sustentada no argumento de garantias dos poderes constitucionais é carregada de abstração. Interesses políticos podem levar a acordos carentes de legitimidade legal entre membros das Forças Armadas, dos setores produtivos e da burocracia estatal. A história de golpes de Estado do Brasil nos leva a essa ponderação.

Assim, ainda que defendamos que a Nova República estabeleceu um estável e funcional sistema democrático representativo e possua instituições consolidadas, a penúria do passado de intervenções militares permanece viva em nossa sociedade. A controversa insignia legal possibilita a utilização das Forças Armadas em nome da segurança interna. As missões de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), decorrentes do artigo 142 e que foram reguladas pela Lei Complementar 97, de 1999, e pelo Decreto 3897, de 2001, simbolizam o papel moderador das Forças Armadas, pois facilitou as atuações dos militares em nome da estabilidade institucional, segurança e ordem interna.

Apesar das nossas críticas observações acerca de uma eventual interferência política dos militares, amparadas pela Constituição, destacamos que as Forças Armadas não agiram como base nesse dispositivo em dois momentos de forte tensão da Nova República: os *impeachments* de Fernando Collor (1992) e Dilma Rousseff (2016). Em ambos os eventos, os militares mantiveram uma atenta e ativa postura e chancelaram os impedimentos dos mandatários, haja vista o papel tutelar que possuem em nossa democracia. Não podemos, porém, deixar de apontar que a instituição demonstrou seu poder ao pressionar o STF durante o julgamento de *Habeas Corpus* do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

17. Ver: CASTRO, Celso e D' ARAUJO, Maria Celina. *Militares e política na República*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001.

Todavia, ressaltamos que a crise política propiciadora do impedimento de Dilma Rousseff, em agosto de 2016, foi mais grave do que a ocorrida entre 1991-1992. Nesse último episódio, de uma maneira geral, os militares da ativa tiveram uma atitude reservada perante a opinião pública. Com exceção dos membros mais exaltados, que não se furtaram em criticar abertamente a presidente e o sistema político da Nova República, houve, de uma maneira geral, um comportamento moderado e de contemplação dos desdobramentos políticos entre a deflagração da análise do processo de impeachment por Eduardo Cunha e agosto de 2016.

Apesar disso, salientamos a existência de alguns episódios mais extremados e com contornos golpistas. Um deles foi conduzido pelo então Comandante Militar do Sul, General Hamilton Mourão. Em uma conferência no Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) de Porto Alegre (RS), em setembro de 2015, ele sublinhou a necessidade de luta patriótica e pela autoestima nacional contra a corrupção e a má gestão pública¹⁸. Embora não citasse diretamente a mandatária, a sua opinião foi proferida em um contexto de grave instabilidade política e institucional. Pelo cargo ocupado e o seu lugar de fala, suas apreciações reavivaram a penumbra da interferência militar.

Assim, ainda que tenham adotado uma postura discreta junto à opinião pública ao longo do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, a intensidade da crise política daquele período levou a encontros contínuos entre militares e autoridades políticas. Como exemplo, citamos as reuniões entre os generais Eduardo Villas Bôas e Sérgio Etchegoyen, naquele momento, respectivamente, Comandante e Chefe

18. VIZEU, Rodrigo. *General critica políticos em palestra e pede 'despertar para a luta patriótica'*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/10/1695840-general-critica-politicos-em-palestra-e-pede-despertar-para-a-luta-patriotica.shtml> Acesso: 21 de outubro de 2018.

do Estado Maior do Exército, e Michel Temer, então vice-presidente de Rousseff¹⁹.

As reuniões com Temer foram confirmados pelo próprio Villas Bôas:

O Exército acompanhou com muita atenção. Estivemos sempre neutros em relação ao processo em curso. Nossa preocupação era voltada sempre para o que pudesse causar ameaças ao que a Constituição estabelece em relação à destinação das Forças Armadas. Napoleão dizia que um exército pode ser derrotado, mas jamais ser surpreendido. Daí nossa preocupação com guardar a capacidade de antecipação. Pouco antes do *impeachment*, o vice-presidente Temer manifestou o interesse de falar conosco - Etchegoyen, Chefe do Estado-Maior, e eu. Fizemos o jantar em sua casa, na fazendinha. Durante o jantar o vice-presidente perguntou-me: "General, qual será a atitude do Exército caso se efetive o afastamento da presidente Dilma?". Respondi-lhe que iríamos cumprir o que estabelece a Constituição (...) Depois de empossado, ele me disse que a minha resposta havia sido muito importante (Villas Bôas, 2020, Pp. 145-146).

Essas reservadas conferências contribuíram para que as suposições sobre atos conspirativos e atitudes pró-golpe das Forças Armadas se disseminassem. Essas hipóteses decorrem do complexo cenário que vivíamos naquele momento. Combinavam-se contra a mandatária a deterioração das relações com as Forças Armadas e, como abordaremos no próximo tópico, uma “tempestade perfeita” que mesclou múltiplos fatores, como os casos de corrupção expostos pela politizada Operação Lava-Jato; o ponto culminante da narrativa antipetista criada por setores majoritários da imprensa brasileira; uma forte oposição do congresso nacional a Dilma; a ativa mobilização contra a mandatária por parcelas da sociedade civil; a atuação de setores

19. GODOY, Marcelo. *Etchegoyen e Villas Bôas negam ação para impeachment de Dilma*. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,etchegoyen-e-villas-boas-negam-acao-para-impeachment-de-dilma,70003498119> Acesso: 03 de novembro de 2020.

liberais da economia em busca do desmonte dos direitos trabalhistas e previdenciários; o colapso econômico-fiscal que deteriorou profundamente as condições de vida da população e, por fim, o boicote deliberado do Congresso Nacional ao governo Dilma após 2014, que inviabilizou a governabilidade do país.

A decomposição da relação entre Rousseff e os militares também contribuiu para as suspeições acerca da isenção política dos militares ocorresse. É fundamental considerarmos que as Forças Armadas cancelaram os eventos que culminaram no impedimento da ex-presidenta, pois, como afirmado por Sérgio Etchegoyen, em novembro de 2020, havia um acúmulo de insatisfações que solaparam a convivência harmoniosa com as gestões petistas após 2003. Segundo o ex-ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI): “Parece que restou a alguns personagens no seu esforço vão de encontrar uma narrativa para esconder que eles isolaram os militares, desrespeitaram-nos, encenaram uma Comissão da Verdade claramente vingativa, afrontaram a lei para usurpar competências claras dos comandantes (...)"²⁰.

O descontentamento dos militares com o Partido dos Trabalhadores (PT) iniciou-se com a aprovação do Plano Nacional de Direitos Humanos, em 2009. Agregamos a essa iniciativa os elementos descritos a seguir, alguns deles já evidenciados no posicionamento de Etchegoyen acima transcrito: I - o início, em 2012, da Comissão Nacional da Verdade e os seus debates em torno da revisão da Lei da Anistia; II - as mudanças nas competências dos comandantes das três Forças, que poderiam modificar os instrumentos promocionais dos oficiais generais, III - alterações no currículo das academias e escolas militares, conforme proposto por Celso Amorim, Ministro da Defesa de Rousseff entre 2011 e 2015, IV - o revigoramento de um anacrônico

20. GODOY, Marcelo. *Etchegoyen e Villas Bôas negam ação para impeachment de Dilma*. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,etchegoyen-e-villas-boas-negam-acao-para-impeachment-de-dilma,70003498119> Acesso: 03 de novembro de 2020.

anticomunismo no interior da caserna, em especial entre praças e oficiais subalternos. Este último posicionamento foi corporificado nas críticas a “ideologias inimigas”, como o globalismo, o marxismo cultural e as análises políticas e culturais fundamentadas no teórico marxista Antonio Gramsci. O anticomunismo foi travestido, inclusive, no repúdio ao PT que, na equivocada visão desse grupo, é identificado como uma agremiação comunista; V - o desejo dos militares em readquirirem o protagonismo perdido em nossa sociedade após a redemocratização; VI - a revogação do *status* de Ministério do GSI, em outubro de 2015, por Dilma Rousseff e VII - demandas corporativas, vinculadas à manutenção dos programas de reaparelhamento das Forças Armadas em um quadro de crise econômica, por exemplo²¹.

Algumas dessas motivações foram confirmadas pelo general Vilas-Bôas, a quem novamente recorremos para fundamentar a nossa análise. Segundo ele:

Os governos do PT, a despeito de terem nos proporcionado algum alívio orçamentário, foram aos poucos desencantando aqueles em que despertaram algum otimismo inicial. Os casos gravíssimos de corrupção, a progressiva deterioração da economia, a falta de visão de Estado, a Comissão da Verdade e a autocrítica do PT, documento elaborado em maio de 2016, pelo diretório de São Paulo, no qual reconhecem como erros não terem alterado os currículos das escolas militares, bem como por não terem interferido nas promoções provocaram um sentimento

21. Cf. BRUNEAU, Thomas e TREGENZA, Harrison. *O impacto da Comissão da Verdade nas relações civis-militares no Brasil*. Disponível em: <https://insightinteligencia.com.br/o-impacto-da-comissao-da-verdade-nas-relacoes-civis-militares-no-brasil/>. Acesso: 13 de outubro de 2020. FREIXO, Adriano de. *Os militares e o governo Jair Bolsonaro: entre o anticomunismo e a busca pelo protagonismo*. Rio de Janeiro, Zazie Edições, 2021. PEREIRA, Matheus Henrique de Faria. *Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014)*. Revista Varia História, Belo Horizonte, Vol. 31, Nº 57, p. 863-902, Set/Dez 2015. REZENDE, Pedro Paulo. *Prisão de Lula realiza sonho dos militares. Saiba por que os quartéis querem ver o PT pelas costas*. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/prisao-de-lula-realiza-sonho-dos-militares-saiba-por-que-os-quarteis-querem-ver-o-pt-pelas-costas/>. Acesso: 20 de abril de 2018.

não simpático à esquerda em geral (...) O temperamento da presidente não influenciava, porque muito pouco dos nossos integrantes tinham contato pessoal com ela. Três outros fatores causaram um afastamento e o crescimento de um sentimento até de aversão ao partido. Os cada vez mais evidentes indícios de corrupção, a evolução negativa da economia que nos legou um quadro de recessão e os moldes sob os quais trabalhou a Comissão da Verdade. A Comissão nos pegou de surpresa, despertando um sentimento de traição em relação ao governo. Foi uma facada nas costas, mesmo considerando que foi decorrência de antigos compromissos assumidos pela presidente Dilma²².

As múltiplas insatisfações foram insufladas pelo contexto político nacional vivido entre 2013 e 2016. As tensões ocorridas naquela ocasião fizeram com que lideranças militares mais radicais expressassem opiniões contrárias à presidenta e ao conjunto dos partidos políticos. Apesar disso, à exceção das frações mais radicais, os altos comandos das três forças não intervieram diretamente no conturbado processo de *impeachment* de Dilma. Houve um acompanhamento do rito institucional e publicamente opiniões favoráveis ou contrárias ao impedimento não foram diretamente emitidas. A seguir, avaliaremos a participação política dos militares após as jornadas de junho de 2013, momento no qual podemos identificar o esgotamento do sistema político estabelecido com a redemocratização.

3. Os militares e a política brasileira entre 2013-2021: entre o ativismo e interferência política

As jornadas de junho de 2013 consistiram em um importante marco para as reflexões que almejam compreender a desagregação da estabilidade política emanada após o governo de Itamar Franco (1992-1994), que sucedeu a Fernando Collor após o seu *impeachment* em

22. CASTRO, Celso. *General Villas Bôas – conversa com o comandante*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2021. Pp. 133 e 144-145.

1992. No ciclo político entre 1992 e 2013, três partidos – PT, Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) - hegemonizaram as estruturas de poder nacional e contribuíram para que o modelo democrático liberal-representativo se afirmasse em nosso país.

PSDB e PT foram fiéis da balança desse sistema político e alternaram-se na presidência entre 1995 e 2016. Ambos estabeleceram alianças com o PMDB e um grupo de partidos de centro-direita, organizado em um nada monolítico bloco parlamentar, conhecido como *Centrão*. A capilaridade nacional de peemedebistas e das agremiações do *Centrão* fizeram deles engrenagens relevantes da estabilidade política da Nova República. Por isso, eles formaram a base de sustentação política dos governos no parlamento. Esse arranjo foi justificado perante a opinião pública e junto às bases sociais de PT e PSDB pela necessidade de construção das condições de governabilidade, em decorrência do imprescindível amparo parlamentar para as iniciativas legislativas do executivo federal.

Os arranjos e acordos político-partidários decorreram do “presidencialismo de coalizão”, conforme definição elaborada por Sérgio Abranches (1988). Segundo o autor, o sistema político alicerçado na redemocratização possuía semelhanças com o normatizado na Carta Magna de 1946. Foram combinadas a representação proporcional, o multipartidarismo e o “presidencialismo imperial”. Desta forma, foi demandada a composição de acordos partidários e regionais. Esta combinação fez com que o “presidencialismo de coalizão” marcasse a nossa institucionalidade democrática. Por isso, sem a construção de uma base de apoio no Congresso Nacional, um presidente não se torna capaz de governar.

No caso petista, por mais que este possuísse vínculos orgânicos com a resistência à ditadura e congregasse heterogêneos grupos políticos e movimentos sociais que atuaram pelo fim do regime de exceção; o redirecionamento das suas diretrizes programáticas para o

centro político ao longo da década de 1990 e, especialmente, após a simbólica “Carta ao Povo Brasileiro” de junho de 2002, fez da agremiação uma administradora da ordem partidária-institucional construída na Nova República.

Até junho de 2013, as instituições democráticas mantiveram-se salvaguardadas, apesar dos distúrbios econômicos sucedidos em 1998, 2002 e 2008-2009, ou pela crise político-institucional decorrente do mensalão, em 2005. No entanto, a partir daquele momento, houve uma “tempestade perfeita” na qual combinaram-se crise política, econômica-fiscal, social e ética. Este turbulento cenário foi potencializado pela Operação Lava-Jato. As controversas investigações conduzidas pela equipe da Procuradoria Geral da República (PGR), julgadas pelo juiz Sérgio Moro e magistrados do Tribunal Regional Federal (TRF) da 4^a região, aprofundaram o quadro de instabilidade política nacional. Imbuídos de uma postura messiânica contra o sistema político e de um espírito de salvação nacional contra a corrupção, procuradores e juízes conduziram as apurações e os julgamentos distanciados dos valores republicanos que, perante a opinião pública, diziam defender.²³

Assim, em nome do necessário e válido combate à corrupção que, infelizmente, caracterizou o sistema político após 1985, a Operação Lava-Jato desenvolveu-se com notórios interesses políticos. Suas diversas ações foram descoladas de princípios éticos e legais, embora, pelos fosse louvada pelos grandes veículos de imprensa, em especial, aquelas vinculadas às organizações Globo.

Os diálogos do ex-juiz Sérgio Moro e os procuradores da Força-Tarefa, em especial Delton Dallagnol, expostos pela *Operação Spoofing* e pelo site jornalístico *The Intercept Brasil*, em consórcio com periódicos nacionais e internacionais, no âmbito da série de

23. Sobre a operação Lava-Jato e a atuação de Sérgio Moro, consultar Duarte (2020) e Pereira e Silva (2021).

reportagens da *Vaza Jato*²⁴; demonstraram a ilegal articulação entre Moro e os procuradores da PGR em diversas fases da operação, destacadamente, no encaminhamento das denúncias contra políticos e empreiteiros por ela investigados.

Neste sentido, envernizados com traços golpistas e desprovidos da carapuça ética que tanto bradaram junto à opinião pública, o lavajatismo cooperou fortemente para o esfacelamento do sistema político da Nova República e para o aprofundamento das crises institucionais que ocorreram após 2013, em especial, as que culminaram no *impeachment* de Dilma Rousseff, em agosto de 2016. As evidências de atropelos legais na condução da operação e nos julgamentos de Moro, em especial contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva levaram, inclusive, às anulações das suas sentenças condenatórias pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 15 de abril de 2021, expondo, assim, as suspeitas ações de Moro na condução dos julgamentos.

Cabe ressaltar, ainda, que a midiatização das ações da Lava-Jato e o direcionamento político das suas investigações auxiliaram na criminalização dos partidos, sobretudo os de esquerda e centro-esquerda, e, de uma maneira geral, da própria atividade política. Tais elementos aprofundaram a deslegitimação da nossa democracia e das suas instituições. Segundo dados divulgados pela Corporação Latinobarômetro²⁵, somente 9% dos brasileiros entrevistados estavam satisfeitos com a nossa democracia em 2018. Já 41% afirmaram ser indiferente viver em uma democracia ou em uma ditadura.

É necessário ainda ressaltar a ação do mercado e setores liberais e a eficácia da narrativa antipetista. Ao empresariado, interessava o afastamento da presidente Dilma para conseguir aprofundar reformas previdenciárias e trabalhistas, conforme seriam iniciadas no

24. O acervo completo com chats privados da Lava Jato e Sérgio Moro está disponível em <https://theintercept.com/series/mensagens-lava-jato/> Acesso: 13/10/2021

25. *Informe Latino Barometro*, 2018. Disponível em: https://www.latinobarometro.org/latdocs/INFORME_2018_LATINOBAROMETRO.pdf acesso: 10 de dezembro de 2018. p. 17 e 37.

governo Temer e aprofundadas já no governo Bolsonaro. A narrativa antipetista, por sua vez, ajudou na expansão das manifestações de rua a partir de 2013. A ampla cobertura jornalística, inclusive com acompanhamento ao vivo das manifestações na Avenida Paulista, exemplificam o apoio dos setores liberais e da imprensa ao movimento que culminaria no golpe de 2016.

A composição desses aspectos alavancou as posturas autoritárias e conservadoras de parcelas da nossa sociedade civil. Estas cooperaram para que a atuação política dos militares fosse novamente demandada por grupos da extrema-direita, que passaram a influir fortemente em parcelas da opinião pública. Após junho de 2013, o pleito de uma intervenção militar constitucional foi bradada por estes setores. A demanda fortaleceu-se à medida que aprofundavam os efeitos da crise socioeconômica iniciada em 2014 e incrementavam-se as ações lavajatistas.²⁶ Mais um elemento simbólico, porém importante na agregação de parte da população nesse processo, foi a mobilização de antigos elementos do “anticomunismo”, atualizado com as críticas às novas pautas progressistas. Como aponta Rodrigo Patto Sá Motta,

a brasa dormida do anticomunismo foi atiçada para gerar uma campanha antiesquerdistas. Os seus alvos são amplos e diversificados (às vezes vagos), como os defensores do meio ambiente, a ‘ideologia de gênero’ ou o ‘politicamente correto’, assim como incluem diferentes partidos políticos. No entanto, a recente onda antiesquerdistas atingiu especialmente os governos e líderes do Partido dos Trabalhadores, considerados pela direita radical os principais responsáveis pelo fortalecimento das pautas que ela repele(...). (MOTTA, 2021, p. 20)²⁷

26. Sobre a guinada autoritária no Brasil após junho de 2013, ver: Meinerz (2016), Goldstein (2019), Motta (2019), Santos e Petillo (2020) e Teixeira da Silva (2021).

27. MOTTA, R. P. S. *Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro, Zahar, 2021. p. 20

As pressões pela intervenção militar, a exposição da corrupção de agentes públicos e privados pela Lava-Jato e os impactos das crises política e socioeconômica após 2014 afetaram os membros das Forças Armadas. A partir de então, a caserna assumiu um papel mais assertivo no diálogo com líderes políticos, legitimando essa postura nas postulações realizadas por segmentos da sociedade civil ao longo das manifestações de apoio à Lava-Jato após 2014 e naquelas favoráveis ao impedimento de Dilma Rousseff entre 2015 e 2016.²⁸

A composição desses múltiplos aspectos fizeram com que o General Eduardo Villas Bôas, que assumiu o comando do Exército em fevereiro de 2015, elaborasse diretrizes que nortearam esta corporação, assim como a Aeronáutica e a Marinha. A instabilidade institucional então experienciada levou à elaboração de três princípios que nortearam as ações das três Forças. Foram elas: I - manutenção da estabilidade nacional; II - constitucionalidade e III - legitimidade. Esta última, de acordo com ele, decorria do suposto posicionamento apolítico e imparcial que os militares adotaram desde a redemocratização²⁹.

Por isso, de acordo com o General, o mais relevante durante a crise política entre 2015 e 2018 era o “domínio da narrativa”. Por mais que reconhecesse a necessidade de manutenção da independência entre as instituições, ele justificou algumas das suas expressões e dos seus posicionamentos públicos destacando que determinadas situações exigiam uma enfática postura dos comandantes das Forças Armadas para que a estabilidade democrática fosse mantida. Um exemplo desse comportamento foi o *tuíte* escrito em 03 de abril de 2018, véspera do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) do pedido de

28. Ver: Martins Filho et al (2021).

29. Cf. GIELOW, Igor. *Lula chega a 39%, aponta Datafolha; sem ele, Bolsonaro lidera*. Folha de São Paulo, 22 de agosto de 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/lula-chega-a-39-aponta-datafolha-sem-ele-bolsonaro-lidera.shtml> Acesso: 15 de agosto de 2021 e TRAUMANN, Thomas. **Fomos colocados à prova e passamos. Não vejo nenhum risco à democracia.** Entrevista a Thomas Traumann. O Globo, 15 de dezembro de 2019. P. 12.

habeas corpus preventivo solicitado pela defesa de Luiz Inácio Lula da Silva, que se entregou à Polícia Federal em 07 de abril de 2018.³⁰

A interferência de Villas Bôas, com um claro tom golpista, ilustrou a participação política dos militares na crise política-institucional vivida no Brasil entre 2014 e 2018. Foi a mais clara evidência de que a ameaçadora penumbra da possibilidade de intervenções militares não foi superada após 1985.

Essa linha interpretativa, de certa forma, foi corroborada pelas próprias palavras de Villas Bôas. No livro *General Villas Bôas: conversa com o comandante*, organizado por Celso Castro, lançado em 2021, ele retomou o episódio do *tuíte* e adendou elementos até então não tornados públicos sobre aquele histórico *tuíte*. Segundo ele, o Alto-Comando do Exército participou da sua elaboração. Não foi uma ação individual, mas, sim, da cúpula da corporação. As articulações para a formulação daquela mensagem, às vésperas da eleição presidencial de 2018, na qual Lula liderava as pesquisas de opinião³¹, evidenciam que a tutelagem militar sobre o nosso sistema político persiste, equivocando-se aqueles que defendem o contrário. Essa constatação encontra evidências nas próprias palavras do general:

O limite a que me referi é que tínhamos a consciência de estarmos realmente tangenciando o limite da responsabilidade institucional do Exército. Repito que não se tratou de ameaça, mas, sim, de um alerta. Tampouco houve menção de alguém individualmente ou de alguma instituição (...) o conteúdo foi discutido minuciosamente por todos nós (...) O texto teve um “rascunho” elaborado pelo meu *staff* e pelos

30. *Na véspera de julgamento sobre Lula, comandante do Exército diz repudiar impunidade*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/04/na-vespera-de-julgamento-sobre-lula-comandante-do-exercito-diz-repudiar-impunidade.shtml?origin=folha> Acesso: 07 de abril de 2018.

31. Ver: GIELOW, Igor. *Lula chega a 39%, aponta Datafolha; sem ele, Bolsonaro lidera*. Folha de São Paulo, 22 de agosto de 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/lula-chega-a-39-aponta-datafolha-sem-ele-bolsonaro-lidera.shtml> Acesso: 15 de agosto de 2021.

integrantes do Alto-Comando residentes em Brasília. No dia seguinte - dia da expedição-, remetemos para os comandantes militares de área. Recebidas as sugestões, elaboramos o texto final, o que nos tomou todo expediente, até por volta das 20 horas, momento que liberei o CComSEEx para a expedição³².

O posicionamento de Villas Bôas fortalece nossa argumentação. Independentemente das motivações constitucionais para a sua atitude, a simples existência de pressões por intervenção militar perpetradas por grupos internos das Forças Armadas, como afirmado pelo ex-comandante do exército, certifica que a obscura névoa do golpismo militar não foi definitivamente dissipada em nosso país.

As formulações castrenses acerca da necessidade da sociedade civil, dos partidos e das elites nacionais os “ouvirem” sobre temáticas concernentes à política nacional, cuja narrativa é legitimada pelo suposto interesse à segurança e à defesa nacional, desembocaram naquela ingerência política. Se assim não fosse, militares da reserva e da ativa não cogitariam qualquer tipo de ação, por mais grave que fosse a crise política experienciada em 2018.

Como ocorre em outras democracias mais consolidadas que a nossa, e não estamos defendendo esse tipo de postura, elas somente agiriam se houvesse graves distúrbios populares que ameaçassem, de fato, à ordem interna. E isso não ocorreu entre 2013 e 2018 no Brasil. Houve, sim, manifestações favoráveis e contrárias aos governos em curso e legítimas mobilizações cidadãs pelo atendimento de reivindicações que, infelizmente, a Nova República não oportunizou, como educação de qualidade e universalizada, sistema de saúde eficaz, moradia digna, transporte público eficiente e etc..

Os atos violentos verificados neste período circunscreveram-se a grupos minoritários e ocorreram de forma pontual e isolada. No

32. CASTRO, Celso. General Villas Bôas – conversa com o comandante. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2021. Pp. 188-189.

entanto, eles foram usados para sustentar uma narrativa acerca da existência de uma grave ameaça à segurança e ordem internas. E, assim, foram instrumentalizadas por segmentos autoritários para pleitear a intervenção militar. A tutela militar sobre a política marcou a nossa história republicana e nenhum governo conseguiu, de fato, construir uma salutar hegemonia do poder civil após 1985.³³ Esta interpretação auxilia em nossa avaliação sobre a postura assumida por membros das três Forças após o desencadeamento das turbulências políticas em junho de 2013.

O fortalecimento do ativismo político castrense após 2013, os efeitos da operação Lava-Jato, a ação de setores do mercado e da imprensa e a “tempestade perfeita” do governo Dilma Rousseff contribuíram decisivamente para a eleição de Jair Bolsonaro para a presidência. Embora tenha sido deputado federal entre 1991-2018 e atuasse em âmbito legislativo junto ao *Centrão*; ele conseguiu, habilmente, catalisar o repúdio ao nosso sistema político, conforme demonstrado na pesquisa do Latinobarômetro anteriormente citada, alavancando-se como candidato antissistema nas eleições de 2018.

Na ocasião, seus aliados utilizaram-se largamente das *redes sociais* para criar vínculos com eleitores identificados com as propostas liberais, conservadoras e de combate à criminalidade por ele defendidas. A hábil utilização das redes sociais pelos seus apoiadores também contribuiu para a difusão de diversas *fake News* contra indivíduos e/ou organizações políticas e sociais adversárias. Houve, ainda, ampla utilização pelos apoiadores de Bolsonaro de uma linguagem repleta de símbolos e expressões que foram facilmente apropriados por coletivos que se reconheceram no discurso moralista, carregado de insígnias cristãs, autoritárias, racistas, misóginas e anacronicamente

33. Há uma vasta produção historiográfica e do campo das Ciências Humanas que analisa a atuação política dos militares em nossa república. Sobre o tema, consultar: Zaverucha (1994), Castro (1995), Coelho (1985), Chirio (2012), Carvalho (2021), Martins Filho (2021).

anticomunistas. Ganham destaque ainda na campanha eleitoral aqueles elementos do anticomunismo já apontados acima.

Como exemplos desses segmentos, citamos membros de igrejas neopentecostais, frações significativas da classe média e dos policiais militares, além, obviamente, de parcela significativa dos componentes das Forças Armadas, que desde o início apoiaram o projeto político bolsonarista, conforme podemos depreender das palavras de Villas Bôas³⁴:

Acredito que Bolsonaro era o candidato da preferência dos militares em geral. No primeiro turno, os votos podem ter-se diluído por alguns outros concorrentes. No segundo turno, contudo, prevaleceu o sentimento antipetista (...) ele despertou o entusiasmo entre os militares, por expressar posições de forma inédita, indo ao encontro da ansiedade de muitos (...) o que se verificou foi um firme amadurecimento dos militares da ativa e da reserva, graças ao que os limites que separam o ambiente profissional da esfera política foram estritamente observados. Nenhum militar da reserva pretendeu fazer campanha no interior dos quartéis, tampouco se viu alguém da ativa imiscuir-se em campanhas eleitorais.

O apoio de membros das Forças Armadas a Bolsonaro evidencia as motivações políticas para o *tuíte* que impediu o *Habeas Corpus* de Lula, conforme anteriormente exposto. Este ato claramente favoreceu Bolsonaro, pois o petista liderava as pesquisas de intenção de voto para presidente naquele ano. Em agosto de 2018, por exemplo, antes da sua inabilitação como candidato pela Lei da Ficha Limpa pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Lula tinha 39% das intenções de voto e venceria Geraldo Alckmin, Marina Silva e o próprio Bolsonaro em um eventual segundo turno, de acordo com as simulações realizadas pelo DataFolha³⁵.

34. CASTRO, Celso. General Villas Bôas – conversa com o comandante. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2021. Pp. 173-176.

35. GIELOW, Igor. *Lula chega a 39%, aponta Datafolha; sem ele, Bolsonaro lidera*. Folha de São Paulo, 22 de agosto de 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/>

O governo Bolsonaro fortaleceu a presença dos militares na administração federal. Como sublinhou Freixo³⁶, este processo ocorreu desde o início do mandato e se avolumou à medida que crises institucionais ou de gestão ocorreram. A presença dos castrenses na máquina pública fez com que, até setembro de 2020, cerca de 6.100 militares, da ativa ou da reserva, atuassem na administração federal. Em 2017, esse número era de cerca de 3 mil. O executivo tinha, ainda, oito ministros militares em outubro de 2021.

Como exemplo e para efeitos comparativos, citamos a ocupação de funções comissionadas nas maiores faixas de remuneração do governo Bolsonaro. Estes cargos proporcionam gratificações que variam entre R\$ 6 mil e R\$ 16,9 mil. Em janeiro de 2019, 188 militares os ocupavam. Em setembro de 2020, o número ampliou-se para 342, representando cerca de 6,5% desses postos. Para efeitos de contraste, nas administrações de Dilma Rousseff (2011-2016) e Michel Temer (2016-2018), o percentual dos militares nessas funções não superou os 2,5%³⁷.

Como sublinhou Nozaki³⁸, o governo Bolsonaro ampliou a presença de militares na administração federal. Entre 2018 e 2020 a sua participação ampliou-se em cerca de 55%, intensificando uma

[poder/2018/08/lula-chega-a-39-aponta-datafolha-sem-ele-bolsonaro-lidera.shtml](https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/lula-chega-a-39-aponta-datafolha-sem-ele-bolsonaro-lidera.shtml) Acesso: 15 de agosto de 2021.

36. FREIXO, Adriano de. *Os militares e o governo Jair Bolsonaro: entre o anticomunismo e a busca pelo protagonismo*. Rio de Janeiro, Zazie Edições, 2021. p. 25

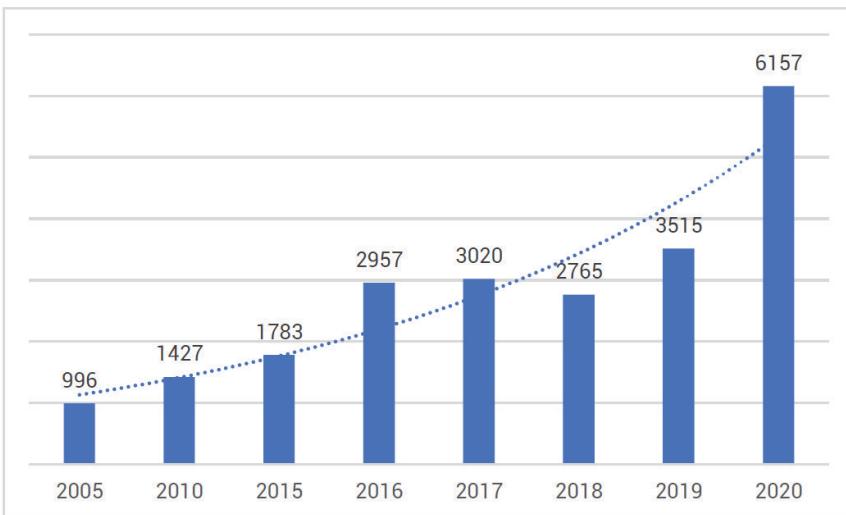
37. Cf. BRAGON, Ranier e MATTOSO, Camila. *Presença de militares da ativa no governo federal cresce 33% sob Bolsonaro e mais que dobra em 20 anos*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/07/presenca-de-militares-da-ativa-no-governo-federal-cresce-33-sob-bolsonaro-e-mais-que-dobra-em-20-anos.shtml> Acesso: 19 de julho de 2020.

MENEZES, Maiá, MELLO, Bernardo e COUTO, Marlen. *Bolsonaro dobra presença de militares em cargos estratégicos no governo*. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-dobra-presenca-de-militares-em-cargos-estrategicos-no-governo-24903138> Acesso: 28 de fevereiro de 2021.

38. NOZAKI, Wilson. *A militarização da administração pública no Brasil: projeto de nação ou projeto de poder?* Disponível em: <https://fpabramo.org.br/observabr/wp-content/uploads/sites/9/2021/05/Cadernos-Reforma-Administrativa-20-V4.pdf> Acesso: 20 de outubro de 2021. p. 9

tendência iniciada em 2015, ainda na gestão de Dilma Rousseff. Abaixo, reproduzimos o diagnóstico do autor sobre o tema:

Gráfico 1: Militares cedidos para cargos civis no governo federal entre 2005 e 2020



Fonte: NOZAKI, Wilson. *A militarização da administração pública no Brasil: projeto de nação ou projeto de poder?* Disponível em: <https://fpabramo.org.br/observabr/wp-content/uploads/sites/9/2021/05/Cadernos-Reforma-Administrativa-20-V4.pdf> Acesso: 20 de outubro de 2021. p. 10

A presença de egressos das Forças Armadas na administração federal fez com que Neto e Acácio³⁹ observassem evidências de “militarização da política” em nosso país. Este fenômeno pode ser diagnosticado no relacionamento de Bolsonaro com a caserna com o objetivo de alcançar três metas: 1 - dissuadir o congresso a destituí-lo por meio de um processo de *impeachment*; 2 - ter quadros leais à sua liderança e 3 - beneficiar-se da boa imagem dos militares junto à opinião pública.

39. NETO, Octavio Amorim e ACÁCIO, Igor. *De Volta ao Centro da Arena: Causas e Consequências do Papel Político dos Militares sob Bolsonaro*. Journal of Democracy. Volume 9, Número 2, Novembro de 2020. Pp. 1-29. p. 2

Segundo os autores, sete medidas garantiram o acercamento, a saber: (I) visitas a cerimônias ocorridas em unidades militares; (II) nomeação de ministros de origem militar, entre eles o da saúde, Eduardo Pazzuello, no meio do enfrentamento à pandemia da COVID-19; (III) designação de oficiais para cargos de confiança na administração federal; (IV) contribuição inferior dos membros das Forças Armadas à previdência em comparação com outros setores da sociedade após a reforma previdenciária de 2019; (V) reforma da carreira militar acompanhada da concessão de aumento salarial; (VI) implementação de um dispositivo legal que permite a militares da reserva atuarem no setor público com remuneração de 30% do salário⁴⁰; e (VII) elevação do orçamento disponibilizado a investimentos do Ministério da Defesa (Neto e Acácio, 2020, P. 9).

A pandemia escancarou tensões institucionais emanadas no primeiro ano de governo Bolsonaro. A sua postura negacionista e anti-científica no combate à COVID-19 e o esgarçamento da relação com o Parlamento e o STF levaram, durante os anos de 2020 e 2021, a um cenário de contínuo conflito institucional, que foi alavancado pela narrativa do mandatário contra membros do legislativo e judiciário e pelas ameaças de golpe de Estado.

Entre março de 2020 e setembro de 2021, diversos atos e motociatas ocorreram com o intuito de legitimar as hostilidades do mandatário em relação aos membros dos outros poderes constitucionais e as suas bravatas golpistas. Em diversas oportunidades, ele ameaçou a nossa democracia com a reivindicação do controverso artigo 142 da Carta Magna⁴¹, que foi desfralhado pelos ativistas favoráveis à intervenção militar naquelas ocasiões.

40. Em abril de 2021, o Ministério da Economia divulgou uma portaria que permitiu aos militares inativos que ocupam cargo comissionado ou eletivo a ultrapassagem do teto remuneratório da administração federal, de R\$ 39 mil. Ver: Mello e Niklas (2021)

41. De acordo com a Constituição, os militares podem atuar, se requisitadas por um dos poderes constitucionais, para manter a lei e a ordem internas. Este amparo legal perpetua

Os atos antidemocráticos, amplamente apoiados pelo governo Bolsonaro, almejaram constranger as ações realizadas pelo parlamento e pelo judiciário que contrariavam o seu governo. As ameaças golpistas do mandatário, tão bem simbolizadas em discursos nos quais ele evocou a intervenção das Forças Armadas e ou na expressão “meu exército!”; contaram, na maioria das vezes, com o tácito silêncio ou com evasivas notas públicas do ex-ministro da Defesa (MD), General Fernando Azevedo e Silva. A sua substituição pelo General Walter Souza Braga Netto escancarou o apoio do MD a essas posturas golpistas e nos relembraram as obscuras cenas de imisão política dos militares em nossa história republicana e que, infelizmente, ganharam novos e sombrios contornos durante os anos de 2020 e 2021.

Como exemplo, citamos os atos com uma notória pauta golpista ocorridos em 07 de setembro de 2021. Na ocasião, expressivas mobilizações de apoio ao mandatário ocorreram em diversas cidades. Brasília e São Paulo concentraram partes significativas militância bolsonarista, visto que as atividades destas duas capitais foram centrais para os seus partidários.

As bandeiras políticas dos atos foram difusas e fragmentadas, mas o aspecto antidemocrático, tão bem simbolizado na defesa do *impeachment* de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), foi fundamental. Apoiado por parcelas do agronegócio e dos empresários ligados ao setor de serviços; evangélicos e frações da classe média, os atos arrastaram as bases políticas da extrema-direita pelas ruas brasileiras. A multiplicidade de pautas políticas postuladas nos atos do 07 de setembro destacou-se. A reivindicação do tratamento precoce e do “kit Covid” (hidroxicloroquina, azitromicina e ivermectina) no combate ao

a possibilidade de atuação política dos militares herdada das Cartas Magnas de 1891, 1934, 1946 e 1967. O artigo 142 conserva essa possibilidade, pois a definição de um cenário que representa, de fato, ameaças à ordem é carregado de subjetividade. O dispositivo legal autoriza a intervenção das Forças Armadas por meio de uma solicitação perpetrada por um dos três poderes relacionadas à preservação da lei e da ordem interna.

vírus Sars-Cov-2; a defesa do modelo patriarcal e tradicional de família; as críticas as pautas identitárias e a “ideologia de gênero”; os pleitos da liberdade de expressão e do voto impresso auditável; e, por fim, a intervenção militar para moderar o conflito entre os poderes estiveram entre as principais consignas bradadas pela turba bolsonarista.⁴²

Todavia, na essência, o golpismo foi a tônica das mobilizações. As ameaças à ordem democrática foram entoadas pelos militantes bolsonaristas por meio da evocação da desobediência a decisões judiciais, ataques ao sistema eleitoral e na deslegitimização das instituições, em especial o STF. Os ministros da corte, em especial Alexandre de Moraes, foram alvos de violentos ataques desferidos pelo mandatário e as suas bases. Esse diagnóstico pode ser constatado nas próprias palavras do presidente brasileiro a seguir reproduzidas:

(...) ou o chefe desse Poder [Fux] enquadraria o seu [ministro] ou esse Poder pode sofrer aquilo que nós não queremos (...) nós todos aqui na Praça dos Três Poderes juramos respeita a nossa Constituição. Quem age fora dela se enquadraria ou pede para sair (...) Não podemos continuar aceitando que uma pessoa específica da região dos Três Poderes continue barbarizando a nossa população. Não podemos aceitar mais prisões políticas no nosso Brasil (...) Nós devemos sim, porque eu falo em nome de vocês, determinar que todos os presos políticos sejam postos em liberdade. Alexandre de Moraes, esse presidente não mais cumprirá. A paciência do nosso povo já se esgotou (...) [Quero] dizer aos canalhas que eu nunca serei preso (...) Ou esse ministro se enquadraria ou ele pede para sair. Não se pode admitir que uma pessoa apenas, um homem apenas turve a nossa liberdade (...) Dizer a esse ministro que ele tem tempo

42. Ribeiro e Ortellado (2021) realizaram uma pesquisa na Avenida Paulista no 07 de setembro e diagnosticaram as motivações para a adesão àquela manifestação. Um mapeamento original e pioneiro sobre o bolsonarismo foi realizado pelos pesquisadores Carolina de Paula, João Feres Jr., Walfrido Jorge Warde Jr. e Rafael Valim do Laboratório de Estudos de Mídia e Esfera Pública (LEMEP) da UERJ. Neste trabalho, eles mapearam as motivações, os valores e as crenças que mobilizam os apoiadores de Bolsonaro e diagnosticam as razões para a permanência de uma base consistente de apoiadores, mesmo após os descalabros cometidos na condução das políticas públicas durante a pandemia.

ainda para se redimir. Tem tempo ainda de arquivar seus inquéritos. Sai Alexandre de Moraes, deixa de ser canalha, deixa de oprimir o povo (...) não é uma pessoa que vai nos dizer que esse processo é seguro e confiável, porque não é (...) não posso participar de uma farsa como essa patrocinada ainda pelo presidente do TSE (...) não podemos admitir um ministro do TSE também, usando a sua caneta, desmonetizar páginas que criticam esse sistema de votação (...)⁴³

As arremetidas às instituições e ao ministro Alexandre de Moraes emularam a catarse coletiva favoráveis à ruptura institucional, promovendo uma sinergia entre o líder da extrema-direita e a sua base militante, que saiu dos atos convicta com a possibilidade de iminente golpe de Estado.

O jogo de cena, todavia, não durou mais do que 48 horas. O presidente ficou institucionalmente isolado, ameaçado pela possibilidade de *impeachment* e assombrado pelas investigações contra ele e o seu núcleo familiar, em razão dos inquéritos da Fake News e das “Rachadinhas”, que envolvem os mandatos dos seus filhos parlamentares, Flávio e Carlos Bolsonaro.

O cenário fúnebre para o bolsonarismo fez com que um dos líderes centrais do centrão e um dos mais influentes articulares políticos da Nova República ressurgisse na cena política. Com o intuito de distensionar o esgarçado ambiente político e institucional, Michel Temer interveio. Ele articulou a “Declaração à Nação”⁴⁴, documento que simbolizou o recuo de Bolsonaro em relação à verborragia golpista.

Apesar do recuo, a apoteose bolsonarista no dia 07 de setembro cumpriu algumas das suas funções. Ao mesmo tempo que “mobilizou as paixões” da sua militância, e aqui utilizamos a conceituação

43. *Bolsonaro Ameaça STF de golpe e diz que só sai morto da Presidência*. Folha de São Paulo, 08 de setembro de 2022, P. A10.

44. A versão completa da Declaração à Nação pode ser acessada no seguinte link: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/notas-oficiais/2021/nota-oficial-presidente-jair-bolsonaro-09-09-2021> Acesso: 25/09/2021.

de Robert Paxton⁴⁵ sobre o Fascismo⁴⁶, amedrontou a esquerda e boa parte das parcelas democráticas da sociedade civil. Além disso, demonstrou que o bolsonarismo, apesar da crise socioeconômica e sanitária que o Brasil atravessa, ainda tem uma forte capacidade de mobilização da sua militância. A partir desse prisma de análise, acreditamos que as manifestações cumpriram o seu papel, conforme podemos, mais uma vez, aferir nas palavras do presidente no ato de Brasília: “Esse retrato que estamos tendo neste dia não é de mim nem ninguém em cima desse carro de som, esse retrato é de vocês, é um comunicado, um ultimato para todos que estão na praça dos Três Poderes, inclusive eu presidente da República para onde devemos ir”.⁴⁷

Acreditamos, desta forma, na importância de analisarmos os significados dos atos promovidos pelo presidente em 07 de setembro de 2021. As mobilizações encerraram mais um ciclo de ameaças

45. PAXTON, Robert. *A anatomia do fascismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007, p. 335-361.

46. Robert Paxton elaborou uma definição de fascismo que nos apropriamos para a compreensão do bolsonarismo, pois acreditamos na sua pertinência para a abordagem do tema. Além de ter demonstrado que o confronto e a acomodação fazem parte da anatomia fascista, o autor destacou que as ações desses movimentos decorreram, muitas vezes, de ideias que se relacionam mais ao “domínio dos sentimentos viscerais que ao das proposições racionais”. Segundo o autor, os fascismos devem ser pensados a partir das “paixões mobilizadas”. A mobilização dos sentimentos, neste sentido, é fundamental para a sua construção ideológica, para o seu discurso e agir político. Estas independem de marchas espetaculares ou da chegada aos governos nacionais dos seus líderes. Embora a ideologia e os “inimigos” dos movimentos fascistas sejam mutáveis, os sentimentos que mobilizam sua militância, entre outros aspectos, decorrem de alguns dos seguintes elementos: 1 – senso de crise catastrófica e alcance de soluções tradicionais; 2 – primazia do grupo e subordinação dos indivíduos; 3 – a crença de que o próprio grupo é vítima. Tal sentimento justifica ações contra os seus inimigos, sejam eles internos ou externos, sem nenhum limite moral ou jurídico; 4 – o pavor de decadência do grupo sob a influência corrosiva do liberalismo individualista, dos conflitos de classe ou da influência estrangeira; 5 – a necessidade de integração a uma comunidade mais pura seja pelo consentimento ou pela violência; 6 – a presença de um chefe natural, sempre masculino, que é identificado enquanto o comandante capaz de realizar o destino histórico do grupo; e 7 – o direito do povo eleito de dominar os demais, sem restrições provenientes de qualquer tipo de lei humana ou divina, sendo os critérios darwinistas legitimadores desta ascendência (PAXTON, 2007, P. 360).

47. *Bolsonaro Ameaça STF de golpe e diz que só sai morto da Presidência*. Folha de São Paulo, 08 de setembro de 2022, P. A10.

golpistas, iniciado em julho daquele ano. Similarmente ao ocorrido em outros momentos do mandato de Bolsonaro, como entre os meses de abril e junho de 2020 ou em março de 2021⁴⁸, a retórica favorável à ruptura institucional foi utilizada com dois objetivos: 1 - insuflar os ânimos dos seus apoiadores e estreitar os vínculos afetivos e psíquicos entre o líder e as suas bases sociais; 2 – criar uma “cortina de fumaça” que retirasse, ainda que momentaneamente do debate público, a “tempestade perfeita” que assombra o governo, em virtude da combinação de diversas crises (ambiental, econômica, energética, política, moral e social) e 3 – abafar a divulgação de informações sobre a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da COVID, em curso no Senado, e a escalada de mortes decorrentes da pandemia.

Dessa forma, durante alguns dias, não foram a alta inflacionária, o desemprego, o aumento da pobreza, a rejeição ao Bolsonaro (em torno de 53% dos brasileiros achavam o governo ruim ou péssimo segundo pesquisa do DataFolha realizada em setembro de 2021)⁴⁹ e a exígua perspectiva de crescimento econômico que dominaram o debate público. Mas a possibilidade de golpe. E, desta forma, mais uma vez, Bolsonaro conseguiu pautar as discussões políticas e as pautas midiáticas com temas que insuflaram a sua base social e camuflaram a corrupção na compra de vacinas evidenciada pela CPI, a profunda crise socioeconômica e política que acometem o Brasil e a própria eugenia contra os contaminados pelo Sars-Cov-2 ilustradas pelas ações favoráveis ao tratamento precoce com hidroxicloroquina e ivermectina recomendadas pelas operadoras *Prevent Senior* e *Hapvida* a seus

48. Referimo-nos aos meses iniciais da pandemia da COVID-19 e à demissão do General Fernando Azevedo e Silva do posto de Ministro da Defesa, ocasião na qual ocorreu a renúncia conjunta dos comandantes da Aeronáutica, Exército e Marinha e na maior crise militar vivenciada no país desde 1977, ocasião na qual Sylvio Frota foi demitido do cargo de Ministro do Exército pelo então presidente Ernesto Geisel.

49. Ver: Gielow (2021)

profissionais de saúde em consonância com o gabinete paralelo que “cooperou” com o governo federal no combate à pandemia.

Carismático, libidinal na sua ligação com os apoiadores e afeito ao confronto, Jair Bolsonaro foi a expressão política antissistêmica decorrente do esfacelamento do sistema político da Nova República após as jornadas de junho de 2013 e a operação Lava-Jato. Ele organizou a extrema-direita nacional, que se atomizou e fragmentou-se após a redemocratização da década de 1980.

Bolsonaro e seus apoiadores civis e militares construíram um movimento que, pelo menos no curto e no médio prazo, deverá estar presente na esfera política, mesmo que ele perca as eleições presidenciais de 2022, não se candidate ou sofra um *impeachment*. Esta ação ocorreu com uma característica relevante: a fascistização de uma parcela significativa das bases sociais identificadas com a direita. Estas se reconhecem, entre outros diversos elementos, na retórica violenta, possuidora de uma visão unilateral do cristianismo, refratária aos Direitos Humanos e politicamente antiliberal que Bolsonaro defende.

Como analisamos em nossas considerações iniciais, além de reorganizar a extrema-direita e agrupá-la em torno de uma difusa base programática, Bolsonaro cumpriu um papel relevante para os militares: os trouxeram novamente ao centro da política nacional. Neste sentido, não surpreende a manutenção da adesão das Forças Armadas ao seu governo, malgrado a sucessão de crises em sua gestão e a criminosa condução do combate à pandemia, como pode ser constatado no relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19, divulgado no momento no qual finalizávamos este capítulo.

Considerações Finais

Na construção deste capítulo, partimos de uma premissa: o fascismo tem como uma das suas principais características o repúdio aos movimentos políticos e sociais de esquerda e, ao mesmo tempo, rejeita

radicalmente o liberalismo e as formas políticas da democracia liberal-representativa.

O estabelecimento desse pressuposto deveu-se ao nosso rechaço à ampla remissão ao fascismo histórico e ao debate das suas características que, hoje, identificamos nos mais variados grupos sócio-políticos, independentemente de estarem à esquerda, ao centro ou à direita do espectro político. Em uma temporalidade histórica marcada pela rápida difusão de notícias em redes sociais, pelas *Fake News* e pela intensa polarização política, temos a impressão que se vulgarizou o debate acerca dos fascismos, dos seus significados e singularidades.

Ao abordarmos o bolsonarismo e a sua definição ou não enquanto um movimento de caráter fascista, devemos nos apropriar da dialética marxista e diferenciar a aparência da essência. Esse método é importante, ao nosso ver, para nos apropriarmos de uma ou várias das características do fascismo histórico debatidos pelas Ciências Humanas ao longo das últimas décadas. Desta forma, poderemos melhor definir o nosso oponente e confrontá-lo nos mais variados espaços de atuação cotidiana.

Assim, além dos aspectos citados no início dessas considerações finais, admitimos que o bolsonarismo constitui-se em um movimento com nítidos traços fascistas em razão dos seguintes aspectos⁵⁰:

- I. Há uma gradual tentativa de erosão da democracia e das suas instituições a partir da utilização de fissuras abertas nas estruturas políticas em razão da utilização de uma linguagem e de um agir político que desconstrói permanentemente a sua legitimidade e estimula o descrédito em relação ao sistema político e toda e qualquer atividade política;
- II. A contínua criação de inimigos internos (bandidos, negros, membros da comunidade LGBTQI+, feministas, esquerdas, comunistas,

50. A elaboração a seguir foi formulada a partir das leituras dos trabalhos de Neuman (1969), Paxton (2007), Schurster e Gherman (2020) e Teixeira da Silva (2020).

etc.) que servem enquanto instrumentos difusores dos sentimentos (as paixões mobilizadas!) da sua militância.

- III. A tentativa de controle da educação escolar e as ameaças de censura aos docentes dos ensinos básico e superior;
- IV. O estímulo ininterrupto ao enfrentamento de uma “crise catastrófica”, seja cultural, econômica, moral, política, social ou pandêmica, que leve à incitação permanente da militância e à fabricação no imaginário do social da necessidade de um líder que guie as massas no enfrentamento do cataclismo iminente;
- V. A massificação da brutalidade em todos os aspectos que norteiam a vida cotidiana;
- VI. A presença de um líder carismático possuidor de um afetivo vínculo com as suas bases políticas. Estas são entusiasmadas pelas ameaças perpetradas por conspiradores, sejam nacionais ou internacionais, ou por perigos catastróficos iminentes;
- VII. A permanente referência a conspiradores que ameaçam a ordem social, a família, a propriedade ou a religião. Esta ação torna contínua o medo de perda de uma determinada condição de vida ou de existência. Tal condição possibilita a regular excitação da sua militância, que se mobiliza em torno do enfrentamento dos imaginados inimigos, sejam internos ou externos;

Evidentemente, o fenômeno fascista se reveste com as cores e características de seu tempo. E não necessariamente apresenta todas as características apontadas pelos teóricos como elementos constituintes do fascismo⁵¹. Para citar um exemplo que afasta o Bolsonaro do fenômeno clássico fascista, está sua aproximação e valorização, e pouco importa se apenas de forma tática, de intuições religiosas. De todo modo, em seus aspectos gerais, o bolsonarismo é fortemente marcado por traços fascistas, a começar pela militarização da política, tema ao qual procuramos nos dedicar neste capítulo.

51. Cf. PAXTON, Robert. *A anatomia do fascismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

Após o biênio 2013-2014, experenciamos no Brasil e na América Latina o início de um período de forte desestabilização política e socioeconômica, que persiste no momento em que terminamos este artigo. Este cenário afetou, em especial, as esquerdas sul-americanas, possibilitando o fortalecimento das direitas e a ressurgência das práticas discursivas e sociais inerentes ao fascismo.⁵²

Contribuíram para a crise nos sistemas político brasileiro e das demais nações sul-americanas os seguintes elementos: (i) diminuição do apoio popular aos partidos políticos e à democracia; (ii) arrefecimento da confiança popular nas instituições democráticas e nos políticos; (iii) contínuos conflitos institucionais; (iv) impossibilidade de manutenção da ordem pública sem repressão; e (v) o não atendimento do “horizonte de expectativas” dos cidadãos em virtude da ampliação da pobreza e da extrema pobreza, dificuldades de inserção no mercado de trabalho e ineficaz prestação de serviços públicos nas áreas de educação e saúde, em especial.⁵³

O desacreditado sistema político brasileiro, assolado pelos efeitos da operação Lava Jato e pela crise socioeconômica iniciada em 2014, possibilitou a projeção política de Jair Bolsonaro, como anteriormente abordado. No imaginário popular, os partidos do *Centrão* e aqueles que lideraram o sistema político da Nova República (PMDB, PSDB e PT) tinham sinal de igual no que tangia a corrupção, a ineficácia administrativa e a má utilização do dinheiro público. Independentemente dos equívocos e distorções contidas nessa equiparação, um fato é inquestionável: habilmente, Bolsonaro e os seus aliados utilizaram o

52. Sobre este período recente da história latino-americana, ver: Wasserman (2020) e Araujo (2021).

53. A pandemia decorrente do vírus Sars-Cov-2 ampliou as crises política e socioeconômica do Brasil e da América Latina. Sobre estes temas, consultar: Dantas e Lemos (2020), Araujo e Sarmiento (2021), Araujo, Schurster e Sarmiento (orgs) – 2021 -. Um quadro amplo dos efeitos da pandemia também pode ser buscado nos dossiês temáticos *Covid-19, Sociedades & Tempo Presente* (2020) e *Tempos de Pandemia* (2021) publicados, respectivamente, pelas Revistas Eletrônicas *Cadernos do Tempo Presente/UFS* e *Estudos Históricos/FGV*.

descrédito em relação ao sistema político e a crise socioeconômica após 2014 a seu favor. Disseminaram-se a contínua necessidade de confrontação aos “inimigos internos e externos” e a sensação permanente de caos e catástrofe, a ser combatida pelo mito e seus apoiadores; Bolsonaro não apenas venceu a eleição presidencial de 2018, mas utilizou a campanha para (re) organizar a direita brasileira, dispersa após o fim da ditadura.

A confrontação permanente, a desconstrução do real e a ascendência sobre o imaginário decorrem da necessidade de criação de um permanente conflito que possibilite “ao mito” administrar o caos e paralisar os opositores, que diariamente se deparam com a necessidade de se posicionar contra *Fake News* e/ou “novos fatos” (agressões físicas e verbais a jornalistas e opositores políticos, ataques a organismos internacionais, defesa de hidroxicloroquina no tratamento à COVID-19, entre outros aspectos que transcendem ao real).

Neste sentido, aproximamos nossa análise ao observado por Schurster e Gherman:

A linguagem fascista persiste na criação de inimigos eternos e promove um combate permanente. Constrói um antimundo inimigo, não com promessas de um futuro promissor, mas, acima de tudo com proibições. Alimenta-se de renúncia e destruição. A linguagem fascista é direta e objetiva (...). É capaz de indicar imediatamente o que quer, entretanto, com uma inversão radical de valores, até mesmo do valor a vida (...). Todo movimento fascista que consegue alcançar o poder, ou que utiliza das práticas fascistas dentro de um regime democrático, apresenta, muito antes de se tornar governo, as características fundamentais do discurso autoritário, restritivo e impositivo. Isso demonstra que a luta política com o uso adequado de mecanismos de linguagem contemporâneas são fundamentais no combate ao agir fascista.⁵⁴

54. SCHURSTER, Karl e GHERMAN, Michel. *Como lidar com os fascismos hoje?* Cadernos do Tempo Presente, São Cristóvão-SE, v. 11, n. 01, p. 03-15, jan/jun. 2020. p. 8-11

Assim, a contínua confrontação e a (des) construção do real não derivam de falta de conhecimento ou dificuldades cognitivas. Fazem parte de uma tática política. Esta consiste em permitir a Bolsonaro manter a lealdade da sua base política, que deve ficar permanente mobilizada e pronta a agir, seja nas redes sociais ou nas ruas. Para compreendermos as suas movimentações, em especial os ataques à democracia, não podemos subestimar as ações de Bolsonaro e dos seus aliados. Deveremos, isto sim, compreender o seu comportamento, a sua linguagem e as suas ações, seja as vinculadas à política interna ou à política externa. Entendê-las não é uma tarefa simples, pois a engrenagem bolsonarista é caótica e conflitiva. Mas, minimamente apreendê-las é essencial para o enfrentamento do agir e do discurso fascista.

Referências bibliográficas

ABRANCHES, Sergio Henrique Hudson de. *Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro*. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Volume 31, nº 01, 1988. P. 5-34.

ANSALDI, Waldo; GIORDANO, Verónica. Historia de América Latina: una perspectiva sociológico-histórica, 1880-2006: *Crónica del siglo XX*. Madrid: Dastin, 2006.

ARAUJO, Rafael, SARMIENTO, Erica e SCHUSTER, Karl (Orgs). *A América Latina Frente a Pandemia do COVID-19*. Rio de Janeiro; Recife: EDUPE, 2021, v.1.

ARAUJO, Rafael e SARMIENTO, Érica. *A América Latina, a COVID-19 e as migrações forçadas: perspectivas em movimentos, muros epidemiológicos e sombrias imagens*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, Vol. 34, nº 73, p. 239-261, Maio-Agosto 2021.

ARAUJO, Rafael. *Entre a revolução, a instabilidade política e a ruptura democrática: um olhar sobre a história do tempo presente boliviana entre 2006 e 2019*. Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. 47, n. 2, p. 1-27, mai-ago, 2021.

Bolsonaro Ameaça STF de golpe e diz que só sai morto da Presidência. Folha de São Paulo, 08 de setembro de 2022, P. A10.

BOLSONARO, Jair Messias. *Declaração à Nação*. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/notas-oficiais/2021/nota-oficial-presidente-jair-bolsonaro-09-09-2021> Acesso: 25/09/2021.

BRAGON, Ranier e MATTOSO, Camila. *Presença de militares da ativa no governo federal cresce 33% sob Bolsonaro e mais que dobra em 20 anos*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/07/presenca-de-militares-da-ativa-no-governo-federal-cresce-33-sob-bolsonaro-e-mais-que-dobra-em-20-anos.shtml> Acesso: 19 de julho de 2020.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2021. 3ª Edição.

CASTRO, Celso. *Os militares e a República: Um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1995.

_____, *General Villas Bôas – conversa com o comandante*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2021.

_____, e D' ARAUJO, Maria Celina. *Militares e política na República*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001.

CHIRIO, Maud. *A política nos quartéis – revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro, Zahar, 2012. P. 93-134.

CODATO, A. N. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. *Revista de Sociologia Política*. Curitiba, n. 25, p. 83-106, nov. 2005.

COELHO, Edmundo Campos. *A Instituição Militar no Brasil: Um Ensaio Bibliográfico*. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/bib-pt/bib-19/367-a-instituicao-militar-no-brasil/file> Acesso: 17 de fevereiro de 2020.

DANTAS, Alexis T. e LEMOS, Maria Teresa Toribio B (orgs). *América Latina em tempos de pandemia*. Rio de Janeiro, Estudos Americanos, 2020.

DUARTE, Letícia. *Vaza Jato - Os bastidores das reportagens que sacudiram o Brasil*. Rio de Janeiro, Mórula Editorial, 2020.

Desemprego recua para 13,7% e atinge 14,1 milhões de pessoas no tri até julho. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/31732-desemprego-recua-para-13-7-e-atinge-14-1-milhoes-de-pessoas-no-tri-ate-julho> acesso: 30 de setembro de 2021.

FREIXO, Adriano de. *Os militares e o governo Jair Bolsonaro: entre o anticomunismo e a busca pelo protagonismo*. Rio de Janeiro, Zazie Edições, 2021.

GIELOW, Igor. *Lula chega a 39%, aponta Datafolha; sem ele, Bolsonaro lidera*. Folha de São Paulo, 22 de agosto de 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/08/lula-chega-a-39-aponta-datafolha-sem-ele-bolsonaro-lidera.shtml> Acesso: 15 de agosto de 2021.

_____ , *Rejeição a Bolsonaro segue em alta e é recorde após 7/9, diz DataFolha*. Folha de São Paulo, 17 de Setembro de 2021. A4.

Informe Latino Barometro, 2018. Disponível em: https://www.latinobarometro.org/_latdocs/INFORME_2018_LATINOBAROMETRO.pdf acesso: 10 de dezembro de 2018.

GODOY, Marcelo. *Etchegoyen e Villas Bôas negam ação para impeachment de Dilma*. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,etchegoyen-e-villas-boas-negam-acao-para-impeachment-de-dilma,70003498119> Acesso: 03 de novembro de 2020.

HUNTER, Wendy. *Eroding Military Influence in Brazil: politicians against soldiers*. Chapel Hill, The University of North Carolina Press, 1997.

MARTINS FILHO, João Roberto (Org). *Os militares e a crise brasileira*. São Paulo, Alameda Casa Editorial, 2021.

MELO FILHO, Hugo Cavalcanti e ZAVERUCHA, Jorge. *LOMAN: Um legado autoritário civil-militar do regime militar*. Revista Teoria & Sociedade, nº 24, Volume 01, Janeiro-Junho de 2016.

MELLO, Bernardo e NIKLAS, Jan. *Na última década, 64% dos generais do Alto Comando do Exército foram nomeados para cargos políticos*. O Globo, 24 de outubro de 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/na-ultima-decada-64-dos-generais-do-alto-comando-do-exercito-foram-nomeados-para-cargos-politicos-25249287> Acesso: 24 de outubro de 2021.

MENEZES, Maiá, MELLO, Bernardo e COUTO, Marlen. *Bolsonaro dobra presença de militares em cargos estratégicos no governo*. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/bolsonaro-dobra-presenca-de-militares-em-cargos-estrategicos-no-governo-24903138> Acesso: 28 de fevereiro de 2021.

MOTTA, R. P. S. *Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro, Zahar, 2021.

NAPOLITANO, M. 1964. História do Regime militar brasileiro. São Paulo, Editora Contexto, 2014.

NAPOLITANO, M. *Recordar é viver: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro*. Antíteses, Londrina, v. 8, n. 15, p. 9-44, Nov. 2015.

NETO, Octavio Amorim e ACÁCIO, Igor. *De Volta ao Centro da Arena: Causas e Consequências do Papel Político dos Militares sob Bolsonaro*. Journal of Democracy. Volume 9, Número 2, Novembro de 2020. Pp. 1-29.

NEUMAN, Franz. *Estado Democrático e Estado Autoritário*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1969.

NOZAKI, Wilson. *A militarização da administração pública no Brasil: projeto de nação ou projeto de poder?* Disponível em: <https://fpabramo.org.br/observabr/wp-content/uploads/sites/9/2021/05/Cadernos-Reforma-Administrativa-20-V4.pdf> Acesso: 20 de outubro de 2021.

O'DONNELL, Guillermo. *Transições, continuidades e alguns paradoxos*. IN: REIS, Fábio Wanderlei e O'DONNELL, Guillermo. *A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*. São Paulo, Vértice, 1988.

PAULA, Carolina de, FERES JUNIOR, João, WARDE JUNIOR, Walfredo Jorge e VALIM, Rafael. *Bolsonarismo no Brasil – Pesquisa Qualitativa Nacional, Junho de 2021*. Instituto para Reforma das Relações entre Estado e Empresa (IREE) e Laboratório de Estudos de Mídia e Esfera Pública (LEMEP). Disponível em: <https://iree.org.br/wp-content/uploads/2021/08/Pesquisa-Bolsonarismo-no-Brasil.pdf> Acesso: 23 de agosto de 2021.

PAXTON, Robert. *A anatomia do fascismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007, p. 335-361.

PEREIRA, Matheus Henrique de Faria. *Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014)*. Revista Varia História, Belo Horizonte, Vol. 31, Nº 57, p. 863-902, Set/Dez 2015.

PEREIRA, Matheus Henrique de Faria e SILVA, Daniel Pinha. *Sergio Moro negacionista? Operação Lava Jato, transparência atualista e negação da política*. Revista Brasileira de História. São Paulo, volume 42, número 87, 2021.

PRZEWORSKI, Adam. *Crises da Democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

RIBEIRO, Marcio Moretto e ORTELLADO, Pablo. *Manifestação em apoio ao Presidente Bolsonaro. Av. Paulista, 07 de setembro de 2021*. Disponível em: <https://www.monitordigital.org/2021/09/08/manifestacao-em-apoio-ao-presidente-bolsonaro-07-09-21/> Acesso: 10 de setembro de 2021.

RIDENTI, Marcelo. *As oposições à ditadura: resistência e integração*. IN: REIS FILHO, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo e MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *A ditadura que mudou o Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 2014, 1ª Edição.

ROSENFIELD, Denis. *A Escolha: Como um Presidente Conseguiu Superar Grave Crise e Apresentar uma Agenda Para o Brasil*. Entrevistas com Michel Temer. São Paulo, Editora Noeses, 2020.

SALES, J. R. Entre a revolução e a institucionalização: uma história do Partido Comunista do Brasil. São Paulo, EDUSP, 2020.

SCHURSTER, Karl e GHERMAN, Michel. *Como lidar com os fascismos hoje?* Cadernos do Tempo Presente, São Cristóvão-SE, v. 11, n. 01, p. 03-15, jan/jun. 2020.

SCHURSTER, K. y Teixeira Da Silva, F. C. (2021). *Militares e bolsonarismo: um caso da transição falhada e democracia inacabada.* Relaciones Internacionales, 30(60), 130. <https://doi.org/10.24215/23142766e130>

TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. *Máscara, máscaras: pandemia e homossexualidade na novilingua do bolsonarismo.* Cadernos do Tempo Presente, São Cristóvão-SE, v. 11, n. 01, p. 16-34, jan/jun. 2020.

VILLAS BÔAS, Eduardo. *Bolsonaro não é volta dos militares, mas há risco de politização dos quartéis.* Entrevista realizada por Igor Gielow. Folha de São Paulo, 11 de novembro de 2018. P. A8.

_____, *Fomos colocados à prova e passamos. Não vejo nenhum risco à democracia.* Entrevista a Thomas Traumann. O Globo, 15 de dezembro de 2019. P. 12.

VIZEU, Rodrigo. *General critica políticos em palestra e pede ‘despertar para a luta patriótica’.* Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/10/1695840-general-critica-politicos-em-palestra-e-pede-despertar-para-a-luta-patriotica.shtml> Acesso: 21 de outubro de 2018.

ZAVERUCHA, Jorge. *Rumor de Sabres. Tutela Militar ou Controle Civil?* São Paulo, Editora Ática, 1994.

MILITARES E BOLSONARISMO: UM CASO DA TRANSIÇÃO FALHADA E DEMOCRACIA INACABADA¹

Francisco Carlos Teixeira Da Silva

Karl Schurster

Introdução

“Nós perdemos a guerra”. Essas foram as primeiras palavras de Horst Möller², parafraseando o comissário do povo Friedrich Ebert, na abertura da Assembleia Nacional em fevereiro de 1919. Em verdade, o povo alemão não estava efetivamente preparado para admitir o fato: a derrota. Há um paralelo possível entre esse sentimento do passado recente alemão com a história do presente brasileiro. As eleições de 2018, no Brasil, marcariam aquilo que o Imperador Guilherme II afirmou em 1914: “Não reconheço mais partidos, só reconheço alemães!”³. O retorno a um tipo de nacionalismo que alguns intitulam de “populismo de direita” em conjunto com as práticas de deslegitimação das instituições do mainstream esvaziando a arena do político pela exacerbção de uma retórica fascizizante marcariam os primeiros anos do governo Jair Bolsonaro. Nos últimos dois anos o governo se ocupou, quase

1. Artigo publicado originalmente na Revista de Relaciones Internacionales da Universidad Nacional de La Plata. <https://revistas.unlp.edu.ar/RRII-IRI/article/view/12155>

2. Möller, Horst. *La República de Weimar. Uma democracia inacabada*, Madrid, Papeles del Tiempo. 2012.

3. Idem. s. d

que exclusivamente, a combater as causas que “supostamente ameaçariam a sua existência”. Nesse caso, o passado imaginado, do que foi o governo “comunista do Partido dos Trabalhadores”. Com isso, tornou-se cada vez mais evidente a necessidade de discussão sobre como manter a democracia sob condições tão desfavoráveis. Essa discussão, apresentada por Gandhi⁴, Levitsky & Way⁵ e Costa Pinto⁶, demonstram como os novos regimes autoritários se vestem de democracias, mas em verdade devem ser definidos como “regimes híbridos” ou “autoritarismos competitivos”. Por mais que possuam várias características do agir político democrático, como eleições, a existência de múltiplos partidos ou mesmo não implementação de uma censura rígida, constroem novas formas de repressão a cidadania e de controle da sociedade civil. Primeiro pela linguagem autorizadora, depois pela ação catártica, quase sempre violenta.

Ocorreu em grande parcela da população brasileira a esperança de que a eleição de Bolsonaro instaurasse um “novo modelo político”, fora dos jogos e acordos do sistema, e com isso os problemas da sociedade seriam resolvidos de forma rápida e efetiva. O que não foi entendido, nem pelas elites políticas e sociais, tampouco por grande parcela da população massivamente pobre no Brasil é que Bolsonaro jamais esteve em condições de proporcionar aquilo que se esperava dele. Por isso, as promessas radicais de uma “revolução conservadora” tentando desfazer o sistema “por dentro” foi uma retórica muito mais pretenciosa e ilusória do que realista. O que esse texto pretende abordar, num sentido específico, é como um processo de transição falhada, de uma sociedade em processo de transformação, constituiu uma “democracia inacabada” e com isso abriu margem para

4. Gandhi, Jennifer. *Political Institutions under Dictatorship*, Cambridge, University Press. 2008.

5. Levitskt, Steven, Way, Lucan. *Competitive Authoritarianism: Hybrid Regimes after the Cold War*, New York, University Press. 2010

6. Costa Pinto, Antônio. *O regresso das ditaduras?*. Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos. 2021.

o surgimento e manutenção de figuras políticas como Bolsonaro e, também, a permanência de grupos militares dentro da arena política.

A eleição de Jair Bolsonaro para a presidência da República em 2018 – malgrado uma série de elementos questionáveis – desde um amontoado de *fakenews* até a inelegibilidade do ex-presidente Lula da Silva – a bordo de 57.797.847 de votos interrompia uma sucessão de eleições presidenciais em que a Centro-Esquerda elegia seus candidatos (Vargas, Juscelino, Jânio Quadros, Jango – um hiato com a Ditadura Civil-Militar entre 1964-1985 – e novamente com FHC, Lula e Dilma). Não só a chapa Bolsonaro-Mourão, este um general da reserva conhecido por declarações antirrepublicanas, mostravam-se fora do “arco constitucional” da Nova República, como ainda abertamente elogiam a Ditadura Civil-Militar e prometiam um governo formado por militares. Os principais e mais graves momentos do regime autoritário eram negados – supressão das liberdades, sequestros, torturas – ou mesmo considerados “necessários”, em virtude do momento de “guerra” que o país passava.

Tal retorno ao passado, ensejou, por sua vez, um forte movimento de retorno ao tema por parte de pesquisadores. Historiadores, cientistas sociais, politólogos e, mesmo jornalistas, começaram um intenso processo de “revisão” dos anos de 1964-1985 como forma de resposta a “idealização”, por parte da Ultradireita, da ditadura no Brasil. Muito especialmente, a imposição do Ato Institucional Número 5, o conhecido “AI-5”, e suas terríveis consequencias, começaram um novo ciclo de debates e estudos.

No entanto, um período, e temática, ficaram menos evidente neste debate: a forma assumida pela transição democrática brasileira. Denominada de “Abertura” (do regime militar”) e dirigida desde cima, pelos próprios militares, e que aos poucos toma fôlego e se espalha para as ruas com massivos movimentos populares como os movimentos pela “Anistia Geral” (1975-1979) e o movimento pelas “Diretas Já” (1983-1984), empurram o regime para o

seu final. Embora os “bolsões” de resistência extremistas, no interior do próprio regime, continuassem a reagir contra a “Abertura”. O Projeto de Abertura Política nunca foi aceito, unanimemente, pelos militares, ensejando uma brutal luta política nos quartéis e em seus porões.

Essa reação incluiu o Golpe de Estado falhado de 1977 de Silvio Frota, que tinha como ajudante de Gabinete o então capitão Augusto Heleno, atual general ministro-chefe do GSI do Governo Bolsonaro. O projeto formulado por Geisel-Golbery, mesmo sendo autoritário e limitado, era considerado por setores “linha dura” por demais favorável aos “comunistas”. Para combatê-lo, patrocinou-se uma onda de Terrorismo de Estado por todo o país, em especial entre janeiro e agosto de 1980, tendo como alvos o governador Leonel Brizola, a convenção do PMDB, bancas de jornais em vários estados (para coibir a venda de jornais de Oposição). São atingidas, com vítimas, inclusive letais, as sedes dos jornais “Em Tempo”, “Hora do Povo”, “Tribuna Operária” e “Tribuna da Imprensa”, a “Casa do Jornalista”, em Belo Horizonte, o Teatro Tuca, em São Paulo, no Colégio Social (ferindo cerca de dez estudantes), em Salvador, a Ordem dos Advogados do Brasil/OAB, o Riocentro, onde se realiza um espetáculo de música popular e a Câmara dos Vereadores. Tais práticas terroristas, com funcionários civis e militares agindo como terroristas, jamais foram apuradas ou punidas.

A análise, bastante comum, que a transição democrática brasileira foi um “pacto” entre o regime militar e os representantes moderados da oposição – o que é uma explicação recorrente na história do Brasil sobre as “conciliações” – não abarca, entretanto, os elementos de violência e de participação popular envolvidos no processo de transição. Daí a importância de “revisar” tais processos e projetar, à luz da fragilidade atual da Nova República, implantada com a Constituição de 1988, o sentido e forma da transição e o papel dos militares nesse processo.

Transições

A “questão” das transições democráticas na América Latina foi tratada por inúmeros historiadores, cientistas políticos e sociólogos, gerando uma vasta literatura especializada. O caso do Brasil, a chamada “Abertura” política, foi um processo especial dirigido diretamente pelo grupo no poder, os militares (o Projeto Geisel-Golbery), e marcado por sua longuíssima duração – 1979-1988 -, gerando fortes problemas teóricos e metodológicos, além das consequências políticas duradouras, recolocadas hoje na Nova República. Desde logo alguns especialistas sobre o tema devem ser destacados: Guillermo O’Donnell⁷ ao propor, em comparação com outros países latino-americanos, um modelo clássico de “transições”, que terá forte impacto em estudos posteriores. Suas análises viriam desafiar o diagnóstico “fatalista” de Samuel Huntington – dentre os quais *The Modest Meaning of Democracy*, onde “ondas” de autoritarismo sucessivas se alternariam, na América Latina, com “aberturas” democráticas, num continente não “vacionado” à democracia⁸. Em tal debate, sobre a difícil “vocação” democrática latino-americana, o autor lança sua tese sobre as ‘ondas’ de democracia e autoritarismo na América Latina, onde a temática iguala-se em “fatalismo” a outros temas como a eliminação da corrupção, da pobreza ou a injustiça social, constituindo-se em mais uma das diversas teses da vulnerabilidade inerente dos latino-americanos em face da diversa “vocação” dos povos anglo-saxões ao desenvolvimento pleno. Muitas vezes relacionada com a “herança histórica” do “iberismo”, e com a existência, então, das longas ditaduras franquistas e salazaristas, tais teses mostram-se fatalistas, deterministas e historicistas, não levando em conta os desenvolvimentos recentes e a

7. O’Donnell, Guillermo. *Transição Democrática e Política Sociais* In: Rcv. Adm. públ., Rio de Janeiro, 21(4):9-16. out./dez. 1987.

8. Huntington, Samuel. In: Robert A. Pastor (Org.), *Democracy in the Americas: Stopping the Pendulum*, Nova York, Holmes and Holmes. 1989.

história específica de cada povo. Correndo por fora do “modelismo” dominante nas ciências políticas, Denkward Rüstow - em *Transitions to democracy: Toward a dynamic model*, de 1970, procura trazer o conflito social para dentro do debate e, muito especialmente, o papel das elites políticas e sua vocação, ou a ausência de vocação e interesse, para com a democracia⁹.

O livro de Alfred Stepan (1975) – *The Military in Politics* – de 1971, publicado no Brasil em 1975¹⁰, em pleno Regime Militar, trouxe uma verdadeira renovação nos estudos militares no Brasil. Não se trata, no entanto, de um “inovador” como muitos querem, em desconhecimento da literatura histórica já existente no Brasil. O historiador brasileiro Carlos Fico esclareceu, recentemente, a trajetória do trabalho de Stepan. As relações civis-militares, no Brasil, já haviam sido estabelecidas como campo de estudo pelo ensaio seminal *O que foi o Tenentismo?*, de Virgílio Santa Rosa¹¹, publicado em 1963, em plena ebullição política, no exato momento em que se discutia o papel dos militares nos destinos da Nação. O próprio ensaio constituía-se em uma atualização de uma obra maior do mesmo autor, de 1933, escrito no imediato pós-Revolução de 1930, denominada “O Sentido do Tenentismo”¹², onde o fenômeno das revoltas militares dos anos de 1920 desembocava no “primeiro movimento saneador” e revolucionário da República. A obra de Santa Rosa incluía, no entanto, a defesa da Reforma Agrária e o combate ao latifúndio como temáticas de época, radicalizando e fastando-se da experiência getulista. Tal trabalho, deve ser incluído no grande conjunto renovador – a grande da vaga do chamado “Redescobrimento do Brasil” com Gilberto Freyre,

9. RÜSTOW, Denkward. *Transitions to democracy: Toward a dynamic model*. Columbia University Press, 1970. p. 337-363

10. Stepan, Alfred. *Os Militares na Política*: Rio de Janeiro: Arte Nova, 1975.

11. SANTA ROSA, Virgílio. *O que é o Tenentismo?* Rio de Janeiro: Cadernos do Povo-Civilização Brasileira, V.22, 1963.

12. SANTA ROSA, Virgílio. *O sentido do tenentismo*. São Paulo: Editora Alfa Omega, 1976.

Sérgio Buarque de Holanda, Nelson Werneck Sodré e outros - que indagava a natureza e significado das instituições brasileiras e o que fazia o Brasil ser diferente e original, em suma, ser “brasileiro”.

A obra de Santa Rosa terá forte impacto nos estudiosos brasileiros, em especial na “Escola Sociológica da USP”, com Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Boris Fausto e Francisco Weffort. Os estudiosos brasileiros, depois de 1964, apesar das dificuldades impostas pela censura política, acompanharam com afinco o debate, em especial em núcleos com o CEBRAB, pioneiro nos estudos sobre a modernização brasileira e em cursos da Universidade Federal Fluminense. Francisco Weffort¹³ foi um estudioso constante no campo, responsável por um amplo seminário, na USP, sobre o tema da “Transição” no Brasil. Já Lucília de Almeida Neves e Vera Cardoso (1985), publicaram uma detalhada análise sobre a trajetória de Tancredo Neves, onde lançavam luzes sobre todo o processo de “Abertura” política no Brasil em 1985.

Uma nova geração de pesquisadores, aprofundou o debate sobre o tema “Militares”, “Regime Militar” e “Transição”, com destaque para Carlos Fico, Daniel Aarão Reis Filho e João Roberto Martins Filho, que conseguiram aportar contribuições significativas, incluindo a questão da periodização do regime militar e a análise dos diversos grupos no interior das FFAA, como veremos em seguida. Coube a Anthony Pereira uma singular contribuição ao analisar o papel da Constituição e dos constituintes de 1988 na configuração da Nova República, por ele significativamente denominada de “democracia feia” – um debate que enfrentaremos. Desde logo, na contramão da euforia, com o fim do Regime Militar, que Aarão Reis sublinhou o caráter “civil-militar”, destacando a presença de amplos segmentos empresariais e das classes medias no regime de 1964.

13. Weffort, Francisco. *Incertezas das Transições na América Latina*, In: Revista Lua Nova, São Paulo, No. 16, março, 1990.

Nova República: a democracia feia

Anthony Pereira, por sua vez, destacou na transição e na nova democracia depois de 1988, a ambiguidade e a insuficiência das garantias dos Direitos Civis. A ausência de uma real reforma das instituições republicanas, e em especial das polícias e da Justiça, que teria deixado o cidadão brasileiro – em especial o pobre, mestiço, preto, a mulher – cada vez mais distante dos mesmos Direitos Civis proclamados pela própria Constituição de 1988. Esta, cada vez mais emergia como um documento declaratório. Por outro lado, a maciça presença de constituintes liberais-conservadores – 500 contra 59, eleitos em 1986 e responsáveis pela Constituição de 1988 – abriu caminho para a inserção de institutos que somente nos anos seguintes mostrariam plenamente em suas consequências, entre eles o hoje famoso Artigo 142. Seriam artigos de garantias de autonomia e poder aos militares, que se retirariam do poder muito distantes de uma derrota, como no caso da Argentina, Portugal ou Grécia. Citava-se, na ocasião, claramente, os “Pactos de Moncloa” e uma longa e ordenada retirada do poder, como no caso do franquismo espanhol ou dos militares no Chile¹⁴. Na verdade, os militares, na Nova República, guardariam, via o Artigo 142, um largo poder de intervenção na vida pública. No governo Bolsonaro tal artigo seria frequentemente citado como a esdrúxula fórmula de “Intervenção Militar Constitucional”. Daí, na contramão de Ulisses Guimarães, que denominou a Constituição de “cidadã”, Pereira denomina a democracia da Nova República de “feia”.

A persistência do patrimonialismo – marca das oligarquias que se manteve nas ditaduras modernizantes militares, em aliança às custas das populações rurais e camponesas e via manutenção da estrutura agrária oligárquica - e a negação do acesso popular aos serviços e bens públicos foi, por sua vez, o destaque de Adam Prezeworski (1985)

14. SANTOS, Juliá. *Transión*, Barcelona, Galáxia Gutenberg, 2017.

para o conceito de “democracia de baixa intensidade”. As transições democráticas não souberam superar tais estruturas, herança histórica latino-americana, muitas vezes tratadas como natureza do “iberismo colonial”, mesmo quando lá se vão duzentos anos de independência nacional. Assim, devemos considerar, ao largo de qualquer fatalismo histórico, a persistência do patrimonialismo no âmbito de alianças e conciliações políticas como parte fundamental da análise do colapso / descrédito / corrosão / decepção das democracias no continente. Duas vias abrem-se para esse processo de “falthamento” histórico das democracias sucessoras:

- I. No caso das ditaduras militares, registrada a diversidade dos grupos militares¹⁵, e seus laços com a sociedade civil, como destacou originalmente Santa Rosa;
- II. Há um “núcleo duro” com um projeto de poder que vinha amadurecendo desde o início dos anos de 1950. A presença e ação de tal grupo explicita a sucessão de pronunciamentos, manifestos e tentativas de putsch desde a primeira derrota da UDN para o varguismo até 1977.

A imposição por Geisel do seu projeto de “Abertura” – que acaba sendo derrotado, por sua vez, “nas ruas”, sendo ampliado do ponto de vista das liberdades e das conquistas sociais pela Constituição de 1988, gera, por sua vez, um poderoso grupo de recalcitrante no interior das Forças Armadas. Conseguiram impor aos constituintes o Artigo 142, e outros dispositivos e, no entanto, nunca consideraram a Nova República como a forma definitiva de Estado no Brasil.

Aliados do poder com a derrota do, então, ministro-general Silvio Frota, em 1977, formaram um grupo coeso, reacionário, *embedeb* nas instituições republicanas – FFAA, polícias, escolas e academias

15. MARTINS FILHO, João Roberto. *O Palácio & a Caserna. A dinâmica militar das crises políticas na Ditadura (1964-1969)*, São Paulo, Alameda, 2020.

militares na contramão da tradição “castelista” e civilista existente nas FFAA – que se lançará sistematicamente na conquista do Estado e fará uma aliança histórica com o empuxo fascista vindo de baixo, do conjunto da sociedade. Moldados por uma constante de cursos de MBAs, ministrados por fundações privadas contratadas pelo DeCEX – Departamento de Cultura e Educação do Exército – com uma formação ultraliberal e crítica a qualquer papel do Estado na economia, desenvolveriam uma visão privatista, anti-desenvolvimentista e antinacionalista no uso dos recursos naturais do país. Verão nos partidos desenvolvimentistas, e em especial no PT, uma terrível ameaça “bolivariana”, contra a qual devem estar permanentemente mobilizados. Em vários pontos, em especial no programa econômico, “moderados” e “duros” se encontram.

Entre Moderados e “Duros”

O que diferencia “duros” e “moderados” não é a tática – por exemplo, o recurso à tortura, a censura, ou a supressão dos Direitos Civis e, sim, seus projetos de longo prazo para a República. Tais setores “duros” no interior das FFAA jamais aceitaram a “Abertura” como proposta no Projeto Golbery-Geisel, e sempre reagiram com dureza ao setor castelistas¹⁶. Conspiraram em 1977, no “quase-golpe” contra Geisel, voltaram a conspirar em 1979 – contra a sucessão via João Figueiredo e contra o Decreto da Anistia, de 1979, considerado “brando” com os “subversivos” e reagiram de novo violentamente nos anos de 1980 e 1981 com o Terrorismo, explodindo dezenas de bombas por todo o país, inclusive nos episódios da OAB, da Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro e do Rio Centro, conforme detalhado por Elio Gaspari¹⁷. No “núcleo duro”, desde 1964, já havia, *in potentia*, fortes

16. Idem.

17. GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*, São Paulo, Editora Intrínseca. 2014.

elementos fascistas. O convívio complexo, mais forte no Governo Médici (1969-1974) de militares reacionários com elementos fascistas oriundos da sociedade civil e, então, em declínio até seu expurgo em 1977, não representou, no entanto, sua eliminação.

Da mesma forma, o reacionarismo da sociedade brasileira, seu egoísmo social, já convivia, com elementos fascistas, desde os anos de 1920, expressos no Integralismo e, hoje, no Neointegralismo e nas suas expressões religiosas¹⁸. A modernização autoritária e a crise econômica, com a ascensão de novos grupos sociais, potencializaram a possibilidade fascista. O encontro, depois de 2013, se fez irresistível, e se materializou nas faixas e cartazes como “Intervenção Militar Já”.

Alguns regimes, de longa duração, como a ditadura de Franco na Espanha, oscilaram no tempo e na sua forma, conforme o equilíbrio interno de forças e as conjunturas internacionais, entre uma ditadura militar, um regime fascista e uma modalidade própria de fascismo clerical – Fábio Py¹⁹ chamará de “cristofascismo” e Ernst Nolte²⁰ de “clericofascismo”. Neste sentido, não caberia estabelecer condições do tipo *aut alterum*, uma análise eliminando a outra, mas da conjugação no tempo e nas condições específicas das diversas formas/fases de ditadura e fascismo – em movimento constante.

A “Transição” brasileira foi, de forma clássica, caracterizada como negociada com as forças herdeiras da ditadura. Dada uma certa contemporaneidade, o “Caso Espanhol” de *Transición*, como descrito por Juliá Santos, foi exemplar. Na Espanha, hoje sabemos, as negociações deram-se diretamente entre Felipe Gonzalez, em 1976, do PSOE/Partido Socialista Operário Espanhol e o “Servicio Central de

18. DOTTA, Renato A. *Um esboço necessário sobre a trajetória do integralismo brasileiro: da AIB ao ciberintegralismo*, Boletim do Tempo Presebte (UFRJ), v. s/n, 2012.

19. PY, Fabio. Pandemia cristofascista. São Paulo: Editora Recriar, 2020.

20. Nolte, Ernst. *Der Faschismus in seiner Epoche*, Frankfurt, Piper, 1963.

Documentación” (Seced), o serviço secreto criado ainda na época de Francisco Franco, em 1972, para o controle político do país durante o “tardofranquismo”, os dois atores centrais da transição espanhola²¹. Então se estabeleceram os “limites” supostos ou aceitáveis da transição democrática. Para o grande público, os chamados “Pactos de la Moncloa”, de 1977, reunindo Adolfo Suarez (UCD), Felipe Gonzalez (PSOE) Santiago Carrillo (PCE), e demais líderes, seriam a face visível, e aberta, de negociações ocultas entre apenas dois atores básicos. O paralelo foi seguido no Brasil, em especial após a morte de Tancredo Neves, quando o general Ivan de Souza Mendes (1922-2010), chefe do SNI/Serviço Nacional de Informações entre 1985 e 1990, desenvolveu todos os esforços possíveis para evitar a extinção do órgão, que ele chefiava, pelo presidente Collor e foi o responsável pelo sumiço da documentação até então produzida; o general Leônidas Pires Gonçalves (1921-2015), Ministro do Exército indicado por Tancredo Neves e mantido no Governo Sarney; e o General Otávio Medeiros (1922-2005), um íntimo do presidente João Figueiredo, então Comandante da Amazônia e chefe do SNI entre 1978 e 1985, quando se deu o atentado ao Riocentro e outros contra movimentos e personalidades da Oposição – os anos fundamentais da “Abertura” política no Brasil - tornam-se os fiadores do frágil Governo de José Sarney, na condução dos momentos mais tensos da Transição. Note-se bem, todos atos de se deram após a publicação da Anistia de 1979 e, portanto, não estavam cobertos por sua jurisdição.

Esses três militares foram os homens que moldaram a “Abertura” política desde 1978 no Brasil, estabeleceram limites, ritmo e as condições, incluindo o “golpe” da posse de Sarney no impedimento de Tancredo Neves - tornando-se o General Leônidas Pires Gonçalves, nas palavras do próprio Tancredo Neves, o “jurista do Sarney”.

21. El País. El día que ‘Isidoro’ sedujo a los espías de Suárez, 22/09/2029. In: https://elpais.com/politica/2019/09/19/actualidad/1568907106_294742.html, consultado em 20/04/2021.

No caso do Brasil e Chile coube aos próprios membros do Regime Militar no Poder - Geisel/Figueredo e Augusto Pinochet - estabelecer os limites e ritmo da abertura do regime. A dinâmica social e política, a intensidade da organização da sociedade civil, tiveram, no entanto, importante papel em contra-arrestar tais “limites” e alterar o “ritmo” impostos pelas forças da conservação. Em especial os movimentos populares nas ruas, as greves e a mobilização sindical ampliaram a “Abertura” para além dos seus estreitos limites iniciais. Mas, em seu conjunto – como comprovam, no Brasil, o Decreto da Anistia de 1979 e a derrota do Movimento “Diretas Já” - deu-se a “captura” das transições pelos objetivos dos setores conservadores das FFAA em ambos os países. A eleição, indireta e por um colégio eleitoral nos moldes da ditadura, de Tancredo Neves e de José Sarney, em 1985, e a tragédia subsequente – a morte do presidente eleito -, artes do destino, levando um antigo líder da ditadura e seus conselheiros militares a dirigir a Transição/Abertura, sublinhariam os seus limites. Somar-se-ia a isso um Congresso Nacional, também constituinte (1987/88), onde a oposição teria cerca de 10% de assentos (o governo contava com 509 votos contra 50 da oposição). Essa nova realidade política – uma maioria conservadora no Congresso Nacional - imporia sua vontade: o “Centrão” – uma aglomeração suprapartidária majoritária de “Centro” até a Extrema-Direita. Ao mesmo tempo, no cenário internacional, o “Socialismo realmente existente” ruía: desde 1979/1980 o “Sindicato Autônomo Solidariedade”, na Polônia desafiava o regime comunista e abria graves brechas nos países comunistas; a “gerontocracia” soviética decaia com rapidez; Hungria e Tchecoslováquia faziam reformas liberalizantes e a oposição na República Democrática Alemã era cada vez mais forte, culminando em 1989 com a derrubada do odioso “Muro” em Berlim. Em 1991, tudo vinha a baixo. O “Monolito” desabava. Em tais condições a oposição de Esquerda no Brasil estava profundamente despreparada para a “Abertura” e um projeto

social para o país, sem um discurso alternativo para apresentar como alternativa a uma ofensiva neoliberal.

O debate clássico na literatura aponta que tais “Transições tuteladas” desembocam, em geral, em “Regimes Tutelados”, normalmente com garantias formais de Direitos de “primeiro grau” – como garantidas na Constituição de 1988 – voto, reunião e expressão – mas, jamais aos direitos amplos e ineludíveis de participação real do “demos” ao acesso aos serviços e aos bens sociais, perpetuando a situação de desigualdade e de injustiça social. Da mesma forma, a paralisia da “democratização” frente as instituições como as polícias e a Justiça, marcadas pela violência massiva, em especial contra jovens negros e pardos, mulheres e minorias, característica dos velhos regimes ditatoriais e oligárquicos, redundaria na brutal sequência de massacres contra grupos sociais subalternos (Alves, 2020). Garantia-se, assim, a reprodução, perpetuação, da “democracia feia”, como sublinha Anthony Pereira. Tal contradição entre a afirmação “declaratória” entre “direitos gerais” e as garantias reais, fundamentais, para exercê-los, os efeitos da Transição pactuada incidiriam em várias instituições da República, e seu *habitus*, redundando na banalização da violência que se institucionalizaria, em especial nas polícias militares e suas congêneres, tais como a polícia civil, as guardas penitenciárias, corpo de bombeiros, guardas de vigilância um processo rápido de milicização de instituições do Estado (Paes Manso, 2018).

A democratização advinda com a “Abertura” não seria acompanhada pela diminuição, sequer pela mitigação, da violência contra os grupos sociais subalternos rurais ou das periferias urbanas das grandes cidades²².

22. Comissão Pastoral da Terra/CPT. Massacres no Campo. In: <https://www.cptnacional.org.br/noticias/acervo/massacres-no-campo>. Consultado em 22/04/2021 e Pesquisas e Práticas Psicosociais. O extermínio de jovens negros pobres no Brasil: práticas biopolíticas em questão. In: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo>.

Transições e seus modelos: a inovação brasileira.

O debate acima esboçado sobre mudança e padrão de Transição possui um denso *corpus* teórico estabelecendo o campo dos estudos da “Transitologia”. Coube a Dankwart A. Rüstow (1924-1996) dedicar-se a compreensão dos regimes autoritários, sua crise e transição à democracia de forma sistemática. O otimismo de Rüstow acerca de uma *Habituuation* dos diversos grupos políticos, incluindo as elites/corporações antes detentoras do poder e, fundamental, do crescente declínio do autoritarismo na América Latina, infelizmente – aliás como previsto por Prezeworski – não ocorreu. Não só as elites do poder não se “habitaram” com o novo jogo democrático, como ainda se tornaram nostálgicas de uma falsa “idade do ouro”, idealizada, das ditaduras. O elogio ao passado e sua idealização como um “tempo perdido” torna-se um reforço, comum, nos processos de fascistização. Nas crises institucionais, tais uti-pias regressivas, são oferecidas como alternativas, num processo de aproximações sucessivas e de radicalização acumulativa, no qual o Negacionismo Histórico desempenha um papel central na novilíngua apresentada pelos fascistas.

Os bolsões de “radicais” no interior das Forças Armadas desempenharam, neste processo, um papel central. Forneceram uma constante fonte de “memórias imaginadas” sobre os tempos da Ditadura em comparação da corrupção e do “descalabro, por vezes da ausência de patriotismo, da Nova República. Em várias oportunidades desafiaram, com sucesso, o Poder Civil, como no “Caso Viegas”, em 2004, levando a demissão do Ministro da Defesa e constrangendo o governo nos casos referentes as narrativas sobre os desaparecidos e os torturados. O enfrentamento com a Comissão Nacional da Verdade /

CNV, no governo Dilma não foi a causa de ruptura, mas o clímax e pretexto de tais confrontamentos.

Trata-se de um confrontamento de narrativas e de memórias imaginadas e da reconstrução da atualidade de 1964, e suas ferramentas, como os Atos Institucionais, idealizados como respostas fáceis para situações complexas a partir da Crise de 2013. Para a Ultradireita, trata-se não só de chegar ao poder – o que conseguiu em 2018 com Bolsonaro – mas, de destruir as próprias bases da Nova República como instituídas na Constituição de 1988, apontando o AI-5 como modelo básico da “República” ideal.

A República do AI-5

O Golpe de 1964 foi original no cenário nas relações dos militares com a República no Brasil. Fugia ao “padrão” das muitas intervenções militares sob como a sucessão de “pronunciamentos”, golpes, rebeliões, imposições e ultimatos que se seguiram a Proclamação da República depois de 1889. Tratou-se de uma intervenção direta, continuada, onde os militares assumiram o protagonismo político e a responsabilidade integral por uma vasta obra de legislação, arranjo político e reforma econômica, além de remodelagem institucional. A tese de que seria uma intervenção limitada – propalada por eles inicialmente –, seguida de eleições democráticas, e da entrega do poder ao eleito em 1966, não se mantém à luz dos depoimentos dos principais chefes militares. Os próprios conspiradores, em especial os coronéis “de IPMs”²³, considerados radicais, liderados

23. IPM – Inquérito Policial-Militar era uma comissão designada pelo “poder militar” para julgar subversivos, comunistas e corruptos (e atos de “imoralidade”) logo após o Golpe de 1964 pretendendo uma “limpeza da Nação”. Foi em especial a arma para destituir centenas de funcionários públicos da administração do Estado. Constituíram-se num grupo radical, dos “duros”, que antes havia sido a base conspirativa de Golbery do Couto e Silva, tais como os coronéis, depois generais, João Baptista Figueiredo, Ivã Perdigão, Gustavo Moraes Rego, Octávio Alves Velho, Leônidas Pires Gonçalves, Newton Leitão, Daniel Venturi, Silvio Frota e Otávio Medeiros.

pelo ministro da Guerra, general Costa e Silva, tinham planos de longa duração. Liderando a chamada “Linha Dura”, consideravam imperiosa a suspensão das eleições, ampliação das cassações de mandatos políticos, posto que “... a revolução teria que prosseguir com ele [Castelo Branco²⁴] no governo ou então estaria perdida e as reformas que pretendia efetuar não seriam realizadas’. O “Programa Revolucionário” que deveria mudar a face do país “...não era de molde a ser realizado em menos de dois anos”, e isso os militares sabiam. Conforme está explícito no Ato Institucional, dito mais tarde “Número 1” (AI-1),²⁵ embora, com alguma razão, a Ultradireita contemporânea tenha fixação no AI-5 – instrumento pelo qual o Regime Militar tornou-se ainda mais absoluto e restringiu fortemente as garantias civis -, cabia inteiramente aos militares assumir a missão de “restauração” da Nação. Para isso se auto constituíam em poder legisferante e executivo, simultaneamente, além de poder limitante do Judiciário, como expressa claramente o próprio texto introdutório do Ato Institucional Número 1 (AI-1): “A revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constituinte. Este se manifesta pela eleição popular ou pela revolução. Esta é a forma mais expressiva e mais radical do Poder Constituinte. Assim, a *revolução vitoriosa*, como Poder Constituinte, se legitima por si mesma. Ela destitui o governo anterior e tem a capacidade de constituir o novo governo. Nela se contém a força normativa, inerente ao Poder Constituinte. Ela edita normas jurídicas sem que nisto seja limitada pela normatividade anterior à sua vitória. Os Chefes da revolução vitoriosa, graças à ação das Forças Armadas e ao apoio inequívoco da Nação, representam o Povo e em seu nome exercem o Poder Constituinte...”²⁶

24. Humberto Castello Branco, primeiro presidente do regime militar, 1964-1967.

25. Durante o Regime Militar foram editados em seu conjunto 17 Atos Institucionais regulados por 104 Atos Complementares que compuseram o arcabouço jurídico do Estado de Exceção no Brasil, ao qual devemos acrescentar a Lei de Segurança Nacional/, de 1983, ainda vigente – em plena Nova República – embora hoje sob forte contestação.

26. Ato Institucional. Preâmbulo: À Nação. In: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm.

A vocação ditatorial do Golpe tornava-se explícita ao avocar para um grupo de militares o poder de legislar, sem qualquer limitação, inclusive do Supremo Tribunal, em nome da Nação.

O texto instaurador da nova ordem rompia, assim, a ordem constitucional e estabelecia, sem limitações de apreciação de constitucionalidade, uma nova fonte de institucionalidade e fúria punitivista. O Supremo Tribunal Federal/STF permitiu por total renúncia as suas atribuições inatas de guardião da Constituição, em especial na figura do seu, então, presidente, Ministro Ribeiro da Costa (1964-1966) o avanço do novo poder sobre suas instituições. Nesse momento, de fato, as instituições militares funcionavam como um “Quarto Poder”, de forma inconstitucional, ahistórica e abusiva. A teoria da “Tutela Militar” sobre a República, oriunda da Proclamação da República e da recepção do decaído Poder Moderador do Imperador pela Instituição Militar desempenhará um papel ideológico subliminar importante em todo esse processo.

A “Linha Dura” de Costa e Silva/Silvio Frota tinham, desde logo, um projeto de longa duração, implicando na permanência na vida pública do país. Silvio Frota – mais tarde, através do seu mandado no Exército e da projeção de poder no CIEx e no SNI, consolidará a dura discrepância com o Projeto Golbery-Geisel, de “Aertura”. A grande diferença reside no projeto de longo prazo, ainda em vigor hoje, e não no método - variável, flexível, mutável - desde os golpes falhados de 1954, de 1961, realizado de 1964, novamente falhado em 1977 e longamente planejado desde 1988, com novos métodos, para florescer em 2016 e se realizar por via eleitoral em 2018. O Bolsonarismo enquanto síntese seria o principal condutor de um projeto de institucionalização de uma “República Patriótica Militar”, sob a tutela permanente dos militares, como afirmaria premonitoriamente Silvio Frota: “...as revoluções não marcam limites no tempo. Elas, dentro da doutrina que esposaram e vêm difundir, elaboram e impõem as leis que vigorarão na nova ordem.

Semeiam seus princípios, especialmente na juventude, visando a dar-lhes raízes para sustentá-la até longínquo futuro. Por conseguinte, não têm prazos e somente se exaurem com a integral concretização de seus objetivos²⁷

O AI-5, decretado em 13/12/1968, seria o instrumento de perenização e aprofundamento do Golpe de 1964 – para muitos “o Golpe dentro do Golpe”. Os últimos vestígios da fachada constitucional seriam abandonados e os aparelhos policiais assumiriam uma dinâmica própria, multiplicando-se os sequestros, as práticas de tortura e de exigências de “atestados de ideologia” para os mais diversos setores da vida pública. O elogio, e a ameaça de retorno, aos “tempos do AI-5, por membros da família Bolsonaro, e importantes setores do governo, desder 2020, indicam os enlaces entre o golpismo existente durante a Quarta República, o Regime Militar e o bolsonarismo na Nova República. Um *habitus* que une esses mesmos grupos como uma continuidade que não foi alterada pela transição, falhada em seu intendo de democratizar o conjunto das instituições republicanas. Muito possivelmente o pacto feito pelas forças políticas em não trazer para essa arena a “questão militar”, permitiu a manutenção de uma cultura autoritária e antidemocrática, capaz de construir uma anti-memória, uma narrativa própria, do regime militar. Tal narrativa apresentar-se-ia como o tempo da “segurança pública”, do bom uso dos bens públicos, do crescimento econômico oposto aos governos “democráticos” corruptos e ineptos. A ausência de uma severa crítica ao Regime Militar, no pós-1985, e o caráter pactuado da transição, foram exatamente as brechas que permitiram a contra narrativa antidemocrática.

27. CPDOC. Silvio Frota. V<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografia-silvio-couto-coelho-da-frota>, consultado em 20/06/2020.

Civis e Militares na crise da República

Até mesmo a extra legalidade republicana encontra seu paralelo entre as duas Repúblicas recentes na História do Brasil. Tanto na Quarta República (1946-1964), seguindo a proposta de Edgard Carone, quanto na Nova República, depois de 1988, emerge o fantasma da espionagem política, do atropelo constante da Constituição, do protagonismo de chefes militares e da refundação da ordem institucional. Golbery e seus coronéis já trabalhavam, desde o começo dos anos de 1950, na instauração de um “sistema de informações privado”, paralelo ao Estado republicano, núcleo da conspiração, e que seria, mais tarde, em 1964, o embrião do SNI²⁸. A intenção de um “sistema de informações privado”, esboçado pelo Presidente Bolsonaro e revelado por publicações jornalísticas recentes, nem mesmo é original. O IPÊS/IBAB, financiado por empresários nacionais e estrangeiros, com contabilidade própria, foi a “cortina” para a montagem desse imenso aparelho dentro do Estado, um aparelho de espionagem da cidadania, um sistema extralegal de informações: “... com milhares de fichas a respeito das principais figuras da República [...] Em 1964, já aprovado o projeto de criação do SNI, foi só transferir os arquivos da Avenida Rio Branco para a Avenida Presidente Antônio Carlos [...] onde o Serviço passou a ocupar um andar...” Na campanha eleitoral de 2018, surgiu publicamente a proposta de recriação do SNI. Na reunião ministerial de 22/04/2020 - um momento de transe das instituições republicanas - o próprio presidente da República viria a afirmar, nos moldes dos anos de 1950 e 1960, a existência de um “sistema de informações” próprio, sem o controle das Instâncias Republicanas e das mediações legais, afrontando a legalidade e revelando que os esforços de superação da ditadura e do “entulho autoritário” não foram suficientes. A reunião do gabinete

28. Figueredo, Lucas. *O Ministério do Silêncio*. Rio de Janeiro: Record, 2018.

presidencial de 22/04/2020, filmada e apresentada à Nação, revela uma luta intensa pelo controle das polícias, inclusive a Polícia Federal, para fins pessoais e familiares. Ao mesmo tempo, revela a existência de meandros, até então ocultos, de redes de informações não republicanas.²⁹

Por ironia histórica coube às lideranças conservadoras militares trazer para cena política, depois de 2014 – na contramão do “esquecimento” antes tão almejado – o debate sobre a natureza de 1964 e o alcance do AI-5. Quando os setores bolsonaristas propuseram um novo AI-5, “1964” renasceu como centro dos debates históricos. A ação dos generais Augusto Heleno e Luís Eduardo Ramos comentando o AI-5, a ausência de uma clara rejeição, e a aceitação da temática “1964” com a insistência de criar narrativas alternativas, inscrevem-se claramente na tradição, no *habitus*, cultivado por setores militares.

A ordem do dia do general Silvio Frota, de 1977, publicada no quotidiano “Notícias do Exército”, com a preocupação de formar novos líderes no Força – “Os Tenentes de Hoje – Comandantes do Amanhã” – apontando para os ideais de 1964, mostrava-se profética. Augusto Heleno e Brilhante Ulstra serão a mimesis do próprio Silvio Frota, e por sua vez, Jair Bolsonaro e Hamilton Mourão, o serão de Brilhante Ulstra – reafirmando, cada vez mais, o futuro como *imitatio* do passado. Há, entre os militares, inúmeras contradições, projetos diferenciados, ciúmes e diferenças de personalidades, de geração, de armas, como apontado por Martins Filho³⁰, atestando que o vocáculo “militares” é largamente abusivo como conceito de grupo político homogêneo e, sobretudo, de unidade ideológica. Contudo, existem

29. Yahoo Notícias. Um ano depois, reunião de 22 de abril ainda dá pistas para entender nossa tragédia, 22/04/2021. In: <https://br.noticias.yahoo.com/um-ano-depois-reuniao-de-22-de-abril-ainda-da-pistas-sobre-nossa-tragedia-105724905.html>, consultado em 22/04/2021.

30. Martins Filho, João Roberto. *O Palácio & a Caserna. A dinâmica militar das crises políticas na Ditadura (1964-1969)*, São Paulo, Alameda, 2020. p. 75

pontos comuns que conciliam o “núcleo duro” com o conjunto dos “moderados” que não podem ser ignorados.

O mais importante, sem dúvida, reside na contemporaneidade doutrinária dos princípios contidos na declaração “À Nação” do Preâmbulo do AI-I, de 9 de Abril de 1964. Estes são reafirmados nos manifestos publicados em defesa do bolso-fascismo enquanto síntese pelos clubes militares, em 2019/2020, e pelos “novos” coronéis. Há continuidade, reafirmação e, mesmo, orgulho e “rejuvenescimento” ideológico. Os pontos centrais de um diagnóstico da Nação em crise apontam para uma sociedade (i.) assaltada pela corrupção; (ii.) em risco frente ao conluio dos inimigos internos com o inimigo externo; (iii.) da incapacidade da elite política nacional em dirigir corretamente o Estado; (vi.) o fantasma do comunismo internacional (que pode ser *aggiornato* seja como getulismo, trabalhismo, brizolismo, populismo, petismo, bolivarianismo, ou qualquer outro “ismo”; e, finalmente, (vii) para as ofensas “imerecidas” às FFAA (quer dizer, a qualquer militar no governo), sempre tomando um militar em posto político como o “todo” das FFAA³¹. Tal *habitus*, marcado pelo confronto com o “inimigo interno”, onde não existe adversário político, mas sim um inimigo da Nação a ser destruído, impensável em democracias consolidadas pelo fenômeno do *Habituación*, como propunha Rüstow, faz com que a Nova República cada vez mais se pareça com a Quarta República (1946-1964), com seu cortejo de coronéis e generais signatários de manifestos e de jantares políticos de “apoios” e de “repúdios” aos comunistas nos clubes militares.

31. As semelhanças entre o “clima” ideológico da Quarta República e a Nova República é tão grande que a acusação feita pelo diretor da Funai, um militar, contra Sonia Guajajara, em abril de 2021, com base na LSN, foi de “pertencer a organizações comunistas que prejudicam o Brasil ao denegrir a imagem para o exterior (sic)” In: G1. PF intimia líder indígena por documentário que critica ação do governo na pandemia. In: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/04/30/pf-intima-lider-indigena-por-documentario-que-critica-acao-do-governo-na-pandemia.ghtml>, 30/04/2021. Consultado, 13/05/2021.

A frequência de manifestos, notas e declarações – inclusive de “explicações” da Constituição – dadas por militares “juristas”, na expressão agora clássica de Ulisses Guimarães -, cada vez mais aprofunda o paralelismo entre a Quarta República e a Nova República. Os Manifestos do Clube Militar, em 2020 e 2021, nada deixam a desejar aos Manifestos/Memoriais dos anos de 1950 e começo de 1960 – uns, ontem, induzidos por Golbery e demais coronéis, outros, hoje, provocados por Augusto Heleno e a Reserva bolsonarista, convergem no mesmo campo semântico de ameaças “imprevisíveis” ora contra o STF, ora contra o Parlamento, a CPI da Covid e, sempre contra, a Oposição tomada como “inimigo interno” e a eterna “ameaça comunista”, mesmo quando o comunismo já não desempenha nenhum papel político.

O republicanismo ferido

A ideia de República no Brasil é bastante antiga e enraizada na história do Brasil. Antecede a Independência e foi, por quase um século, combatida pelo Coroa Portuguesa e sua sucessão, a Coroa Imperial, da Conjuração Mineira, em 1789 até as Revoltas Pernambucanas de 1817 e 1824 e as Repúblicas Proclamadas no Rio Grande e em Santa Catarina 1835-1845, e o Manifesto Republicano, de 1870, havia uma ampla agitação em prol da República no país. A proeminência da Corte do Rio de Janeiro sobre a História do País, com os grandes nomes dependentes de cargos e funções imperiais, tende a diluir o republicanismo nacional³². Mesmo nas comemorações militares nomes como Tiradentes começaram a dar lugar aos mitos como Guararapes – uma batalha da Metrópole – ou mesmo a Guerra do Paraguai, onde verdadeiramente se formou o Exército e Marinha do Brasil.

32. Brito Fonseca, Silvia Claudia. *A Ideia de República no Império do Brasil: Rio de Janeiro e Pernambuco (1824-1834)*. Rio de Janeiro: Paco Editorial, 2016.

Essa mitização atinge também a Nova República. Novamente a intervenção militar apropria-se de um amplo movimento de popular. Foi um “ato interpretativo” do general Leônidas Pires Gonçalves que “interpreta” a Constituição no sentido de que José Sarney, o vice-presidente - não empossado - que seria o substituto de Tancredo Neves. De fato, a única autoridade já no cargo em linha de sucessão presidencial – Presidente do Congresso Nacional -, para substituir Tancredo Neves, era Ulisses Guimarães. Contudo, a antipatia reinante entre os militares por Ulisses, líder da oposição ao Regime Militar, emergia como uma barreira, alterando o destino da democracia no país. A passagem histórica é narrada pelo próprio Ulisses, alguns anos mais tarde, quando recorda os momentos dramáticos: “Quem assume é o Sarney!”, diria Leônidas. “Imediatamente, Ulysses concorda, para surpresa do Senador Pedro Simon. (...) Ulysses [então também] retorna ao Congresso Nacional. Ali, Simon lhe pergunta por que aceitara tão rapidamente a tese de Leônidas. - O Sarney chega aqui ao lado do seu jurista. Esse jurista é o ministro do Exército. Se eu não aceito a tese do jurista, a crise estava armada”³³.

Tal precedente – os militares como intérpretes da Constituição - será recorrente na República e abrirá, em brecha, a possibilidade permanente dos militares interpretarem as leis fundamentais da República. A “ideologia da tutela” é sempre reforçada: o mito de Guararapes onde o Exército cria a Nação em 1654; a Proclamação da República; a “redenção” de 1964 e a “escolha” de José Sarney em 1985 – todos momentos decisivos em que as FFAA, quer dizer, o Exército, decidiu pela Nação, antecipou-se, tomou a si a responsabilidade de fundar, refundar, regenerar e restaurar a Nacionalidade, livrando o país – com sacrifício próprio – das ameaças “solertes”, invisíveis para o homem comum, mas não por isso menos perigosas, da corrupção, da subversão anarquista,

33. LAGO, Rudolfo; SILVA, Eumano; ROTHENBURG, Denise. Manobras contra militares golpistas garantiram posse de Sarney em 1985. Brasília: Correio Braziliense, 26 de março de 2004.

comunista, socialista, bolivariana, que ameaçavam a Pátria. Tudo esse “credo” – um corpus doutrinário integral, desde a Proclamação da República, passa pelo Tenentismo, pelos “Pronunciamentos” dos anos de 1950 atravessa, a doutrina da ESG, o IPÊS/IBAB, as escolas e academias militares, até os nossos dias, povoa as mentalidades dos clubes militares e forma os novos militares – como na expressão de Silvio Frota (“dos Tenentes aos novos Comandantes”). É a estrutura da mimesis do pensamento militar brasileiro. Expressão autônoma e orgânica, autoproduzida e auto veiculada, hoje em choque com as demais instituições da República, em especial ao criar o perigoso fantasma do inimigo interno. Tal permanência, *imatatio*, explicita o caráter falhado da Transição, em especial em face a uma leitura especiosa do Artigo 142 da Constituição, em clara oposição ao Artigo 136, que dispõe sobre o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional. Juristas de Extrema-Direita reacionária, como Modesto Carvalhosa e Yves Gandra, emergem, como parte de uma política de legitimação da tutela, ao buscar, em interpretações tortuosas, formas de prover as FFAA de uma legalidade tutorial sobre a República. A narrativa histórica é apropriada por objetivos corporativos: no lugar da épica republicana, ergue-se a história como tragédia. Em vez de Francisco Campos e Carlos Medeiros, juristas típicos do fascismo brasileiro, que prestaram seus serviços para o assassinato da brevíssima Terceira República (1934-1937) e o sacrifício da Quarta República, em 1964, os novos intérpretes do Artigo 142, buscam as brechas para a asfixia, via a própria Constituição de 1988, da Nova República. Para isso, a tropa armada é anterior à Nação e ao Povo, forjada em Guararapes, antes mesmo do Brasil existir.

A Abertura “falhada”, democracia falhada

Costa e Silva e Silvio Frota - este um ativo conspirador contra a Quarta República – bem representam a “Linha Dura” do Regime Militar, lutando pela permanência do “Poder Duro” e pela condução direta

do Regime pelos militares no “combate à subversão e da corrupção” tinham um projeto de “República”, contrário a qualquer processo de “Abertura”. Não era a “República” do Projeto Golbery-Geisel e, tão pouco, a República que nasceria da pressão das ruas e da Constituinte de 1987-1988. Contudo, o “Pacto de Minas Gerais” – o encontro entre Tancredo, Sarney, Ulisses, Franco Montoro, Hélio Garcia em 14/10/1984, imortalizado em foto de Marcelo Prates no Palácio da Liberdade -, se manteria como baliza e o ministro-chefe do SNI, Ivan de Souza Mendes, cuidaria para guardar os limites da “Abertura”. Em plena Transição, atuando por detrás do Governo Sarney, os generais Leônidas, no Ministério, e Ivan Souza Mendes, no SNI, serão as novas balizas do processo de “Abertura”, trabalhando para evitar o “revanchismo” e garantindo a “tutela” militar de todo o processo, mediando os “avanços”, e garantindo o ritmo da “Transição”.

A intocabilidade das instituições militares, em especial das escolas e academias, com seu sistema educacional próprio, sua autonomia e capacidade de auto validação, seu sistema de informações e o Alto Comando – tudo protegido pelo Decreto da Anistia, de 1979 – garantindo os principais personagens do regime militar, seriam os limites da “Abertura”. Na “Abertura” não haveria “transição militar”. Os escândalos Brilhante Ulstra, em 1986, e Avólio, em 1995, explicitam a longa sombra do passado sobre o futuro da Nova República em virtude da recusa em reavaliar sua história. Podemos ressaltar, ainda, a própria continuidade de persona, historicamente desnecessária, porém existente, entre a “Linha Dura” de Silvio Frota, durante toda a Quarta República, como conspirador, no Regime Militar – incluindo seu putsch fracassado, em 1977 contra Geisel – e a síntese extremista, na figura do atual ministro-chefe do GSI, general Augusto Heleno. A mesma sombra do passado se projeta do coronel Brilhante Ulstra reconhecidamente sobre o vice-presidente general Hamilton Mourão. Em verdade, como já foi explicitado por Martins Filho, a diversidade da “cultura militar” era, e certa forma

ainda é, muito mais ampla que aquela apontada pela diáde clássica de “castelistas” versus “Linha Dura”.

A filiação do, então, jovem capitão Augusto Heleno ao movimento do general Silvio Frota, buscando deter, mesmo que através de um golpe de Estado, o Projeto de “Abertura” de Golbery-Geisel, em 1977, e sua atual posição predominante no bolsonarismo bem ilustra a continuidade de uma “cultura militar”, um *habitus*, extremamente resistente ao jogo democrático e ao Império da Lei. Na verdade, a persistência de instituições retroalimentadas pelo *habitus* autoritário relaciona-se diretamente com as escolas/academias militares, os serviços de informações e sua ideologia de “inimigo interno” e a formação do Alto Comando do Exército/ACE. A ausência de um debate nacional sobre os anos de chumbo no qual a concórdia fosse o alvo (como na África do Sul), ou, de fato, a punição dos crimes então cometidos (como na Argentina, Grécia), ou da sua apologia (como na Espanha) criou um vácuo histórico. O bordão sempre repetido sobre “ambos os lados” desconhece que militantes de Esquerda foram julgados, tendo como base uma lei e tribunais de exceção – a Lei de Segurança Nacional – e cumpriram penas até o Decreto de Anistia em 1979.

Avançamos aqui, além da diáde transições por colapso/transições negociadas, para uma outra situação histórica. Na análise de Rüstow para as diversas transições para a democracia em seguida a uma “fase de luta política prolongada e indefinida” viria uma *Decision phase*, na qual ambas as partes envolvidas, percebendo sua exaustão e incapacidade de se impor ao outro, decidiram-se pela aceitação do Império da Lei e do Jogo Democrático, adentrando-se na fase *Habituation*. O que vemos, no entanto, é a longa transição, e a própria Nova República no Brasil, sofrendo um brusco retrocesso para uma *Decision Phase* e um retorno, brutal, para a “luta prolongada” e de volta para a disputa de narrativas – isso entre 2013 e 2018 e mesmo 2021, incluindo a parte vencedora após chegar ao poder, em 2019, com cerca de 55% dos votos em segundo turno. Voltamos, então, a uma fase de “luta

prolongada”. Dá-se a ameaça constante das instituições da Nova República e, vários setores saudosistas, evocando a reedição dos Atos Institucionais do Regime Militar, apontam o passado como única forma disponível de regime para o país. Não podemos deixar de apontar que o mesmo estado de exaustão entre as forças em presença, diagnosticado por Rüstow – do qual emergiria a democracia – é apontado por Karl Marx, de forma clássica, no “18 Brumário de Luís Bonaparte”, como a condição básica que permite, a autonomia de segmentos políticos e ascensão de um personagem carismático, centrado numa classe reinante, uma outra saída política: os regimes de tipo bonapartistas. O bonapartismo, como é classicamente descrito na literatura, é um passo para o fascismo, risco constante das democracias fragilizadas.

O Brasil é, assim, um exemplo em movimento de transições negociadas, ou pactuadas, que chegaram, a um limite máximo da “restauração” conservadora. O que entrou em colapso foi a “*Habituación*” democrática antes mesmo de sua plena realização, malgrado a longuíssima “Transição”. A ameaça de avanço das elites conservadoras/ liberais/reacionárias (empresariado/patrimonialismo de altos funcionários, hibridismo com as classes médias, e setores militares) se realiza, desta feita, em aliança com os setores enraivecidos das classes médias e setores populares fascistizadas, tocadas pela crise econômica e o chamado “lavajatismo” como fenômeno vingador da corrupção real e imaginária e por uma ampla massa de sub-proletários alistados pela comunicação de massas, pela “Teologia do Sucesso”, o egoísmo social, o racismo e de uma versão depravada do individualismo possessivo. Tudo isso imbuído de um rude Anti-intelectualismo de caráter chulo, incentivado desde o poder. Utilizando-se das redes sociais instalou-se um ambiente em que a máxima, propalada por gurus da Extrema-Direita, de tipo “Não argumente, insulte!”, impera. Em tal clima, com a utilização de *fake news*, robôs, e disparos automáticos, a democracia representativa é atingida em nome da tolerância. As conquistas políticas e sociais do período da transição até então

consideradas asseguradas pela “*Habituación*”, são revogadas, desde o Governo Temer (2016-2019), explicitando a condição de uma *transição falhada*. Em face de um *habitus* mais antigo e arraigado no cotidiano das instituições militares intocadas pela transição, a História permanece mimesis, uma *imitatio*, do já acontecido, não admitindo nenhum processo diegético – o reconhecimento do erro no passado e o pedido de desculpas. Daí a necessidade do ativismo Negacionista. A modernização das FFAA, os cursos e MBAs e similares, pós-1988, se deram na direção de formação de elites egoístas, tecnicistas, espelhadas em sociedades liberais anglo-saxãs, e distanciadas do povo e dos modernos exemplos europeus do pós-guerra, muitas das vezes com medo e desprezo, gerando a demofobia brasileira. A vivência do Haiti, por sua vez, gerou uma ideologia salvacionista, centrada mais no controle social do que na promoção social, repressiva, na qual o povo deveria ser tratado através de Operações de GLO, como inimigo interno, por vezes, a única face visível do Estado em vastas e populosas comunidades, que recuaria das ações de inclusão social para a repressão social – esse seria o principal resultado da modernização ultraliberal dos cursos ministrados pelas fundações privadas. O Projeto do bolsonarismo flutua numa tensão constante entre o passado e o futuro: o passado da Ditadura Militar idealizado e o futuro de uma revolução fascista. O próprio bolsonarismo é um processo em curso, não foi um acontecimento singular, acabado. O empuxo veio do entorno social, desde 2013, ou mesmo antes, com forte apoio popular, apoiado na rejeição à corrupção e perplexo perante a crise econômica, sintetizado nas faixas ubíquas de “Intervenção Militar Já” e explicitou uma, até então oculta, margem social fascista – sempre presente no Brasil moderno via o integralismo, lacerdismo -, até então dormente, existente na sociedade brasileira. Neste espaço/tempo deu-se o ponto de oxidação: os sentimentos comuns exacerbados pelo lavajatismo, pela caça à corrupção, elevada, por vezes, ao grau de histeria, a crise econômica permanente e a perda de status das classes médias, com o horror da

ascensão das camadas populares, tingidos, ainda, pelo egoísmo social e pelo racismo estrutural e institucional, agora recrudescidos.

O empuxo fascista, e sua charanga, é amplo, social, vem por baixo das instituições, não é militar, é societário, contudo, em simbiose com os setores duros das Forças Armadas, tornou-se um risco para a democracia.

Breves considerações

“Por que não detiveram Hitler?” As primeiras gerações pós Segunda Guerra fizeram repetidamente essa pergunta aos contemporâneos de 1933 e a seus pais. As respostas nunca foram satisfatórias, sempre apontavam medo e, acima de tudo cautela. Guardada suas devidas proporções de comparação, uma parcela dos eleitores de Bolsonaro aponta cuidado ao se mostrarem hoje contrários ao governo. Mesmo com o Datafolha apontando pela primeira vez que 49% da população apoia um pedido de impeachment do presidente e 46% seriam contrários, isso não seria suficiente para demonstrar uma crise profunda no apoio e consentimento de diversos grupos as práticas políticas do governo. O fato é que o apoio ao afastamento tem crescido entre jovens, especialmente entre as faixas etárias de 16 a 24 anos, desempregados e aqueles que declararam profundo medo da pandemia no novo Coronavírus. Sua base de apoio, segundo a pesquisa, ainda está ancorada no público majoritariamente masculino, do Sul do país, entre aqueles que negam a gravidade da pandemia, entre os evangélicos (neopentecostais) e grupos assalariados registrados.³⁴ Mesmo o Brasil próximo dos 450 mil mortos na pandemia há uma base social permanente de apoio ao atual governo que coloca claramente em questão o quanto a nossa experiência democrática foi e continua inacabada. Os fatores

34. Ver: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/05/datafolha-49-apoiam-impeachment-de-bolsonaro-e-46-se-dizem-contrarios.shtml> Acessado em 24/05/2021

que levaram essa democracia a ser inacabada são múltiplos e são emaranhados repletos de causas difíceis de desenredar. Não podemos deixar de considerar que nossa transição, como já explicamos nesse texto, foi “falhada”, geradora dessa democracia num eterno gerúndio, inacabada. Sendo assim, nossa democracia é fruto dessa “falha” e carrega consigo as cicatrizes de um passado traumático não assumido, adormecido pela política retomada do país pós ditadura. O enfrentamento de um trauma coletivo carrega as responsabilidades da consequência de assumi-lo. Entretanto, sua omissão produz brechas dentro do sistema político e da sociedade que tornam os fantasmas do passado recente permanentes. Como na República de Weimar, as oposições ao sistema político vigente no Brasil produziram oposições extremas tanto na ultradireita quanto na esquerda mais radical. Esse processo de polarização, que seria mais corretamente definido como multipolarização, levando em conta que são várias direitas e esquerdas, radicalizam o discurso e rumam a um agir político autoritário capaz de construir um ambiente social favorável de destrutividade da sociabilidade, instaurador de brutalização e violência.

Möller³⁵ alertou para o fato de quando as populações avançam e as instituições se paralisam, chegam as revoluções. No Brasil, por mais que as instituições que compõe a democracia sejam consideradas sólidas e até certo ponto, estáveis, sua crise de representação, nos leva a discutir o quanto as demandas sociais avançaram e já não conseguem ser atendidas por elas. Pão, renda e vacina. São as atuais motivações para retomar a ocupação das ruas, mesmo com uma brutal crise pandêmica. O Brasil vive desde 2012 sacudido por diversas crises econômicas, sociais e políticas. O impedimento jurídico da presidente Dilma Rousseff, a catastrófica gestão Michel Temer e o ambiente hostil e violento das eleições de 2018 foram sintomas

35. Möller, Horst. *La República de Weimar. Uma democracia inacabada*, Madrid, Papeles del Tiempo. 2012.

fundamentais para a composição de um difícil diagnóstico de que uma parcela da nossa sociedade despertou a parte obscura, violenta e perversa que existe em cada um de nós de forma a negar princípios fundamentais da democracia. O Brasil não é e não está polarizado, porque somos extremamente heterogêneos para estar reduzidos a esse dualismo. Contudo, o que Bolsonaro tem demonstrado desde sua longa trajetória como integrante do quadro político do Congresso Nacional é que a ultradireita está integrada e normalizada dentro da arena política. As políticas da ultradireita não estão restritas a partidos políticos, muito pelo contrário, o superam e os negam, representando de fato um problema para a manutenção do sistema como ele se encontra. Por isso, a indefinição de limites torna a análise mais difícil, turva, porque a tendência comum é a separação dia-de entre direita e esquerda como se fosse suficiente para explicar os contornos políticos que se apresentam. Contudo, esses grupos que compõe o apoio ao atual governo do Brasil, foram por anos, décadas externalizados da política como se não existissem dentro do *play*. E foi justamente sua negação como ator que os transformou em atores relevantes potencializados por crises profundas de representação e autoridade legítima.

O apoio a uma direta extremada sempre foi silenciado ou mesmo ocorria sobre o mais rigoroso sigilo para não atingir a imagem pública de seus entusiastas dentro do sistema político. Com Bolsonaro, a ultradireita se torna cada vez mais normalizada dentro do sistema político e passa a integrar aquilo que outrora eles mesmo contrariavam: o *mainstream*. Cas Mudde³⁶, pode ter razão ao afirmar que a direita extremista é uma patologia normal, enquanto a ultradireita se tornou uma normalidade patológica. Não há, nenhum país imune a ultradireita e ela veio para ficar dentro do sistema político. Nosso olhar

36. Mudde, Cas. *O regresso da ultradireita. Da direita radical à direita extremista*. Lisboa: Editorial Presença, 2020.

analítico sobre o passado recente, procurando compreender os processos “falhados” de transição e a construção de democracias inacabadas podem ser a primeira forma de aprendermos a lidar com elas.

Referências bibliográficas

- AARÃO REIS, Daniel. *Ditadura Militar, Esquerda e Sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- ALVES, José Claudio Souza. *Dos Barões Ao Extermínio Uma História Da Violência Na Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.
- ANDERSON, Lisa. *Transitions to Democracy*. Columbia: University Press, 1991.
- BACHTOLD, Felipe. «Datafolha: 49% apoiam impeachment de Bolsonaro, e 46% se dizem contrários», Folha de São Paulo, São Paulo, 2021. Consulta pela Internet (<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/05/datafolha-49-apoiam-impeachment-de-bolsonaro-e-46-se-dizem-contrarios.shtml>) em 24 de maio de 2021.
- BRITO FONSECA, Silvia Claudia. *A Ideia de República no Império do Brasil: Rio de Janeiro e Pernambuco (1824-1834)*. Rio de Janeiro: Paco Editorial, 2016.
- CASTRO, Celso. *Exército e Nação: Estudos Sobre a História do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2012.
- COSTA PINTO, Antônio. *O regresso das ditaduras?*, Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2021.
- DANKWART, Rüstow. *Transitions to democracy: Toward a dynamic model*. Comparative Politics. Vol. 2, No. 3, pp. 337-363, 1970.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *Tancredo, A Trajetória de um liberal*. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.
- DOTTA, Renato A. *Um esboço necessário sobre a trajetória do integralismo brasileiro: da AIB ao ciberintegralismo*, Boletim do Tempo Presebte (UFRJ), v. s/n. 2012.
- FICO, Carlos. *Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record. 2004.
- FIGUEREDO, Lucas. *O Ministério do Silêncio*. Rio de Janeiro: Record, 2018.
- FROTA, Silvio. *Ideais Traídos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- Fundação Getúlio Vargas (CPDOC), «Silvio Couto Coelho da Frota», CPDOC, Rio de Janeiro. Consulta pela Internet (<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/silvio-couto-coelho-da-frota>) em 20 de junho de 2020.

GANDHI, Jennifer. *Political Institutions under Dictatorship*. Cambridge: University Press, 2008.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*, São Paulo: Editora Intrínseca, 2014.

HANNA, Wellington. «PF intimia líder indígena por documentário que critica ação do governo na pandemia», G1 Portal de Notícias, Rio de Janeiro, 2021. Consulta pela Internet (<https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/04/30/pf-intima-lider-indigena-por-documentario-que-critica-acao-do-governo-na-pandemia.ghtml>) em 13 de maio de 2021.

HUNTINGTON, Samuel. In: Robert A. Pastor (Org.), *Democracy in the Americas: Stopping the Pendulum*, Nova York: Holmes and Holmes, 1989.

IZQUIERDO, Rafael Moreno. «El día que “Isidoro” sedujo a los espías de Suárez», El País, Madrid. 2019. Consulta pela Internet (https://elpais.com/politica/2019/09/19/actualidad/1568907106_294742.html) em 20 de abril de 2021.

LAGO, Rudolfo; SILVA, Eumano; ROTHENBURG, Denise. Manobras contra militares golpistas garantiram posse de Sarney em 1985. Brasília: Correio Braziliense, 26 de março de 2004.

LEMOS, Flávia Cristina Silveira et al. «O extermínio de jovens negros pobres no Brasil: práticas biopolíticas em questão», Periódicos eletrônicos em psicologia, São João del-Rei. 2017. Consulta pela Internet (http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082017000100012) em 22 de abril de 2021.

LEVITSKT, Steven, Way, Lucan. *Competitive Authoritarianism: Hybrid Regimes after the Cold War*, New York: University Press, 2010.

MARTINS FILHO, João Roberto. *O Palácio & a Caserna. A dinâmica militar das crises políticas na Ditadura (1964-1969)*, São Paulo: Alameda, 2020.

Möller, Horst. *La República de Weimar. Uma democracia inacabada*, Madrid: Papeles del Tiempo, 2012.

MUDDE, Cas. *O regresso da ultradireita. Da direita radical à direita extremista*. Lisboa: Editorial Presença, 2020.

NOLTE, Ernst. *Der Faschismus in seiner Epoche*, Frankfurt: Piper, 1963.

O'DONNELL, Guillermo. *Transição Democrática e Política Sociais* In: Rcv. Adm. públ., Rio de Janeiro, 21(4):9-16. out./dez. 1987.

O'DONNELL, Guillermo, Schmitter, Philippe. *Transitions from Authoritarian Rule. Tentative conclusions about uncertain Democracies*, USA, Johns Hopkins University Press, 1991.

PAES MANSO, Bruno. *A República das Milícias: Dos Esquadrões da Morte à Era Bolsonaro*, Rio de Janeiro: Editora Todavia, 2018.

PEREIRA, Anthony. *Ditadura e Repressão*, São Paulo: Paz e Terra, 2010.

Pichonelli, Matheus. «Um ano depois, reunião de 22 de abril ainda dá pistas para entender nossa tragédia», Portal Yahoo Notícias, São Paulo. Consulta pela Internet (<https://br.noticias.yahoo.com/um-ano-depois-reuniao-de-22-de-abril-ainda-dá-pistas-sobre-nossa-tragédia-105724905.html>) em 22 de abril de 2021.

Presidência da República, Casa Civil, «Ato Institucional No 1, de 9 de Abril de 1964», Planalto do Brasil. Consulta pela Internet (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm) em 20 de maio de 2021.

PREZEWORSKI, Adam. “*Transitions to democracy*” *Democracy and the Market: Political and Economic Reforms in Eastern Europe and Latin America*, Retrieved. Cambridge, University Press, p.10-27, 2019.

PREZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e Social-Democracia*, São Paulo: Companhia das Letras, 1985.

PY, Fábio. *Pandemia Cristofascista*, São Paulo: Recriar, 2020.

SANTA ROSA, Virgílio. *O que é o Tenentismo?* Rio de Janeiro: Cadernos do Povo-Civilização Brasileira, V.22. 1963.

SANTOS, Juliá. *Transión*, Barcelona, Galáxia Gutemberg, 2017.

STEPAN, Alfred. *Os Militares na Política*, Rio de Janeiro: Arte Nova, 1975.

WEFFORT, Francisco. *Incertezas das Transições na América Latina*, In: Revista Lua Nova, São Paulo, No. 16, março de 1990.

JUSTIÇA MILITAR E GARANTIA DA LEI DA ORDEM (GLO): EMPREGO CONTRA CIVIS

Jorge Rubem Folena de Oliveira

1. Introdução

Em decorrência de uma infeliz tradição latino-americana, integrantes das forças militares têm colaborado, de forma direta ou indireta, nos diversos golpes de Estado tentados e efetivados ao longo dos anos na América Latina, tendo participado ativamente em regimes antide-mocráticos. Como exemplo relativamente recente, podemos citar o ocorrido em 2019 na Bolívia, quando os militares se omitiram de assegurar o regime constitucional e abriram caminho para o afastamento do presidente legitimamente eleito antes do término do seu mandato, passando a apoiar uma impostura de presidência auto-nomeada.

Um pouco antes, no Brasil, em abril de 2018, vimos quando o Comandante do Exército Brasileiro, à época o General Eduardo Villas Boas, por meio da sua conta no *Twitter*, proferiu graves ameaças ao Supremo Tribunal Federal, caso aquela Corte concedesse ordem de *habeas corpus* em favor do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva para assegurar a ele o direito constitucional à presunção de inocência naquela oportunidade, o que lhe permitiria participar da eleição presidencial daquele ano, cujo vencedor foi Jair Bolsonaro, representante da extrema direita apoiado pelos militares.

Em muitos países do continente sul-americano, em vez de atuarem como as corporações responsáveis pela proteção da soberania e

da pátria, os militares são vistos como forças pretorianas em defesa dos interesses patrimoniais da classe dominante. Talvez por viverem uma vida de camaradagem de caserna, colocam-se num grande distanciamento social em relação às camadas populares, de onde são recrutados¹ em sua maioria.

Para camuflar o perfil autoritário e antidemocrático decorrente de sua formação, os militares costumam vestir uma capa de “defensores do interesse nacional” e, deste modo, justificam suas violações à ordem democrática e constitucional, que são constantemente jogadas “às favas”, sem quaisquer “escrúpulos de consciência”², como ocorreu na reunião que decidiu pela implantação do Ato Institucional número 05, de 13 de dezembro de 1968.³

Quando confrontado com a realidade, o “interesse nacional” que os militares afirmam defender revela-se muito débil, uma vez que os interesses estrangeiros têm prevalecido em diversas oportunidades, como ocorreu em 2019 com a entrega da Base Aeroespacial de Alcântara, no Maranhão, para utilização pelos Estados Unidos da América do Norte, bem como a cessão dos campos de petróleo da camada do Pré-Sal para exploração por empresas petrolíferas estrangeiras, em detrimento da Petrobras e do desenvolvimento do país.

Esse falso argumento do “interesse nacional” foi usado para justificar a implantação da ditadura militar de 1964-1985⁴ contra o fan-

1. Neto, 2019, p. 29: “Lutar pelo ‘interesse nacional’ separadamente do ‘interesse social’ é uma manobra para imprimir respeitabilidade aos designios dos que detêm ou querem deter a hegemonia no Estado, entre os quais se destaca o estamento militar. Este procedimento lastreia o ‘nacionalismo corporativo’, que estou designando como patriotismo castrense.”

2. Passarinho, 2008: “Mas, às favas, senhor presidente, neste momento, todos, todos os escrúpulos de consciência.”

3. BRASIL (1968). **Ato Institucional n. 05**, de 13 de dez. de 1968. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm Acesso em 24 abr. 2021.

4. Exposição de motivos do Ato Institucional n. 1, de 01/04/1964: “A revolução se distingue de outros movimentos armados pelo fato de que nela se traduz, não o interesse e a vontade de um grupo, **mas o interesse e a vontade da Nação**.” (BRASIL, 1964)

tasma da “ação comunista internacional⁵”. Mais recentemente, os militares participaram do golpe do *impeachment* de 2016 contra a Presidente Dilma Rousseff⁶, cujos efeitos deletérios sobre a democracia brasileira são percebidos até hoje, na medida em que a narrativa construída para justificar o afastamento ilegítimo resultou num aumento absurdo da pobreza e da concentração de renda e alimentou o discurso de ódio que culminou com a ultradireita no poder.

No Brasil, desde o período republicano iniciado em 1889, os militares têm sido agentes atuantes na política, assumindo diretamente o poder no final do regime imperial (1822-1889) e participando e colaborando com a derrubada de governos civis, como ocorreu em 1930 (Washington Luís), em 1945 (Getúlio Vargas), em 1964 (João Goulart) e em 2016 (Dilma Rousseff).

Além disso, há registros de atuação das forças militares brasileiras em combate direto contra a população civil, a exemplo do que ocorreu nos massacres da “guerra de Canudos” (1896-1897), na “guerra do Contestado” (1912-1916), na derrubada do “caldeirão do Santa Cruz do Deserto” (1937) e durante o regime de 1964-1985, em que civis foram presos, torturados, desaparecidos e mortos.

Tendo em vista o protagonismo militar no país, inclusive na vida política, na qual se consideram indevidamente como uma espécie de “poder moderador”, a Justiça Militar, que, em tempos de paz, deveria ser empregada exclusivamente para o julgamento de militares em assuntos relacionados ao exercício da profissão nas atividades da caserna, tem sido direcionada para o julgamento de civis, inclusive para fins de perseguição política, como ocorrido no Brasil a partir de 27 de outubro de 1965, com a introdução pelo regime ditatorial de

5. Exposição de motivos do Ato Institucional n. 1, de 01/04/1964 “...tomar as urgentes medidas destinadas a **drenar o bolsão comunista**, cuja purulência já se havia infiltrado não só na cúpula do governo como nas suas dependências administrativas.” (BRASIL, 1964):

6. Rosenfield (2020): “Militares procuraram Temer para reclamar de Dilma e PT antes do *impeachment*.”

1964-1985 do Ato Institucional número 02⁷, que, em seu artigo 8º, transferiu para o Superior Tribunal Militar a competência para processar e julgar crimes considerados de natureza política pelo regime.

A partir da década de 2010, as Forças Armadas têm sido empregadas em diversas operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), em decorrência das quais passaram a atuar em auxílio e complementação aos órgãos de segurança pública em “operações de pacificação” de comunidades pobres e faveladas, no Rio de Janeiro, como na Favela da Maré e dos morros do Complexo do Alemão.

Em razão deste tipo de atuação dos militares, nessas operações em comunidades pobres e reiteradamente abandonadas pelo Poder Público, surgiram conflitos e ações de resistência por parte da população civil, que não aceitou as Forças Armadas atuando ali como órgãos de policiamento ostensivo. Essa recusa gerou diversas autuações de civis por desobediência e desacato e resultou em prisões, processos criminais e condenações por parte da Justiça Militar brasileira.

Assim, o objetivo deste texto será analisar o processamento de civis (na sua maioria pobres, negros e favelados no Rio de Janeiro), por parte da Justiça Militar, em decorrência do cumprimento de operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), por enquadramento nos crimes de desacato (artigo 299 do Código Penal Militar⁸) e desobediência (artigo 301 do Código Penal Militar⁹), praticados contra a instituição e a “administração militar”.

É possível afirmar, como hipótese, que o Superior Tribunal Militar tem construído a sua jurisprudência mediante o estabelecimento de

7. BRASIL (1965). **Ato Institucional n. 02**, de 27 de out. 1965. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-02-65.htm Acesso em 29 de mai. 2020.

8. “Artigo: 299. Desacatar militar no exercício de função de natureza militar ou em razão dela:

Pena: detenção, de seis meses a dois anos, se o fato não constitui outro crime.”

9. “Artigo 301: Desobedecer a ordem legal de autoridade militar.

Pena: detenção até seis meses.”

condenações por desobediência e por desacato contra moradores de comunidades de favela, para assegurar a simbologia de uma suposta superioridade da instituição militar sobre a sociedade civil, a fim de dar prosseguimento à tutela militar iniciada em 1889.

Com efeito, para fins de método, serão analisados, de forma qualitativa, acórdãos do Superior Tribunal Militar proferidos entre os anos de 2011 a 2019, em particular nos casos decorrentes de operações de Garantia da Lei e da Ordem empregadas em favelas do Rio de Janeiro, em que moradores daquelas comunidades se insurgiram contra a atuação das Forças Armadas como força policial.

2. Julgamento de civis pela Justiça militar no Brasil, um traço de colonialismo e subalternidade

O sítio eletrônico do Superior Tribunal Militar (STM) afirma que, mesmo antes da independência do Brasil, em 1822, “pelo Alvará Régio com força de Lei de 1º de abril de 1808, D. João (VI) criou o Conselho Supremo Militar e de Justiça, que se tornou mais tarde o Superior Tribunal Militar e última instância da Justiça Militar da União”¹⁰.

Como afirmam SOUZA e SILVA, “a Justiça Militar brasileira foi um dos primeiros ramos formais do sistema de justiça a ser criado no país com a vinda da família real portuguesa em 1808. O ramo existe até hoje e desde (a Constituição de) 1934 integra o rol das justiças especiais do Poder Judiciário.”¹¹

Uma das grandes críticas formuladas contra a Justiça Militar é a sua utilização para o processamento e julgamento de civis em razão

10. BRASIL (2020). STM. **212 anos da Justiça Militar da União**. Disponível em <https://www.stm.jus.br/informacao/agencia-de-noticias/item/10479-superior-tribunal-completa-212-anos-e-produz-video-sobre-sua-historia-e-funcionamento> Acesso em 27 de mai. de 2020.

11. SOUZA, Adriana Barreto e SILVA, Ângela Maria Domingues da.

A organização da justiça militar no Brasil: império e república. **Revista Estudos históricos**. Rio de Janeiro. vol. 29, n. 58. Rio de Janeiro, Mai-Ago. 2016 Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/eh/v29n58/0103-2186-eh-29-58-0361.pdf> Acesso em 27 de mai. 2020.

de perseguição política, para crimes não propriamente militares. Na verdade, uma Justiça Militar em tempo de paz somente se justificaria (quando muito) para julgar militares, no exercício de suas funções, em razão da rigidez da hierarquia e da disciplina da caserna.

Contudo, entendo que os militares, como quaisquer servidores públicos, deveriam ser processados e julgados pela Justiça Comum, sem influência do viés corporativo e protetivo a que muitas vezes os julgamentos pelos mesmos pares conduzem.

A República, como instituição, tem por fundamento a igualdade e a transparência; assim, não se justifica uma justiça punitiva exclusivamente para os militares, aos quais deveria ser dispensado o mesmo tratamento conferido a qualquer outro servidor público.

Porém, desde o Império, civis vêm sendo julgados e condenados por órgãos militares, como forma de repressão direcionada contra ações contestatórias e rebeliões promovidas por movimentos populares¹².

Esse comportamento foi intensificado em diversos períodos da República, como na sua fundação, tendo se iniciado com a perseguição de simpatizantes do superado regime monárquico¹³; e prosseguiu durante os anos da Revolução de Trinta¹⁴, quando foram empregados inclusive tribunais de exceção, como o Tribunal de Segurança Nacional (TSN), em 1935, formado inicialmente como órgão da Justiça

12. Souza e Silva (2016) registram que “a partir de 1824, após a polêmica repressão à Confederação do Equador, sem uma definição precisa do foro militar, quando necessário, os Conselhos de Guerra poderiam ser usados na repressão a movimentos populares, punindo também civis. Como tribunal de exceção, a Comissão Militar era um dispositivo acionado para dar ares de julgamento à ação do Estado na repressão a movimentos contestatórios.”

13. SOUZA, Adriana Barreto e SILVA, Ângela Maria Domingues da. A organização da justiça militar no Brasil: império e república. *Revista Estudos históricos*. Rio de Janeiro. vol. 29, n. 58. Rio de Janeiro, Mai-Ago. 2016 Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/eh/v29n58/0103-2186-eh-29-58-0361.pdf> Acesso em 27 de mai. 2020.

14. Souza e Silva (2016): “A justiça militar não passaria ilesa à turbulência política da década de 1930. Em novembro de 1931, o Governo Provisório baixou decreto (20.656, de 14/11/1931) determinando o processo e julgamento pela justiça militar de militares, assemelhados ou civis que tomassem parte por qualquer forma nos atentados contra a ordem pública ou contra os governos da União e dos estados.”

Militar para julgar civis incursos na Lei de Segurança Nacional da época¹⁵. Em verdade, referido Tribunal foi constituído com o objetivo principal de condenar comunistas¹⁶.

Durante a ditadura civil-militar de 1964-1985, a partir da edição do Ato Institucional número 02 (AI-2), a Justiça Militar foi empregada para perseguir e condenar civis, usando a acusação de prática de crimes políticos e crimes contra a segurança nacional e a ordem econômica, sendo que “foi a primeira tentativa de institucionalizar o regime policial-militar, nos moldes da doutrina de segurança nacional.”¹⁷

Superado o regime ditatorial de 1964-1985, a Nova República não teve interesse nem energia suficiente para livrar o país da tutela dos militares, que vêm se impondo desde a fundação da República em 1889¹⁸. Na Constituição de 1988, os militares conseguiram manter o seu inadequado poder moderador, representado pela Garantia da Lei e da Ordem (artigo 142)¹⁹, e lograram conservar a estrutura da Justiça Militar, que recebeu carta branca para processar e julgar civis, ficando estabelecido na Carta Constitucional apenas que fosse feito conforme previsto em lei, quando o constituinte deveria ter ressalvado, no Texto

15. Folena de Oliveira (2016, p. 139): “O Tribunal foi constituído primordialmente como um órgão da Justiça Militar e tinha como objetivo atuar ‘sempre que for decretado o estado de guerra’, como previsto no artigo primeiro da referida lei (Lei 244, de 11/09/1936). Porém ao referido tribunal foi atribuída também a competência para julgar e processar os civis em curso nos delitos previstos na Lei n. 38, de 1935 (a Lei de Segurança Nacional)”.

16. Teixeira da Silva (2015): “Os comunistas são os primeiros inimigos do Estado”.

17. TÉRCIO, Jason. (2015) *A espada e a balança: crime e política no banco dos réus*. Zahar Editor: Rio de Janeiro, 2015. p. 61

18. Teixeira da Silva (2020): “Os Militares jamais tiveram qualquer adesão real, completa e leal à Nova República e à Constituição de 1988. A expressão Nova República foi cunhada a partir de um discurso de Tancredo Neves, em Vitória (ES), em 1984, quando afirmou: ‘É imperioso criar uma Nova República, forte e soberana, para que nossas Forças Armadas não sejam nunca desviadas de sua destinação constitucional’.”

19. Teixeira da Silva (2020): “Os Militares, na verdade, durante os anos de Nova República, souberam se preparar para a eventualidade de uma crise política, quando seriam chamados de volta ao Poder no papel de ‘salvadores’. Mesmo derrotados em 1985-1988, impuseram à Constituinte institutos de poder militar, como o atual Artigo 142 (sobre a GLO), capazes de tornar seu papel de tutela sobre a República indispensável e mesmo automático.”

Maior, que os civis não poderiam ser julgados na justiça castrense em tempos de paz, a exemplo do que foi adotado em vários países²⁰ e como recomendado, em 2005, pela Corte Interamericana de Direitos Humanos no “*Caso Palmara Irabarne vs. Chile*”²¹ (MELLO, 2013).

Ou seja, a ordem política iniciada a partir de 1985, materializada juridicamente por meio do processo constituinte de 1987-1988, foi incapaz de superar “o passado não resolvido” do Brasil²², ao permitir que os militares pudessem interferir no destino da política e ao manter o emprego de tribunais militares para continuar a repressão contra os civis.

Assim tem sido desde o período colonial, perpassando o Império e atravessando a República. Ao ponto de, nos dias de hoje, não bastasse a necessidade de morarem nas favelas do Rio de Janeiro, carentes de todo tipo de apoio estatal, pessoas pobres e simples estarem sendo processadas e condenadas sob acusação de desobediência e desacato, por se insurgirem contra ações policiais realizadas por militares, em consequência das Operações de Garantia da Lei e da Ordem²³.

Vale ressalvar que o Supremo Tribunal Federal tem construído a sua jurisprudência para determinar que “a submissão do civil, em tempo de paz, à Justiça Militar é excepcional, que só se legitima quando a conduta delituosa ofender bens jurídicos tipicamente associados às funções das Forças Armadas, delineadas, em linhas gerais, no art. 142 da CF/88 (Constituição de 1988)”²⁴

20. Mello (2013): “Tendência que se registra, modernamente, em sistemas normativos estrangeiros, no sentido de extinção (pura e simples) dos tribunais militares em tempo de paz, ou então, da exclusão de civis da jurisdição penal milita: Portugal (Constituição de 1976, art. 213, Quarta Revisão Constitucional de 1997), Argentina (Ley Federal n. 26.394/20080, Colômbia (Constituição de 1991, art. 213), Paraguai (Constituição de 1967, art. 253, c/c Ley 18.650/2010, arts. 27 e 28), v.g.”

21. MELLO, Celso. STF, Segunda Turma, **Habeas corpus 110.185/SP**. 2013

22. Folena de Oliveira (2018).

23. STM, processos números 0079-37.2011.7.01.0201, 0264-88.2014.7.01.0201, 0170-43.2014.7.01.0201, 0229-31.2014.7.01.0201, 0142-75.2014.7.01.0201, 0229-31.2014.7.01.0201, 0193-37.2014.7.01.0201, 0086-56.2015.7.01.0201, 0108-75.2015.7.01.0201.

24. BRASIL, 2016.

Mas, a despeito da interpretação restritiva apresentada pelo Supremo Tribunal Federal, quaisquer questionamentos e investidas contra a atuação dos militares, no exercício de suas funções constitucionais previstas no artigo 142 da Constituição, poderão ser julgados pela Justiça Militar.

Este traço de perseguição contra civis, marcado por nítido conteúdo de criminalização dos atos de resistência e insubordinação de grupos sociais subalternos, revela a passividade da Justiça Militar, que se permite ser utilizada para a repressão e o isolamento social (constituição de “guetos”) da população das favelas, no Rio de Janeiro, locais basicamente habitados por pessoas negras, mestiças e pobres.

Tanto o colocar-se a serviço para condenar civis, quanto o apresentar-se para realizar policiamento ostensivo (como fizeram as Forças Armadas, ao aceitarem executar as operações de Garantia da Lei e da Ordem nas favelas do Rio de Janeiro), revelam uma busca de reafirmação aristocrática de honorabilidade, que parece nortear a formação militar²⁵.

Esse comportamento de busca de superioridade e reafirmação por honorabilidade, realizado por forças militares, cujos integrantes, na maioria, são pessoas oriundas da mesma classe social explorada²⁶, faz surgir um grave conflito, que se materializa no questionamento da ação militar por parte de alguns moradores de favelas e bairros pobres, que vivem em constante “estado de defesa, sob alerta”²⁷ na sua luta contra a subalternidade²⁸.

Portanto, o emprego do aparato da Justiça Militar para processar, julgar e condenar civis é uma marca do colonialismo, que ainda se faz

25. MAYER, Arno. *A força de tradição. A persistência do antigo regime (1848-1914)*. Companhia das Letras: São Paulo, 1981. p. 186.

26. Fanon, 2008, p. 34: “No Exército colonial, e especialmente nos regimentos senegaleses de infantaria, os oficiais nativos são, antes de mais nada, intérpretes. Servem para transmitir as ordens do senhor aos seus congêneres, desfrutando por isso de uma certa honorabilidade.”

27. GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. v. 6. Rio de Janeiro: Editora Civilizações Brasileira, 2014. p. 135.

28. Gramsci, 2014, p. 135: “A história dos grupos sociais subalternos é necessariamente desagregada e episódica. (...) Os grupos subalternos sofrem sempre a iniciativa dos grupos dominantes, mesmo quando se rebelam e se insurgem: só a vitória ‘permanente’ rompe, e não imediatamente, a subordinação”.

presente na repressão das forças sociais insurgentes, em razão de consequências políticas, ideológicas, econômicas, sociais e raciais, que ainda são marcantes na sociedade brasileira.

Consideramos importante registrar que o Brasil foi o último país das Américas a dar fim à escravidão formal, em 1888. Sendo ainda digno de nota, ressalte-se, esclarecer que somos “um dos poucos países democráticos da América Latina a manter um foro militar, com características corporativas, acrescidas da possibilidade de julgar civis.”²⁹

3. Garantia da lei e da ordem (GLO)

3.1. As origens constitucionais da GLO

Desde a promulgação da Constituição de 1988, o que tem despertado a atenção de historiadores, cientistas sociais, jornalistas e juristas é a aplicação recorrente, por parte de sucessivos governos civis, do artigo 142 da Constituição para fins de “garantia” da Lei e da Ordem (GLO), com o emprego das Forças Armadas (FFAA) para substituir ou suplementar o papel da polícia.

Assim, diante da atual conjuntura do país, considero necessário, neste ponto, analisar as origens da GLO, para verificar se esse instituto é compatível com o sistema republicano, inclusive a partir da experiência da Constituição de Weimar de 1919.

Isto porque, em agosto de 2019, diante de pressões políticas de grupos autoritários e da tentativa de fortalecimento da extrema-direita na Alemanha, retomou-se o debate naquele país sobre “os três erros fundamentais da Constituição de Weimar”, que então completava cem anos.

29. SOUZA, Adriana Barreto e SILVA, Ângela Maria Domingues da. A organização da justiça militar no Brasil: império e república. *Revista Estudos históricos*. Rio de Janeiro. vol. 29, n. 58. Rio de Janeiro, Mai-Ago. 2016 Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/eh/v29n58/0103-2186-eh-29-58-0361.pdf> Acesso em 27 de mai. 2020.

Os referidos três erros daquela constituição seriam os artigos 24, 48 e 53, que previam em linhas gerais que o presidente poderia dissolver o parlamento; que o presidente, com a ajuda das forças armadas, poderia intervir para restabelecer a segurança e a ordem pública; e estabelecia a nomeação do primeiro-ministro como atribuição do presidente.

Como esclarece Kelerhoff³⁰, tais regras eram “herança da constituição do império”, que a ordem republicana, introduzida em Weimar em 1919, não foi capaz de superar e que possibilitaram a ascensão do nazismo de Hitler, na Alemanha, a partir de 1933.

Para nós no Brasil, é muito importante essa lição do passado não resolvido pela República de Weimar, pois passamos a conviver sistematicamente com ameaças de autoritarismo e incentivo à barbárie.

As ameaças alcançam até mesmo as instituições políticas, acuadas pela possibilidade de uma suposta “intervenção militar”, que, segundo seus apologistas, teria fundamento a partir do artigo 142 da Constituição, que prevê o papel das FFAA, ali incluído o seu emprego em operações de GLO, igual ao que previa o artigo 48 da Constituição alemã de 1919, que manteve uma regra do antigo regime monárquico, incompatível com a república.

Em razão disso e das ameaças do emprego das FFAA em casos de segurança interna do país, na eterna “tutela dos militares” sobre a política e os civis, é preciso ressaltar que o artigo 142 é uma construção incompatível com a noção de república e soberania popular.

Referido artigo representa um traço do antigo regime absolutista, construído a partir do racionalismo que colocou o monarca acima do povo e como representante máximo da nação, como fez Pedro I, ao fechar o parlamento (“A Noite da Agonia”, 12/11/1823) e outorgar a Constituição de 1824, cujos artigos 10 e 11 previam que “os poderes

30. KELERHOFF, Sven Felix. *Die drei tödlichen Fehler der Weimarer Verfassung*. 11.08.2019 Disponível em <https://www.welt.de/geschichte/article198259345/Weimarer-Republik-Die-drei-toedlichen-Fehler-der-Verfassung.html> Acesso em 04 de jul. 2020

políticos (...) são quatro: o Poder Legislativo, o Poder Moderador, o Poder Executivo e o Poder Judicial” e que “os representantes da nação brasileira são o imperador e a Assembleia Geral”.

Ou seja, o imperador colocava-se como uma instituição (“o representante primeiro da nação”) e acima do povo, com base em construção racional difundida por Hegel, a partir de sua Filosofia do Direito, para justificar a monarquia constitucional, principalmente depois do Congresso de Viena (1814-1815), que tinha entre seus postulados a restauração da antiga ordem absolutista, mesmo que sob a forte intervenção militar contra os movimentos liberais.

É nesse sentido que a Constituição de 1824, no artigo 98, previa que: “O Poder Moderador é a chave de toda a organização Política, e é delegado privativamente ao Imperador, como Chefe Supremo da Nação, e seu Primeiro Representante, para que incessantemente vele sobre a manutenção da Independência, equilíbrio, e harmonia dos mais Poderes Políticos.”

O artigo 102 da Constituição de 1824 estabelecia que “o Imperador é o Chefe do Poder Executivo, e o exercita pelos seus Ministros de Estado”; e, pela redação do artigo 148: “ao Poder Executivo compete privativamente empregar a Força Armada de Mar, e Terra, como bem lhe parecer conveniente à Segurança, e defesa do Império.”

Assim, verifica-se que a força militar poderia ser empregada pelo imperador para garantir “a segurança” contra as rebeliões liberais promovidas por populares ou grupos oposicionistas à monarquia, no âmbito interno do Estado brasileiro.

Essa utilização dos militares (prevista no artigo 148 da Constituição de 1824) segue a lógica do princípio da restauração, conforme proposto no Congresso de Viena (1814-1815), com o uso da intervenção militar interna para reprimir as ideias liberais e garantir a velha ordem absolutista, como forma de manter a lei e a ordem em favor do antigo regime, como se verificou na derrubada da Comuna de Paris (1871).

Ora, a República deveria ter posto fim ao emprego das forças militares na manutenção da segurança interna; porém, a Constituição de 1891 manteve regra idêntica à do absolutismo, ao dispor em seu artigo 48 que “compete privativamente ao Presidente da República (...) exercer ou designar quem deva exercer o comando supremo das forças de terra e mar dos Estados Unidos do Brasil, quando forem chamadas às armas em defesa interna ou externa da União”.

Vê-se que as Forças Armadas, artífices da derrubada da monarquia, mantiveram para si a titularidade do emprego da “defesa interna”, que passou a ser aplicada contra a população negra, mestiça e pobre (Canudos, Contestado etc.), para garantir a manutenção do sistema exploratório vindo da escravidão, iniciado no Brasil colônia, que passou pelo império e continuou com a República.

Seguindo essa diretriz de emprego das FFAA na ordem interna, a Constituição de 1934 dispôs, no artigo 162, que “as forças armadas são instituições nacionais permanentes, e, dentro da lei, essencialmente obedientes aos seus superiores hierárquicos. Destinam-se a defender a Pátria e garantir os Poderes constitucionais, e, a ordem e a lei.”

Da mesma forma, a Constituição de 1946, no artigo 177, dispunha que “destinam-se as forças armadas a defender a Pátria e a garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem”; em igual sentido a Emenda Constitucional 1, de 1969, que previa no artigo 91 que “as Forças Armadas, essenciais à execução da política de segurança nacional, destinam-se à defesa da Pátria e à garantia dos poderes constituídos, da lei e da ordem.”

A Constituição de 1988, documento jurídico da “Nova República”, igualmente, em seu artigo 142, dispõe que “as Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.”

O ponto diferenciador da Constituição de 1988 em relação às constituições anteriores foi a extensão a todos os Poderes constituídos da capacidade de convocar as Forças Armadas, para sua própria garantia e da lei e da ordem. Tal ampliação foi para tentar neutralizar eventuais abusos autoritários do Poder Executivo, na medida em que os outros poderes agora podem também requisitar o emprego da Lei e da Ordem, o que pode ser feito inclusive pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Congresso Nacional, contra os arroubos autoritários do Poder Executivo.

Entretanto, esta ampliação do conjunto de autoridades que podem requisitar a GLO representou a possibilidade de um descontrole institucional ainda maior do uso dos militares na segurança interna, pois esta não requer a observância das rígidas regras impostas para a decretação do estado de defesa (artigo 136 da Constituição), do estado de sítio (artigo 137 da Constituição) e da intervenção (artigos 34 e 36 da Constituição), para os quais se exige que sejam previamente ouvidos os Conselhos da República e de Defesa Nacional e que tenham autorização do Congresso Nacional; que são institutos jurídicos que, numa ordem liberal, são de uso extremo de um estado de exceção.

Vemos então que convocar uma GLO é muito mais simples do que declarar um estado de exceção; porém, uma vez que esta seja instaurada, as forças militares podem, em tese, ser empregadas para impor um regime autoritário, sob um manto de falsa legalidade constitucional.

3.2. Emprego de GLO

Nos últimos anos, o Governo Federal decretou diversas operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), prevista no artigo 142 da Constituição Federal³¹, em razão de pedidos de governadores de Estados para que os militares pudessem auxiliar os órgãos de segurança

31. BRASIL (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em 28 de mai. 2020.

pública, definidos no artigo 144 da Constituição Federal³², que se revelaram incapacitados para assegurar a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio³³.

É imperativo que a Garantia da Lei e da Ordem (GLO) pelas Forças Armadas somente pode ocorrer se houver o efetivo esgotamento dos órgãos responsáveis pela Segurança Pública, no caso as polícias, como previsto nos §§ 2º e 3º do artigo 15 da Lei Complementar 97/1999³⁴.

O § 4º do artigo 15 da Lei Complementar 97/1999³⁵ dispõe que, ativada a GLO, o emprego operacional das Forças Armadas “ocorrerá de forma episódica, em área previamente estabelecida e por tempo limitado, em ações de caráter preventivo e repressivo necessárias para assegurar o resultado das operações da garantia da lei e da ordem”.

Nesse ponto, é importante realçar que as Forças Armadas passam a atuar como órgão policial, cumprindo excepcionalmente o mesmo papel das forças de segurança pública, que são auxiliadas pelos militares. Ou seja, a situação advinda de sua atuação não deveria ser tratada como um estado de guerra; sendo assim, não se justifica o emprego do aparato militar de natureza bélica, inclusive com utilização de carros de combate etc.; constituindo a ação militar um mero reforço policial dos órgãos de segurança, a quem efetivamente cabe a defesa patrimonial e incolumidade das pessoas.

Ocorre que, durante as GLO(s), têm ocorrido diversos conflitos entre os integrantes das Forças Armadas em operações de policiamento e civis, inclusive com a morte de pessoas inocentes.³⁶

32. Idem.

33. Folena de Oliveira (2017): “Fazer GLO para intervir em favelas é abusar das FFAA (Forças Armadas), que têm a missão de defender a Pátria, e não fazer papel de polícia.”

34. BRASIL (1999). **Lei Complementar 97**, de 09 de junho de 1999. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp97.htm Acesso em 30 de mai. 2020.

35. Idem.

36. Viana, 2020.

Como decorrência, muitas vezes, moradores dessas áreas sob intervenção, têm sido presos em flagrante e autuados criminalmente, sob a alegação de prática de desacato e desobediência, sendo processados e julgados na Justiça Militar; inclusive, as condenações impostas aos civis decorrem de que tais delitos são considerados como de natureza militar, conforme entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, que não acolheu *habeas corpus* em que se defendia a competência do Juizado Especial Criminal e manteve a competência da Justiça Militar neste tipo de acusação³⁷.

Desta forma, temos civis (pobres, negros e favelados) sendo julgados pela Justiça Militar, a partir de acusações formuladas exclusivamente por agentes militares, em processos nos quais, na maioria das vezes, somente o testemunho dos militares é suficiente para a imposição da condenação:

O fato de as testemunhas presenciais se confundirem com os próprios ofendidos não tem o condão de desmerecer, tampouco reduzir o potencial comprobatório de suas declarações. Suas palavras são dotadas de presunção de legitimidade e de legalidade, sendo merecedoras de crédito, inclusive no tocante à incriminação de pessoa envolvida no episódio delitivo³⁸.

4. Justiça Militar e julgamento de civis

A Justiça Militar, nos termos do artigo 122 da Constituição Federal³⁹, tem entre seus órgãos o Superior Tribunal Militar e os Tribunais e Juízes Militares, instituídos por lei para “processar e julgar os crimes

37. BRASIL (2013). STF, 1^a Turma, Habeas Corpus número 113.128-RJ, relator Ministro Roberto Barroso, julgado em 10/12/2013: “Compete à Justiça Militar processar e julgar civil acusado de desacato e desobediência praticados contra militar das Forças Armadas no desempenho de serviço de vigilância, garantia e preservação da ordem pública (art. 9º, III, d, C.P.M).”

38. STM, processo número 0000264-88.2014.7.01.0201, relator Ministro Gen. Ex. Marco Antônio de Farias.

39. BRASIL (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em 28 de mai. 2020.

militares definidos em lei”, conforme dispõe o artigo 124 da Constituição Federal.

Além disso, o parágrafo único do artigo 124 da Constituição Federal⁴⁰ prevê que a lei irá dispor sobre a organização, o funcionamento e a competência da Justiça Militar.

Vemos assim que o constituinte deixou a definição do crime militar e o seu respectivo processamento pela Justiça Militar para a legislação infraconstitucional; sendo que, na tradição brasileira, o fórum militar tem sido empregado para o processamento de civis, inclusive para perseguição política, além do emprego das forças militares na repressão dos movimentos populares, como acima demonstrado na introdução deste trabalho.

No caso brasileiro, até hoje não foram regulamentados os dispositivos constitucionais acima mencionados, aplicando-se, por recepção, o Código Penal Militar e o Código de Processo Penal Militar, respectivamente os Decretos-lei 1.001/1969⁴¹ e 1.002/1969⁴², oriundos do regime civil-militar de 1964-1985, impostos à época por meio da Junta Militar que governou o Brasil, formada pelos Ministros da Marinha, Exército e Aeronáutica, conforme poderes atribuídos pelo Ato Institucional número 16/1969⁴³, considerado um dos entulhos ditoriais.

O Código Penal Militar, em seu artigo 9º, inciso III, alínea “d”, considera crime militar, em tempo de paz, “os crimes praticados (...) por civil, contra instituições militares (...) nos seguintes casos: (...) d) ainda que fora do lugar sujeito à administração militar, contra militar em função de natureza militar, ou no desempenho de serviço de

40. Idem.

41. BRASIL (1969-a). **Decreto-lei 1.001**, de 21 de out. de 1969. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del1001.htm Acesso em 28 de mai de 2020

42. BRASIL (1969-b). **Decreto-lei 1.002**, de 21 de out de 1969. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del1002.htm Acesso em 28 de mai. 2020.

43. BRASIL (1969-c). **Ato Institucional n. 16**, de 14 de out. 1969. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-16-69.htm Acesso em 30 de mai. de 2020.

vigilância, garantia e preservação da ordem pública, administrativa ou judiciária, quando legalmente requisitado para aquele fim, ou em obediência a determinação legal superior.”

Assim, pela letra da lei do regime ditatorial, o civil poderá ser responsabilizado por crime militar se atentar contra as instituições militares; ocorre que é também considerada instituição militar a pessoa do militar, ainda que esteja atuando com violência e fora de local militar, em serviço de preservação da ordem pública.

Ou seja, é a naturalização do autoritarismo contra a população, para a manutenção de imprópria e indevida tutela militar sobre a ordem política civil. É a validação da autorização para os militares estenderem suas condutas para além dos limites dos quartéis, o que é inadmissível numa ordem democrática, na qual deve prevalecer o poder civil.

Com efeito, o Supremo Tribunal Federal (STF), ao convalidar uma interpretação decorrente da aplicação de norma do regime ditatorial de 1964-1985, abriu o caminho para o processamento pela Justiça Militar de civis pobres, moradores de favelas do Rio de Janeiro, dando sustentação à jurisprudência que vem sendo construída pelo Superior Tribunal Militar.

Porém, esse mesmo entendimento permite que, no momento atual, os membros da própria Suprema Corte sejam ameaçados por diversos agentes políticos de origem militar, saudosos do regime dos “anos de chumbo”, que consideram as instituições militares um dogma sagrado, posicionado acima da Constituição e do povo, que usam a interpretação da Carta Maior para atingir e preservar seus interesses.

5. Superior Tribunal Militar e o julgamento de civis por desobediência e desacato em GLO no Rio de Janeiro

O Superior Tribunal Militar (STM) é um tribunal de revisão das decisões proferidas pela primeira instância da Justiça Militar; é um órgão composto por 15 julgadores, sendo 10 militares (4 generais do

Exército, 3 almirantes da Marinha e 3 brigadeiros da Aeronáutica) e 5 civis, com formação jurídica (3 oriundos da advocacia, 1 da magistratura militar e 1 da procuradoria de justiça militar).

De 2011 a 2019, há diversos julgamentos de recursos no Superior Tribunal Militar, que confirmaram a condenação de civis pela prática de desobediência e/ou desacato, unicamente por terem se insurgido contra a atuação dos militares das Forças Armadas no policiamento ostensivo, em comunidades de favelas do Rio de Janeiro, em decorrência de Operação de Garantia da Lei e da Ordem.

O que chama a atenção nesses julgamentos é a forma como a “instituição militar” das Forças Armadas sobrepõe-se ao poder civil, de modo a justificar o processamento e o julgamento pela Justiça Militar de pessoas que se rebelaram, pessoas simples e trabalhadoras.

Em diversas passagens da História brasileira, são muitos os exemplos das oportunidades em que essa justiça militar foi empregada para perseguir cidadãos e a mesma tática segue sendo utilizada contra negros, mestiços e pobres; e tudo isto é aceito com passividade por oficiais militares, que passam a atuar na ordem interna como aparelho repressivo contra os indivíduos de agora, muitos deles descendentes dos escravos de outrora.

Assim, a perseguição realizada no passado pelos capitães do mato contra escravos rebelados se mantém presente; sendo, nestes casos, utilizado como argumento para justificar as prisões o potencial de ofensa à instituição militar, supostamente violentada pelos civis insurgentes.

No processo referente à apelação nº 7000050-50.2019.17.00.0000, cujo relator foi o Gen. Ex. Odilson Samapio Benzi, o acusado respondeu à ação penal porque, em 20/08/2016, não reconheceu os militares, em patrulhamento, como força policial:

O denunciado não obedeceu à ordem, alegando que não acompanharia os militares por não serem eles polícia.

Diante da recusa, (...) o conduziu até a faixa de areia e tentou iniciar a revista pessoal, momento em que o denunciado se alterou, insistindo que não aceitava ser revistado.

Em razão do comportamento do denunciado, (...) lhe determinou que se colocasse de joelho para a realização da revista, tendo este novamente recusado.

(...) Entretanto, o denunciado permanecia alterado e em oposição à revista, dizendo ao (militar) ‘vai tomar no ..., ao que lhe foi dada voz de prisão e encaminhado à Delegacia Judiciária Militar, tendo sido necessário o uso de algemas para contê-lo.’

O STM não levou em consideração possível provação dos militares, mas apenas que o denunciado empregou “conotação pejorativa das palavras proferidas, desprezando o militar em serviço, em nítida finalidade de humilhar, menosprezar, aviltar, rebaixar a autoridade da vítima (o militar), e, consequentemente, a função militar exercida por ela, caracterizando o dolo inerente ao delito de desacato, não sendo de considerar o mero estado de exaltação.

No julgamento, não foi considerada a possibilidade de humilhação do denunciado, que foi colocado de joelhos para ser revistado, mas postas em destaque somente as ofensas que foram eventualmente disparadas contra o ofendido e a “função militar”, num nítido caráter de proteção da instituição e do corpo militar.

No processo referente à apelação nº 264-88.2017.7.10.0201 / RJ, cujo relator foi o ministro Gen. Ex. Marco Antônio de Farias, decorrente de ação ocorrida em patrulhamento no Complexo do Alemão, em 24/10/2014, o Tribunal entendeu que:

...O emprego dos militares federais em operação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) é legítimo, embora, para alguns desavisados, receba a interpretação de constituir atividade precípua de segurança pública.

(...) O bem jurídico tutelado pelo art. 299 do CPM (crime de desacato) é a ordem administrativa militar. Ao Estado é atribuída a qualidade de ofendido mediato, conquanto os militares envolvidos no patrulhamento encontram-se na condição de seus mandatários, em missão oficial.

Da mesma forma, no processo referente à apelação nº 0170-43.2014.7.01.0201, cujo voto vencedor foi do ministro Alte. de Esq. Marcus Vinicius Oliveira dos Santos. Neste caso, em 14/07/2014, os militares da força de pacificação da Maré fizerem revista pessoal no acusado, que:

insatisfeito com uma revista pessoal, desacatou-os, além de resistir à prisão, uma vez que, conforme narrado na denúncia, ao receber ordem para abrir as pernas a fim de que fosse terminada a revista, o denunciado passou a debater-se a fim de impedir que a revista continuasse.

O Tribunal entendeu no mencionado julgado acima que:

pratica os crimes de resistência mediante ameaça ou violência e de *desacato* a militar, o Civil que, ao ser abordado por militares da Força de Pacificação, no Rio de Janeiro, se opõe à execução de ato legal ao receber ordem para ser revistado, resiste à prisão, desfere palavras de baixo calão aos integrantes da corporação, bem como empurra e ameaça militar no cumprimento de sua missão. (...) Tal delito atinge diretamente a autoridade da administração militar.

Pelas decisões acima, qualquer comportamento mediante o qual o civil questione a ação da força militar, em atuação de mera força auxiliar da polícia, constitui ofensa direcionada contra a ordem “administrativa militar”; ou seja, a ofensa é contra a instituição militar, que não admite ser questionada, o que revela um traço de autoritarismo e validação de uma suposta superioridade sobre a sociedade civil.

No processo referente à apelação nº 286-49.2014.01.7.0201/RJ, cujo relator foi o ministro Gen. Ex. Odilson Sampaio Benzi, foi apurado que:

... no dia 24 de setembro de 2014, o civil (...), durante a realização de uma abordagem por militares da Marinha do Brasil, integrantes da Força de Pacificação da Maré, foi preso em flagrante por ter proferido palavras ofensivas e efetuado gestos obscenos.

Em razão disso, o Tribunal, no caso acima, entendeu que:

Pratica o crime de desacato a militar previsto no artigo 299 do Código Penal Militar, o civil que, ao ser abordado por militares da Força de Pacificação, no Rio de Janeiro, desacata o militar no exercício de função de natureza militar ou em razão dela. A presença das Forças Armadas nas comunidades fluminenses foi acordada entre os poderes públicos e segue ditames legais, tendo inclusive o poder de polícia para abordar, revistar e prender quando em flagrante delito.

No processo referente à apelação nº 142-75.2014.01.7.0201/RJ, cujo relator foi o ministro Alt. Esq. Marcus Vinicius Oliveira dos Santos, apurou-se que:

... em 18 de junho de 2014, na localidade de Nova Holanda, no Complexo da Maré, (...) o acusado, acompanhado de sua esposa, chamou os soldados do Exército de 'periquitos' (...) além de ter cuspido nos pés do (...), comandante da Patrulha ...

O Tribunal, no mencionado caso, condenou o acusado sob o argumento de que “comete o crime de *desacato* o Réu que, de maneira livre e consciente, desrespeita militares que faziam ronda, chamando-os de ‘periquitos e cospe por duas vezes nos pés do Ofendido.”

Como se pode denotar, há uma forte resistência da população das favelas contra a presença dos militares da “força de pacificação”. Daí a crescente quantidade de casos de desobediência e desacato, sendo a atuação policial dos militares desnecessária para a garantia de lei e da ordem e servindo mais aos propósitos repressivos das Forças Armadas contra a população pobre das comunidades faveladas, que, ao externar o seu descontentamento, manifesta uma modalidade de resistência subalterna.

6. Conclusão

O que se pode constatar é que o emprego de forças militares em operações de Garantia da Lei e da Ordem, apesar do respaldo constitucional,

legal e jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal, encontra forte resistência no meio da população pobre, negra, mestiça e marginalizada das comunidades faveladas, que não encontraram na atuação das Forças Armadas qualquer amparo de proteção, mas tão somente mais repressão.

As Forças Armadas, por seu turno, aceitaram a missão. Porém, diante da rejeição da comunidade, partiram para o enquadramento dos civis que resistiram à sua ação policial, exigindo para eles as penas dos delitos de desobediência e desacato, que foram efetivamente aplicadas pela Justiça Militar, de modo a “manter hígida a instituição e a administração militar”. Entendemos que tal interpretação somente poderia ser aventada caso não estivesse ocorrendo um desvio de função das Forças Armadas, que na atuação da GLO exerce uma ação tipicamente policial, própria dos órgãos de segurança pública.

É possível concluir, assim, que o Superior Tribunal Militar construiu a sua jurisprudência, de confirmação das condenações por desacato e desobediência, aplicadas contra moradores de comunidades e favelas, para assegurar a simbologia de uma suposta superioridade da instituição militar sobre a sociedade civil, cuja finalidade última é manter a tutela militar e, assim, justificar a atuação das Forças Militares diante da sociedade, mesmo que seja como força de repressão e não de garantia da soberania.

Por fim, ressalto que os militares, como quaisquer servidores públicos, deveriam ser processados e julgados pela Justiça Comum, sem influência do viés corporativo e protetivo, a que muitas vezes conduzem os julgamentos pelos mesmos pares.

A República, como instituição, tem por fundamento a igualdade e a transparência; assim, não se justifica uma justiça punitiva exclusivamente para os militares, aos quais deveria ser dispensado o mesmo tratamento devido a qualquer outro servidor público.

Com certeza, isto poderia evitar julgamentos com resultados injustos, como ocorreu no caso do capitão Jair Messias Bolsonaro, que,

no passado, foi expulso da sua corporação militar e processado por acusações de “conduta irregular” e prática de “atos que afetam a honra pessoal, o pundonor militar e o decoro da classe”, mas terminou absolvido pela Justiça Militar⁴⁴.

Referências bibliográficas

- BRASIL (1964) Ato Institucional n. 01, de 01 de abr. 1964. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm Acesso em 25 de abr. 2021.
- BRASIL (1965). Ato Institucional n. 02, de 27 de out. 1965. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-02-65.htm Acesso em 29 de mai. 2020.
- BRASIL (1968). Ato Institucional n. 05, de 13 de dez. de 1968. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm Acesso em 24 abr. 2021.
- BRASIL (1969-a). Decreto-lei 1.001, de 21 de out. de 1969. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del1001.htm Acesso em 28 de mai de 2020
- BRASIL (1969-b). Decreto-lei 1.002, de 21 de out de 1969. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del1002.htm Acesso em 28 de mai. 2020.
- BRASIL (1969-c). Ato Institucional n. 16, de 14 de out. 1969. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-16-69.htm Acesso em 30 de mai. de 2020.
- BRASIL (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em 28 de mai. 2020.
- BRASIL (1997). Lei Complementar 97, de 09 de junho de 1999. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp97.htm Acesso em 30 de mai. 2020.
- BRASIL (2013). STF, 1^a Turma, **Habeas Corpus número 113.128-RJ**, relator Ministro Roberto Barroso, julgado em 10/12/2013. Disponível em <http://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=202073206&ext=.pdf>
- BRASIL, 2016. STF, Segunda Turma, **Habeas Corpus (HC) 128.414/PB**, relator Ministro Teori Zavascki, julgado em 17/05/2016.

44. Carvalho, 2018.

BRASIL (2020). STM. **212 anos da Justiça Militar da União**. Disponível em <https://www.stm.jus.br/informacao/agencia-de-noticias/item/10479-superior-tribunal-completa-212-anos-e-produz-video-sobre-sua-historia-e-funcionamento> Acesso em 27 de mai. de 2020.

CARVALHO, Luiz Maklouf. (2018) **O julgamento que tirou Bolsonaro do anonimato**. O Estado de S. Paulo. 01 de abril de 2018

FANON, Frantz. (2008). **Pele negra, máscara branca**. Salvador: Editora Universidade Federal da Bahia.

FOLENA DE OLIVEIRA, Jorge Rubem. (2016). **Do conflito ao equilíbrio: política, judiciário e audiências públicas**. Rio de Janeiro: Editora Pachamama.

FOLENA DE OLIVEIRA, Jorge Rubem. (2017) **Militares e política**. Jornal GGN. Disponível em <https://jornalggm.com.br/analise/militares-e-politica-por-jorge-folema/> Acesso em 30 de mai. de 2020.

FOLENA DE OLIVEIRA, Jorge Rubem (2018). Memória, golpe e Direitos Humanos no Brasil, **Revista Digital do Instituto dos Advogados Brasileiros**, n. 39, 10 ago. 2018. Disponível em <https://digital.iabnacional.org.br/revista-digital-no-39/memoria-golpe-e-direitos-humanos-no-brasil/> Acesso em 29 de mai. 2020.

GRAMSCI, Antonio (2014). **Cadernos do cárcere**. v. 6. Rio de Janeiro: Editora Civilizações Brasileira.

KELERHOFF, Sven Felix (2019). *Die drei tödlichen Fehler der Weimarer Verfassung*, 11.08.2019 Disponível em <https://www.welt.de/geschichte/article198259345/Weimarer-Republik-Die-drei-toedlichen-Fehler-der-Verfassung.html> Acesso em 04 de jul. 2020

MAYER, Arno. (1981) **A força de tradição. A persistência do antigo regime (1848-1914)**. Companhia das Letras: São Paulo, 1981.

MELLO, Celso (2013). STF, Segunda Turma, **Habeas corpus 110.185/SP**.

NETO, Manuel Domingos. (2019) Sobre o patriotismo castrense. **Dossiê: os militares e a política. História, memória e política**. Fundação Perseu Abramo: São Paulo, 2019.

PASSARINHO, Jarbas. (2008) **1968 - Ato Institucional n. 05. Personagens**. Programa de Treinamento em Jornalismo Diário da Folha, Folha de São Paulo, 2008. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/folha/treinamento/hotsites/ai5/personas/jarbasPassarinho.html> Acesso 25 abr. 2021

ROSENFIELD, Denis. (2020) Militares procuraram Temer para reclamar de Dilma e PT antes do impeachment, Folha de São Paulo, 6 nov. 2020. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/11/militares-procuraram-temer-para-reclamar-de-dilma-e-pt-antes-do-impeachment-diz-entrevistador.shtml>

SOUZA, Adriana Barreto e SILVA, Ângela Maria Domingues da. (2016)

A organização da justiça militar no Brasil: império e república. **Revista Estudos históricos**. Rio de Janeiro. vol. 29, n. 58. Rio de Janeiro, Mai-Ago. 2016 Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/eh/v29n58/0103-2186-eh-29-58-0361.pdf> Acesso em 27 de mai. 2020.

TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos (2015). O Tribunal e a Lei de Segurança Nacional no Brasil, 1935/1937. Disponível em <http://ufrj.academia.edu/FranciscoCarlosTeixeiraSilva> Acesso em 30 de mai. 2020.

TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos (2020). **Dez hipóteses para tempos alarmantes para compreender e mudar o Brasil**. Disponível em <https://jorgefolena.blogspot.com/2020/05/dez-hipoteses-para-tempos-alarmantes.html> Acesso em 30 de mai. de 2020.

TÉRCIO, Jason. (2015) **A espada e a balança: crime e política no banco dos réus**. Zahar Editor: Rio de Janeiro, 2015.

VIANA, Natália (2020). **A desastrosa Operação do Exército que levou à morte de Evaldo Rosa**, Pública, 29 abr. 2020. Disponível em <https://apublica.org/2020/04/exclusivo-a-desastrosa-operacao-do-exercito-que-levou-a-morte-de-evaldo-rosa/> Acesso em 07 jun. 2021.

PAZUELLO NÃO PODE SER UM NOVO USTRA: QUEM O COLOCOU NO MINISTÉRIO TEM QUE SER LEVADO À CPI DA COVID¹

Rafael Moro Martins

Leandro Demori

“Quem deve estar aqui não é o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra. É o Exército brasileiro”, vociferou o próprio Ustra, o odioso torturador de presos políticos – reconhecido como tal pela justiça e pelo estado brasileiro –, em depoimento à Comissão da Verdade em 2013.

Ustra se defendia dos crimes que cometeu alegando ter cumprido “ordens legais, nenhuma ordem ilegal” dadas pelo presidente da República da época (um ditador, na verdade) ao Exército para “combater o terrorismo”. Missão dada, missão cumprida.

Na terça, 27 de abril, uma outra comissão criada para (se funcionar a contento) descobrir fatos e culpados pelo morticínio de quase 400 mil brasileiros começou a trabalhar. Como na do começo deste texto, há um Brilhante Ustra a postos para expiar uma culpa que não é só dele: o general de três estrelas do Exército Eduardo Pazuello, ainda oficial da ativa e ministro da Saúde entre maio de 2020 e março de 2021. E que passará à história como o ministro da montanha de mortos por covid-19.

1. A partir de dois textos publicados no Intercept em 27 de abril e 30 de março de 2021, em <https://theintercept.com/2021/04/27/pazuello-nao-pode-ser-um-novo-ustra-quem-o-colocou-no-ministerio-tem-que-ser-levado-a-cpi-da-covid/> e <https://theintercept.com/2021/03/30/imprensa-farsa-militares-governo-bolsonaro/>

Como Ustra, Pazuello vai sentar no banco dos investigados. Mas não pode ser o único a vestir verde-oliva. Falamos dos generais da reserva que atuam como conselheiros dele e gostam de ser tratados pelas patentes militares no dia-a-dia político do Palácio do Planalto. E de pelo menos um outro, da ativa, que até há poucas semanas ocupava a principal cadeira do Forte Caxias, o quartel-general do Exército em Brasília: Edson Leal Pujol.

Saudado pelo jornalismo embevecido como o homem que preferiu deixar o comando do Exército a permitir a politização dos quartéis, Pujol não é esse exemplo acabado de democrata que tentam nos empurrar. Faz parte do seleto grupo de altos oficiais que leu previamente e deu aval à ameaça pouco velada que Eduardo Villas Bôas, seu antecessor, tirou do armário para intimidar o Supremo Tribunal Federal caso o resultado de um julgamento não lhe agradasse.

Villas Bôas, como reconheceu o próprio Bolsonaro, é um dos responsáveis pelo indisciplinado capitão da reserva transmutado em político do baixo-clero ter chegado a presidente da República. O general da reserva, acometido por uma pavorosa doença degenerativa, prometeu em suas memórias levar detalhes sobre a tal ajuda pela qual Bolsonaro lhe é grato para o túmulo.

Mas é não preciso ser um gênio da investigação para saber a que Bolsonaro se refere. Sua campanha presidencial – e seu governo – são um consórcio com o Exército. A força abraçou o então deputado federal e lhe franqueou acesso a instalações militares para fazer campanha por ali já em fins de 2014, quando Dilma Rousseff recém havia sido reeleita. Um passo e tanto para alguém que saiu da força pela porta dos fundos e tinha que entrar escondido em quartéis da Praia Vermelha, no Rio, para espalhar santinhos nos tempos de vereador no Rio, como ficamos sabendo no episódio quatro do podcast “Retrato Narrado”.

Eleito, Bolsonaro se cercou de militares. Como se fosse pouco, cada baixa era vista como chance de trazer mais um fardado para a Esplanada dos Ministérios. Assim, quando Luiz Henrique Mandetta

percebeu que ganharia mais dando no pé e se vendendo como a voz da razão que o presidente não quis escutar, os ministros-generais palacianos buscaram um dos seus.

É possível que tenha sido Walter Braga Netto, à época recém-nomeado ministro-chefe da Casa Civil, a se lembrar do general atarracado e acima do peso com quem trabalhou durante as Olimpíadas do Rio. Ou Luiz Eduardo Ramos, que então estava na Secretaria de Governo e comandava a 1^a Divisão de Exército, também na capital fluminense, durante os jogos. Ou Augusto Heleno, do Gabinete de Segurança Institucional, ex-comandante militar da Amazônia. Ou o vice-presidente Hamilton Mourão, outro general da reserva. Ou o próprio Bolsonaro.

Seja como for, mandaram buscar Eduardo Pazuello.

'Não sabia o que é o SUS'

“A hierarquia e a disciplina são a base institucional das Forças Armadas. A autoridade e a responsabilidade crescem com o grau hierárquico”, afirma o artigo 14 do Estatuto dos Militares. Em seguida, completa: “A disciplina e o respeito à hierarquia devem ser mantidos em todas as circunstâncias da vida entre militares da ativa, da reserva remunerada e reformados”.

Outro regulamento, o R-50, que disciplina transferências de praças e oficiais do Exército, é bem claro: eles só podem ser colocados “à disposição de organizações não pertencentes ao Ministério do Exército [atualmente, o da Defesa]” se houver autorização do comandante da força.

Quer dizer o seguinte: o general Pazuello – que havia apenas alguns meses havia assumido o comando da 12^a Região Militar, em Manaus, após ter liderado a Operação Acolhida, que organizou a entrada no Brasil de refugiados venezuelanos na fronteira com Roraima – não poderia aceitar o convite para ser secretário executivo e, mais tarde, ministro da Saúde, sem o aval de Pujol.

Não estamos aqui a defender, óbvio, que o comandante do Exército negasse uma nomeação feita pelo presidente da República. O ponto não é esse, mas como o Exército – e seus oficiais – passaram a se sentir tão à vontade para ocupar qualquer posto no governo a que fossem convocados, mesmo sem o preparo necessário. E fizeram isso com a conivência do comando da força. Afinal, quem resiste a um carguinho?

Vamos relembrar: há seis mil militares em cargos de nomeação política no governo. Há generais que ainda estavam na ativa quando saíram correndo para servir ao mau militar no Planalto: Braga Netto e Ramos. E há um general que foi ministro por quase um ano sem jamais passar para a reserva: Pazuello. Este é um governo que é militar em sua essência.

A CPI deveria querer saber: Pujol examinou o currículo de Pazuello? Fez a ele perguntas sobre sua aptidão para o cargo que ele estava louco para aceitar? Héleno, Braga Netto ou Ramos fizeram isso? Bolsonaro fez isso? Eu arrisco: ninguém fez. Tivessem feito, talvez percebessem que ia dar merda ao ouvir Pazuello confessar que sequer sabia o que era o Sistema Único de Saúde – coisa que ele fez, meses depois, diante de câmeras e microfones.

O resto da história é conhecido. Pazuello e o Exército compraram a panaceia de Bolsonaro: a cloroquina. O ministro implantou um protocolo de tratamento precoce que incluía a droga, enquanto a força se dedicou a fabricá-la. Já em junho de 2020, a Repórter Brasil dava conta de que o Exército havia gasto R\$ 1,5 milhão para ampliar em inacreditáveis 100 vezes a produção da cloroquina em seus laboratórios. Fez isso sem qualquer evidência sólida de que o dinheiro seria bem gasto.

Meses depois, ficaríamos sabendo que o negócio está cercado de suspeitas. E, como a cloroquina é inútil contra a covid-19, a força acabou com um estoque suficiente para o uso correto dela – contra a malária – por 18 anos. É claro que boa parte do medicamento irá vencer antes disso e acabar no lixo.

Enquanto isso, as mortes causadas pelo coronavírus saíram do controle, o ministro foi desautorizado pelo presidente quando tentou comprar vacinas, e sua propalada especialização em logística de nada serviu para evitar que pessoas morressem em Manaus por falta de oxigênio. Foi um desastre federal – e também verde-oliva graças à soberba e ao pouco caso de militares da reserva e da ativa.

Não são só as ‘pessoas físicas’

Com suas digitais por toda a parte na tragédia e a CPI começando a trabalhar, já em abril parecia estar em curso uma operação para blindar o Exército e sua já combalida imagem dos danos causados pela inépcia de Pazuello – e de quem o colocou no ministério. Não por acaso, dois generais da reserva soaram como disco riscado em suas respostas ao colunista Chico Alves, do UOL.

“As instituições não têm nada a ver com o convite para que algum de seus membros desempenhe função pública de caráter político, nem com a aceitação por parte da pessoa e nem com o desempenho na função”, disse Carlos Alberto dos Santos Cruz, bolsonarista de primeira hora, ex-ministro e uma espécie de oposição consentida dos militares de pijama ao governo.

“Os generais-ministros são pessoas físicas que aceitaram um convite pessoal para integrar o governo”, fez coro Francisco Mamede Brito, que ocupou cargo no Ministério da Educação. Santos Cruz, vamos recordar, é o sujeito que em 2018 disse que Fernando Haddad “representa fascismo, nazismo, racismo” por ser do PT, partido que ele abomina. Já Pazuello, militar da ativa, nada tem que ver com o Exército. Claro, general. Claro.

Também o vice-presidente Mourão tentou desvincular o general da ativa Pazuello do Exército. “A gente não pode tomar uma instituição por um dos seus integrantes”, argumentou, em live do jornal Valor Econômico. É curiosa a tese dos três: se não devemos tomar

Pazuello pelos valores, tradições, condutas e visão do mundo da instituição que o formou, então por quem devemos tomar o Exército?

Mais crível e sincera parece a história que relata Ancelmo Góis, de *O Globo*. “Pazuello, quando o Bolsonaro lhe proibiu de comprar vacinas, você deveria ter pedido demissão. Obedecendo, você se ferrou e nos ferrou junto”, teria dito Pujol ao ex-ministro da Saúde.

Pazuello não ferrou o Exército, Pujol. Ferrou o país com colaboração ativa do Exército. Vamos repisar para ficar bem claro: a força abraçou Bolsonaro, abriu suas portas para ele fazer campanha e se tornou sócia do governo. E a imagem do Exército não é nada perto do custo da inépcia que ceifou – até agora – mais de 570 mil vidas humanas.

Em março passado, quando da crise que resultou na demissão conjunta dos comandantes das três forças e do ministro da Defesa, leu-se o seguinte nos principais veículos da imprensa brasileira: “O Alto Comando das forças armadas manda um recado a Bolsonaro: não cederá ao golpismo e nem irá politizar os quartéis”.

Na TV, no rádio, nos portais de notícias, a análise era a mesma: como os generais brasileiros são “gente ponderada”, “alinhada ao que manda a Constituição” e decididamente “refratários à politização das forças que comandam”.

Algo próximo de 100% dos analistas remetem suas falas a vozes sem rosto que nos garantem anonimamente: “ufa, ainda bem que temos os militares para conter as loucuras de Bolsonaro”.

Que loucura extrema é essa que Bolsonaro queria fazer e que nossos valerosos militares impediram? Ninguém sabe. Mas o tom laudatório foi recebido com festa pelos militares que desejam ver esta versão, e somente esta, tatuada na opinião pública. Eles conseguiram vender integralmente (em off, claro) a imagem que gostariam que a imprensa levasse ao público. O problema é que essa versão não sobrevive à realidade.

O que, afinal, mudou na relação entre militares e Bolsonaro que tenha provocado tamanha ânsia de legalismo do dia para a noite?

Bolsonaro queria uns tuítes a mais? Uma declaração aqui e ali? Esse é o grande salto no abismo que nossos generais se negam a dar? Nem mesmo os 314 mil brasileiros mortos pela covid-19, à época, em boa parte graças a uma negligência dolosa, causaram tamanha repulsa dos militares ao capitão. Pelo contrário: até uma semana antes, eles, os militares, seguiam no comando da gestão assassina da pandemia, com o general de três estrelas da ativa Eduardo Pazuello no comando do Ministério da Saúde. A debandada tem mais cara de saída à francesa de quem não gostou da festa de terror que ajudou a criar.

Não é possível analisar Bolsonaro sem lembrar do pecado original: este é um governo essencialmente militar. Nenhum partido tem tantos ministérios, estatais, agências reguladoras e secretarias quanto o Partido Militar, que existe *na prática* mesmo que não tenha registro eleitoral. Se é fato que Bolsonaro se provou um candidato viável para o eleitorado, também é fato que seu governo é uma construção de militares.

A ideia de que os comandantes entregaram seus cargos porque não querem politizar os quartéis é a saída perfeita para os generais que mancharam a reputação do Exército com a gestão sangrenta da pandemia. O problema é que ela é falsa. As Forças Armadas estão politizadas há anos, com um marco temporal evidente nos tuítes do general Villas Bôas ameaçando o STF, lidos e assinados em segredo antes de serem publicados por boa parte dos militares que, hoje, são o governo. E também pelo comandante do Exército, Edson Pujol, que foi levado ao altar por boa parte da imprensa como o democrata sensato que não quer politizar as armas.

No livro “Os militares e a crise brasileira”, o coronel da reserva Marcelo Pimentel escreve: “Brasília, meados de 2020. Entre os 17 generais-de-exército da 304^a [Reunião do Alto Comando do Exército] RACE em 2016, todos hoje na reserva, há um vice-presidente, quatro ministros de estado, um ministro do Superior Tribunal Militar, um embaixador, três presidentes de empresas estatais, um presidente de fundo de pensão estatal, um secretário de segurança pública, três

secretários-executivos ou similares e somente dois que não exercem funções de características políticas". Não há como pensar num Exército mais politizado do que isso.

O antropólogo Piero Leirner, que há 30 anos estuda a caserna e seus habitantes, mapeou o caminho que levou a essa politização. "2012 foi o ano em que se resolveu 'riscar o fósforo'. Em fevereiro, o Clube Militar lançou um manifesto contra a CNV [Comissão Nacional da Verdade]. Houve uma interferência da Presidência da República para que o manifesto fosse retirado da internet e das paredes de todas as unidades de clubes militares do Brasil. Os clubes são uma entidade que depende das forças, mas são da reserva, portanto, tecnicamente autônomas e civis. Isso provocou uma reação em cadeia. Um segundo manifesto foi feito em favor do primeiro, e hospedado na página da internet dedicada ao Coronel Ustra, 'A Verdade Sufocada'. Foi assinado massivamente. Fiz a contagem em março de 2018: só de generais foram 130; coronéis, 868. Isso é muito".

Daí em diante, só piorou. "Em 2014 setores do Estado estavam atacando Dilma sem parar, incluindo-se aí oficiais da ativa que, depois de 25 anos mantendo-se em silêncio extramuros, passaram a abertamente criticar o Governo – entre eles o [hoje vice-presidente] general Mourão, que ainda em 2014 começa a dar palestras falando do PT e do Foro de São Paulo", conta Leirner em seu livro "O Brasil no espectro de uma guerra híbrida".

Com a queda de Dilma e a assunção de Michel Temer, os generais voltaram ao Palácio do Planalto. Temer recriou o Gabinete de Segurança Institucional e o entregou a Sergio Etchegoyen, amigo de infância de Villas Bôas. A essa altura, o Alto Comando havia decidido ser a hora dos fardados – que desde sempre se consideram mais aptos que nós, os "paisanos", a comandar o país – voltarem a dar as ordens.

Todos os olhos se voltaram, então, a Bolsonaro. O mau militar havia granjeado simpatia entre os fardados por suas críticas à Comissão Nacional da Verdade. Generais da reserva (Augusto Heleno, Carlos

Alberto dos Santos Cruz) assumiram postos-chave na campanha. O general que ameaçava um golpe (Mourão) foi escolhido como candidato a vice. E a cantilena política seguiu nos quartéis.

Com Bolsonaro eleito, os militares aparelharam o estado e ficaram em uma zona confortável, deixando as críticas na conta de Bolsonaro enquanto tomavam a máquina por dentro e em silêncio.

Agora, haverá um recuo estratégico até o ponto de parecer que os militares não têm mais nada a ver com o desastre do governo Bolsonaro e sua pilha de corpos mortos pela covid-19. Os generais tentam se descolar da tragédia genocida que é a gestão da pandemia, tocada por eles próprios através de Eduardo Pazuello. Mas esse descolamento é calculado, só o suficiente para passarem a imagem de moderados. Largarão as milhares de boquinhas remuneradas e os centros de poder? É claro que não. E, a julgar pela cobertura da imprensa, nem será preciso. A operação de marketing foi um sucesso.

Aos olhos do público, os militares abandonam Bolsonaro, que queria “entrar numa aventura” (deixam subentendido um desejo de golpe militar, sem nunca mencioná-lo com todas as letras). E passam a se vender como a voz da moderação, disposta a uma costura com o “centro” para oferecer uma “terceira via” em 2022, a alternativa aos “extremos equivalentes” representados por Bolsonaro e Lula.

Para este papel já está escalado, há algum tempo, Santos Cruz, o general com mais prestígio público entre os reservistas que serviram a Bolsonaro. Enquanto isso, os militares seguem no governo – inclusive com oficiais da ativa, autorizados a exercer cargos políticos pelo “ponderado” Pujol. E cozinham por fora uma possível chapa com Sergio Moro.

É claro que os militares podem estar insatisfeitos com Bolsonaro, seu estilo fascista demais, sua boca aberta demais, sua incompetência escancarada demais. Mas não o suficiente para deixarem o governo, muito menos para deixarem a política.

A CPI da Covid tem a chance de colocar no banco dos réus quem lá deve estar. Mas para isso precisa chamar para depor os generais do Planalto, o ex-ministro Azevedo e Silva, o ex-comandante Pujol. São eles que podem esclarecer ao país que credenciais enxergaram em Eduardo Pazuello para tirá-lo da caserna e colocá-lo para gerir o combate à pandemia.

Pujol também pode responder sobre os armazéns abarrotados de cloroquina fabricada à toa com dinheiro público. Qual a explicação para isso? Quem mandou fabricar o remédio? Quem assinou a ordem? Alguém ganhou dinheiro fácil com o negócio? Quem?

Por vaidade ou coisa muito pior, políticos que gostam de ser chamados de general e oficiais que ainda vestem farda fizeram do Exército um protagonista da tragédia da covid-19. Não são os únicos, claro. A lista é imensa, e inclui de donos e editores de sites de fake news ao presidente da República, passando pelo comando do Conselho Federal de Medicina. Mas a CPI não pode se furtar a investigar o papel que militares desempenharam nessa tragédia.

As famílias enlutadas de mais de meio milhão de brasileiros mortos merecem uma investigação séria. Não pode ficar para uma próxima comissão da verdade.

EPÍLOGO

UMA EXPECTATIVA CAMUFLADA: OS MILITARES

Lincoln Penna

Quando o poeta Ferreira Gular disse que não se poderia escrever a história do Brasil republicano sem que se mencionasse a presença dos comunistas, bem que poderíamos acrescentar também a dos militares. São dois protagonistas que se opuseram e até se compuseram em determinados momentos – haja vista a vitoriosa campanha *O Petróleo É Nossa!* – no âmbito das lutas com vistas a dotar o país de uma soberania popular e nacional.

Ao longo da República os militares procuraram agir sem estardalhaço dentro do que poderíamos designar de lógica do consenso mímino. Ou seja, buscando parcerias nas áreas civis, apesar de terem se envolvido em fatos que expuseram suas tendências contrárias aos poderes constituídos, pelo menos desde o movimento abolicionista, e na instauração da República assumiram uma parceria com os republicanos históricos.

Por isso parto da convicção de que os militares, e aí me refiro especialmente aos militares do Exército, consideram o regime republicano um legado seu, mas não absolutamente. Daí, a presença ostensiva ao longo da nossa República centenária ao lado de tendências políticas de ocasião. Contraíram como não poderia deixar de ser a prática da conciliação até certos limites, como aconteceu com todas as rupturas desde 1930 sem exceção. Mesmo o chamamento do general Góis

Monteiro ao sentenciar que “*o militar não pode, porém, envolver-se com política partidária. Deve-se fazer a política do Exército e não a política no Exército*”, não os deixou isolados e quando assim aconteceu estavam compartilhando essa situação com setores civis.

Diante do mais recente processo eleitoral e no panorama sombrio das relações internacionais a ditarem desdobramentos ainda imprevisíveis, cabe a pergunta que se faz constante por parte dos analistas: como se comportarão os militares diante dos resultados do próximo quadriênio governamental? A pergunta faz sentido tendo em vista a manifestação de alguns de seus oficiais graduados contrários a pautas estruturantes que venham a ser implantadas a partir de uma correlação de forças que possa acontecer na esfera das decisões políticas. Dúvida que só existe em razão do papel desempenhado pelos militares até aqui.

Reforça essa indagação desde o momento em que as urnas eletrônicas passaram a sofrer contestação por parte do presidente Bolsonaro, em sua candidatura à reeleição, e de seu ministro da defesa, que em total afinidade com o presidente passou a enviar propostas endereçadas ao Tribunal Superior Eleitoral, muitas das quais rechaçadas por inconsistência ou por superposição de garantias já existentes. Este fato atesta a total afinidade entre o então presidente e o mais alto representante das Forças Armadas, no que diz respeito à lisura das eleições colocada em permanente suspeição.

O antropólogo Gregory Bateson ao cunhar a expressão cismogêne, cujo sentido significa “criação de divisão”, pode ser utilizado como referência ao papel desenvolvido por aqueles militares vinculados aos organismos que orientam seus camaradas no trato com as questões políticas. Mais do que dividir, o objetivo consiste em expelir as forças políticas representativas da esquerda do espectro político nacional, pondo fim a essa presença na política.

O emprego dessa divisão fomentada por esses estrategistas juntou-se à “guerra híbrida”, de modo a criar uma sistemática produção de

conteúdos falsos disseminados em redes sociais a contaminar os ambientes políticos desde os anos de governo Dilma e Temer, período preparatório para alavancar a candidatura Bolsonaro em 2018, contra todas as expectativas do mundo política.

Os eventos recorrentes provocados pela adoção dessa política de “apartheid” na política brasileira, segregação que desqualifica o oponente político e ideológico com vistas a criar as condições para a remoção de correntes políticas adversárias contrárias ao continuísmo dos que são amparados pelos militares na República, adversários estes tidos como inimigos da pátria. Foi essa cismogênese que resultou na eleição do atual presidente. Eleito mais como contraponto do que por mérito programático.

Essa política fez aflorar atitudes mais propositivas a endossar essa orientação. O “Projeto de Nação – o Brasil em 2035”, documento lançado em maio deste ano, embora não represente oficialmente a opinião das Forças Armadas, é uma manifestação que conta com fortes simpatias na caserna. E a própria prospectiva lançada para se cumprir ao longo desses próximos anos dá conta de que se trata de fortalecer o protagonismo dos que operam a política dos militares, em consonância com agregados interessados em evitar mudanças estruturantes no Brasil.

Não se trata dos dois brasis de Jacques Lambert, tampouco da “Belíndia”, termo usado pelo economista Edmar Bacha para demonstrar a coexistência de dois lados de Brasil, um mais desenvolvido e outro subdesenvolvido, ao tomar como referência a Bélgica e a Índia para representar essas diferenças num só país. O que essa política de descarte de uma corrente política persegue é a rejeição de um oponente na disputa política. No caso, as esquerdas de um modo geral avessas aos termos desse documento.

Busca tal política de exclusão uma separação irreconciliável entre uma banda que defende a pátria e seus fundamentos, segundo esses formuladores, e outra banda que por serem antipatrióticos, de acordo

com os conceitos dos primeiros, precisam ser objetos de permanente rejeição. As divisões antagonizadas acontecem numa democracia, pois dela fazem parte, mas na perspectiva desses ideólogos que forjaram a alternativa Bolsonaro e faz dele seu porta-voz não podem coexistir tais diferenças, dado que essa situação estimula os propósitos do comunismo.

Durante o governo Bolsonaro não foi por acaso que as áreas culturais e educacionais, bem como a mídia independente, tornaram-se alvos de uma ação persecutória que levou à restrição de recursos orçamentários para as universidades públicas e o corte para projetos culturais. Para os ideólogos do governo essas áreas cultivam o que denominam de “marxismo cultural”, ou seja, uma estratégia para dar vazão aos conteúdos marxistas voltados para infundir seu ideário.

Diante dessa gestão marcada pela repulsa ao contraditório, criou-se uma polarização incomum, uma vez que sinalizada pelo ódio ao oponente embalando atitudes de desprezo e estimulando atos violentos contra quem pensa diferente dessas correntes antidemocráticas. Se a polaridade é algo inerente em disputas eleitorais, no Brasil passou a ser a representação dos dois brasis, o que é “patriota” e o que é “antipatriota”, em alusão aos que disputam o eleitorado este ano.

Cabe a pergunta inicial, a partir da constatação que fazemos, segundo a qual se os militares desejam manter a sua condução ou no mínimo sua influência na República, como se comportarão esses oficiais generais em apoio a essa “guerra híbrida” e desempenhando cargos de comando no caso de uma vitória daqueles que eles rejeitam de pronto, por eles considerados contrários aos interesses nacionais?

A ameaça que correm esses arautos de um conservadorismo a mascarar uma subserviência ao Ocidente, em declínio nesse momento, é muito alta. Olham o futuro com base num passado que agoniza. Temem os desafios que a nação tem de enfrentar como se ela não tivesse em condições de fazê-lo soberanamente. Na verdade, camuflam os seus laços de dependência cultural, intelectual e ideológico com

a matriz que não mascara os seus interesses na condução do grande capital político da América do Sul que é o Brasil e seu povo.

Esse mesmo povo outrora tido como indigente ou como incapaz por parte das classes dominantes, hoje esse mesmo povo está mais do que nunca atento ao que se passa no país, e saberá dar uma justa e correta condução aos seus destinos como grande eleitor que é na mais decisiva eleição do Brasil República, que poderá colocar em risco o papel indutor dos militares na política brasileira, caso ajam de modo transgressor em face das novas proclamações oriundas da democracia de que tanto alardearam em suas falas no passado, tanto remoto quanto recente.

Toda política de confronto, de divisão da sociedade em partes irreconciliáveis, tem objetivos a perseguir e um fim em si mesmo. Se os objetivos não são logrados de imediato sua presença se extingue, e com ela também os seus condutores. Os militares brasileiros saberão medir o eventual desgaste ao se empreenderem nessa aventura, a de influir decisivamente no curso dos acontecimentos políticos, mesmo que essa motivação tenha como fundamento o que entendem como missão patriótica, até porque esta deve estar em conexão com o povo brasileiro. Do contrário não pode ser patriótica.

De qualquer forma e independente dos acontecimentos pós-eletorais, o Brasil já entrou em uma nova Era. Agora acentuadamente radicalizada, cujo desfecho vai depender da força do movimento unitário das correntes sociais empenhadas na luta pelos valores civilizatórios, dentre os quais o combate às desigualdades sociais, como prioridade emergencial e insubstituível.

E é nesse cotejo entre a regressão como projeto político antidemocrático e a libertação de nosso povo, ainda submetido a uma permanente exclusão, que tem a palavra os militares ciosos de seu papel de garantidor de uma ordem social minimamente justa e fraterna deve estar presente. Afinal, os militares não devem esquecer que o fascismo é insidioso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTRO, Celso. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política* (1995). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor;

BATESON, Gregory. 1936. *Naven: um levantamento dos problemas sugeridos por uma imagem composta da cultura de uma tribo da Nova Guiné elaborada a partir de três pontos de vista*. Cambridge; Cambridge University Press; Segunda edição, com um epílogo revisado, 1958, Stanford: Stanford University Press, pp. 175-177.

COUTINHO, Lourival. *O general Góis depõe...* Rio de Janeiro: Coelho Branco, 1956.

LEINER, Piero. *O Brasil no Espectro de uma Guerra Híbrida. Militares, operação psicológicas e política em uma perspectiva etnográfica*. (2020). São Paulo: editora Alameda;

MONTEIRO, Góes. *A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército*. Rio de Janeiro: Adersen Editores, s.d;

PENNA, Lincoln de Abreu (2020). *O Cabo, o Capitão e o Capital. Um exercício de história comparada*. Rio de Janeiro: Letra Capital.

Este livro foi composto em
Dante MT pela Edupe.
